

Abordagens Turísticas na Amazônia

Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima

Com apoio da
Coordenação do
MULTIAMAZON



Ismar Borges de Lima (Org.)

Maria Medianeira Nogueira
Ornilde Santiago da Silva
Renato Silva Lima
Nilceia Canavarro Souza
Josinete Nara Cadete de Assis
Eliane Inácio da Silva

1ª. Edição



Abordagens Turísticas na Amazônia

Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima

*(Tourism Approaches in the Amazon Rainforest.
Compendium of Manuscripts on Tourism
in Roraima State, Brazil)*

Uma Obra com apoio da Coordenação do
Laboratório de Pesquisas na Amazônia Setentrional,
MULTIAMAZON

www.multiamazon.weebly.com

- Universidade Estadual de Roraima, UERR

www.uerr.edu.br



Ismar Borges de Lima
(Org. & Coautor)

Autores

Maria Medianeira Nogueira
Ornilda Santiago da Silva
Renato Silva Lima
Nilceia Canavarro Souza
Josinete Nara Cadete de Assis
Eliane Inácio da Silva

**Os seguintes tópicos são contemplados
no Compêndio:**

- ✓ *Turismo Religioso de Nossa Senhora do Livramento em Caracaráí*
- ✓ *Turismo Religioso da Paixão de Cristo em Mucajaí*
 - ✓ *Planejamento Turístico Urbano na Vila de Vista Alegre e em Caracaráí*
 - ✓ *Ecoturismo Indígena na Comunidade Nova Esperança, Pacaraima*
 - ✓ *Pesca Esportiva e as Comunidades do Baixo Rio Branco*

Copyright © Ismar Lima 2014

Email: ismarlima@yahoo.com.br

Como citar esta obra:

LIMA, I. B. de (Org.). Abordagens Turísticas na Amazônia: Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima. Laboratório de Pesquisas na Amazônia, MultiAmazon/UEER, Caracarái/Boa Vista - RR, 2014.

Arte gráfica da capa, *design*, diagramação, formatação e paginação:
Ismar Lima

Sobre a Capa

A arte-gráfica foi feita com o uso de uma série de fotos próprias tiradas em lugares turísticos de Roraima, entre eles: Uiramutã, Caracarái, Baixo Rio Branco.

BIBLIOTECA NACIONAL, FUNDAÇÃO MIGUEL DE CERVANTES,
Catalogado em: Rio de Janeiro, Brasil

Lima, Ismar Borges de (Organizador & Coautor) & Autores.

Abordagens Turísticas na Amazônia. Compêndio monográfico sobre o turismo em Roraima, ---- Caracarái/Boa Vista, 2014.

405 p.

ISBN: 978-85-912426-4-1

1.Turismo. 2. Planejamento. 3.Gestão. 4.Sustentabilidade.

O conteúdo textual, gráfico, as tabelas, as imagens, etc. podem ser reproduzidos, etc. desde que os devidos créditos sejam dados, e as fontes sejam citadas, respeitando-se os respectivos direitos autorais.



Sumário

Agradecimentos	6
Apresentação	7
Título, Resumo e Abstracts	15
Capítulo 1 – Planejamento Urbano Municipal e Turismo Religioso: o Caso do Festejo de Nossa Senhora do Livramento em Caracará - <i>Maria Medianeira Nogueira e Ismar Borges de Lima.</i>	25
Capítulo 2 - Revitalização da Orla Urbana do Rio Branco em Caracará: o Papel do Poder Público na Construção dos Espaços de Convivência e Lazer – <i>Ornilda Santiago Silva e Ismar Borges de Lima.</i>	97
Capítulo 3 - Os Problemas, as Demandas, e o Perfil do Visitante em Mucajaí durante os Festejos da Paixão de Cristo – <i>Renato Silva Lima e Ismar Borges de Lima.</i>	159
Capítulo 4 - A Percepção dos Moradores da Vila de Vista Alegre sobre os Impactos Socioeconômicos da Construção da Ponte sobre o Rio Branco, em Caracará – <i>Nilceia Canavarro de Souza e Ismar Borges de Lima.</i>	213
Capítulo 5 - As Iniciativas em Ecoturismo Indígena pela Comunidade Nova Esperança, em São Marcos, Município de Pacaraima, Roraima – <i>Josinete Nara Cadete de Assis e Ismar Borges de Lima.</i>	277
Capítulo 6 - Pesca Esportiva e seu Potencial Turístico-econômico no Baixo Rio Branco, Município de Caracará, Amazônia – <i>Eliane Inácio da Silva e Ismar Borges de Lima.</i>	355
Sobre os Autores	402

Agradecimentos

Este livro é uma obra de vários autores e, portanto, este espaço deve ser destinado a um agradecimento coletivo que reflita aquilo que todos eles escreveram em suas monografias, em um gesto de reconhecimento às pessoas que diretamente ou indiretamente contribuíram para que a pesquisa fosse realizada. Assim, os agradecimentos vão primeiramente a Deus por abençoar o trabalho dos autores e iluminar a trajetória acadêmico-profissional deles; em segundo, os agradecimentos vão para todos os professores da Universidade Estadual de Roraima, UERR, e de outras Instituições de Ensino, que tiveram sua parcela de contribuição na formação educacional. A homenagem e o reconhecimento são extensivos e especiais também aos professores orientadores e à banca de defesa, pois foram eles que apontaram caminhos adicionais para que as pesquisas tivessem sua excelência e mérito. Em terceiro, e igualmente importantes, estão a família, os familiares, os amigos, e os colegas de Universidade que acompanharam toda uma jornada e luta dos acadêmicos, apoiando e incentivando seus estudos e pesquisas de diversas formas nos temas escolhidos e relatados aqui ao longo de seis grandiosos Capítulos. Os agradecimentos vão para os grupos, as comunidades indígenas e ribeirinhas, bem como vão para a população em geral, as organizações, as instituições, autarquias, e secretarias governamentais, e ao setor privado, pois todos eles ajudaram sobremaneira e imensuravelmente para os resultados da pesquisa cooperando com informações e esclarecimentos em primeira mão. O apoio da Coordenação do MultiAmazon/UERR foi fundamental para a publicação do livro.

Apresentação

O livro, 'Abordagens Turísticas na Amazônia: Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima', reúne uma coletânea de Estudos de Caso sobre planejamento e gestão do turismo. São pesquisas que fizeram parte do trabalho monográfico de seis acadêmicos do Curso de Turismo da Universidade Estadual de Roraima, UERR em 2013. A iniciativa da elaboração do livro teve como motivação principal divulgar as questões turísticas regionais roraimenses e, ao mesmo tempo, valorizar o trabalho acadêmico, servindo de incentivo para que se continue esse tipo de produção intelectual na área.

O Compêndio não explora os problemas clássicos do turismo tradicional em Roraima; ao contrário, o livro tem foco em aspectos turísticos particulares, mas de grande relevância e contribuição para a literatura, e é fruto dos esforços e empenho de um grupo de estudantes que debutaram em processos metodológicos, de revisão pormenorizada da literatura, e no domínio das ferramentas de coleta e de análise de dados. Nesse processo, muitas contribuições e abordagens originais foram dadas o que denota uma vocação dos acadêmicos para a pesquisa.

Apesar de receber o nome de 'Compêndio Monográfico', o livro não é uma coletânea na íntegra das monografias. Os Capítulos são versões modificadas com atualizações, complementações, revisões de ponto de vista, e a inserção de novas abordagens. Os Capítulos têm a coautoria do Prof. Dr. Ismar Borges de Lima que também deu suas contrapartidas para a obra, tanto em termos de organização, artegráfica, e revisão de conteúdo. É uma obra cuja versão é 'orgânica', ou seja, ela estará em processo periódico de revisão e de atualização de modo que possíveis inconsistências sejam corrigidas aprimorando-se a versão digital do livro.

O livro tem 405 páginas e possui algumas particularidades em sua organização e na forma de apresentar o conteúdo. A organização dos Capítulos ocorreu tendo como base as áreas geográficas dos estudos de caso e de seus enfoques. Em termos geográficos, as pesquisas dos acadêmicos foram realizadas no extremo Sul, no Baixo Rio Branco, e ao Norte do Estado, em Pacaraima, um município que faz fronteira com a Venezuela; e, também, na parte central de Roraima, precisamente em Caracaraí, Vila de Vista Alegre, e em Mucajaí. As áreas geográficas dos estudos de caso estão destacadas com um retângulo no Mapa de Roraima, disponível nas páginas iniciais desta obra.

O livro inicia com o Capítulo sobre o turismo de eventos de viés religioso em Caracaraí, o Festejo de Nossa Senhora do Livramento, que se preocupou com o planejamento turístico urbano; o segundo Capítulo é também sobre planejamento urbano-turístico com

estudo de caso sobre a Orla Rio Branco em Caracarái. Esse Capítulo acaba tendo fortes vínculos com o Capítulo I, e é seguido pelo Capítulo III que volta a abordar a questão do planejamento do turismo de eventos com viés religioso só que centrado no Festejo da Paixão de Cristo em Mucajaí, município distante cerca de 90 quilômetros de Caracarái. O Capítulo IV centra-se na investigação dos impactos da construção da ponte sobre o Rio Branco na Vila de Vista Alegre.

A pesquisa buscou levantar os principais impactos socioeconômicos na Vila, bem como fazer um levantamento das perspectivas de inserção do ecoturismo e do turismo de pesca esportiva como atividades complementares para os residentes do lugar, haja vista a Vila enfrenta uma crise econômica e êxodo da população, pois a construção da ponte interferiu na economia local. A Vila tornou-se um emblemático caso de antítese no processo de integração e de desenvolvimento estadual de Roraima. O Capítulo V é sobre o (eco)turismo indígena praticado pela Comunidade Nova Esperança, localizada na Terra Indígena São Marcos, que faz parte também do município de Pacaraima. A pesquisa apresenta informações atualizadas da atividade (eco)turística naquela localidade, bem como apresenta o perfil das famílias da comunidade indígena, e as expectativas deles para o turismo na região.

O último Capítulo apresenta os resultados do estudo de caso sobre o contexto e perspectivas para a 'pesca esportiva' na região do Baixo Rio Branco, no município de Caracarái, com base nas vivências, experiências, realidades, e percepção das comunidades ribeirinhas e de empresários do ramo que atuam na região.

Os Capítulos são enviesados por uma perspectiva de que o turismo de base comunitária deve ser pensado e desenvolvido como uma atividade 'complementar' na geração de renda e de empregos em uma cadeia produtiva local. O turismo não pode ser apresentado como uma 'panaceia' para a complexidade de problemas que o setor possui. O Turismo tem suas limitações como vetor para o desenvolvimento local. A proposta conceitual inerentemente adotada pelos autores e pelo coautor é de que se prevaleça sempre a sustentabilidade ambiental, social, econômica, e cultural nas políticas públicas, no planejamento, e na gestão do turismo.

É importante salientar que os Capítulos possuem algumas particularidades na apresentação bibliográfica e de conteúdo. Por exemplo, as citações da literatura no corpo textual são feitas de modo diferenciado em relação à ABNT. Os sobrenomes dos autores, quando citados entre parênteses, são escritos em letra minúscula, ao invés de ser todo ele em letras capitais (maiúsculas). O ajuste foi feito por se entender que isso obviamente se trata de uma 'anomalia gráfica' sem qualquer respaldo aparente; uma grafia que se distoa do restante do texto causando uma poluição visual. Na tabulação, os resultados que tiveram percentuais totais de 100% ou de 0% foram igualmente representados em gráficos a fim de se manter uma consistência na

apresentação e na ilustração. Os próximos parágrafos tecem alguns comentários sobre o contexto e características de Roraima e do turismo praticado no Estado.

O turismo em Roraima é ainda incipiente se comparado ao de outros Estados do país, por exemplo, Bahia ou Ceará. Alguns fatores geográficos e de acesso têm servido de entraves para o pleno desenvolvimento e consolidação do turismo na região. Entre esses fatores são: a distância de Roraima dos demais centros emissores de turistas no país; o elevado custo das passagens aéreas se comparado com outros destinos o que faz Roraima menos competitiva, apesar de ter atrativos inigualáveis e proporcionar experiências e vivências únicas.

Alguns problemas em relação ao turismo têm origem nas limitações orçamentária do Estado e de seus municípios. Some-se a isso, a ausência de políticas públicas estaduais para o desenvolvimento do turismo. Por exemplo, o Estado ainda não possui uma Secretaria Estadual, ou uma Agência Estadual, com autonomia administrativa e orçamentária própria para gerir os assuntos e problemáticas do turismo. Atualmente, o planejamento e as estratégias de promoção e de divulgação do turismo estão a cargo do Departamento de Turismo, DETUR, que é subordinado à Secretaria de Planejamento, SEPLAN, de Roraima. O Fórum Estadual de Turismo tem tido destacado papel no processo democrático de tomada de decisões, bem como preenchendo lacunas institucionais.

E, por último, existe ainda a falta de interesse dos gestores em dar prioridade ao turismo, e, em alguns casos, há falta de visão e de vontade política de buscar alternativas que venham a alavancar o setor. Não há uma Comissão ou um Grupo de Pressão para fazer mudar o contexto estagnado do turismo roraimense. Assim, o Estado fica com uma desvantagem relativa em relação ao restante do Brasil apesar de suas riquezas, belezas cênicas e paisagísticas. São muitas unicidades reunidas em uma só região.

Roraima é um Estado da Amazônia cujo território é formado por um incrível mosaico de terras com diferentes status fundiários pertencentes a mais de 30 povos étnicos, entre eles: os Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Yekuana, Macuxi, Wapixana, Waimiri-Atroari, Patamona, etc. Segundo o Guia Roraima: Ecologia, História e Cultura (2009), o nome do Estado é de origem indígena, “*Roro-imã*”, e tem interpretações distintas e significações várias o que denota a riqueza linguística existente na região mais setentrional do Brasil. Na língua Macuxi, ‘Roraima’ significa ‘Montanha Verde’, e para os índios Taurepang, ‘Mãe dos Ventos’. O Estado tem 14% de sua população composta de grupos indígenas totalizando aproximadamente 40.000 indivíduos, cujas reservas ocupam aproximadamente 46% da área total de Roraima, ou seja, 10 milhões de hectares.

O Guia Roraima (2009) descreve o Estado como a “síntese da diversidade humana e ambiental da Amazônia”, um lugar que ocupa

três diferentes ecossistemas: as florestas, as savanas (cerrado amazônico), e as pradarias, onde se encontram planícies, buritizais, pântanos, morros e florestas de altitude, com centenas de cachoeiras, e formações rochosas exóticas, sítios arqueológicos com pinturas rupestres, rico em recursos hídricos, em fauna e flora, “um lugar em construção entre a região Amazônica e o Caribe Venezuelano e as Guianas, um corredor entre dois mundos” (p.6-7), cujo acesso foi facilitado com a construção da BR-174 nos anos 70, e da BR-401.

Roraima é uma região com vocação natural e com potencial extraordinário para o ecoturismo, turismo rural, agroturismo, turismo científico, e turismo aventura em quase todos os seus rincões, e o geoturismo na parte nordeste do Estado devido às suas características físicas, bióticas, e abióticas (relevo, clima, recursos hídricos, etc.), elementos indispensáveis para um turismo de viés étnico-ecológico, etc.

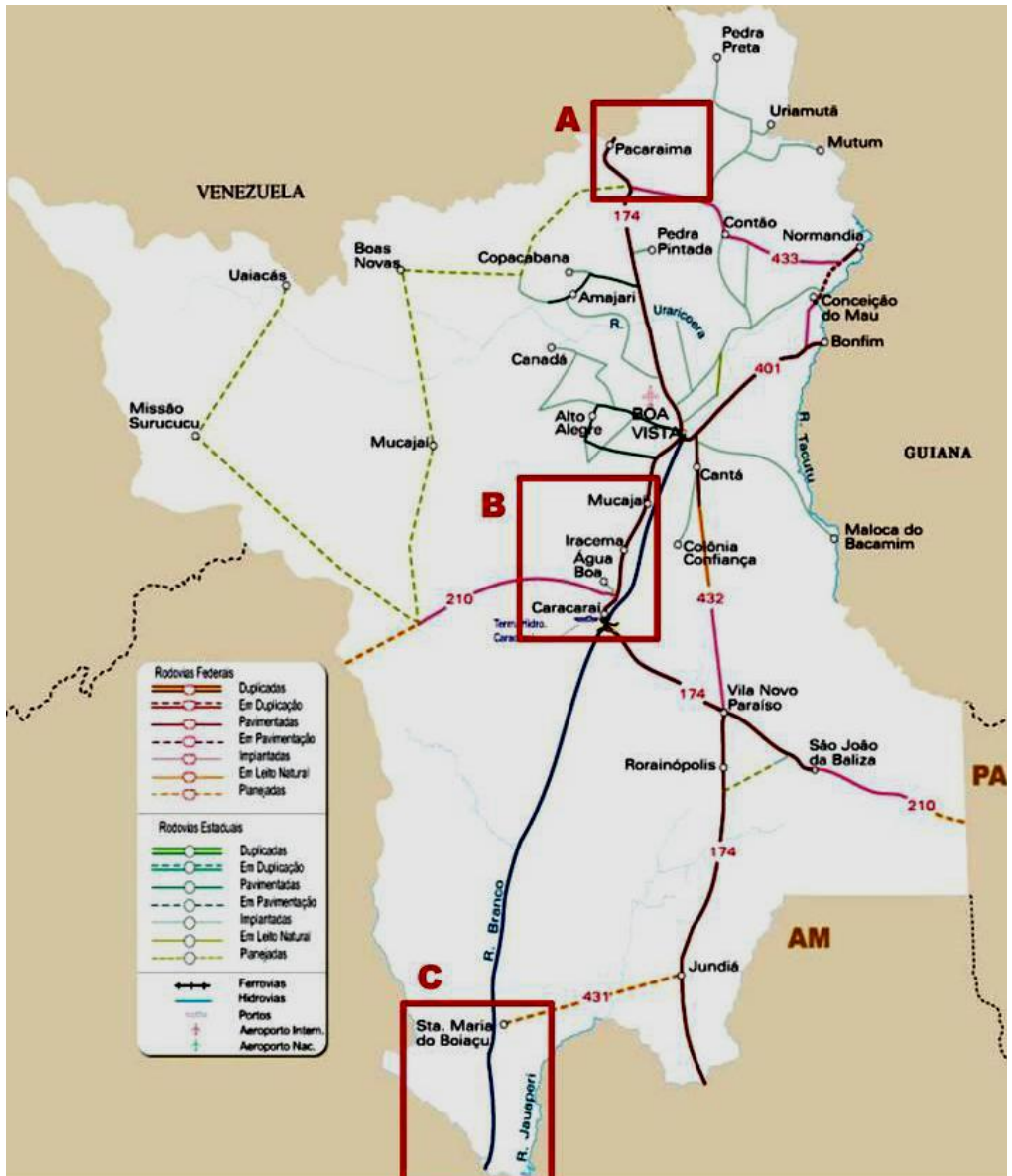
Assim, considerando-se esse contexto territorial singular e os grupos humanos existentes em Roraima deve-se pensar em atividades econômicas que sejam parte de um modelo de desenvolvimento econômico diferenciado, e o turismo pode contribuir para esse tipo de desenvolvimento do Estado, particularmente por ser ele constituído de significativo percentual de Terras indígenas. E uma das modalidades de turismo mais citadas na literatura para ser desenvolvida em terras indígenas é o ecoturismo, pois é uma atividade enviesada pelos princípios da sustentabilidade e, além disso, o fator ‘cultura’ e ‘comunidade local’ é também considerado em termos de planejamento e gestão.

Nos roteiros ecológicos voltados para o turismo sustentável no Estado, os visitantes experimentam o contato direto com a natureza. Os passeios em canoa motorizada oferecem ao visitante a oportunidade de adentrar na floresta, com possibilidades de observação de diversas espécies animais e vegetais típicos desse ecossistema. O turismo em Roraima possibilita uma relação direta com os ribeirinhos do Baixo Rio Branco podendo conhecer sua cultura expressada na agricultura, o extrativismo, na caça e na pesca. Assim, é possível através do turismo visitar comunidades para observar o cotidiano dessas populações.

Ressalta-se que o portão de entrada do pólo de Roraima para toda atividade econômica é a capital Boa Vista que conta com aeroporto internacional. Roraima é percorrido de norte a sul pela rodovia BR-174, que, partindo de Manaus (AM) passa pela Capital e chega até a fronteira com a Venezuela, onde se conecta com outra estrada que vai até o Caribe venezuelano. Entre Manaus e Boa Vista, são 785 quilômetros de estradas. A Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, chamada de Guiana Inglesa, são destinos populares para o turismo de compras, gastronômico, e cultural.

Como se percebe, Roraima é um destino singular com atrativos imperativos. Existe uma diversidade de opções e de

experiências que pode tornar o turismo na região algo fascinante; uma vivência única aos visitantes. Uma das *trademarks* em campanhas publicitárias sobre o turismo em Roraima tem sido '**passar as férias onde o ideal seria passar a vida**', o que realmente sintetiza o pensamento e sentimento daqueles que visitam o Estado.



Fonte: Mapa adaptado da base de dados do Ministério dos Transportes, 2010. **Mapa de Roraima – Quadrantes A, B, e C são as Áreas Geográficas dos Estudos de Caso do Compêndio Monográfico 2014.**

TÍTULO, RESUMOS & ABSTRACTS

Abordagens Turísticas na Amazônia. Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima, Brasil.

(Tourism Approaches in the Amazon Rainforest. Compendium of Manuscripts on Tourism in Roraima State, Brazil)

CAPÍTULO I

Planejamento Urbano Municipal e Turismo Religioso: o Caso do Festejo de Nossa Senhora do Livramento em Caracaraí, Roraima

Municipal Urban Planning and Religious Tourism: The Case of Nossa Senhora do Livramento Festival in Caracaraí, Roraima.

**Maria Medianeira Nogueira
Ismar Borges de Lima**

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato sobre o Festejo de Nossa Senhora do Livramento, em Caracaraí, Roraima, e busca identificar as demandas de estrutura e infraestrutura tendo em vista o grande número de visitantes e turistas que o evento atrai. O Festejo do Livramento tem-se consolidado ao longo das décadas ganhando destaque como turismo religioso contribuindo para fortalecer a economia local durante o período da festa e dando visibilidade à cidade. A fim de se identificar as demandas urbanas, buscou-se saber a opinião da comunidade local e dos visitantes quanto à estrutura organizacional necessária para a festa bem como a percepção geral deles sobre o evento como atrativo turístico religioso. Com base nas informações obtidas nos questionários e considerando-se o contexto urbano atual, o papel do poder público municipal torna-se objeto de investigação a fim de se apontar caminhos para uma gestão pública de base participativa visando a melhorar a estrutura existente para a comunidade e para os visitantes. Para esta investigação, os conceitos de ‘espaço urbano sagrado’, ‘desenvolvimento urbano’ e ‘patrimônio histórico-cultural’ foram discutidos, e adotou-se uma abordagem metodológica

qualitativa com a revisão da literatura pertinente, e com a aplicação de questionários, entrevistas, e observação participante visando a produzir material descritivo para análise.

Palavras-chave: Festejo Nossa Senhora do Livramento. Planejamento e Gestão Urbana. Desenvolvimento Local. Atrativo Turístico Religioso.

ABSTRACT

This paper presents an account on the Religious Catholic Festival of Nossa Senhora do Livramento in Caracarái city, Roraima, and it seeks to identify the demands of structure and infrastructure in view of the large number of visitors that the event has attracted. The Celebrations of the Religious Catholic Festival has been consolidated over the decades and it has gained prominence as a religious tourism event contributing to strengthen the local economy during the Festival and giving visibility to the city. In order to identify the urban demands, this investigation sought to know the opinion of the local community and visitors about the organizational structure necessary for the event as well as the general perception of them about it as a religious tourist attraction. Based on information obtained in the questionnaires, and considering the current urban context, the role of municipal government becomes the object of investigation in order to point out the way to which a participatory public management can take place in order to improve the existing structure for the community and for the visitors. For this research, the concepts of 'sacred urban space', 'urban development' and 'historical-cultural heritage' were discussed, and a qualitative methodological approach was chosen in line with the pertinent literature review, and the use of questionnaires, interviews, participant observation as the means to produce a descriptive material for analysis.

Keywords: Religious Catholic Festival of Nossa Senhora do Livramento. Urban Planning and Management. Local Development. Attractive Tourist Religious.

CAPÍTULO II

Revitalização da Orla Urbana do Rio Branco em Caracarái: O Papel do Poder Público na Construção dos Espaços de Convivência e Lazer

Revitalization of the Urban Rio Branco Riverbank in Caracarái city: The Role of the Public Authorities in the Construction of Leisure and Convivence Sites

Ornilda Santiago Silva
Ismar Borges de Lima

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma abordagem sobre o espaço de convivência e lazer da Orla do Rio Branco, na cidade de Caracarái, quanto à estrutura existente e em relação à necessidade de sua revitalização. Como parte da pesquisa foi feito um levantamento do que existe na Orla em termos de estrutura a fim de se saber se as obras de urbanização e de benfeitorias correspondem às expectativas da comunidade local, dos visitantes e dos turistas. Com base nesse levantamento, o estudo elencou sugestões para um planejamento sustentável da Orla. Recomendações para ações do poder público municipal foram feitas a fim de se melhorar o espaço físico do local tornando-o mais funcional, mais apropriado para uma área de lazer e de recreação, e de maior integração e de harmonização com as áreas de matas ciliares do Rio Branco. As edificações e benfeitorias na Orla se iniciaram a partir de 2009, e foram divididas em três fases, sendo que apenas duas foram finalizadas. O estudo é de base quali-quantitativa com uso de questionários, e de entrevistas abertas e semiestruturadas a fim de se sistematizar a coleta de dados junto à comunidade de Caracarái.

Palavras-chave: Orla Rio Branco; Revitalização; Planejamento Sustentável; Poder Público Municipal.

ABSTRACT

This paper refers to an approach about the existing infrastructure in the living space and in the leisure area on the Rio Branco rim, in the city of Caracarái city, as well it seeks to identify the demands for its revitalization. As part of the research, a survey was done with a focus on what exists in terms of structure in the Waterfront Area, called Orla, in order to know if the urbanization and the improvements already done correspond to the expectations of the local community, visitors and tourists. Based on this survey, a list of suggestions for a sustainable planning on the rim was proposed. Recommendations for municipal government actions were made in order to improve the physical space of the site making it more functional, more suitable as an area of leisure and of recreation as the means to have a greater integration and harmonization of the waterfront area with the riparian bushes of Branco River. The buildings and improvements in the Orla began in 2009, and were divided into three phases, of which only

two were already completed. The study is based on qualitative and quantitative approach with the use of questionnaires, open and semi-structured interviews in order to systematize the data collection and analysis.

Keywords: *Branco River Waterfront Area; Revitalization; Sustainable Planning; Municipal Public Government.*

CAPÍTULO III

Os Problemas, as Demandas e o Perfil do Visitante em Mucajaí durante os Festejos da Paixão de Cristo

The Problems, the Demands and the Profile of the Visitor in Mucajaí during the Passion of Christ Festival

Renato Silva Lima

Ismar Borges de Lima

RESUMO

Mucajaí é um município localizado no centro do Estado de Roraima, entre a cidade de Iracema e Boa Vista, ligada pela BR 174. Mucajaí é regionalmente chamado de “a cidade da Paixão de Cristo” devido todos os anos ser apresentado ali, na Semana Santa, a Encenação da Paixão e Ressurreição de Jesus Cristo, atraindo diversos turistas e visitantes de vários municípios do estado e também de outras regiões, inclusive do exterior. Este Turismo de evento com marcante viés religioso se baseia na busca pela fé, o místico, e o espiritual, o sacro, o divino, bem como o divertimento. O estudo busca identificar o perfil dos visitantes e aponta as demandas por mais comodidade e infraestrutura nas ruas da cidade, no cenário da encenação da peça, e nos hotéis locais. Pode-se considerar que na cidade ainda se encontra uma hospitalidade natural, espontânea, algo que é intrínseco da cultura brasileira e um elemento que agrega valor ao destino turístico. Esta pesquisa foi desenvolvida para identificar as necessidades mais tangíveis da Encenação da Paixão de Cristo de Mucajaí. A pesquisa é apresentada sob a ótica e experiências dos turistas no Festival de modo que suas observações e respostas possam ser usadas pelas autoridades locais para melhorar o cenário e toda infraestrutura local para a absorção e acomodação dos visitantes. Este estudo tem sua relevância e contribuições para a literatura, pois anteriormente não existia nenhum levantamento a respeito do perfil e das

demandas dos visitantes frequentadores do Festival. O objetivo desta investigação monográfica é mostrar as deficiências estruturais do Evento, os entraves que os turistas sofrem durante o Festival, tanto na chegada como na saída. Este trabalho tem a preocupação de revelar os problemas latentes e mostrar a situação que turistas enfrentam em Mucajaí; problemas que ficaram relegados em segundo plano sendo que a prioridade para o poder público tem sido a valorização do evento em si. Este estudo é de base metodológica qualitativa com o uso de questionários, entrevistas e observação participante para a coleta de dados.

Palavras-chave: Perfil do Visitante; Paixão de Cristo; Semana Santa; Turismo de Evento; Turismo Religioso; Mucajaí.

ABSTRACT

Mucajaí is a municipality located in the center of Roraima State, between the city of Iracema and Boa Vista, linked by the Road 174. Mucajaí is the city where every year takes place the Passion of Christ Festival which is performed during the Catholic Holy Week. The storyboard and theater piece are centered on the Passion and Resurrection of Jesus Christ and it attracts various tourists and visitors from throughout the state and also from other regions, even from overseas. The visit and tourism are motivated by faith, mysticism, and spiritual, sacred and divine issues and beliefs, as well as hedonism. The study seeks to identify the visitors' profile and their demands for infrastructural improvements in the city streets, in the scenario site and at local hotels, as well as in other tourism and key city spots. Mucajaí is still a place where hospitality to outsiders arises naturally, spontaneously as something intrinsic from within the Brazilian culture and it adds value to a tourism destination. This research was developed to identify the primary needs of the visitors on site. The research is presented under the views and experiences of the tourists and it takes into account their observations, remarks, and answers to the extent it can be used by local authorities to improve the scenario and whole local infrastructure for the absorption of visitors. This study has its relevance and contributions for the literature, because there is neither former study on the visitors' profile nor on their demands. The goal of this academic manuscript is to show the Passion of Christ Festival's structural shortcomings, the main deadlocks, and difficulties faced by the visitors during the Festival. This work is also concerned in revealing latent problems and shows the situation that tourists face in Mucajaí; problems that set relegated to a second plan by the public authorities and local government, but which should be a priority to them, in a way they can contribute to add value

to the Festival. This study has a qualitative methodological base with the use of questionnaires, interviews and participant observation for data collection.

Keywords: *Visitors' Profile; Passion of Christ; Holy Week; Religious Tourism; Mucajaí Municipality, Roraima State.*

CAPÍTULO IV

A Percepção dos Moradores da Vila de Vista Alegre sobre os Impactos Socioeconômicos da Construção da Ponte sobre o Rio Branco, em Caracarái.

The Perception of Vista Alegre Village Inhabitants on the social and economic impacts related to the construction of the Bridge over Branco River, in Caracarái city.

Nilcéia Canavarro de Souza
Ismar Borges de Lima

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo de caso desenvolvido na Vila de Vista Alegre, município de Caracarái, com o objetivo de analisar os impactos da construção da ponte sobre o Rio Branco na visitação e nos fatores socioeconômicos da Vila. A pesquisa se fundamenta no fato de que o fim dos serviços de travessia de balsa por causa da ponte tornou desnecessária a parada obrigatória de veículos e de passageiros na Vila, levando o lugar a uma completa estagnação econômica. A investigação também buscou identificar as atividades que podem vir a ser economicamente rentável e ecologicamente sustentável para a Vila a fim de se (re)inserir a comunidade na cadeia economicamente produtiva regional. O turismo de pesca esportiva e o ecoturismo parecem despontar como possíveis opções, mas a comunidade possui apenas uma vaga noção sobre esses tipos de turismo. Para a realização da pesquisa e para a coleta de dados foram realizadas várias visitas à Vila, bem como a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os moradores mais antigos. Por fim, foi feito um breve retrospecto da história do município de Caracarái e da Vila de Vista Alegre com o objetivo de proporcionar maior clareza e consistência na análise do contexto e da atual situação vivenciada pelos habitantes locais. Ressalta-se que toda mudança provocada pode gerar efeitos adversos, tanto culturais como sociais, e isso deve ser considerado

pelo poder público a fim de se propor políticas públicas, ações e projetos que venham a salvaguardar a qualidade ambiental, a cadeia produtiva local, a identidade e a cultural local, e a qualidade de vida da população como um todo.

Palavras-chave: Comunidade local; Impactos Socioeconômicos; Desenvolvimento Local; Turismo; Vila de Vista Alegre; Roraima.

ABSTRACT

This work is the result of a case study developed in the village of Vista Alegre, municipality of Caracarái, located at the State of Roraima, in order to analyze the impacts of the construction of the bridge over the Branco River on the visitation and on local socioeconomic factors, by taking into account that the end of the operation of the crossing ferry made unnecessary the stop of vehicles and of passengers in the village. The research focused on identifying the local activities which can be exploited in a cost-effective aspect, as well as environmentally sustainable. Suggestions and propositions were made with the intention to (re)insert the local community into a regional economic productive chain, in particular, those locally promising tourism activities, such as ecotourism and sport fishing. For this research and for data collection, several fieldwork were carried out in the Village with the application of questionnaires and semi-structured interviews with older residents as research methods. Finally, it was also provided a brief historical retrospect of the municipality of Caracarái and of the Vista Alegre Village with the objective of providing a greater clarity of the context and of the current situation experienced by local inhabitants. In addition, it was highlighted in the research that any intervention in a certain locality can cause adverse environmental and cultural effects, which should be considered by local authorities and by decision-makers in order to safeguard the local environmental quality, the local productive chain and the quality of life of the community on the whole.

Keywords: Local Community; Socioeconomic Impacts; Local Development; Tourism; Vista Alegre Village; Roraima.

CAPÍTULO V

As Iniciativas em Ecoturismo Indígena na Comunidade Nova Esperança, em São Marcos, Município de Pacaraima, Roraima.

The Initiatives in Indigenous Ecotourism in the Nova Esperança Community, in São Marcous Indigenous Land, Municipality of Pacaraima, Roraima.

Josinete Nara Cadete de Assis

Ismar Borges de Lima

RESUMO

Considerando-se o contexto territorial e o mosaico humano, em particular os grupos indígenas existentes em Roraima, deve-se pensar em atividades econômicas que sejam parte de um modelo de desenvolvimento econômico local diferenciado, e o turismo pode contribuir para esse tipo de desenvolvimento no Estado. A proposta é a inserção do turismo em uma cadeia produtiva indígena no escopo do etnodesenvolvimento. Uma das modalidades de turismo mais citadas na literatura para ser desenvolvida em terras indígenas é o ecoturismo, pois é uma atividade enviesada pelos princípios da sustentabilidade, e os elementos ‘culturais’ da ‘comunidade local’ são também considerados em termos de planejamento e gestão. Esta investigação refere-se a um estudo de caso centrado na Comunidade Nova Esperança, situada na Reserva Indígena São Marcos. O estudo busca identificar a percepção e a expectativa dos membros da Comunidade em relação à importância econômica e ambiental do turismo em suas terras. A pesquisa é metodologicamente quali-quantitativa com o uso de questionários, entrevistas e observação participante, e a análise de dados é feita cruzando informações dessas três fontes, no chamado sistema de análise por ‘triangulação’. Uma ampla revisão da literatura sobre turismo em terras indígenas é uma das contribuições significativas deste estudo.

Palavras-chave: Etnoturismo; Turismo Indígena; Comunidade Nova Esperança; Desenvolvimento Local; Roraima.

ABSTRACT

By taking into account the territorial context and the human mosaic, particularly related to the existing indigenous groups in Roraima, it is critical to think of economic activities that can be part of an alternative model for local economic development, and tourism can contribute to this type of development. One of the most cited forms of tourism to be developed in the indigenous lands is ‘ecotourism’, because it is an activity inspired by and led by the principles of sustainability, and moreover, the cultural elements of a ‘local community’ are also considered in terms of planning and management. This research refers to a

case study focused on Nova Esperança Community, located in São Marcos Indigenous Reserve. The study aims at identifying the perceptions and expectations of the community members with regards to the economic and environmental importance of tourism in their lands. The research is methodologically qualitative and quantitative with the use of questionnaires, interviews and participant observation, and data analysis is made by criss-crossing information of these three sources; this analysis system is called 'triangulation'. A comprehensive literature review of tourism on indigenous lands is one of the significant contributions of this study.

Keywords: *Ethnotourism; Indigenous Tourism; Nova Esperança Community; Local Development; Roraima.*

CAPÍTULO VI

A Pesca Esportiva e o seu Potencial Turístico-econômico no Baixo Rio Branco, Município de Caracaraí, Amazônia.

Sport Fishing and its Touristic-economic Potential in the lower Branco River, in Caracaraí Municipality, in the Amazon.

Eliane Inácio da Silva
Ismar Borges de Lima

RESUMO

Este trabalho dissertativo tem como objetivo contribuir para uma reflexão sobre o tema 'o potencial turístico da pesca esportiva no município de Caracaraí'. Para tanto, utilizam-se como referenciais os conceitos que versam sobre a história turismo e suas modalidades, no caso específico desta investigação, o turismo de pesca no Brasil, possibilitando ao leitor compreender a relação que há entre a comunidade e o desenvolvimento dessa atividade, bem como apresentar a sua importância para os pescadores profissionais como uma atividade complementar a outras atividades já desempenhadas por eles. Uma alternativa à pesca predatória tendo, portanto, um papel ecológico. As preservação dos estoques de peixes são cruciais para a dieta das comunidades locais e para a 'segurança alimentar' delas na Amazônia Setentrional. Um dos motivos que levaram à realização desta pesquisa foi o interesse em investigar as potencialidades e as possibilidades para o desenvolvimento do

turismo de pesca esportiva no município de Caracará. A pesca esportiva pode vir a ser uma opção para se minimizar os impactos causados pela pesca profissional, e, ou, predatória, tornando-se um meio de renda durante o período de defeso, conhecido também como piracema. A pesquisa visa a criar um banco de dados iniciais para acesso público. Por causa de sua abordagem e foco, a investigação pode contribuir também para a divulgação e para a popularização do tema junto ao *trade* turístico e aos praticantes de pesca nas vilas de pescadores e nas demais comunidades ribeirinhas. Isso pode ser feito informando-os sobre a importância e vantagens da pesca esportiva como uma atividade econômica de contornos sustentáveis, pois causa um menor impacto no meio ambiente e nas espécies de peixes se comparada à pesca predatória de massa. Para os propósitos desta pesquisa, a metodologia adotada foi a qualitativo-quantitativa. Os dados primários foram tabulados com seus percentuais apresentados na forma de gráficos, tabelas, etc. O método conhecido como ‘observação participante’ contribuiu imensuravelmente para a produção do material descritivo deste estudo.

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Pesca Esportiva. Atividade Econômica. Baixo Rio Branco. Amazônia.

ABSTRACT

This dissertative work aims at contributing to a reflection on the theme ‘sport fishing and tourism potential in Caracará County’. With this on focus, it is used as theoretical framework and discussion the literature which deals with the history of tourism and its modalities as well as typologies, and specifically for this research, the pertinent texts and conceptual approaches on fishing tourism in Brazil, with an emphasis on Caracará county in Roraima state, to the extent that the study will help the reader to understand the relationship that exists between the community development, sustainability and alternative economic practices. Another contribution of this work is to inform the professional fishermen about the importance of the sport fishing as an activity which can serve as an alternative to overfishing, and the maintenance of food stock, a discussion on food security in the Northernmost Amazonia. One of the reasons that motivated this research was the interest in investigating the potential and possibilities for the sport fishing tourism in the municipality of Caracará. Sport fishing might be an option to minimize the impacts caused by the commercial fishing, and, or, predatory fishing, while it can become a means of income

generation during the period of piracema, also known as defeso (spanning time), a closed period for fishery. The research aims at serving as an initial database and, because of its approach and focus, it might also contribute to the dissemination and popularization of the theme among pertinent stakeholders and actors such as the tourist trade, fishing lovers, the fishing villages, and among riverside communities by informing them about the importance and advantages of sport fishing as an alternative economic activity with sustainable aspects because it causes lower impact on the environment and on the species of fish if compared to mass predatory fishing. For the purposes of this research, the methodology adopted was the quantitative-qualitative one with a predominance of quantitative approach because the primary source of data is based on tabulation and on percentages presented in the results of the questionnaires; however, the author have made use of notes and trip reports as data source as a 'participant observer' during the field work which contributed to produce a descriptive material for this study.

Keywords: *Tourism; Sustainability; Alternative Economic Activity; The Potential of Sport Fishing; Caracaraí County; Lower Branco River Region; Northernmost Amazonia.*

CAPÍTULOS

Capítulo 1

Planejamento Urbano Municipal e Turismo Religioso: o Caso do Festejo de Nossa Senhora do Livramento em Caracaraí, Roraima

Maria Medianeira Nogueira
Ismar Borges de Lima



**Planejamento Urbano Municipal e Turismo Religioso:
o Caso do Festejo de Nossa Senhora do Livramento
em Caracarái, Roraima**

**Maria Medianeira Nogueira
Ismar Borges de Lima**

1.0 Introdução

O Festejo de Nossa Senhora do Livramento tem sido um evento importante para o município de Caracarái, um atrativo turístico significativo para o desenvolvimento local, e isso demanda maior atenção do poder público em termos de reestruturação e reorganização do espaço urbano de modo que os visitantes e turistas possam melhor ser acolhidos e, também, para se oferecer a eles um atendimento de qualidade. Essas mudanças e intervenções no espaço urbano podem ser implementadas por meio de ações do poder público junto à igreja e aos coordenadores do evento. Para tanto, deve-se verificar a existência de programas, projetos, e ações que poderiam contribuir para melhorar e promover a festa religiosa de Nossa Senhora do Livramento. Nesse sentido, o papel do poder público é um ponto-chave nas questões de planejamento dos atrativos do município.

Desta forma, busca-se saber qual a contribuição do poder público municipal para a consolidação de uma Festa Popular Católica no espaço urbano do Festejo de Nossa Senhora do Livramento. O questionamento é feito levando-se em conta a necessidade de intervenção do poder público municipal no ordenamento de uma festa religiosa para se mitigar os impactos negativos decorrentes da visitação concentrada, preservando, e fortalecendo o espaço urbano como atrativo religioso. Ou seja, existe uma preocupação com a capacidade de carga urbana devido à grande concentração humana em áreas específicas da cidade e em um dado período de tempo, daí as implicações a respeito da 'temporalidade' e 'espacialidade' no contexto do Festejo.

Entre as ações que podem ser realizadas pelo poder público em Caracarái estão a criação e manutenção de espaços de lazer e de convivência social, a pavimentação de ruas, a sinalização em pontos estratégicos com informações sobre as áreas e atrativos turísticos da cidade e do município e, até mesmo, a inauguração do Centro de Informações Turísticas, C.I.T., que já possui uma estrutura predial recém-construída (em maio de 2013), mas que ainda não foi inaugurado pela Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente. Todos esses aspectos devem ser levados em conta para se melhorar a

estrutura e infraestrutura urbanas existentes, criando-se as condições mínimas para o bem-estar da população, dos turistas, e dos visitantes, bem como contribuir para a valorização dos atrativos cultural-religiosos tangíveis e intangíveis locais.

Equipar a cidade para o turismo por meio da urbanização e do urbanismo é significativo. Igualmente importante é buscar uma proposta de planejamento turístico urbano que atenda às reais necessidades dos indivíduos afetados direta ou indiretamente, pelos eventos em nível municipal, entre eles, os participantes do Festejo do Livramento. Daí que o planejamento turístico é fundamental.

Para Beni (2006), três etapas compõem o processo de planejamento turístico:

- a)** estudo preliminar (inventário): identifica e descreve a região objeto de estudo, inventário dos recursos existentes, descrição e identificação do estágio em se encontra o turismo na região;
- b)** diagnóstico: analisa os recursos ambientais e seu potencial de utilização na sustentabilidade do turismo, caracteriza a estrutura social, dimensiona a estrutura econômica e a infraestrutura regional e caracteriza a oferta e demanda;
- c)** prognóstico: formula políticas e diretrizes de orientação e programas de ação para assegurar o planejamento estratégico, estabelece metas e projetos específicos, garantindo a integração da sustentabilidade do desenvolvimento econômico, turístico e social e adota programas que levem ao desenvolvimento sustentável do produto regional.

Deve-se considerar um planejamento urbano turístico de base participativa nas tomadas de decisões do município aumentando-se assim o sentimento de pertencimento aos projetos públicos de determinados atores sociais e de certas organizações, em particular, aqueles que lidam mais pontualmente com a realização e organização de eventos.

De acordo com Molina (2005), o modelo sistêmico de planejamento vem passando por mudanças significativas em que o tradicional planejamento, cuja 'tomada de decisão' deixa de ficar centrada ou centralizada nas mãos apenas do governo e, ou, de alguns poucos atores, dando lugar a um planejamento mais participativo, mais holístico, com orientação mais pluralista e diversificada na busca de propostas e de ações junto aos atores de modo que se dê a devida relevância aos interesses e necessidades regionais e locais.

Este trabalho sobre o Festejo de Nossa Senhora do Livramento busca, portanto, mostrar a importância do planejamento urbano para o ordenamento e a valorização dos 'espaços urbanos sagrados' discutidos no âmbito temático e conceitual da 'espacialidade' e da 'temporalidade' nas manifestações do catolicismo, sendo que na análise aqui proposta, o primeiro se refere a um determinado espaço urbano e o segundo refere-se ao conjunto de práticas realizadas em um dado período de tempo.

Em relação ao Festejo mais precisamente, levanta-se a hipótese de que o planejamento urbano turístico mais adequado deve ser aquele calcado nas demandas por ações que surjam ou existam nas inter-relações entre a 'espacialidade' (o espaço físico público ou público-privado) e a 'temporalidade' (o momento) do evento. Logicamente que, em termos de planejamento urbano, o que está sendo proposto aqui não se limita apenas a uma espacialidade e temporalidade de um circuito de procissão religiosa nem a uns poucos espaços de uso coletivo com fins religiosos. O planejamento turístico proposto envolve todo o 'urbano' em nível municipal, envolve todos os setores produtivos, e a cadeia turística.

Devido à orientação heterogênea deste estudo focado em 'gestão urbana municipal' dos espaços urbanos, os conceitos que permeiam as discussões são também diversificados para dar uma base teórica necessária para a compreensão do que deva ser um 'urbanismo turístico' que considere também os Festejos Religiosos e os vários grupos frequentadores deles. Por essa razão, os conceitos a serem utilizados no arcabouço teórico-conceitual devem contribuir para um entendimento holístico acerca da riqueza do tema.

Este estudo de caso centrado na Festejo do Livramento não ficaria completo se não fossem incluídos os conceitos, 'catolicismo popular', 'turismo religioso', 'turismo de peregrinação', 'patrimônio histórico-cultural', e 'desenvolvimento e planejamento urbano' como elementos intrínsecos na formação e constituição do 'espaço urbano sagrado'.

Com quase um século de existência, o Festejo Religioso de Nossa Senhora do Livramento tem atraído muitos devotos a Caracarái no mês de setembro, e tem se tornado um atrativo turístico religioso de grande apelo. Por isso pretende-se tê-lo como objeto de estudo devido a este 'forte apelo' em relação aos turistas e aos romeiros participantes do evento, em particular, pela fé, devoção e, ou, interesses na história local do suposto milagre atribuído a 'Bernardinho' personagem principal de intercessão de Nossa Senhora do Livramento.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é o de se conhecer exatamente a opinião e percepção dos turistas, romeiros e peregrinos, dos residentes locais, bem como identificar as principais e ações necessárias por parte dos gestores municipais em relação à estrutura e

à infraestrutura para o Festejo. Desse modo, levando-se em consideração a relevância local e regional do evento, os objetivos específicos dessa investigação são elencados abaixo:

1.1 Objetivos específicos:

- ✓ Colher informações atualizadas sobre os visitantes e turistas participantes do Festejo da Nossa Senhora do Livramento em Caracará, incluindo o perfil destes;
- ✓ Discutir de forma sistemática os vínculos entre 'espaço urbano', 'espaço urbano sagrado', 'planejamento turístico municipal e desenvolvimento local', e 'turismo religioso';
- ✓ Identificar as principais demandas em termos de estrutura e infraestrutura dos visitantes e turistas que vêm para Caracará para participarem do Festejo;
- ✓ Identificar as falhas de infraestrutura e de estrutura presentes nos espaços urbanos públicos, utilizados pelos fiéis durante o Festejo;
- ✓ Disponibilizar esta pesquisa para consultas públicas de modo que sirva de base para ações pontuais e políticas públicas por parte do poder público e dos organizadores do evento a fim de se melhorar as próximas edições do Festejo;
- ✓ Estabelecer indicadores e critérios que venham a ajudar na categorização e avaliação dos principais elementos que devam ser atenção do poder público e dos organizadores do Festejo a fim de promover melhorias necessárias.

O Festejo de Nossa Senhora do Livramento é um marco importante para o município; um atrativo turístico significativo para o desenvolvimento local, assim por meio do poder público deve-se buscar uma reestruturação e reorganização do espaço urbano no intuito de melhor acolher os visitantes e, também, oferecer a eles um atendimento qualificado.

Essas mudanças e intervenções no espaço urbano podem ser implementadas por meio de ações junto à igreja e aos coordenadores do evento. Para tanto condiz verificar a existência de programas que fazem parte ou que poderiam ser essenciais na iniciativa de promover a festa religiosa.

O papel do poder público é um ponto-chave nas questões de planejamento dos atrativos do município, e assim busca-se também saber: **i)** qual a contribuição do poder público municipal para a consolidação de uma Festa Popular Católica no espaço urbano do

festejo de Nossa Senhora do Livramento? **ii)** quais são as principais demandas estruturais e de infraestrutura por parte dos visitantes e turistas participantes do Festejo do Livramento? **iii)** em quais aspectos o 'poder público' de Caracaraí pode, em termos de planejamento, gestão, promover melhorias nos 'espaços urbanos' e nos 'espaços urbanos sagrados'?

O pressuposto é de que uma intervenção orquestrada pelo poder público municipal no ordenamento de uma festa religiosa possa contribuir significativamente para mitigar os impactos negativos decorrentes da grande visitação, fortalecendo o espaço urbano como atrativo religioso.

O poder público investe na recriação de espaços de lazer, pavimentação de ruas, sinalização em pontos estratégicos com informações de alguns dos pontos turísticos da cidade e até mesmo em fase de finalização, o Centro de Informações Turísticas, C.I.T. (Fig. 1.0), na tentativa de se melhorar a imagem da cidade e o bem-estar da população e dos visitantes, obviamente sem se negligenciar com a valorização dos atrativos culturais.

Este trabalho sobre o Festejo tem como objetivo apresentar ao poder público e à paróquia local, assim como a toda comunidade local, a importância de se estabelecer – no mínimo – níveis de interlocução institucional a fim de se promover mudanças em sua gestão.

A elaboração de perguntas-pesquisa é um dos procedimentos norteadores do trabalho e visam a garantir o foco do pesquisado no objeto principal a ser investigado. Além dos objetivos supramencionados, a pergunta-pesquisa principal norteadora da investigação é:

- ✓ Quais são os principais elementos espaciais, temporais, tangíveis e intangíveis nos 'espaços urbanos' utilizados no Festejo de Nossa Senhora do Livramento, em Caracaraí, que demandam atenção do poder público e dos organizadores do evento em termos de planejamento e melhorias para a sua consolidação como atrativo religioso regional?



Figura 1.0 – Centro de Informações Turísticas, C.I.T., de Caracarái. Apesar de pronto em maio de 2013, ainda permanece sem inauguração oficial. No Prédio funciona a Secretária do Meio Ambiente e Turismo. A foto foi tirada em dezembro 2013.

1.2 Planejamento e Desenvolvimento turístico

O planejamento é fundamentalmente uma ferramenta de gestão e de intervenção com o propósito de prever ações futuras de uma determinada situação atual. Para Petrocchi (1998, p.19), “é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”.

No turismo, o planejamento consiste em estimular o crescimento da atividade, fazendo com que se torne um espaço ordenado em todo seu sistema, desde seus atrativos, serviços, equipamentos, infraestrutura, bem como à preservação do meio ambiente natural e urbano, possibilitando níveis de controle das ações para o seu desenvolvimento (Petrocchi, 1998, p. 72).

Por se tratar de uma atividade causadora de impactos negativos e positivos, o turismo requer planejamento. Deste modo, Hall (2004) discorre sobre o planejamento turístico em longo prazo que vise a minimizar impactos negativos, der retorno financeiro e estimule a comunidade envolvida no processo receptivo à demanda.

Desta forma, o planejamento turístico consiste em garantir maior controle nas construções nas quais se desenvolvem a ação do homem sobre o território e visa a direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando os efeitos negativos que reduzem sua atratividade (Ruschmann, 2006).

O planejamento turístico no plano de governo no Brasil conforme Noia, Júnior e Kushano (2007) foi institucionalizado com o Decreto de 1966, que instituiu o Conselho Nacional de Turismo e criou a Empresa Brasileira de Turismo, EMBRATUR, decisões primordiais para que se pudesse mais tarde propor o Plano Nacional de Turismo, PNT, 2003-2007.

Foram passos relevantes no processo histórico de construção das bases para o planejamento turístico. Com o lançamento do PNT, houve uma dinamização no desenvolvimento da atividade com a regionalização do turismo, criando-se uma nova configuração e contexto para o turismo em nível regional nas cidades brasileiras, pois as diretrizes e ações do governo eram pensadas e centradas em políticas e ações para os problemas de ordem estrutural em nível nacional que muitas vezes distoavam enormemente de uma realidade local. A mudança de uma perspectiva '**nacional-centralizada**' para uma perspectiva '**regional-descentralizada**' e mais participativa em suas bases. O foco ficou sendo a problemática localizada e segmentada do turismo, tal como enfrentada pelos atores locais. Por serem conhecedores de uma realidade local, estão melhor posicionados para uma tomada de decisão com propostas de soluções e de ações realmente exequíveis em termos de planos desenvolvimentistas em nível municipal e estadual.

Mais recentemente o governo decidiu finalmente pela criação do Ministério do Turismo, em 23 de maio de 2003, que restabeleceu o ordenamento das políticas no turismo, utilizando-se de sua autarquia a Embratur, e com ele veio o Instituto Brasileiro de Turismo, e a Lei Geral do Turismo nº11.771, de 17 de setembro de 2008 que visa à promoção e fomento do turismo no país. O Brasil, aos poucos vai institucionalizando o Turismo ao criar legislação própria e um órgão de gestão máxima em âmbito federal para coordenar a estrutura e as formulações políticas com programas para o desenvolvimento do setor. E é nesse contexto descentralizado do planejamento do turismo que recai a situação do Festejo do Livramento, pois espera-se também a institucionalização do mesmo em nível regional.

Essa institucionalização se materializaria com a criação de um Conselho Municipal de Turismo, com Plano Municipal de Turismo, e com um Fundo Municipal de Turismo para se fomentar programas e projetos, etc. Em Caracaraí e nos demais municípios do Estado, essas figuras institucionais ainda não existem.

De acordo com Petrocchi (1998, p.134), a inserção do Plano Diretor Urbano, PDU no município é uma preocupação, pois se tal localidade pensa em desenvolver o turismo, o PDU é um instrumento balizador da promoção do turismo em todo seu sistema. No município de Caracaraí constatou-se a inexistência do PDU.

Em entrevista com o representante da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Caracaraí, professor José Nilson, em relação à contribuição do poder público para planejamento do festejo de Nossa Senhora do Livramento, ele relatou que:

O festejo de Nossa Senhora do Livramento dentro da questão cultural do município é um evento de grande demanda do nosso Estado de Roraima e precisamente o poder publico assume um papel de suma importância, ou

seja, quando na elaboração do Plano Municipal de Cultura, em processo de elaboração, uma das metas que foi contemplada foi a do Festejo de Nossa Senhora do Livramento onde o poder público dará uma grande contribuição para realização deste ao evento, mesmo o Estado sendo laico, mas a demanda religiosa do município se configura através dessa festa religiosa. Portanto o poder público tem a obrigação de elaborar leis que venham a propiciar a realizar o festejo (Entrevista realizada em Caracarái no dia 21/11/12).

Sabe-se que o planejamento turístico promove o desenvolvimento em diferentes níveis regionais, e pode envolver os setores públicos e, ou, privados para a atividade (Ansarah, 2000). O planejamento turístico pode obter graus de detalhamento específico do lugar para que se possa conhecê-lo através de levantamento de dados onde a demanda, a oferta, e a comunidade são elementos básicos para o turismo. Quando feita a análise, pode-se verificar a aceitação, o poder de atração dos recursos e atrativos gerando informações que podem levar ao crescimento e fortalecimento da cadeia produtiva turística.

A partir do planejamento turístico, as estratégias de ordenamento territorial são essenciais para a (re)definição do espaço do turismo nos locais de sua apropriação, pois a eficiência do seu desenvolvimento se deve ao bom desempenho da gestão pela qual é realizado.

No que tange ao desenvolvimento turístico, faz-se necessário esclarecer a diferença entre 'crescimento econômico' versus 'desenvolvimento'. Na década de 40, os estudiosos avaliaram a diferença que ocorre diante do crescimento econômico, este diz respeito ao fator quantitativo na estrutura material da produção dos países tendo o desenvolvimento como um fator qualitativo na estrutura econômica e social (Cruz, 2009 p.99). Reforçando que nem sempre existe um vínculo automático de que 'crescimento econômico' resulte em 'desenvolvimento', ou seja, o primeiro não é consequência lógica do segundo; um não leva ao outro *per se* apenas.

Conforme Coriolano (2012), "os modelos tradicionalmente utilizados para avaliar o desenvolvimento de um lugar baseiam-se em indicadores predominantemente econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), que não mensura o desenvolvimento". O desenvolvimento concorre com a qualidade de vida da população e de suas expectativas de realização pessoal; o que é algo subjetivo de se mensurar. Mas há outros parâmetros para se aferir o nível de desenvolvimento humano.

Por exemplo, tendo como base os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-m) do Relatório de Desenvolvimento Humano, outros componentes de avaliação podem ser considerados a fim de contribuir na avaliação, entre eles: o índice de alfabetização, o padrão

de vida entre outros, etc. A avaliação do desenvolvimento humano é bastante complexa, mas essencial e indispensável como balizadores para se identificar regiões que precisam de maior atenção dos governos para que as populações ali residentes tenham uma melhoria na qualidade de vida.

O crescimento econômico deve acompanhar o desenvolvimento para que as estruturas básicas da necessidade do homem sejam vistas como importante. Atingir uma escala humana significativa possibilitando o desenvolvimento dos setores em prol da melhoria das condições de vida para sua sobrevivência. De acordo com Oliveira (2002, p. 40),

...o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (...) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

O Relatório do Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Comissão Brundtland, da ONU, de 1987, acerca do assunto já definiam a ruptura entre os termos fazendo surgir um novo conceito: o desenvolvimento sustentável tratando às questões do desenvolvimento humano social e, sobretudo o equilíbrio ambiental às avessas do crescimento econômico.

Para Cruz (2009, p.101), o desenvolvimento sustentável vai contra o modelo de crescimento econômico vigente e de desenvolvimento econômico que compromete a vida no planeta com os efeitos negativos nefastos de uma globalização que tem se materializado desde o final do século XX com uma função serviçal às demandas e interesses das grandes corporações, do capital especulativo e de governos dos países desenvolvidos. É uma globalização travestida de interesses outros que não o bem-estar social. Isso não é a prioridade daqueles que promovem a globalização visando a consolidação dos grandes grupos econômicos.

Na visão de Santos (2000), o aumento do desemprego, da pobreza, da disseminação do HIV, e de outras patologias, e da falta da ética e moral na gestão pública, por exemplo, pela existência epidêmica da corrupção no setor público, pode ser considerado o grande mal social em escala global, e, problemas de ordem social e econômico que desafiam os governantes e a sociedade como um todo.

Assim, pensar a sustentabilidade deve ter como estratégia a redução das diferenças sociais, a melhoria da distribuição e da geração de renda, daí muitos créditos despendidos ao turismo como uma ferramenta de enorme potencial para um desenvolvimento

sustentável devido a suas atividades causarem *in situ* um impacto em menor escala.

Nesse sentido, existem na literatura muitos créditos dados ao ecoturismo que, se praticado com um viés de fato ecológico, pode contribuir para se ter na prática alguns aspectos da tão almejada 'sustentabilidade'. Mas as opiniões divergem, e se sabe que o Turismo é uma atividade também impactante, e não pode ser considerado uma 'panaceia' para os problemas históricos e conjunturais de ordem econômica, social e ambiental que são muito mais extensos do que o diminuto universo do ecoturismo. O ecoturismo pode ser um dos vetores para o desenvolvimento local, mas jamais será uma 'fórmula mágica' a preencher todas as falhas e lacunas institucionais.

No que diz respeito ao 'desenvolvimento sustentável' no turismo, a Organização Mundial do Turismo, OMT, o define como o ato de gerir os recursos em seu aspecto econômico, cultural, assim como na conservação da paisagem e na preservação da vida ambiental. A construção deste conceito se refere ao ato de gerir com responsabilidade os recursos existentes tendo em vista garantir a conservação dos mesmos para as necessidades das populações atuais e futuras.

De acordo com Coriolano (2012), o turismo com sustentabilidade se desenvolve na medida em que a comunidade local receptora organiza seu modo de produção, seja por meio de associação, seja por outros modos produtivos na atividade turística por grupos promotores da cadeia produtiva local, como os artesãos, agricultores e pescadores.

É importante ressaltar que os resultados obtidos na implantação da sustentabilidade vêm por de meio de uma organização que permite a geração de trabalho e o alavancar da economia local. Com isso o desenvolvimento local prima pelo poder endógeno de decisão que uma localidade pode assumir. Ou seja, com poder adquirido, seja por meio de uma descentralização, seja por transferência ou por reconhecimento institucional, uma determinada comunidade ganha níveis de autonomia criando os meios e mecanismos para decidir sobre seu próprio futuro e destino, elegendo elas mesmas as prioridades e os caminhos para o seu desenvolvimento. (Ribeiro, 2009; Maia, 2004).

Barbosa (2005, p. 5) explica o desenvolvimento local dentro de uma perspectiva econômica regional; ele aborda o assunto centrado na importância economicista do localismo e do regionalismo,

O turismo de base local ou regional constitui numa mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo. O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar cinco objetivos:

preservação e conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Portanto, a atividade turística - se bem utilizada - pode ser uma ferramenta de desenvolvimento nas regiões que queiram fazer do turismo um meio de vida, um empreendimento individual ou comunitário, para reduzir os índices de desemprego, e, conseqüentemente, promover uma melhoria da qualidade de vida. Obviamente, o turismo não é uma panaceia para todos os problemas existentes como já mencionado.

As comunidades receptoras sabedoras de um conhecimento local, tanto geográfico, espacial, quanto paisagístico, e uma vez conscientes de que o turismo pode assumir um papel importante na geração de renda, se tornam atores-chave na inventariação dos potenciais naturais e culturais, colocando em evidência um conjunto de atrativos, agregando valor turístico à localidade, e, conseqüentemente, contribuindo para as propostas de desenvolvimento local. Um dos desafios para o turismo de base local é obter níveis de conscientização e de cooperação dos membros da comunidade, bem como encontrar um modelo operacional de gestão que promova a equidade na distribuição de recursos, de caráter inclusivo, e amplamente democrático.

No entanto, sabe-se que a denominação 'turismo comunitário' é uma generalização, pois torna-se operacionalmente impossível incluir todos os membros da comunidade em um projeto de (eco)turismo. Não há espaço de atuação para todos. Além disso, não são todos membros de uma comunidade apoiam na íntegra a implementação da atividade turística. A unanimidade na aprovação é algo raro. Acrescenta-se também que nem todos os membros desejam atuar diretamente na atividade turística.

Um aspecto teórico-conceitual e histórico a ser discutido de relativa importância para este estudo é o fenômeno dos deslocamentos humanos (mobilidade humana) cujas motivações sejam a 'fé' e a 'religiosidade'; assim, as peregrinações possuem grande impacto positivo para o turismo em nível global. Em nível local, diga-se, Caracarái com as peregrinações do Livramento – que são chamadas de romarias católicas – podem vir a se expandir ainda mais, se consolidando como um evento religioso de notoriedade no calendário estadual roraimense. Esses aspectos conceituais e históricos de 'fé', 'peregrinação' e 'mobilidade humana' são debatidos na Seção a seguir.

1.3 O Contexto do Festejo de Nossa Senhora do Livramento

A cidade de Caracarái, no sudoeste do Estado de Roraima, distante 134 km da capital Boa Vista, foi fundada em 1955, é conhecida como cidade-porto devido a sua posição geográfico-fluvial

estratégica. A cidade tem em seu calendário de eventos o Festejo de Nossa Senhora do Livramento, uma tradicional celebração religiosa que atrai fiéis da capital, e dos demais municípios roraimenses, e, também, de outros Estados, principalmente do Amazonas.

A Fig. 2.0 é uma imagem de satélite obtida no aplicativo *Google Earth*, e permite visualizar toda a extensão de Caracarái com uma população urbana aproximada de 10.000 habitantes, e municipal de cerca de 19.000 pessoas (IBGE, 2010). A cidade e seu entorno estão situados em uma mancha de lavrado - a savana amazônica - composta por matas de transição e trechos de campinaranas, áreas alagadiças de vegetação rasteira. A cidade é cortada pela BR-174 que liga Caracarái a Boa Vista e a Manaus, e foi construída às margens do Rio Branco.

Caracarái é palco do Festejo do Livramento, um dos principais atrativos religiosos de Roraima, e a razão da mobilidade de uma significativa massa humana, romeiros e peregrinos, bem como da participação de centenas de residentes de Caracarái. Arraigado na história local e, de inquestionável importância no calendário de eventos, alguns lugares urbanos ganham um relativo 'status' sacro, havendo assim (res)significação destes determinados locais, por exemplo, uma praça que recebe o nome de Memorial do Milagre, onde se encontram diversos painéis que, simbolicamente, relatam a história e a relevância do Festejo.

Esses painéis ficam na parte central da cidade, na Orla Rio Branco, construídos para demarcar uma área que, durante o evento, serve para reverência, reflexão e orações; são painéis e esculturas que antes e depois do Festejo do Livramento possuem uma função de resguardar a fé, a referenda, e uma identidade local.

O milagre do vaqueiro Bernadino encontra-se descrito em documentos da Paróquia São José Operário, e, também nos painéis no espaço do Memorial (ver Fig. 1.1), e relata o seguinte:

*O dia 24 de Agosto de 1917 trouxe a Caracarái mais um carregamento de gado destinado para Boa Vista. Ao som de berros e dos gritos dos vaqueiros, o gado é desembarcado. É um trabalho árduo e perigoso. Em dado momento, um touro investe contra os vaqueiros. Um deles era eu, **Bernardino José dos Santos**, atingido pelos chifres do animal, cai por terra com os intestinos à mostra. O ferimento era grave muito grave. O animal rasgando a terra com os cascos, soltando um sinistro bufado pelas ventas, vendo sua vítima indefesa, aguarda o momento para o golpe final [...]. No desespero do momento, senti no coração crescer a confiança na Mãe dos aflitos e, movido pela fé gritei: "Valha-me Nossa Senhora do Livramento". No mesmo momento, o touro que estava prestes a investir novamente contra mim, olhou de um lado para o outro, como se estivesse a escutar um chamado; balança a cabeça e, lentamente se afasta indo se reunir ao restante do rebanho. Neste*

momento, tive a certeza de que meu pedido fora acolhido por Nossa Senhora. Fui socorrido por meus companheiros, que cuidaram dos ferimentos da maneira que puderam e, após vários dias, sem que houvesse surgido qualquer sinal de infecção, fui levado via fluvial a Manaus, onde me submeti a uma difícil operação e recebi tratamentos médicos. Já recuperado, voltei para Caracaraí para cumprir a promessa. Construir uma Capela [a do Livramento]. Continuei o meu trabalho de vaqueiro, sempre falando a todos de, como a Virgem Maria Santíssima havia operado um milagre, salvando-me dos chifres de um touro bravo.

Para fins de esclarecimento, o termo 'romeiro' equivale neste estudo ao termo 'visitante-romeiro', ou apenas à palavra 'visitante' de forma indistinta. Esta observação é pertinente haja vista que a análise do Festejo proposta aqui é feita sob a ótica do turismo de eventos. O 'romeiro' em Caracaraí é, maiormente, o visitante que demanda melhorias na estrutura e na infraestrutura municipal.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima. Foto tirada em novembro de 2013.

Figura 1.1 –Vaqueiro Bernardino sendo atacado pelo touro.

A Igreja de Nossa Senhora do Livramento tem suas origens na história do vaqueiro Bernardino; ela fora mudada de seu local para se construir as instalações da Petrobrás. São poucos os registros da primeira igreja que, na verdade, era de menor porte; uma capela de taipa feita pelas mãos do próprio vaqueiro Bernardino; um modelo de construção que reproduzia o aspecto arquitetônico da cultura local de sua terra natal na Paraíba. A nova Igreja do Livramento foi construída em uma área próxima e inaugurada em 1978, onde se encontra até o momento presente no Bairro do Livramento. O Festejo alusivo a Nossa Senhora do Livramento é datado desde 1918, e é realizado nas instalações edificadas da segunda construção.

A Igreja do Livramento localiza-se no bairro que leva seu nome - sendo o maior da cidade. O terreno da Igreja mede 162,42m de frente x 100m de lateral, um espaço amplo. Este possui um campo de futebol, um barracão com uma estrutura metálica recentemente erguida, banheiros, um pequeno jardim. Essa estrutura na área externa da igreja faz parte do terreno paroquial, e durante o Festejo é onde se instalam as atrações sociais, de convivência e de recreação, entre elas: um parquinho de diversão e as barracas de alimentação. As barracas pertencem a terceiros, em grande parte são fiéis da Igreja que pagam para tê-las instaladas durante o evento. É no 'terreno paroquial', um espaço público-privado edificado e não edificado (aberto), que se realizam as festividades da Santa, tais como novenas e missas.

A área é também o local onde são realizadas as atividades que não possuem uma conotação exclusivamente religiosa, mas que dão sustentação à Festa, e atraem um grande público, tornando-se cruciais para a viabilidade financeira do evento por gerar renda para os locais e para a Igreja - a principal organizadora do evento. Os rodeios, o desempenho de bandas musicais locais, as atividades lúdicas, e as peças teatrais são algumas dessas atividades de significativa importância econômica. Em termos de amenidades e facilidades, a Igreja tem em seu salão oito centrais de ar, uma sacristia, três banheiros internos e dois externos.

Apesar de a área externa da Igreja ser ampla e acomodar todos que buscam o local, a área coberta é restrita, o que, em caso de chuva, não é suficiente para a proteção adequada dos fiéis. Por outro lado, é notório que existem limitações estruturais e de espaço na Igreja para o recebimento do contingente humano numeroso durante o evento, isso - logicamente - exige uma atenção especial, talvez com a realização de missa externa diante a Igreja, ou a instalação de um Telão para aqueles que ficaram do lado de fora possam acompanhar a celebração da missa. O Telão pode ser comprado ou tomado emprestado temporariamente por meio de parceria com a Prefeitura.

Os preparativos do evento são feitos por meio de reuniões com os grupos que frequentam a paróquia. São esses grupos que se mobilizam para angariar fundos e patrocínio do comércio local e do poder público. Os organizadores usam os meios de comunicação tais como a rádio local, jornais, *outdoors*, e afixam cartazes em pontos estratégicos na própria cidade e também na capital Boa Vista para a divulgação do Festejo. Os missionários levam materiais de divulgação para as vilas próximas e para as mais afastadas, como no caso do Baixo Rio Branco, cujos principais e únicos meios de acesso são os barcos, sendo que algumas comunidades ribeirinhas ficam até 10 horas de barco de Caracaraí.

O Festejo acontece em data fixa no calendário regional, no período de 15 a 24 de setembro; entretanto, anteriormente a data era no mês de agosto conforme a colheita do arroz. Com o passar do tempo, devido o mês de agosto ser o 'mês do temporal', chuvas torrenciais, optou-se por transferir o Festejo para o mês de setembro. No primeiro dia da Festa, há queima de fogos de artifício para anunciar o início das festividades, e a isso se segue uma novena, depois a missa, e em seguida o Arraial nos moldes e estilo das festas juninas.

A vida na cidade, durante o Festejo, foge às rotinas em razão das atividades e dos atrativos sazonais que são oferecidos. Nesse sentido, a Igreja tem um papel ampliado que vai além do religioso, pois busca proporcionar recreação, atividades lúdicas, culturais, teatrais, e musicais aos moradores, romeiros, peregrinos, visitantes e turistas que se misturam aproveitando para degustar churrasquinhos, guloseimas, refeições e bebidas não alcoólicas nas barracas de alimentação, além de terem como opção de lazer o parquinho, e rodeio.

Algumas barracas de artesanato são montadas no terreno da Igreja, o terreno paroquial, e os fiéis interessados podem adquirir objetos e artefatos temáticos, maiormente destinados à ornamentação e à lembrança do evento. O comércio sazonal ajuda a Igreja a ter alguma arrecadação, que apesar de modesta tendo em vista os gastos com os preparativos do evento, é indispensável para custear projetos emergenciais.

O ápice do Festejo acontece nos dois últimos dias com uma grande concentração de público. No nono dia, a imagem de Nossa Senhora do Livramento vai para a Igreja de Santa Luzia para que possa passar pelas três comunidades católicas de Caracaraí, a de São José Operário, a do Bairro do São Francisco e a do Bairro do Livramento, cumprindo um itinerário e ritual que antecede a romaria a ser feita no dia seguinte (Ver Fig. 3.0).

Uma particularidade do evento é que todos os anos participam da procissão carros, bicicletas, motos, pois seus proprietários buscam receber bênçãos nesses veículos contra acidentes, etc. No último dia, a romaria sai da igreja de Santa Luzia por volta das 17 horas, e a

procissão circunda a praça central onde fica a Prefeitura, e segue caminho percorrendo a Avenida Doutor Zanny, uma das principais que corta quase toda a cidade e fica contígua ao rio Branco (Ver Fig. 3.0). Durante todo o percurso, os devotos rezam, cantam, pedem bençãos, e fogos de artifícios são lançados evidenciando uma alegria e uma devoção coletiva de religiosidade e fé. Entre os grupos que mais se destacam na romaria estão os pagadores de promessa e os fiéis da Legião de Maria, a maioria vinda da capital Boa Vista.

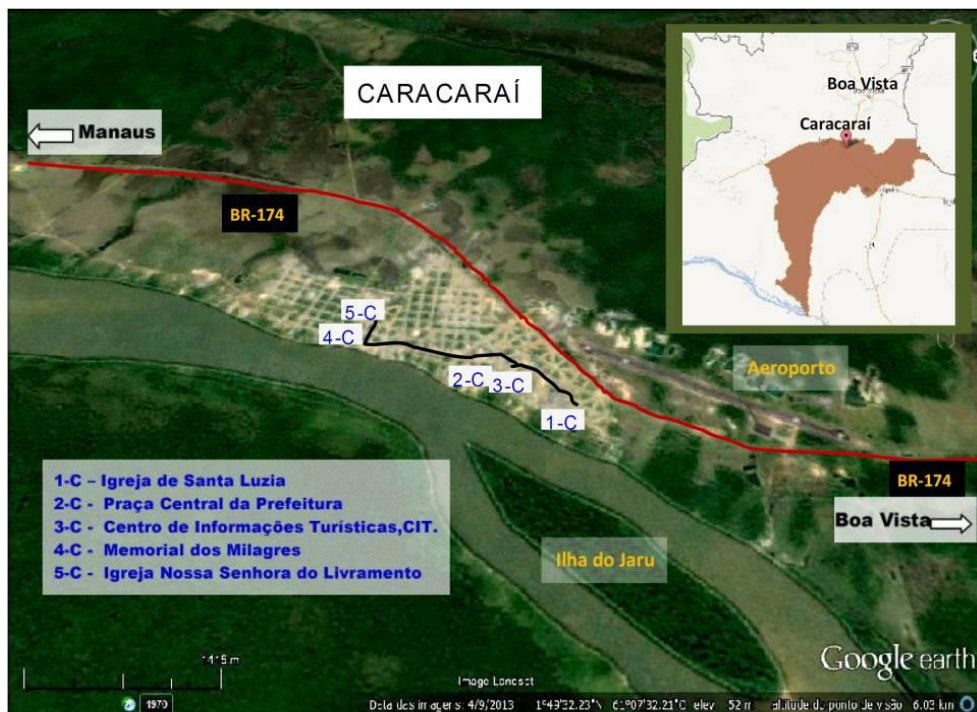
A romaria não é contínua, possui um intervalo em seu trajeto para dar lugar a uma missa campal de quase duas horas sempre realizada no Memorial do Milagre, local onde aconteceu o milagre atribuído ao vaqueiro Bernadino. A missa campal no Memorial do Milagre é geralmente presidida pelo Bispo de Roraima, e após a missa a romaria percorre mais algumas quadras até a sede atual da Igreja do Livramento, local onde é feita uma benção final. Ao anoitecer, o Festejo é marcado por um gesto coletivo praticado por quase todos os fiéis; eles depositam velas em um memorial que se assemelha a uma fonte na parte externa da Igreja, e essa queima de velas é feita em meio a cânticos, orações, pedidos, e agradecimentos. As centenas de chamas das velas acesas ao anoitecer formam uma cena memorável.

Os turistas, peregrinos, romeiros, e moradores locais aproveitam para tirar fotos da imagem e levar de lembranças as rosas naturais com as quais a santa é enfeitada. Essas ocorrências e fatos relatados se repetem, ano após ano, e fazem parte de um ritual e contexto de uma rica manifestação do Catolicismo em Roraima. Na Fig. 2.0 foi feito o traçado do percurso da procissão do Livramento que tem aproximadamente 2,0 km, e foram colocados também os principais referenciais religiosos urbanos.

Após o término da celebração é encenado o milagre do vaqueiro Bernardino. Um grande contingente toma conta do espaço externo da igreja onde se pode observar a concentração de pessoas e tumulto diante as barracas de alimentação, bem como lotação nos banheiros. No espaço coberto onde o “bingão” é realizado, todas as mesas e cadeiras são ocupadas, pois o “bingão” é muito esperado pelos devotos e visitantes. Apesar de não ter viés religioso, o “bingão” torna-se uma das atividades que geram recursos para a Igreja, além de ser um momento de socialização entre os fiéis.

A tradição do Festejo para a cidade de Caracarái tem sua relevância socioeconômica, além de contribuir para a valorização cultural local nas várias atividades que são apresentadas durante o evento, entre elas: os festivais de músicas, os desfiles de “bonecas vivas”, a oferta do artesanato local, bem como a comida típica, a culinária regional roraimense sempre acompanhada da farinha de mandioca. Os dias de festa avivam o sentimento de pertencimento dos diversos grupos participantes, bem como o valor histórico que a cidade

tem. Pode-se afirmar que as 'festas religiosas' são ao mesmo tempo um momento de (con)vivência social e (re)afirmação de fé combinados com eventos propulsores da economia local.



Fonte: Imagem do Google Earth e IBGE-CidadeSat/Google, com inserções e adaptações dos autores, 2013.

Fig. 2 - Vista Aérea de Caracarái com a apresentação do Trajeto da Procissão do Livramento e os Pontos de Referência Urbanos do Evento.

No entanto, a comunidade ainda não está plenamente sensibilizada de que 'planejar' e 'organizar' é uma ação estratégica capaz de promover grandes mudanças positivas com o fortalecimento da estrutura da festa contribuindo para preservar sua identidade.



Fonte: SESC, 2013. Figura Imagem adaptada por Ismar Lima.
Fig. 3 - O Percurso Urbano de quase 2,0 km da Procissão do Livramento em Caracarái, Roraima.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.
Figura 4 – Procissão do Livramento: saída da Igreja de Santa Luzia.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 5 – Fiéis ocupam a Praça do Memorial do Milagre para assistir à Missa Campal do Festejo na Orla.

2.0 A Fé Católica, Peregrinações e o Fenômeno dos Deslocamentos Humanos

De acordo com Souza (2012), a religião católica é uma das religiões do cristianismo com maior número de adeptos. As estatísticas recentes mostram que há cerca de um bilhão de católicos no mundo, e os países com números expressivos de fiéis são o Brasil e o México. A religião católica é representada por meio de muitos símbolos que fazem referência à Santíssima Trindade, aos santos, sacramentos, e à figura de Jesus e Maria, além de outros personagens bíblicos. Tem sua origem, segundo o ensinamento católico, com o nascimento de Jesus Cristo.

No Brasil, a religião católica foi introduzida com a vinda de missionários para a ‘nova terra dos trópicos’ durante a colonização no século XVI, e tornou-se um dos legados de Portugal para seus colonizados (Câmara Neto, 2003). Os povos africanos e índios muito contribuíram para a formação do catolicismo brasileiro através de suas crenças, rituais, feitiçarias, e superstições, assim constituindo também o chamado ‘catolicismo popular’.

O ‘catolicismo popular’ surge no modo de vida de um povo e não se restringe apenas à doutrina clerical *per se*; assim, Câmara Neto (2003) informa que o catolicismo popular “é aquele em que a

constelação devocional e protetora prima sobre as constelações sacramentais e evangélicas” (p. 5). O autor faz referência à manifestação dos religiosos para com os santos de sua devoção sem interferência e mediações dos clérigos da igreja. Voltadas à veneração, tais manifestações religiosas populares estão intimamente ligadas a um modo ritualístico devocional fundamentado no simples ensejo da fé, tendo como expoentes suas rezas, cantos e ladainhas, etc. O Festejo de Nossa Senhora do Livramento reúne todas essas características seja pela reza do terço, cânticos, seja a caminhada dos fiéis até a santa em uma peregrinação para se prestarem homenagens, cumprirem votos, e demonstrarem sentimentos de admiração.

Conforme Carvalho (2004), a “peregrinação é o deslocamento de pessoas que vão visitar lugares sagrados para cumprir promessas em devoção a algum santo e por ter alcançado ou para alcançar alguma graça”. Como descrito por Carvalho (2004), esse deslocamento parte do momento em que o peregrino deixa o seu local habitual ao encontro do sagrado com o objetivo particular para com o santo.

A peregrinação religiosa passou a ser motivo de busca por lugares considerados importantes para a espiritualidade. Com o tempo as viagens percorridas tinham caráter histórico e momentos importantes de festas cristãs. Andrade (1995 apud Nascimento 2008 p.33) explica essa ocorrência histórica que tem se repetido ao longo dos séculos,

A partir dos séculos III e IV da era cristã, os fiéis começaram a ter o hábito de viajar com propósitos religiosos a vários lugares como aos mosteiros e conventos da Síria, do Egito e de Belém, para encontrarem os “servos de Deus”, para rogar-lhes por meio de orações sabedorias, conselhos, bênçãos e curas. Neste tempo muitas foram as viagens as igrejas e santuários onde os restos mortais de santos, mártires e o local onde Cristo e seus apóstolos viveram e morreram.

A peregrinação tem cunho social, espiritual e penitencial que ajuda na “psique humana”, estimula a contribuição social, e integra atividades lúdicas a estes grupos. A religião comporta características próprias e com especificidades para quem pratica viagens religiosas aos lugares considerados religiosos como romeiro, peregrinos e penitentes. Na interpretação de Cypriano e Lima (2008, p.6),

Quando alguém, por livre disposição e sem pretender recompensas materiais ou espirituais, viaja a lugares sagrados, o conjunto de atividades se denomina romaria. Quando alguém visita lugares sagrados para cumprir promessas ou votos anteriormente feitos a divindades ou a espíritos bem-aventurados, o conjunto de atividade chama-se peregrinação. Quando alguém, empenhado de

remir-se de suas culpas ou de seus pecados, de forma livre e espontânea ou por conselho ou disposição de líderes religiosos, se dirige a lugares sagrados, ou outros lugares sagrados, ou a outros lugares, em espírito de arrependimento e compunção, o conjunto de atividades é designado como viagem de penitência ou viagem de reparação.

Conforme a história dos deslocamentos humanos, as motivações religiosas para a realização de viagens são antigas em que os indivíduos, ou grupos de indivíduos, rompem com a comodidade de residência fixa, do lar, para se encontrarem e se interagirem com o mundo sagrado. As tradições religiosas mostram a importância dessas viagens. Afirma Ortega (1994, p.246) que,

[...] religião judaica, segundo se lê no antigo testamento, os fiéis peregrinam à cidade de Jerusalém várias vezes ao ano devido, suas festas religiosas, e lá cantavam salmos chamados A Peregrinação. E um dos mandamentos da religião muçulmana é a peregrinação à Meca. Todos os fiéis devem ir a Meca ao menos uma vez na sua vida. E na religião cristã temos notícia que houve nos primeiros anos e nos primeiros séculos homens e mulheres que peregrinavam ao sepulcro de Jesus em Jerusalém, assim como o sepulcro dos apóstolos Pedro e Paulo em Roma [...]. Com o decorrer dos séculos, como parte da Igreja Católica, surgiram os santuários Marianos, repartidos pelo mundo motivados às vezes pelas aparições da Virgem Maria e pela fé e devoção popular.

A partir do século XX, os deslocamentos humanos em razão desses santuários marianos fizeram surgir 'novas religiosidades' no mundo ocidental contemporâneo; assim, as romarias e as peregrinações foram intensificadas como novas descobertas do sagrado envolvendo místicos, espiritualistas e esotéricos. Os destinos religiosos passaram então a multiplicar-se de maneira global.

Em tempos remotos, as peregrinações ajudaram a configurar os lugares em níveis de atração para pessoas no mundo todo, pois as peregrinações – além do viés religioso, experiências e vivências de fé - embutem também a aquisição de conhecimentos diversos, ampliação dos contatos sociais, divertimento, e níveis de lazer. Tornando muitos lugares núcleos receptores, tais como: Meca, Santuário de Lourdes na França, Fátima, a Via-Crucis de Jesus em Jerusalém, Roma, Belém, Aparecida do Norte, Juazeiro de Padre Cícero, a cidade cenográfica de Nova Jerusalém em Pernambuco, o Mosteiro de Einsiedeln, na Suíça, e, em Roraima, além do Festejo do Livramento, é realizado todos os anos o Festejo da Paixão de Cristo que ocorre paralelamente à Semana da Cultura em Mucajaí.

Das rotas internacionais de peregrinação consideradas importantes para o Catolicismo e para o turismo religioso, há aquelas tradicionais, tais como: o famoso Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, bem como as motivações religiosas para as visitas e peregrinações a Roma e a Jerusalém. São diversas as nacionalidades que buscam fazer o caminho de Compostela percorrendo o território europeu, um circuito turístico religioso de reconhecida relevância econômica, cultural, e social, que dá relativo '*status*' aos que dele participam. Existe, nessas peregrinações ou roteiros, a busca de vivências que denotam o aspecto '*temporal*' e '*espacial*' das manifestações do Catolicismo, pois o peregrino ou visitante revive na contemporaneidade um dado momento '*religioso*' e em uma mesma localidade.

Assim, a temporalidade e a espacialidade são elementos inerentes na manifestação da fé, por exemplo, por aqueles que buscam reviver a Via-Crucis com cânticos, orações, ou mesmo, em reproduções mentais do sofrimento de Jesus Cristo, nos corredores apertados de Jerusalém. De grande apelo religioso e de elevado atrativo para peregrinos, são lugares-chave onde Cristo supostamente foi crucificado, bem como a tumba onde Jesus foi sepultado, e também de sua bíblicamente testemunhada ressurreição, ambos em Jerusalém antiga; um lugar inquestionavelmente sacro que reúne em poucos quilômetros quadrados, as três principais matrizes religiosas monoteístas do mundo: o cristianismo, o judaísmo, o islamismo. Bem próximo a Jerusalém, encontra-se a cidade de Belém, na região da Palestina, próxima a Jerusalém, que é outra cidade de visitas e peregrinações religiosas cristãs em virtude da Igreja do Nascimento estar ali, e foi edificada no lugar onde supostamente Cristo nasceu. São lugares de apelo religioso e turístico onde foram erguidas igrejas e santuários como marcos para a reverência e fé.

Tal vivência torna-se "uma volta ao passado", pois o visitante ou devoto acaba estando no mesmo lugar de uma ocorrência histórica marcante do Catolicismo; sendo mais exato, do Cristianismo. Esse fenômeno da '*espacialidade*' e '*temporalidade*' no reviver da fé católica é observado mundo afora nas datas festivas como na Páscoa, com a crucificação de Cristo, em que teatros e encenações diversos são realizados.

Portanto, o turismo religioso - tendo como motivações a '*crença*' e a '*fé*' - congrega elementos imateriais (intangíveis) em vários níveis, em termos de rituais, de dogmas, de celebrações, de valores, de cânticos, de testemunhos, de narrativas consagradas, e a vivência de passagens históricas e bíblicas; o que permite uma abordagem sobre o resgate do que pode ser chamado de uma "cultura religiosa" relativa à manifestação da fé e da manutenção da essência do evento de cunho religioso (Maio, 2004). As indumentárias, a cruz, a imagem

de Nossa Senhora tudo isso faz parte de um patrimônio histórico-cultural tangível que contribui para a afirmação do turismo religioso de peregrinação (Ver Figs. 6 e 7), e Caracarái faz parte deste contexto, apelo, e atratividade.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 6 – A Procissão: Elementos Simbólicos e o Espaço Urbano.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 7 – A Procissão, os Elementos Simbólicos (a Cruz Peregrina) e as Vias Públicas Utilizadas pelos Participantes e Visitantes do Festejo do Livramento uma (Re)Significação dos Espaços Urbanos de Caracarái durante o Festejo.

3.0 Patrimônio Histórico-Religioso

O conceito de patrimônio cultural surgiu na França aproximadamente na década de 1980, e, segundo Calvo (1995) moldando o sentido de folclore, cultura popular e cultura tradicional. O patrimônio cultural representa os símbolos incorporados por grupos humanos de modo que possa estabelecer uma relação dos emblemas fortalecendo suas representações na dinâmica social destes (Cruces, 1998).

Segundo Perez (2009), o patrimônio cultural é um tripé entre cultura, patrimônio, e patrimônio cultural. Essa distinção se baseia no fato de que o patrimônio cultural assume um papel público, comunitário e de identificação coletiva. Enquanto que o patrimônio absorve um sentido mais restrito, familiar, e individual ao contexto privado e particular. A cultura se relaciona com o patrimônio cultural, porém na cultura nem tudo pode ser 'patrimonializado', nem tudo pode ser conservado; o que leva o patrimônio cultural a ser uma representação simbólica da cultura em consonância com o processo de seleção de elementos e significados.

Para Ballart (1997), um objeto ou conjunto de objetos, incluindo aqueles tidos como intangíveis, é tomado ou apropriado por um grupo ou grupo de indivíduos fazendo surgir um sentimento de propriedade, constituindo o que se denomina de patrimônio cultural. É importante observar que a escolha é fundamental para esses grupos humanos diante dos valores sociais, suas memórias e sua identidade.

De acordo com Barreto (2004, p.9), descreve que "até a metade deste século, praticamente, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política e civil". Essa configuração da imagem do patrimônio condizia com os interesses desses grupos humanos em avaliar o bem material conforme o contexto social dessas classes predominando a riqueza e a opulência que as representava.

Atualmente a configuração de patrimônio tem se modificado passando a se diversificar de modo muito particular reunindo um conjunto de símbolos que passam a ter valores de conservação para o meio social.

A patrimonialização é, hoje, um recurso recorrente para a conservação de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer, o *savoir faire*, seja um artesanato, um prato típico ou uma técnica construtiva (Paes, 2008, p. 162).

Ainda sobre o conceito de patrimônio cultural, Cavalcanti e Fonseca (2008, p.7) fazem uma análise na perspectiva do tombamento patrimonial: “tombam-se objetos, edificações, e sítios físicos (patrimônio material); registram-se saberes, rituais, formas de expressão e os espaços onde essas práticas se desenvolvem (patrimônio imaterial) [...]”. A existência de elementos intangíveis, tanto quanto os bens tangíveis, têm sido relevante para a sociedade, pois por meio deles se resgata e mantém uma diversidade cultural imprescindível para a construção e afirmação de uma identidade local; elementos que além de congregar interesses religiosos se despontam como atrativos e motivações para o turismo.

Para se instruir a gestão e o reconhecimento do patrimônio, foram criados documentos por órgãos internacionais e nacionais que correspondem às normas de preservação e de conservação do patrimônio cultural dos países. Conforme Megale (2007, p.17), no que diz respeito à Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988 em seu artigo 216, entende como patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ainda conforme Megale (2007, p. 22), quanto ao patrimônio imaterial este passou a ser reconhecido no Brasil somente em 04 de agosto de 2000, por meio do Decreto nº 3.551/2000 para vincular ações de políticas públicas a fim de identificar, inventariar e valorizar este acervo. Denominados os quatro ‘Livros dos Saberes’:

- ✓ Livro de registro dos saberes: para o registro de conhecimentos e modos de fazer;
- ✓ Livro das celebrações: para as festas, os rituais e os folguedos;
- ✓ Livro das formas de expressão: para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- ✓ Livro dos lugares: destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

E, ao se considerar a dinâmica dessas manifestações, e com o objetivo de acompanhar suas transformações, prevê-se que o registro seja refeito, no mínimo, a cada dez anos, a fim de realizar atualizações que venham a contribuir para uma informação mais recente e fidedigna acerca dos bens tangíveis e intangíveis.

Para o Ministério do Turismo, Mtur, (2006), os bens do patrimônio constituem valores que devem fortalecer a interação entre comunidades e turistas no intuito de se manterem a memória, os símbolos e a identidades dos locais que permitem a boa convivência aos residentes e visitantes, além de propiciar uma rica experiência cultural.

No caso das manifestações de cunho religioso, como é o Festejo de Livramento, a afirmação da fé, da crença, e a continuidade de dogmas e rituais são, indubitavelmente, o acervo vivo (realizado pelas pessoas) de elementos intangíveis que se consagraram ao longo da história da humanidade.

Portanto, o Festejo do Livramento é mais uma ocorrência de fé no Brasil que mantém viva uma história permeada pela religiosidade. A mobilidade humana e as peregrinações são um fato de irrefutável relevância para o setor turístico, assim a próxima seção discutirá os principais aspectos conceituais do 'turismo religioso'.

O turismo religioso leva muitos turistas a se deslocarem a templos, igrejas, sinagogas, e mesquitas pela devoção, a maioria impulsionada na crença em um ser superior com poderes divinos. Conforme a OMT (Organização Mundial do Turismo), o segmento é um dos principais motivos de viagens depois do turismo de férias e do turismo de negócios, todos em crescimento.

O Brasil é majoritariamente um país católico, atrai em suas festas religiosas milhares de fiéis. Os destinos mais visitados são a Basílica de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo (Padroeira do Brasil), anualmente 9,5 milhões de fiéis visitam a cidade, Juazeiro do Norte no Ceará tem atraído por volta de dois milhões de pessoas a cada ano e o Círio de Nazaré em Belém, uma das festas religiosas mais populares, envolve 1,5 em seu local.

Segundo o IBGE (2010), a religiosidade no Brasil sofreu uma mudança em número de seguidores. O catolicismo sofreu redução enquanto os evangélicos de várias congregações tiveram crescimento de 15% no ano de 2000 para 22% em no ano de 2010. A pesquisa também destacou o crescimento dos que se declaram sem religião e do crescimento do Espiritismo. O fato é que o catolicismo, mesmo com essa diminuição de seus fiéis, ainda detém o maior número de adeptos.

O Ministério do Turismo, Brasil (2010) conceitua o turismo religioso como um turismo ligado à pluralidade de religiões institucionalizadas,

O Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas. O Brasil é um país considerado laico há uma diversidade de religiões institucionalizadas, tais como as de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio.

Conforme pode ser confirmado na Tabela abaixo, o turismo religioso está entre as razões mais procuradas (motivações) para deslocamento e mobilidade humano (Dias e Silveira, 2003, p. 14).

4.0 Os Elementos Constituintes do 'Espaço Urbano Sagrado (Sacro ou Sacralizado)'

Um dos aspectos que fazem parte da discussão teórica deste trabalho é a abordagem acerca do conceito de 'espaço urbano sagrado', haja vista que na literatura poucas são as menções e debates sobre o tema; essa abordagem torna-se, portanto, uma das contribuições conceituais mais significativas da pesquisa.

O 'espaço urbano sagrado', também podendo ser chamado de 'sacro' ou 'sacralizado', ganha uma dimensão acadêmica tanto no aspecto empírico quanto prático já que tal 'espaço específico' quando avaliado dentro do contexto de uma festa religiosa, ganha um valor religioso agregado, demandando níveis de prioridade em termos de planejamento e de ações pontuais, por exemplo, se comparado a outros espaços urbanos de uso menos rotineiro em contraste aos espaços de maior ocupação e visitação.

O 'espaço urbano sagrado' é, portanto, áreas ou espaços citadinos os quais ganham - em certos períodos do ano - um '*status quo*' em virtude do caráter religioso a que estão ligados. São nesses espaços que ocorrem as manifestações religiosas, e por possuírem uma 'concentração humana' elevada, ali se concentram também o comércio e as atividades diversas (encenações, missas, teatros, apresentações culturais, musicais, etc.), tornando-se, portanto, um perímetro urbano com valor agregado se comparado aos demais espaços urbanos municipais. Os espaços sagrados podem ser as vias públicas, as praças, as áreas com edificações, uma orla, terrenos baldios, e, ou, os espaços abertos públicos ou privados, etc. (ver Fig. 12).



Fonte: Maria Nogueira e Ismar Lima, 2013.

Figura 8 – Um dos Espaços Urbanos Sagrados de Caracarái, o Memorial do Milagre. Local da Missa Campal do Festejo.

No que tange ao aspecto conceitual, a noção de ‘espaço urbano sagrado’ leva a uma discussão acerca de alguns elementos que – direta ou indiretamente, explícita ou intrinsecamente - acabam sendo constituintes desses espaços, que, como afirmado anteriormente, não estão dissociados da ‘visitação’, da ‘fé católica’, ‘população local’ (residentes), ‘população flutuante’, e ‘turismo’. Assim, tais elementos conceituais a serem discutidos são: catolicismo popular e peregrinação’, ‘turismo religioso’, ‘turismo de peregrinação’, ‘patrimônio histórico-cultural’, e ‘desenvolvimento e planejamento urbano’.

A (res)significação do espaço urbano em que os ambientes quotidianos ganham um novo significado para os locais e para os visitantes tornando-se espaço urbano sacro, havendo neles a reafirmação da fé Católica e outras manifestações de fé e crença. Conforme Costa (2009), o espaço sagrado constitui-se de representação social e é predominante do catolicismo brasileiro onde a simbologia dos santos e lugares sacros são impregnados de significados. Na interpretação de Rosendahl (1999, p.233), a definição para espaço sagrado é, “um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência”. Neste espaço sacro o homem transcende sua religiosidade em busca do contato com o divino.

Pode-se afirmar que a cidade de Caracarái devido à história do milagre atribuído ao vaqueiro Bernardino tornou o lugar dos

acontecimentos dotados de sacralidade aonde muitos vêm para estar em contato com o mundo espiritual reforçando a tradição local reunindo em seu espaço muitos fieis que buscam firmar a fé e a prática de sua religião.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 9 – Espaço Urbano Utilizado pelos Ambulantes e pela Igreja no Memorial do Milagre na Orla de Caracarái.

Entretanto, os lugares sagrados (sacros ou sacralizados) são ‘áreas’ ou ‘locais’ permeados por uma dualidade contraditória ao se situarem entre o ‘sagrado’ e o ‘profano’, haja vista que ali podem ser encontrados comerciantes de *souvenires* de conotação religiosa, como as santinhas e os crucifixos, como pode haver – nesses mesmos lugares - vendedores de cerveja.

De acordo com Pereira e Oliveira (2009), o sagrado está na existência cultural fundamentada na fé e na religião, enquanto que o profano está no entorno do sagrado. Para Castro (2005, p. 3276) a dualidade pode ser notada conforme o comportamento da dinâmica local,

A cidade de Bom Jesus da Lapa desenvolve o crescimento do espaço urbano sagrado pelo movimento dos romeiros, mesmo que estes sejam temporários na visitação do santuário e o seu entorno. O santuário é o ponto de convergência dos agentes sociais que interagem com intenções diferentes. Para os comerciantes e empresários é um meio de negocio ter um atrativo religioso e em contramão torna-se sagrado para os fieis do lugar. No local sagrado, vivenciados por esses moradores, são percebidas de forma diferentes o sacro e profano que a cidade incorpora.

Os espaços urbanos sagrados, entretanto, devem ser visto como um 'elo espacial' entre seus fiéis, principalmente romeiros e peregrinos e a comunidade que celebra a devoção e sentimentos manifestados nesses lugares.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013

Figura 10 – Vendedores Ambulantes e Policiamento diante a Missa Campal do Festejo na Orla de Caracarái.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 11 – Circuito Urbano da Procissão: A Legião de Maria no Festejo.

5.0 Espacialidade , Temporalidade, Tangibilidade e Intangibilidade nas Manifestações do Catolicismo

A leitura crítica acerca da ‘**Temporalidade**’ e da ‘**Espacialidade**’ nas manifestações religiosas do Catolicismo deve ser feita em escala e com uma inter-relação dos diversos elementos e aspectos tangíveis e intangíveis que constituem, caracterizam e denotam as expressões, interações e devoções religiosas individuais e, ou, coletivas. Esta parte do artigo busca avançar nas discussões conceituais dando uma ênfase prática e funcional a eles, ao se identificar e classificar de forma acadêmico-científica os aspectos temporais, espaciais, materiais, imateriais, e simbólicos das manifestações do catolicismo e da profissão da fé cristã.

A ‘**espacialidade**’ refere-se a um determinado ‘espaço’, ‘local’, ‘lugar’, ‘localidade’, onde marcos religiosos estão presentes e, também, onde eventos e ocorrências religiosas são realizados, e manifestações de fé e crença praticadas. Na visão de Ramos (2002, p.68), ‘sociabilidade’ não está dissociada da fé,

Assim, uma espacialidade é uma forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. Por sua vez, sociabilidade está vinculada à idéia de um determinado modo de vida, ou seja, uma organização geral das relações sociais entre os indivíduos e entre os grupos num determinado momento.

De acordo com Milton Santos, a espacialidade pode ser explicada "a partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas" (2009, p.22), e esses espaços referem-se à configuração e à divisão territorial, o espaço produzido, e o espaço das manifestações sociais, culturais e religiosas, por exemplo.

Para Santos (2009), os recortes espaciais podem ser feitos em consonância com a problemática existente em escalas em um referido lugar. Já Saquet (2005), afirma que não existe uma homogeneidade no espaço nem no território, mas uma heterogeneidade de tempos, desigualdades e diferenças. No caso deste artigo, os espaços e a heterogeneidade presente nesses espaços estão relacionados ao Festejo do Livramento.

A ‘**espacialidade**’ discutida neste artigo é de âmbito municipal no contexto das atividades do Festejo do Livramento. E de uma forma descritiva, espacialidade pode ser categorizado como um ‘espaço’ que pode ser ‘aberto’ (ao ar livre), ‘semi-aberto’ (tendas), ou ‘fechado’ (restrito ao interior de edificações, tais como igrejas, residências, etc.).

O ‘espaço’ pode ainda ser situado em três dimensões para análise: **i) o espaço urbano sagrado** onde se concentram a maior parte das manifestações e dos atrativos religiosos, bem como de aglomeração humana (romeiros, visitantes, residentes, etc.) participantes de uma determinada ocorrência ou evento religioso, e os

espaços urbanos sagrados podem ser avenidas, ruas, praças, orlas, trechos de rios (em caso de batismo e, ou, procissões fluviais); certas partes de uma praia, memoriais; monumentos e, ou, painéis, e seu entorno, etc.; **ii) o espaço urbano** em si possui relativa importância para a realização de eventos religiosos, pois é onde se encontram o comércio em geral, os hotéis, os restaurantes, etc.; e **iii) o espaço não-urbano** localiza-se nas áreas peri-urbanas ou rurais, e podem ser áreas de uma fazenda, chácra, sítio, e, ou, áreas naturais como matas, florestas, rios, etc.

Por exemplo, em termos de espacialidade, na Fig. 12 foram citados os itens 'imagens', 'painéis', e 'monumentos', e esses devem ser – para efeito de análise - considerados como integrantes de uma área, ou local, mais extenso, e a análise desses elementos deve incluir o '**entorno espacial**' (áreas adjacentes) onde se encontram instalados. O item 'parques' diz respeito aos parques urbanos onde geralmente são realizados ou celebrados eventos/atos religiosos.

Outra ressalva a respeito da Fig. 12 é de que os '**espaços não-urbanos**' também podem possuir determinadas áreas ou locais com um '*status sacro*' haja vista a importância adquirida ou atribuída a eles. Por exemplo, um memorial erguido em uma área de fazenda ou trechos do rio onde são depositadas imagens e, ou, onde flores unidas são jogadas pelos fiéis em uma procissão fluvial. Já as 'rodovias' são citadas, pois são o palco onde se realizam 'romarias' e 'procissões', além de elas terem – muitas vezes – painéis religiosos temáticos, cruzeiros, altares, entre outros marcos religiosos católicos. O mesmo ocorre com o item 'estrada', que é entendido aqui como uma via vicinal e, ou, rural, secundária, mas onde tais ocorrências são também observadas.

A '**temporalidade**' é outro aspecto da análise. Martins (1992), por exemplo, usa o termo 'temporalidade' para estabelecer uma coexistência de tempos datados em um processo histórico. Marques (2008) explica as raízes do termo temporalidade que vai além do aspecto cronológico *per se*, vai além da quantificação temporal.

Encontramos as raízes da percepção teórica e abstrata da temporalidade não apenas no plano intelectual, mas, também, a partir da realidade cotidiana, a partir do processo, bastante lento, da quantificação temporal que surge progressivamente a partir do século XIV com a invenção dos primeiros relógios mecânicos e a valorização da contagem do tempo no cotidiano. Sendo assim, poderemos verificar que há um movimento paralelo entre a complexidade crescente desta contagem, que se faz progressivamente através dos séculos pela medição de minutos e segundos com a sofisticação dos aparelhos cronográficos, e a sofisticação do conceito abstrato de tempo, refletido tanto no pensamento

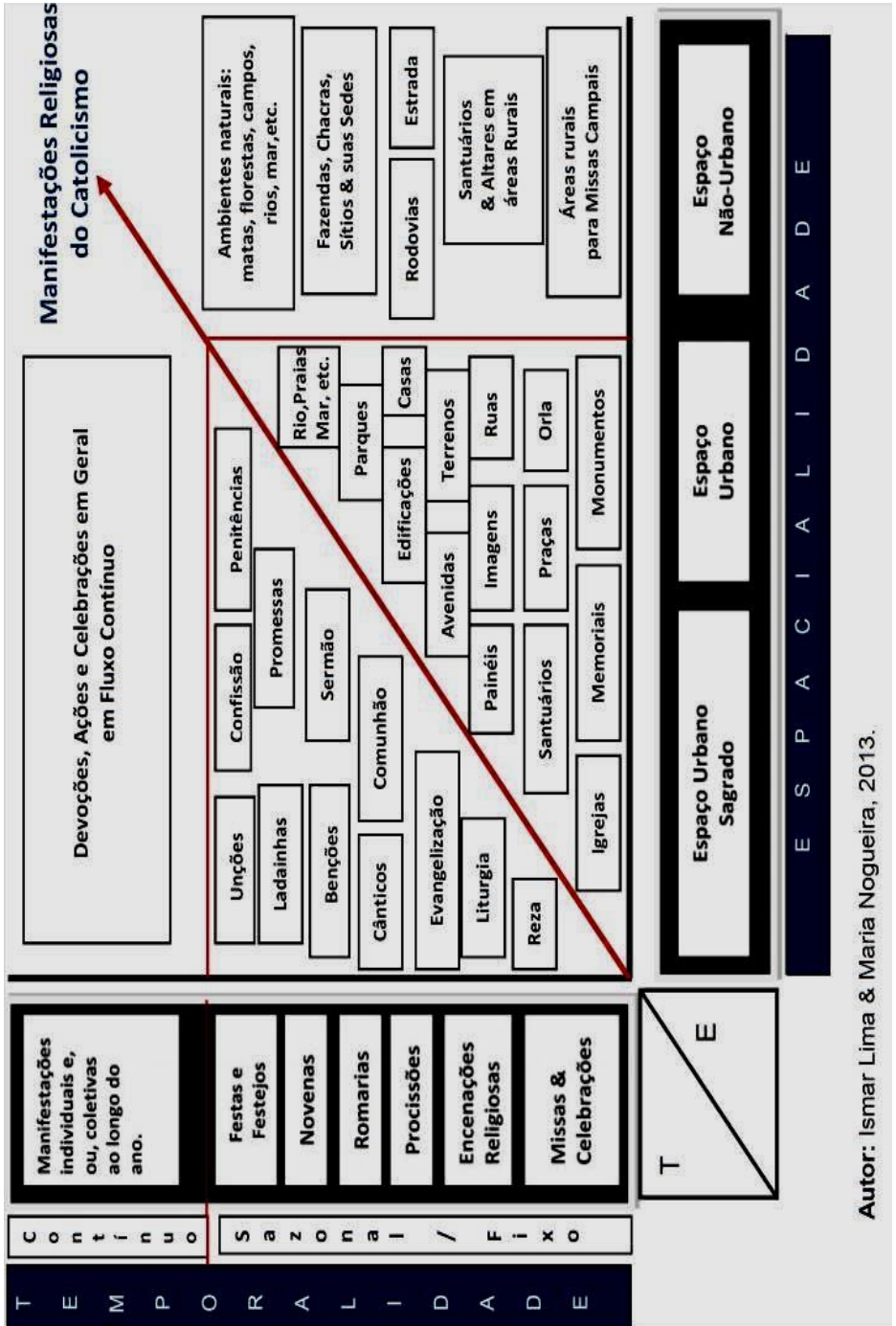
filosófico quanto na física... A cronologia se preocupou exclusivamente com o estabelecimento de sistemas de contagem e sistematização de períodos e eventos, como no caso da contagem dos anos através do calendário olímpico, elaborada por Timeu (c. 356 – 260 a.C.) (p. 47).

De acordo com o dicionário Houaiss, a palavra 'temporalidade' tem origem no latim *temporalitas(âtis)*, e refere-se ao que é temporal, o que ocorre em espaço de tempo limitado'; sendo que o ano de 1446 é a data provável para o aparecimento e uso da expressão 'bens temporais'. Assim, 'temporalidade' indica a qualidade, estado ou condição do que é temporal; provisório, temporário; um estado de interinidade.

Marques (2008) reforça a noção da linha do tempo, ou a ocorrência da temporalidade na história, sendo que essa pode pertencer a um passado, presente, ou ao futuro; é também enfatizado que a temporalidade pode ter características cíclicas e de linearidade em se tratando de fatos históricos. No caso deste artigo, a 'temporalidade' é analisada no contexto das ocorrências do Festejo do Livramento, e entendida como sendo um 'período de tempo' específico de uma ocorrência, podendo ser '**diurna**' e, ou, '**noturna**'; e para efeitos de análise, a temporalidade foi também subdividida em 'contínua' e 'sazonal/fixa'.

A '**temporalidade contínua**' refere-se às manifestações e expressões de religiosidade e de fé por indivíduos ou grupos de indivíduos que podem ocorrer em qualquer época do ano, sem estar previamente estabelecida em um calendário de eventos. Por exemplo, uma família que decide visitar um santuário ou um memorial, e ali fazer orações, cantarem, e acenderem velas, etc. Já a '**temporalidade fixa/sazonal**' diz respeito às manifestações e eventos já predeterminados em datas ou períodos '**fixos**' (permanentes) do calendário de eventos em uma dada localidade (município, estado, etc.), e são, maiormente, as Festas, os Festejos, as Encenações, as Romarias, as Folias de Reis, etc.; os eventos religiosos tradicionais, não contínuos, temporários (sazonal), e sempre aguardados pela população (Ver Fig. 12).

Ao se analisar a Fig. 12, pode-se observar que existe uma correlação direta, uma interface com pontos em comum entre 'temporalidade' e 'espacialidade'. Por exemplo, os elementos '**temporais religiosos**' são os eventos que ocupam um determinado período de tempo (uma missa dura cerca de 60 minutos; uma procissão pode durar entre 1 e 3 horas; um Festejo pode durar uma semana), e são nesses eventos tais como as missas, as encenações, procissões, festejos, etc., que as manifestações do catolicismo ocorrem.



Autor: Ismar Lima & Maria Nogueira, 2013.

Fig. 12 - Temporalidade e Espacialidade nas Manifestações do Catolicismo.

Tais eventos são realizados respectivamente em um determinado local, lugar, ou localidade, daí a 'espacialidade religiosa'. A missa pode ser celebrada em uma igreja (edificação), em uma praça, ou em uma praia, tal como aconteceu durante a visita do Papa Francisco ao Brasil, em 27 de julho de 2013, em que uma mega missa foi celebrada na praia de Copacabana reunindo aproximadamente três milhões de fiéis.

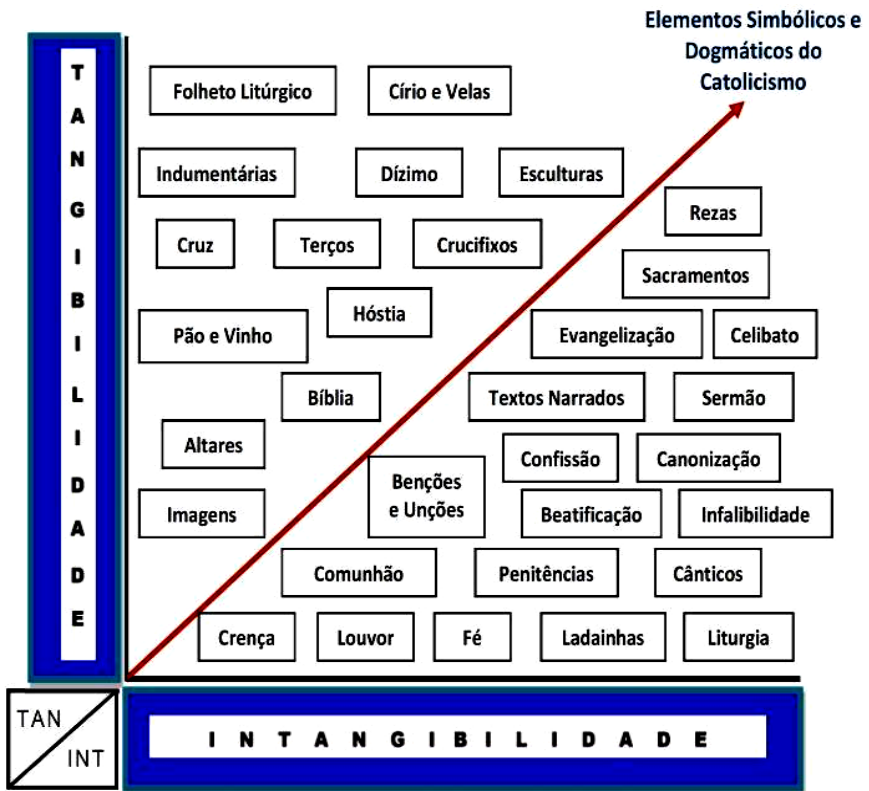
Assim, pode-se deduzir que a atribuição ou não de um '**valor sacro**' e, ou, do registro ou da existência de um determinado '**espaço urbano sagrado**', ocorre em função das interfaces e das inter-relações em escala entre 'temporalidade' e 'espacialidade' de uma manifestação religiosa católica, levando-se em consideração todos os elementos **tangíveis** e **intangíveis** que existentes em tais ocorrências.

6.0 Tangibilidade e Intangibilidade nos Dogmas e Rituais do Catolicismo

No que se refere à '**tangibilidade**' e à '**intangibilidade**' nas 'manifestações do Catolicismo', os elementos simbólicos e dogmáticos dessas manifestações são citados e estão inter-relacionados, havendo entre eles uma dualidade complementar necessária para a afirmação da fé e religiosidade cristã.

Alguns dos principais elementos religiosos '**tangíveis**' são: as imagens (estátuas, gravuras, e pinturas representando santos, santas, Jesus Cristo, etc.); os altares; a bíblia, o livro sagrado dos cristãos; o pão e vinho simbolizando o corpo e o sangue de Cristo, e a hóstia com o mesmo significado; a cruz; os terços dos fiéis; os crucifixos; as esculturas; as oferendas; o dízimo, como elemento monetário importante para a manutenção das igrejas, etc.; as indumentárias de fiéis, das freiras, dos coroinhas, do padre, bispo, etc.; o círio e as velas; e os folhetos litúrgicos.

Já os elementos '**intangíveis**' são: a crença; o louvor; a fé; as ladainhas; a liturgia; a comunhão; as penitências; os cânticos; a infalibilidade; a beatificação; a canonização; as bênçãos e unções; a confissão; os textos narrados; o sermão; a evangelização; o celibato; os sacramentos; e as rezas (orações). A Figura 13 ajuda a visualizar a inter-relação entre tais elementos tangíveis e intangíveis pertencentes ao Catolicismo.



Autor: Ismar Lima & Maria Nogueira, 2013.

Fig. 13 - Elementos Religiosos Tangíveis e Intangíveis do Catolicismo.

As Tabelas 2.0 e 3.0 apresentam os principais aspectos e elementos temporais, espaciais, tangíveis e intangíveis de viés religioso, e, ou, social, presentes e, ou, praticados na Igreja de Santa Luzia, na Igreja do Livramento e no Memorial do Milagre. As Tabelas ajudam a situar de forma segmentada e sistemática, os aspectos conceituais já discutidos, bem como contribui para a identificação dos principais elementos que fazem parte dos dogmas e rituais das manifestações do catolicismo.

É importante ressaltar que a Avenida Dr. Zanny, apesar de não estar citada na Tabela, é a principal via do percurso da Procissão do Livramento é também palco de várias expressões e manifestações religiosas tangíveis e intangíveis.

Tabela 2.0 – Detalhamento do Contexto Religioso do Festejo do Livramento em relação aos Aspectos Espaciais, Temporais, Tangíveis e Intangíveis do Espaço Urbano Sagrado.

DESCRIÇÃO CONTEXTUAL	Igreja de Santa Luzia (1)	Memorial do Milagre(2)	Igreja do Livramento & Terreno paroquial (3)
Temporalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Período do Festejo - Fixo/Permanente - Diurno/noturno 	<ul style="list-style-type: none"> -Período do Festejo e durante todo o ano. -Fixo/Sazonal/Contínuo - Diurno/noturno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Período do Festejo - Fixo/Permanente - Diurno/noturno
Espacialidade	<ul style="list-style-type: none"> - Fechado - Espaço Sacro 	<ul style="list-style-type: none"> - Aberto (ao ar livre) - Urbano Sagrado 	<p>Igreja (edificação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fechado - Espaço Sacro <p>Terreno paroquial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aberto/Semi-aberto - Espaço de recreação e socialização - Espaço para atividades culturais, teatrais e musicais.
Tangibilidade (Objetos símbolos e artefatos dos dogmas e rituais do Catolicismo)	<ul style="list-style-type: none"> - Imagens - Estátuas/esculturas - Cruz/ Terços/ Crucifixo - Bíblia/folheto litúrgico - Hóstia - Dízimo/ofereidas - Indumentárias, - Objetos da sacristia, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Painéis pintados - Mini santuário - Imagens - Cruz - Estátua/Escultura - Altar e objetos da sacristia (MissaCampal) 	<p>Igreja (edificação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Imagens - Estátuas/esculturas - Cruz/ Terços/ Crucifixo - Bíblia/folheto litúrgico - Hóstia - Dízimo/ofereidas - Indumentárias. - Objetos da sacristia, etc. <p>Terreno paroquial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Imagens - Cruz/ Terços/ Crucifixo - Indumentárias

<p>Intangibilidade (Dogmas e rituais do Catolicismo)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Missa - Orações/Reza - Textos Narrados - Evangelização - Reflexão - Devoção/fé/crença 	<ul style="list-style-type: none"> - Missa Campal - Orações/Rezas/Cânticos - Textos Narrados - Evangelização - Reflexão - Devoção/fé/crença 	<p>Igreja (edificação)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Missa - Orações/Reza - Textos Narrados - Evangelização - Reflexão - Devoção/fé/crença <p>Terreno paroquial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encenações/ Apresentações: teatrais, musicais, etc. - Socialização - Recreação - Hedonismo - Interação
--	--	--	--

Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

7.0 Tangibilidade e o Valor Material: A Qualidade da Infraestrutura, Estrutura e dos Equipamentos do Turismo Religioso em Nível Municipal.

Esta Seção apresenta análise que estabelece os vínculos entre os elementos tangíveis do espaço urbano e o turismo., pois o desenvolvimento de um espaço urbano sacro, local onde se manifestam a fé, as atividades artístico-culturais, e é o espaço catalisador da atividade turística e comercial do evento; requirendo, assim, o planejamento por parte do poder público em termos de ações estratégicas. A análise começa com a distinção, as interrelações, e as reflexões sobre ‘valor imaterial’ (**intangível**) e sobre ‘valor material’ (**tangível**) no contexto do turismo, mas precisamente em referência à infraestrutura, estrutura e aos equipamentos turísticos.

De acordo com o Dicionário Houaiss, a palavra ‘intangível’ refere-se àquilo que não se pode tanger, tocar, pegar; aquilo que não perceptível pelo tato, impalpável, incorpóreo; bem como, aquilo que – por seu valor – deve permanecer intato, inalterado; e, acrescenta ainda que é aquilo não suficientemente claro ou definido para ser compreendido, que ilude o entendimento, portanto, de sentido mais abstrato, subjetivo, não-material.

Em relação ao Festejo do Livramento, os valores imateriais estão relacionados ao valor simbólico e religioso latentes no evento, bem como a manutenção e revivificação de tradições, crenças e rituais. Já o termo ‘tangível’ (tangibilidade) apresenta justamente as características opostos do apresentado anteriormente.

O termo ‘tangibilidade’ está relacionado àquilo que pode ser mensurado, e no turismo religioso há vários elementos que nos

permitem compreender a noção de tangibilidade. Por exemplo, Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000), explicam isso com base na qualidade dos serviços, e 'tangibilidade' está presente justamente no aspecto e nas condições das instalações físicas, equipamentos, pessoal e materiais utilizados na realização de um evento, e isso se aplica ao Festejo do Livramento em relação à organização; a 'tangibilidade' pode ser ainda percebida em relação à limpeza das instalações, à limpeza dos sanitários e à identificação visual de desordem e de falta de estrutura das áreas urbanas diretamente utilizadas no evento, etc.

Para Fitzsimmons & Fitzsimmons (2000), o termo 'tangibilidade' está relacionado àquilo que pode ser mensurado, e no turismo religioso há vários elementos que nos permitem compreender a noção de tangibilidade. Parasuraman, Ziethaml & Berry (1998) desenvolveram cinco dimensões ou critérios para a análise da qualidade em serviços, conhecida no campo da administração e da gestão como SERVQUAL. Os cinco critérios que contribuem para balizar uma análise da qualidade dos serviços são: **i)** empatia; **ii)** confiabilidade; **iii)** responsabilidade; **iv)** segurança; e, **v)** os aspectos tangíveis.

Nesse caso, os indicadores tangíveis dos serviços podem ser mensurados (ou observados) pela limpeza das instalações, incluindo os sanitários, e o aspecto visual dos setores da empresa, do lugar de destino, etc. Outros elementos tangíveis podem ser utilizados para se avaliar a qualidade dos serviços turísticos, entre eles: as condições gerais dos veículos de transportes, da alimentação, da estrutura e facilidade dos hotéis, ou seja, se há uma correspondência ao que se é anunciado em marketing e propaganda e aquilo que se é oferecido ao visitante. Assim, a tangibilidade do serviço é aquilo que o visitante sente e vê, por exemplo, a aparência física do local, a conservação, a limpeza, a decoração, a sinalização, entre outros aspectos.

7.1 A intangibilidade do serviço turístico

A intangibilidade leva a uma percepção relativamente diferenciada se comparada à tangibilidade turística, pois diz respeito a um 'valor' ou a uma 'noção' imaterial de um produto, de um destino, de um serviço. Os componentes intangíveis podem estar relacionados, por exemplo, à amabilidade, cordialidade, e à cooperação da equipe que realiza o serviço; atitudes que expressam a disposição de servir (Mezomo, 1995), e estão ligados, logicamente, à questão da hospitalidade turística.

Para Deming (1990, p.23),

A intangibilidade, aliada à necessidade da presença do visitante e à simultaneidade da produção das

cenar e do consumo do serviço, são as principais características especiais das operações em serviços, que irão definir a avaliação dos resultados e a qualidade dos serviços prestados.

Na opinião de Keane (1997), outro modelo interessante é apresentado pela existência de três tipos de classificações para os produtos: **produto de escolha**, ocorre quando um consumidor vai comprar um produto e os aspectos relacionados à qualidade do mesmo podem ser observados antes do processo de compra. Já o **produto de experiência** é quando o consumidor pretende verificar a qualidade de um restaurante ou destino, e as características não podem ser verificadas antes da compra, é preciso consumir para então poder avaliar a qualidade. Já o **produto de confiança** é aquele que o consumidor não tem como verificar se o que ele comprou existe realmente. O modelo citado reforça a responsabilidade do prestador de serviço em relação à satisfação do cliente, pois o realizador do serviço passa a integrar o produto oferecido.

Para Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000), a qualidade do serviço pode ser percebida pelos visitantes por meio de três dimensões: **confiabilidade** (capacidade de prestar o serviço prometido com confiança e exatidão nas datas sacras), **responsabilidade** (disposição para auxiliar os visitantes e fornecer o espetáculo prontamente nos horários estabelecidos), **segurança** (conhecimento e cortêsias dos anfitriões).

Como pode ser observado na Tabela 3.0 (ver pág. 88), os elementos tangíveis que merecem maior atenção, ações e intervenções das autoridades, do poder público, e dos organizadores do Festejo de Nossa Senhora do Livramento em termos de melhorias estruturais, infraestruturais, de organização e dos equipamentos são os itens: 02, 05, 06, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 22, 24, e 25. Alguns itens apesar de estarem com um peso mais elevado ainda podem ser objeto de trabalho para que alcancem uma melhor classificação (melhoria e desempenho). Esses itens demandam ações pontuais do poder público municipal de modo que o turismo religioso possa ocorrer de forma planejada, contribuindo para o seu fortalecimento e consolidação dando maior visibilidade regional ao município de Caracará.

Essa discussão e análises centradas em tangibilidade e intangibilidade da infraestrutura, estrutura, dos equipamentos e dos serviços relativos ao Turismo são igualmente feitas no Capítulo 3 do livro.

8.0 Os Procedimentos Metodológicos Adotados e a Triangulação na Coleta de Dados

O presente estudo adotou uma metodologia descritiva, “em geral procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis” (Dencker, 1998, p. 144). A pesquisa é predominantemente quali-quantitativa e faz uso de questionário cujos resultados são tabulados em percentuais, o que dá também uma característica quantitativa à mesma.

Conforme o estudo realizado pelo método da triangulação, a Tabela 2.0 foi elaborada com base em determinados critérios sobre ‘espacialidade’ e ‘temporalidade’, ou seja, os elementos tangíveis importantes para a avaliação dos aspectos do planejamento urbano municipal em função da visitação de cunho religioso em Caracaraí. A Tabela foi elaborada para servir de referência-base para se sistematizar as demandas do Festejo do Livramento.

Ainda sobre o método de coleta de dados por triangulação, o mesmo é feito pelo cruzamento e a análise de informações das entrevistas, dos questionários, e principalmente da observação participante. De acordo com Dencker, (2001), o método de triangulação é usado de modo a cruzar informações e dados obtidos de fontes variáveis por meio da revisão da literatura e coleta de dados *in situ*, incluindo entrevistas e observação participante.

A triangulação, por cruzar informações de diversas fontes, contribui para diminuir prováveis inconsistências metodológicas, além de evitar inclinações nas análises, ficando estas mais isentas, e tudo isso aumenta a credibilidade e validade acadêmica da pesquisa e do pesquisador. A triangulação visa a obter um material descritivo, rico portanto em relatos, aspectos e características que venham a ajudar a responder às perguntas-pesquisa objeto da investigação. Com base nos dados obtidos por meio da triangulação, os autores desenvolveram algumas estruturas (gráficos e tabelas) que ajudaram a sistematizar a análise do conteúdo, particularmente em relação à ‘temporalidade’, ‘espacialidade’, ‘tangibilidade’, e ‘intangibilidade’.

A triangulação também foi útil para a elaboração da tabela de aferição das demandas estruturais e infraestruturais em relação ao Festejo do Livramento. Em termos de análise, a tangibilidade e intangibilidade podem ser abordadas com foco nos símbolos, dogmas e rituais do Catolicismo (A=Análise de viés religioso) e, ou, com foco na estrutura, infraestrutura, equipamentos turísticos e serviços em nível municipal (B=Análise de viés turístico) ambas situadas nas intersecções existentes da temporalidade e da espacialidade (Ver Fig. 1.0).

A aplicabilidade dessa metodologia e método de análise pode ser conferida nas Seções 5.0, 6.0, e 7.0 deste Capítulo, e também se encontra ilustrada nas Figuras 12 e 13, e nas Tabelas 2 e 3 a seguir. A pesquisa e as análises dos dados têm sua base na realização de três edições consecutivas do Festejo de Nossa Senhora do Livramento, as

realizadas em 2010, 2011, e 2012. Em 2013, ocorreu somente a observação participante, pois os problemas apontados nos questionários se mostraram recorrentes. Ressaltando-se também que um dos autores tem sido nos últimos anos membro da Comissão Organizadora da Igreja do Livramento, e, portanto, soma experiências e vivências próprias acerca do evento o que reforça ainda mais a credibilidade e o valor acadêmico da pesquisa em termos de análises e abordagens aqui oferecidas.

Em 2010, foram aplicados 100 questionários com turistas e visitantes estes foram abordados na rua de forma aleatória a fim de saber a potencialidade do atrativo religioso quanto ao seu alcance regional. Constatou-se na época o que a tabela 2 de 2012 que evidenciou em termos de comparação que o festejo atinge a escala de peso de excelente atratividade para confirmação de turismo religioso. Os entrevistados tinham a faixa etária entre 16 e mais de 65 anos de idade e se mostraram dispostos a responder as perguntas. Devido estes dados serem coletados todos em um só dia não foi possível entrevistar mais pessoas.

Em 2011, as entrevistas foram bem maiores, o tempo foi bem mais aproveitado, com um total de 154 entrevistas nas ruas com a chegada dos visitantes tendo o mesmo foco. Com percepção precisa de que o festejo deixara de ser um potencial turístico para produto formatado o questionário mudara de rumo para verificar o papel social da igreja e poder público na sua organização. Onde eram respondidas as perguntas do questionário que está em anexo.

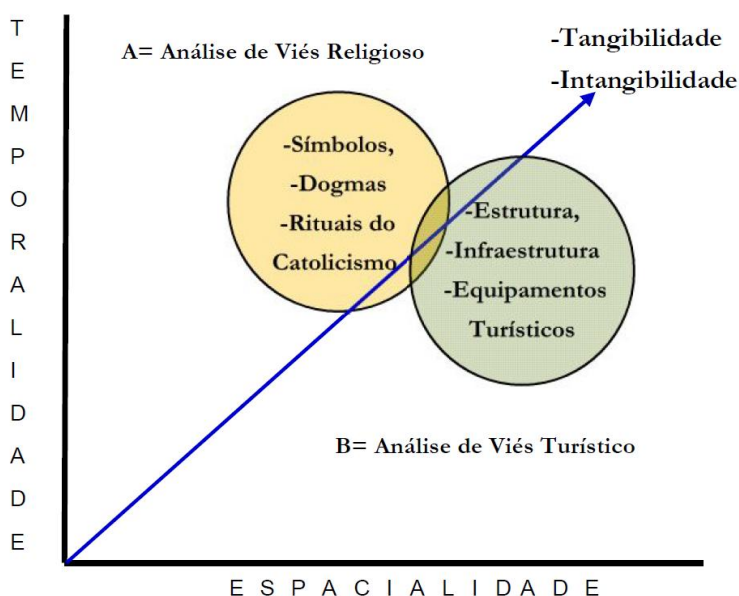
Em 2012 foram entrevistados 100 visitantes no Festejo do Livramento em Caracará buscando a visão do poder público nas questões de planejamento do evento religioso para as demandas e público em geral que participaram do festejo do Livramento. A estes participantes o evento em si poderia ter melhorias sim na parte de estrutura físicas quanto ao aspecto da imagem do festejo, mas que não implicaria com a motivação religiosa dos participantes. Com isso, a análise feita nas entrevistas ao corpo da igreja na pessoa do padre Tiago e ao representante da Secretaria de Educação e Cultura causou contradição sob o ponto de vista destes visitantes, pois a igreja ainda não percebe a festa religiosa com turismo religioso.

Por sua vez, o poder público sabe da importância do atrativo religioso para o turismo, mas o “apóia” muito timidamente precisando ter mais conhecimento do Festejo. As pessoas escolhidas de forma aleatória, com as perguntas abertas e fechadas. Sempre contando com a presença de um público de mais de 15 mil pessoas todo ano, encantando e emocionando a todos visitantes da festa sacra.

8.1 Instrumentos de Coleta de Dados

A técnica da coleta de dados foram entrevistas e questionários. O questionário fechado serviu de base para analisar as variáveis com foco no presente estudo. As entrevistas foram estruturadas feitas aos

poder publico e a igreja. Os procedimentos de coletas de dados referem-se aos documentos indiretos, encontrados em arquivos da biblioteca Municipal, UERR e internet, para montar as referencias bibliográficas. Documentação adquiridas pela elaboração de questionário para a pesquisa de campos com perguntas fechadas e abertas para coletas de informações complementares baseadas no livro, 'Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo', de Dencker (2004). Assim, ressalta-se para a coleta de dados o uso de: pesquisa em livros, arquivos, internet e na biblioteca da UERR; questionários de pesquisa de campo com os visitantes; entrevistas com visitantes, turistas e residentes escolhidos aleatoriamente na cidade durante o evento.



Autor: Ismar Lima e Maria Nogueira, 2013.

Figura 1 – Os dois níveis de Análise (A) E (B) em relação à Tangibilidade e Intangibilidade.

8.2 Tabulação de Dados e Análise

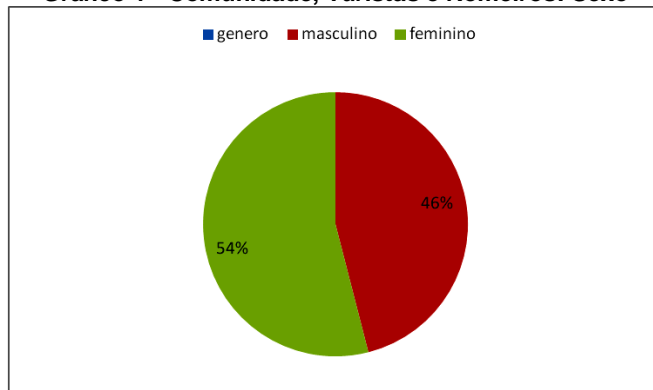
Os dados foram catalogados em uma divisão percentual simples e precisa, onde as perguntas feitas dividiam-se e multiplicavam-se, para formar um percentual individual lógico do ponto de vista matemático em cada pergunta respondida pelos visitantes. Nos gráficos foi utilizado o termo 'romeiro' e o mesmo se equivale a

'visitante-romeiro' ou 'visitante', usados de forma indistinta nesta pesquisa.

8.3 Análise dos Dados

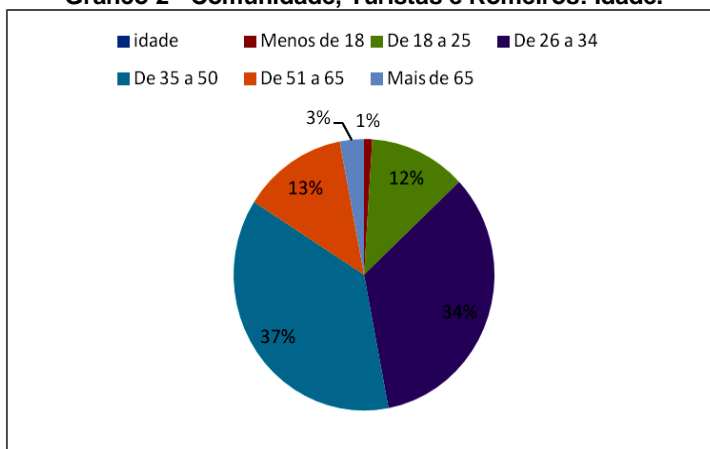
Esta Seção da pesquisa tem por objetivo apresentar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários tendo como respondentes os visitantes, romeiros (romeiro-visitante) residentes participantes do Festejo. Os gráficos ajudam a ilustrar tais resultados. Para a análise, a observação participante e o conhecimento das etapas da organização do evento foram fundamentais. A análise se inicia com a parte do questionário que busca traçar o perfil socioeconômico dos participantes do evento. Alguns resultados apresentaram 100% na abordagem feita, mas mesmo sendo uma totalidade, o que na prática dispensaria os gráficos, os mesmos foram mesmo assim usados para ilustrar esses resultados, evidenciando consistência no método de análise.

Gráfico 1 - Comunidade, Turistas e Romeiros: Sexo



De acordo com o Gráfico 1, foram entrevistados 100 moradores locais e de fora, participantes da festa, destes 54% eram do sexo feminino correspondente a 54 mulheres e 46% do sexo masculino. Os números evidenciam a presença feminina ligeiramente mais presente do que o sexo oposto, o que é um achado peculiar em relação ao Festejo.

Gráfico 2 - Comunidade, Turistas e Romeiros: Idade.



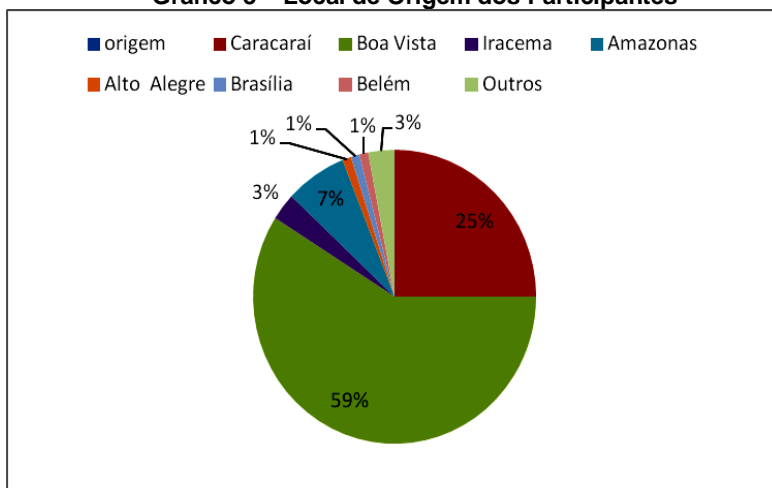
O Gráfico 2 buscou identificar as faixas etárias no Festejo, e 35% dos entrevistados tinham entre 35 a 50 anos, 33% tinham 26 a 34 anos, e 13% tinham de 51 a 65 anos, 12% tinham de 18 a 25 anos, e aqueles com mais de 65 tinham somaram, 3%, e aqueles com menos de 18 anos somaram apenas 1%.

Com isso, percebe-se que somadas as faixas etárias entre 26 e 50 anos, ou seja, somando-se os resultados de 35% a 33% (68%), respectivamente, um total de 71 pessoas, pode-se afirmar que prevalece uma faixa etária jovem-adulto participe do Festejo do Livramento.

Na outra faixa, dois grupos opostos: 13% e 12%, jovens e idosos. Dois grupos de faixa etária com pouquíssima presença no Festejo. Supõem-se que o reduzido número se dá ao fato de que os jovens não se sentem tão atraídos pelo Festejo, possivelmente em razão dos eventos musicais, shows de forró, entre outros, terem maior apelo. Outro fato seja talvez seja a ausência de orientação religiosa, em particular, o catolicismo.

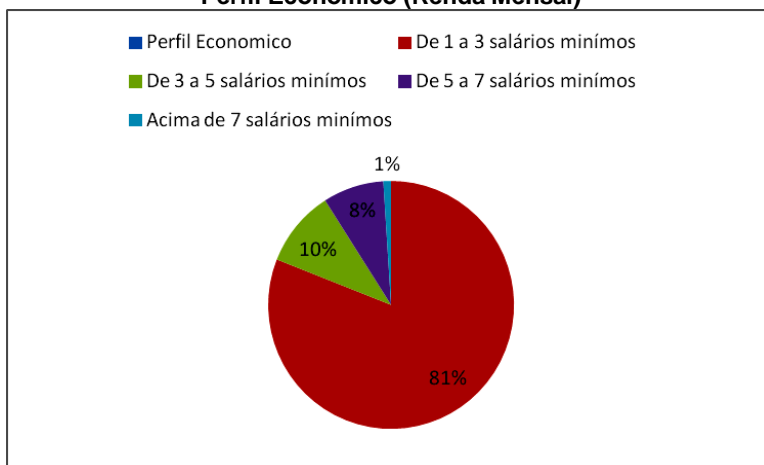
O Festejo, apesar de ser um evento católico – com seus dogmas e rituais – atrai também pessoas de outras crenças; no entanto, não se deve desprezar o fato de que fiéis e devotos de outras crenças mais sectários podem não querer participar do evento, e isso inclui a faixa etária mais senil, as pessoas com mais 65 anos. Caracarái tem uma presença evangélica bem numérica e marcante. Não há estatísticas sobre esse número, mas é inquestionavelmente representativo.

Gráfico 3 – Local de Origem dos Participantes



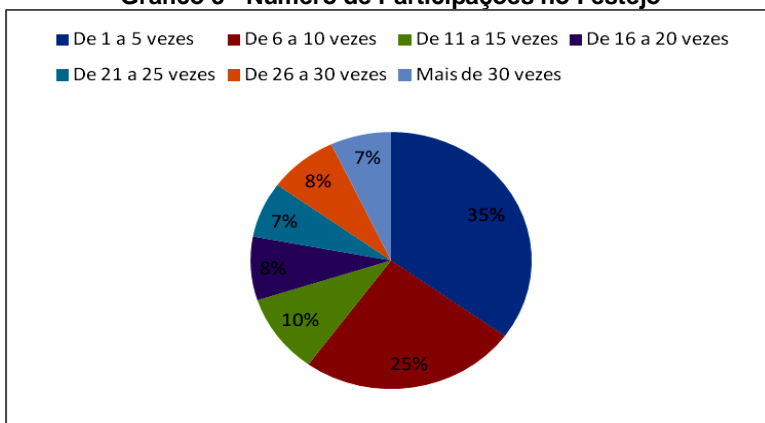
Quanto ao Gráfico 3, é demonstrada a origem dos turistas que vieram para o festejo de Nossa Senhora do Livramento, 45%, cerca de 59 pessoas eram capital Boa Vista, 38% pertencem a cidade de Caracarái e os demais são de outros lugares.

Gráfico 4- Comunidade, Turistas e Romeiros: Perfil Econômico (Renda Mensal)



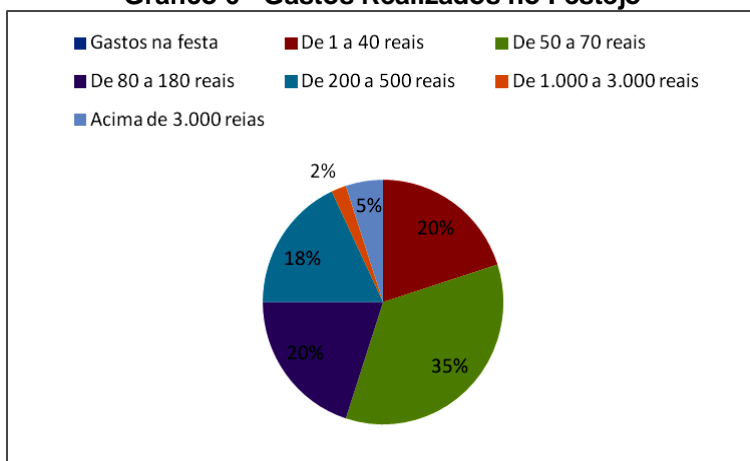
Em relação ao Gráfico 4, aponta a base salarial dos entrevistados, destes 81 pessoas responderam ganhar de 1 a 3 salários mínimos, isto é 89% ,10% de 5 a 7 salários mínimos,8% de 3 a 5 salários mínimos e apenas 1% ganham acima de 7 salários mínimos. Ou seja, arrendados com até 1.866,00 reais. Mostra de um festejo de cunho popular.

Gráfico 5 - Número de Participações no Festejo



O Gráfico 5, levantou-se quantas vezes os participantes já retornaram ao festejo de Nossa Senhora do Livramento e 35 pessoas afirmaram estarem presentes no evento de 1 a 5 anos, enquanto 25 pessoas já fazem esta viagem há 10 anos. Os outros somatórios ainda que bem divididos, mas se considerados são uma parcela significativa de 40% numa frequência de 15 a 30 anos no regresso da festa.

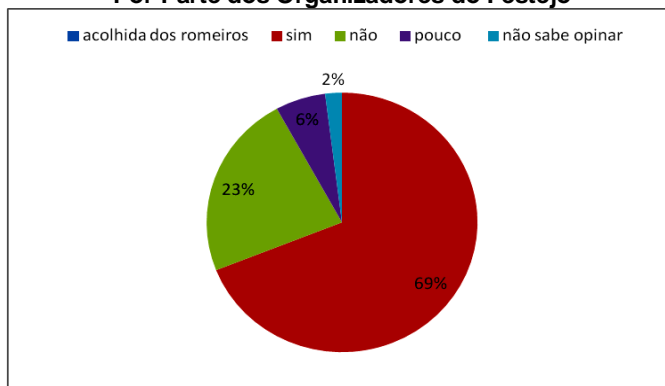
Gráfico 6 - Gastos Realizados no Festejo



Conforme o Gráfico 6, os gastos realizados pelos entrevistados na festa religiosa de Nossa Senhora do Livramento seguiram desta forma: 35% gastaram de 50 a 70 reais, 20% de 1 a 40 reais, 20% de 80 a 180 reais, 18% de 200 a 500 reais, 2% de 1.000 a 3.000 e 5% acima de 3.000 reais.

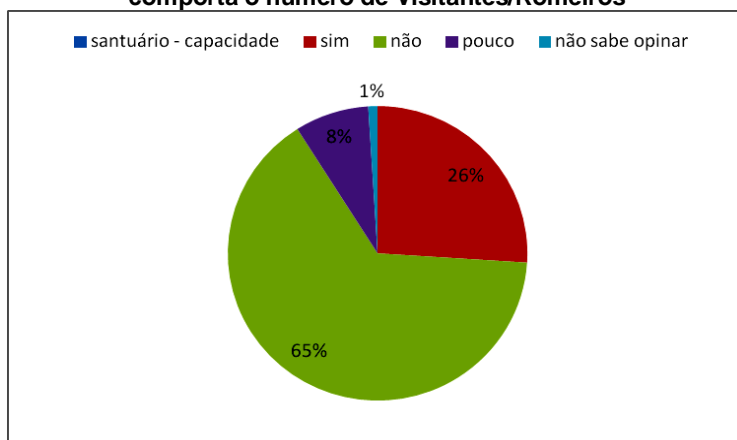
O demonstrativo indica um público injetando divisas com valores maiores de até 70,00 reais e a outra parte contribuiu em torno de 80,00 a 500,00 reais, outros pequenos valores foram mais elevados nos percentuais.

Gráfico 7 – A opinião sobre a Hospitalidade e Recepção Por Parte dos Organizadores do Festejo



O Gráfico 7 diz respeito ao acolhimento e a satisfação aos que vem de fora, e 69 pessoas disseram sentir-se bem recebidos; 23 pessoas disseram esperar mais um pouco de atenção e receptividade; 6 pessoas manifestam insatisfação ao acolhimento, e duas delas não souberam opinar.¹ Os resultados mostram que os organizadores do Festejo do Livramento tiveram uma avaliação positiva em termos de hospitalidade e recepção em relação aos romeiros e turistas.

Gráfico 8 - Capacidade de carga do Santuário se comporta o número de Visitantes/Romeiros



¹ Nos gráficos, o item de resposta 'não sabe opinar' deixa subentendido que o respondente 'não tem opinião formada sobre o assunto'. Outro detalhe a ser informado sobre os Gráficos deste e de outros Capítulos é que mesmo graficamente não se justificando uma representação visual para resultados com 0% ou 100%, tais representações foram feitas para se manter uma consistência na apresentação dos resultados.

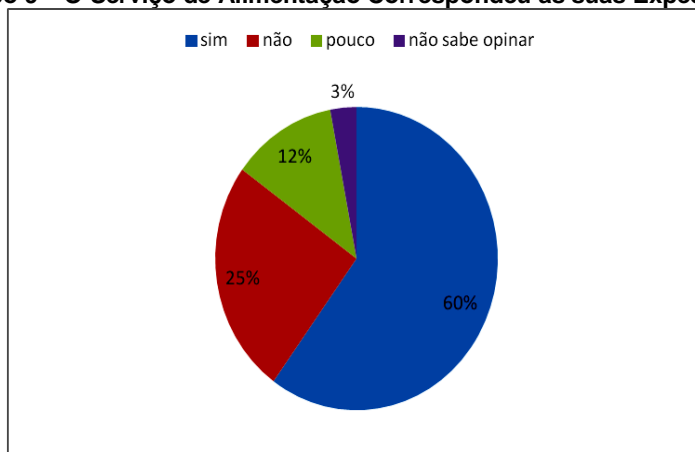
Quanto à capacidade de carga do santuário, cerca de sessenta e cinco entrevistados disseram que o local 'não acomoda' todos os peregrinos, romeiros, e os moradores locais participantes do Festejo; vinte e seis pessoas disseram que 'sim', enquanto oito disseram que 'acomoda pouco' (ou seja, uma parte dos presentes), e um respondente não soube opinar.

A igreja de Nossa Senhora do Livramento não é a edificação original da história do vaqueiro Bernardino; ela fora construída para substituir a 'antiga capela' do Livramento, que em razão das proximidades com as estruturas da Petrobras, pois se corria o risco de incêndio e explosões devido aos fogos de artifício e velas muito utilizados na época da Procissão. Assim, a nova estrutura foi erguida cerca de 400 metros do local original, na Vila São José Operário, em 1986.

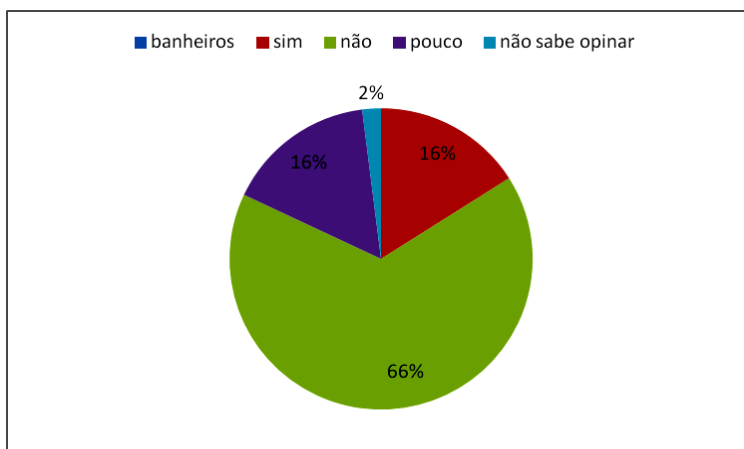
São poucos os registros da primeira igreja que era na verdade uma capela de taipa feita pelas mãos do próprio vaqueiro Bernardino no mesmo modelo arquitetônico da cultura local de sua terra natal na Paraíba. Isso ocorreu no fim da década de 70 quando várias construções civis foram feitas na cidade. De lá pra cá nada foi alterado na igreja atual. É nesse espaço que se realizam as festividades da santa com a novena, missas e as atrações da festa dentro delas parquinhos de diversão, barracas de alimentação, rodeios, bandas locais, teatro entre outros.

O santuário de Nossa Senhora do Livramento quanto a sua estrutura física não comporta o número de pessoas que vão durante e após as festividades a esta igreja. Sua capacidade de carga para acomodar um fiel é de apenas 110 lugares na assembleia sendo que as maiorias das pessoas ficam de fora durante o festejo.

Além disso, o Santuário é um símbolo católico muito importante para o público devoto que entra para fazer suas orações e participar dos ritos litúrgicos, das novenas, dos terços e celebrações de missas, em especial as missas de batizados coletivos, que geralmente reúne mais de duzentas crianças em um único final de semana para receberem esse sacramento.

Gráfico 9 – O Serviço de Alimentação Correspondeu às suas Expectativas

O Gráfico 9 aborda a prestação dos serviços de alimentação, sessenta responderam que 'é eficiente'; vinte e cinco disseram 'não'; doze consideram como 'pouco'; e três não souberam opinar. A afirmativa dos 60% dos entrevistados disseram estar satisfeitos com a qualidade do serviço prestado em relação à alimentação. O festejo oferece desde comida típica da região como galinha caipira, pato no tucupi, churrasco, até opções gastronômicas especializadas. Há também os sanduíches e cachorros-quentes, sorvetes, entre outros opções de alimentação.

Gráfico 10 - Quantidade de Banheiros no Festejo

Em relação à quantidade de banheiros, o Gráfico 10 indica que 66 pessoas acham 'insuficientes' os números de banheiros; dezesseis acham que 'sim' são suficientes; dezesseis respondentes classificam como 'pouco'; e duas pessoas não souberam opinar. O

número de banheiros mostra-se insuficientes à demanda e ao fluxo de pessoas gerado durante o Festejo.

Durante o Festejo, o espaço da Igreja abriga barraqueiros da cidade e de outros locais que utilizam apenas dois banheiros mal estruturados para suas necessidades. Entretanto, o banheiro feminino da igreja só é aberto à noite. Logo as mulheres e crianças dividem os dois banheiros do dia com os homens. Os banheiros da Praça do Memorial do Milagre geralmente só são disponibilizados durante a programação final, no caso, a romaria.

Os banheiros do Memorial passaram por reformas e ampla limpeza, pintura, e colocação de grades para a realização da versão de setembro 2013 do Festejo. A reforma colocou fim aos vários anos de predação e descaso com a estrutura como mostra as Figuras 12 e 13, e 14. O fornecimento de banheiros químicos ao festejo aconteceu apenas uma vez, mas não deu certo por problemas de logística, mas nada impede que o poder público em parceria com os organizadores do evento, não venham a tentar instalá-los novamente e com sucesso.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 12 – Situação, em fevereiro 2013, dos Sanitários Públicos no Memorial do Milagre, local da Missa Campal do Festejo do Livramento.



Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima, 2013.

Figura 13 – Situação, em fevereiro 2013, dos Sanitários Públicos no Memorial do Milagre, local da Missa Campal do Festejo do Livramento.

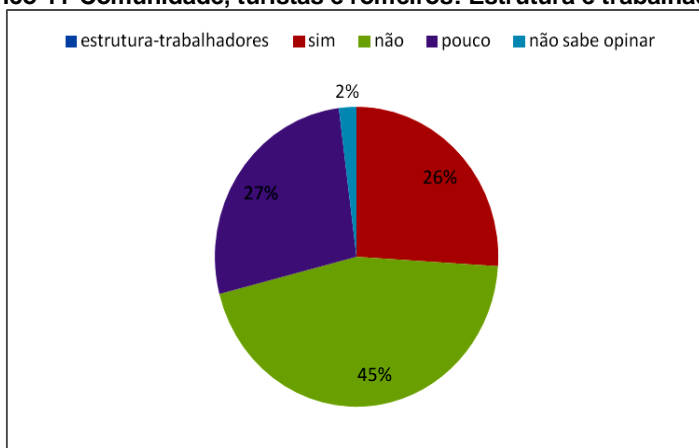


Fonte: Maria Nogueira & Ismar Lima. Foto tirada em dezembro 2013.

Fig. 13.1 – Reformas do Banheiro: Colocação de grades.

O banheiro da Figura 13 localiza-se no Memorial do Milagre. A fechadura de suas portas foram quebradas por vândalos (foto em fevereiro de 2013). Na outra foto, é possível visualizar a parte interna do banheiro situado. Percebe-se, na época, em ambas as fotos, o descaso e o abandono com essas edificações de uso público. No entanto, para o Festejo de setembro 2013, os painéis do Memorial foram pintados e restaurados, e o banheiro recebeu grades de proteção e isolamento impedindo o acesso de vândalos, entre outros. Uma ação preventiva que levou anos para ser feita (Ver Fig. 13.1).

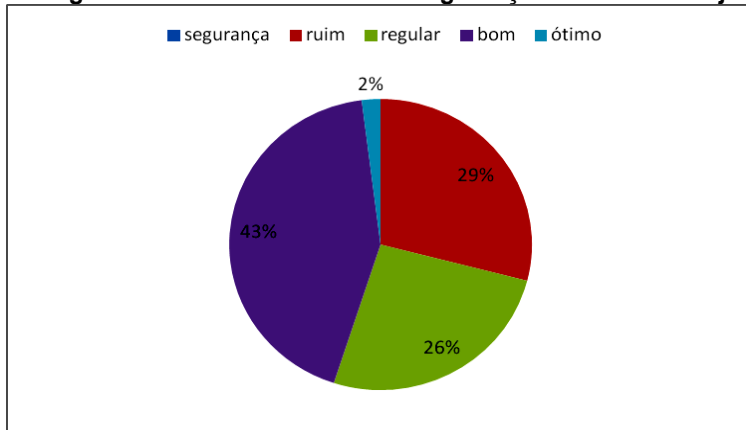
Gráfico 11-Comunidade, turistas e romeiros: Estrutura e trabalhadores



Quanto ao Gráfico 11, dos cem respondentes 45 descreveram que 'não'; vinte e seis disseram que 'sim'; vinte e sete 'pouco'; e dois não souberam dizer. Dentro do festejo são disponibilizadas barracas padrão pela prefeitura e outras estão no próprio ambiente da igreja, outros trazem sua própria.

Os trabalhadores são afetados pelas mínimas condições de água encanada para seus afazeres, banheiros já mencionados sendo que estas são prioridades de qualquer cidadão para que possam ter mais qualidade de vida e até mesmo um local que sirva de dormitório e descanso durante o dia, pois a região norte tem temperaturas muito elevadas.

Figura 12– Como Você Avalia a Segurança durante o Festejo?

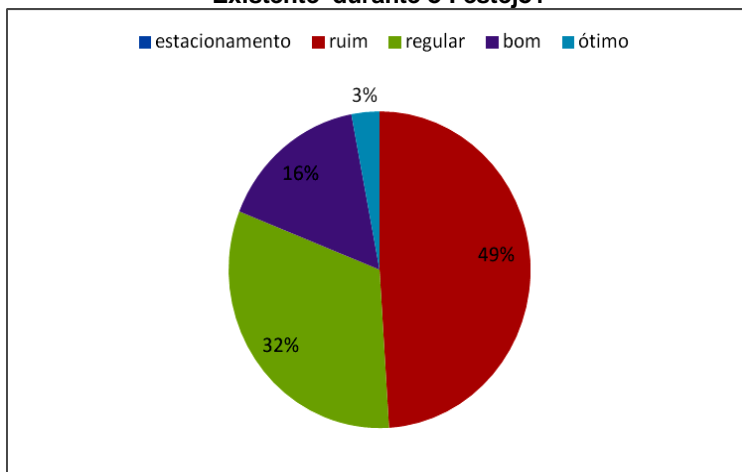


Conforme o Gráfico 12 aponta, vinte e nove respondentes julgam se 'ruim'; quarenta e três julgam ser 'boa'; vinte consideram 'regular'; e outras duas não opinaram. Para a maioria, 43%, o festejo é considerado seguro em virtude da escolta policial da romaria (Fig. 14) e da ronda policial durante as festividades.



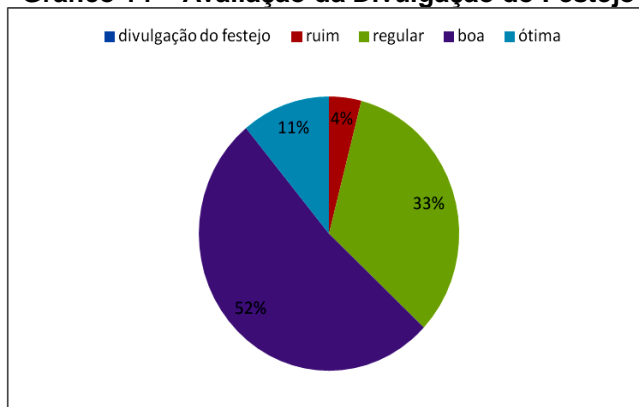
Figura 14 – Escolta Policial e Segurança Oferecida durante a Procissão do Festejo do Livramento. Fonte: Maria Nogueira, 2013.

Gráfico 13 – Como Você Avalia o Estacionamento Existente durante o Festejo?



O Gráfico 13 revela que quarenta e nove por cento dos respondentes consideram que o estacionamento disponível na época do festejo é 'ruim', trinta e dois dizem que é 'regular', dezesseis acham que é 'bom', e três pessoas não quiseram dar opinião. O estacionamento do ponto de vista do espaço, devido à grande concentração de veículos, ocupa uma grande área do lugar, entre ruas e o próprio terreno paroquial, o que termina por atrapalhar o espaço do parquinho e das barracas, e principalmente a procissão, quando impede a caminhada do público; a falta de um estacionamento organizado e distante dos lugares de devoção dos fiéis e visitantes traz tumulto e riscos de acidentes, entre eles, o de atropelamentos, etc.

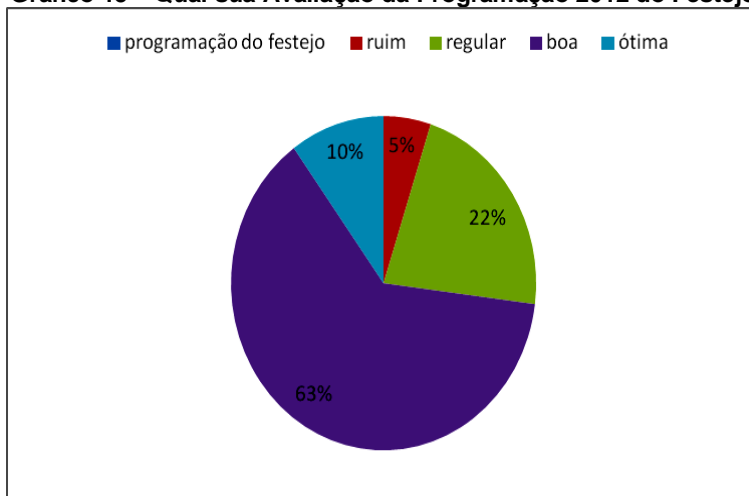
Gráfico 14 – Avaliação da Divulgação do Festejo



Em relação ao Gráfico 14, cinquenta e dois respondentes avaliam como 'boa' a divulgação do evento; trinta e três consideram 'regular'; onze consideram 'ótima'; e quatro pessoas consideraram a

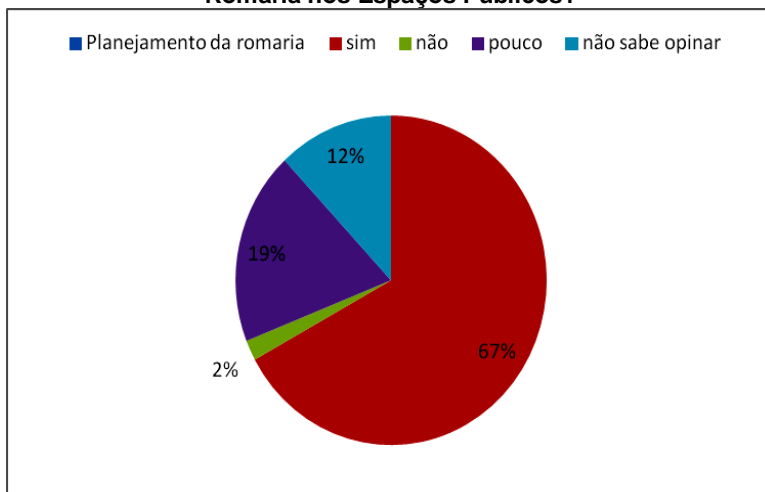
divulgação 'ruim'. De fato, o Festejo do Livramento costuma ser divulgado apenas na capital, Boa Vista, por meio do jornal Folha de Boa Vista, e por meio de um *outdoor* em frente à matriz da capital; os outros meios utilizados são cartazes espalhados no município de Caracaraí. Portanto, observa-se que regionalmente a divulgação é fraca, alcançando apenas algumas localidades em Roraima. Maior empenho deve ser feito para se intensificar a importância e o apelo turístico do Festejo em nível regional, e até mesmo em nível nacional, tal como acontece com a Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, em Pernambuco.

Gráfico 15 – Qual sua Avaliação da Programação 2012 do Festejo



No que se refere ao Gráfico 15, sessenta e três classificam a programação como 'boa'; vinte e duas pessoas definem como 'regular'; dez como 'ótima', e cinco consideram 'ruim'. A programação do festejo envolve o lado espiritual, cultural através de teatros, bandas religiosas e populares, festivais de músicas. Além da apresentação das 'Bonecas Vivas', que é o desfile de meninas representando as classes trabalhadoras locais: vaqueiros, pescadores, comerciantes, etc. Além do desfile, o rodeio é uma tradição, e os leilões e bingos são também atrativos clássicos. Essas atividades variadas tornam o Festejo muito apreciado, e, portanto, com grande aprovação em relação à programação de lazer, recreação, social, cultural, e artísticas *per se*.

Gráfico 16 – Houve Planejamento Adequado da Romaria nos Espaços Públicos?

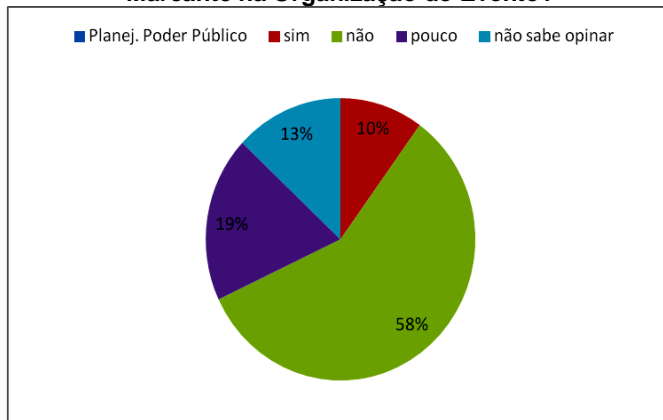


Quanto ao planejamento da romaria, o Gráfico 16 revela que, sessenta e sete pessoas disseram que sim, dezenove pouco, doze não sabem quiseram opinar e duas disseram que não.

A romaria consiste em rememorar o acontecimento do milagre atribuído por intercessão de Nossa Senhora do Livramento e celebrando junto a comunidade católica a devoção a santa considerada símbolo de amor por ser mãe de Jesus, medianeira dos cristãos.

O planejamento para a romaria incorpora todos como a reza do terço, a preparação da missa campal, o enfeito da santa, os emblemas trazidos por várias comunidades, carros de som, cantos, distribuição de lanche, água, velas, quem vai levar o andor da santa, distribuição de leituras. Os turistas, peregrinos e romeiros, moradores locais aproveitam para tirar fotos da imagem e levar de lembranças as rosas naturais com as quais a santa é enfeitada. Enfim, exige toda uma logística da igreja e de apoio de muitos setores do poder público como a polícia, corpo de bombeiros, entre outros para que ocorra da melhor forma possível. E pode ser percebido pelos entrevistados.

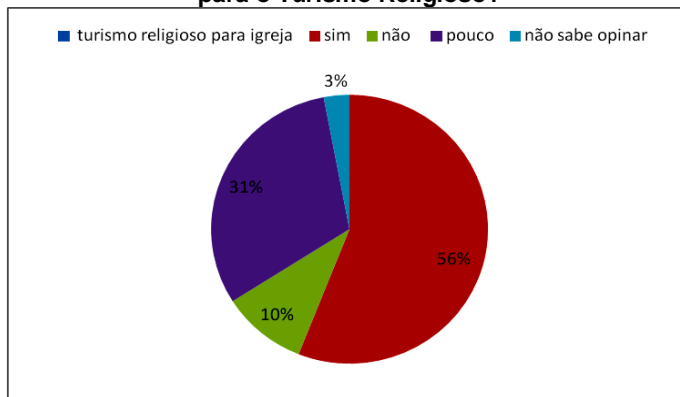
Gráfico 17 – O Poder Público Tem Tido Presença Marcante na Organização do Evento?



Há presença marcante do poder público na realização do Festejo fortalecendo-o como atrativo para o turismo religioso em Caracará? De acordo com o Gráfico 17, cinquenta e oito pessoas julgam que 'não', porque o festejo é uma tradição e pouco tem sido feito para melhoria da festa religiosa. Dezenove afirmaram ser 'pouco' tal presença; dez descrevem que 'sim'; e outras treze 'não quiseram opinar'.

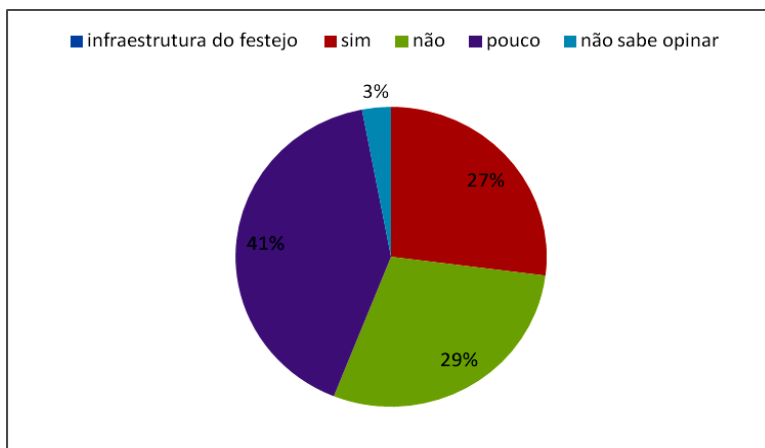
A melhoria da organização e do planejamento urbano com prioridades e ações para o Festejo acredita-se ser um dos fatores a contribuir para a consolidação deste, e assim atrair cada vez mais visitantes e residentes locais. Fala-se, portanto, em melhorias em termos de gestão e planejamento visando a um desenvolvimento local por meio do turismo religioso, ou, se não menos abrangente, por meio dos visitantes-romeiro.

Gráfico 18 – A Igreja e os Clérigos Possuem Noção da Importância do Festejo para Caracará se Consolidar como Destino para o Turismo Religioso?



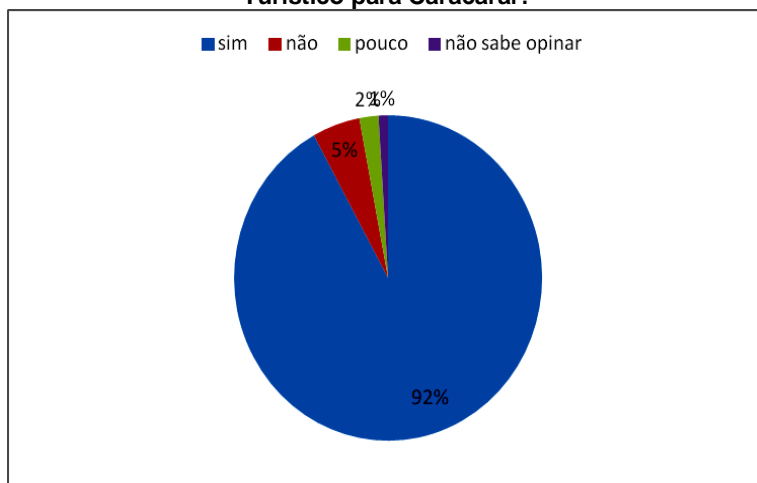
Você acha que a Igreja e os clérigos possuem uma noção precisa da importância do Festejo para a consolidação de Caracarái como destino para o turismo religioso? Em relação ao Gráfico 18, cinquenta e seis entrevistados responderam que 'sim'; enquanto que trinta e um responderam que o corpo da igreja possui 'pouca noção'; outros dez disseram 'não'; e apenas três 'não opinaram'.

Gráfico 19 – As Expectativas da Comunidade, Turistas e Romeiros sobre a Infraestrutura do Festejo foram Correspondidas?



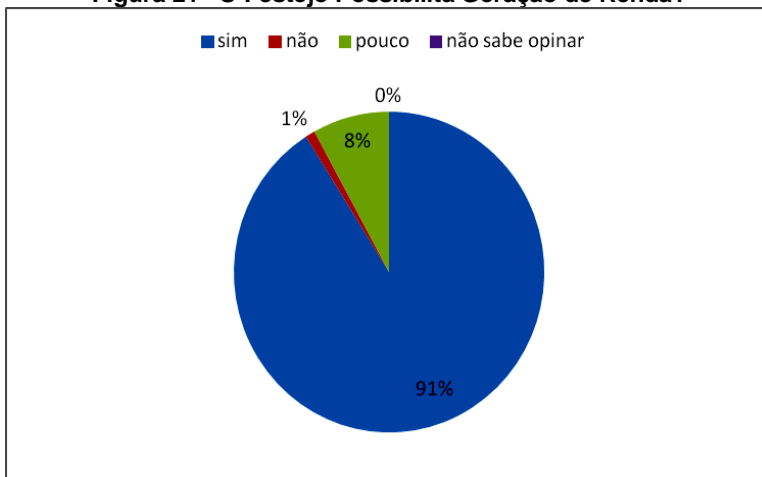
Dos respondentes, ficou evidente no Gráfico 19, que quarenta e uma pessoas dizem que ainda é 'insuficiente'; vinte e nove observam que 'não correspondem'; vinte e sete afirmam que 'sim', enquanto que três por cento 'não quiseram opinar'.

Figura 20 - O festejo Pode Ser Considerado um Símbolo Turístico para Caracarái?



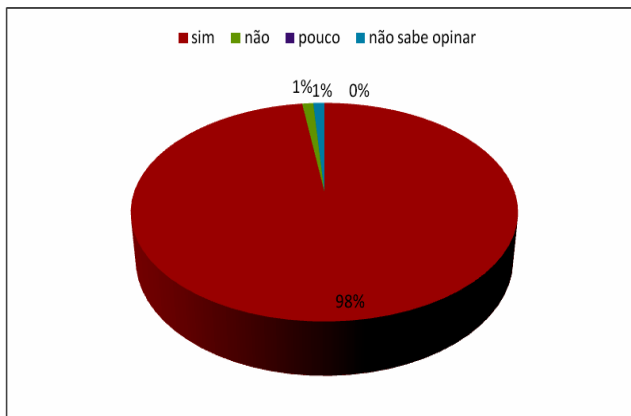
Esta pergunta visa a identificar se os participantes do Festejo de Nossa Senhora do Livramento consideram o evento um símbolo (uma característica de destaque) para Caracaraí. A palavra ‘símbolo’ é usada em correspondência à palavra ‘referência’, uma ‘referência turística’ regional para a cidade, e isso foi explicado para os respondentes. A percentagem do Gráfico 20 confirma que 92%, ou seja, noventa e duas pessoas responderam ‘sim’ sobre a festa ser um símbolo turístico para a cidade; cinco disseram ‘não’; dois responderam ‘pouco’; e um respondente ‘não soube opinar’ sobre o assunto.

Figura 21– O Festejo Possibilita Geração de Renda?



Sobre o Gráfico 21, ao se reportar como geração de renda, 91 pessoas, ou seja, 90% dos entrevistados, afirmam que ‘sim’; oito responderam que ‘pouco’; uma pessoa, 1% disse que ‘não’.

Gráfico 22 – Há Intenção de Voltar a Participar do Festejo do Livramento?



Quanto ao Gráfico 22, quando se perguntou sobre a vontade de retornar ao evento, 98% disseram que 'sim'; uma pessoa afirmou que 'não'; e outro disse sentir 'pouca vontade de voltar'.

9.0 Parâmetros, critérios e Indicadores para o Planejamento Urbano Visando à Melhoria do Festejo de Nossa Senhora do Livramento.

Com base nos questionários, entrevistas, observação participante e na literatura, foi elaborada uma lista com 25 critérios que devem ser considerados pelos gestores públicos e pelos organizadores de eventos em Caracaraí a fim de se melhorar a infraestrutura e estrutura disponível ao público participante seja a comunidade local, romeiro, seja o visitante ocasional. Cada um dos itens (critérios) possui uma pontuação em escala e peso indicando a relevância das ações e das estratégias a serem tomadas relativas ao Festejo do Livramento.

A Tabela proposta é uma contribuição original deste estudo e poderá ser útil para futuras pesquisas no tema, podendo a mesma ser adaptada para uma análise em conjunto com outros critérios e sistemas de avaliação acadêmico-científicos.

Os Critérios levam em consideração vários itens entre eles:

- ✓ A importância do evento regionalmente;
- ✓ O *marketing* necessário;
- ✓ A quantidade de participantes;
- ✓ A estimativa de capacidade de carga;
- ✓ O tempo de permanência dos visitantes na cidade;
- ✓ A existência de outros atrativos paralelos ao Festejo, mas de alguma forma ligados a ele;
- ✓ As vias e meios de acesso intermunicipais;
- ✓ A disponibilidade de sanitários, de lixeiras;
- ✓ A existência de coleta seletiva do lixo;
- ✓ A questão da organização e do envolvimento do poder público; e, ainda;
- ✓ As questões orçamentárias e de arrecadação.

Esses indicadores propostos aqui podem ajudar o pesquisador a selecionar as prioridades de ações a serem recomendadas para o poder público e para os organizadores do Festejo. Por exemplo, o Critério 1 é sobre a importância local e regional do Festejo, e, logicamente, este item tem o maior peso possível, ficando em '2', ou seja, como excelente atratividade. Já o Critério 2 demonstra que há pouca divulgação e marketing do Festejo na mídia local, estadual, regional antes e durante a sua realização, pois, na avaliação do autor, este item teve peso 0.5, ou seja, foi classificado como 'Ruim', e demanda de atenção das autoridades e pessoas pertinentes.

O Item 5 diz respeito à questão da capacidade de carga e de prováveis impactos devido à concentração de pessoas e carros nos

espaços urbanos, e, nesse Critério, o autor apontou como sendo '1', ou seja, impactos somente nas principais áreas e locais do Festejos, e são impactos gerenciáveis. Portanto, as autoridades devem se centrar nessas áreas para reduzir tais impactos, e, ou, atuar para reverter ao estado de preservação dessas áreas urbanas, ou ainda, promoverem campanhas de conscientização para se preservar a estrutura urbana, etc.

O Item 6 diz respeito ao interesse dos visitantes de permanecerem em Caracará após a realização do Festejo com propósitos turísticos, ou seja, com interesse em outras atividades ou atrativos da cidade ou do município, e, nesse caso, o autor é categórico em afirmar que o peso desse critério é de '0,5', ou seja, a permanência dos visitantes pós-Festejo é de apenas um dia máximo quando ocorre.

Isso deixa evidente que mais divulgação e marketing, e programação recreativa, cultural, musical, etc., devem ser pensadas pelo poder público, por exemplo, pela Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, SEMMA, para tentar manter os visitantes por mais alguns dias na cidade a fim do município se beneficiar desse contingente humano cuja motivação principal para vir para a cidade foi a 'religiosa', mas outras opções podem ser oferecidas pós-evento. No entanto, deve-se tomar o cuidado para que não se realizem eventos concorrentes com o Festejo sob o risco de ofuscar ou, até mesmo, de descaracterizar o sentido religioso do evento. O Capítulo 3 relata justamente os impactos de eventos artístico-culturais realizados paralelamente à Paixão de Cristo em Mucajáí.

O Item 13 diz respeito à disponibilidade adequada de sanitários para os participantes, e o autor apontou para esse critério o peso '0', ou seja, a inexistência de sanitários adequados para o Festejo nas áreas de missas campais, procissões e de outras atividades. Portanto, essa deve ser uma das prioridades do poder público contribuindo para a melhoria da realização do Festejo.

Como pode ser observado na Tabela 3.0, os Itens merecem atenção das autoridades, do poder público, e dos organizadores do Festejo de Nossa Senhora do Livramento. Tais critérios são balizadores, servem de referência para que se possa fazer a relação entre 'problema' e a 'ação a ser tomada'. A Tabela pode ajudar a identificar as prioridades e detalhes do Festejo.

Tabela 3.0 – Identificação dos Elementos Tangíveis do Festejo do Livramento que Demandam Intervenções do Poder Público e dos Organizadores do Evento em termos de Melhorias Estruturais, Infraestruturais e dos Equipamentos Turísticos de Caracarái.

	Crítérios	Escala de Avaliação	Peso
01	Importância local e regional do Festejo (Popularidade)	Excelente Atratividade Apelo Bom Apelo Razoável Baixo Apelo Sem Atratividade	2 1.5 1 0.5 0
02	Espaço e divulgação na mídia local, estadual e regional do Festejo antes e durante sua realização.	Excelente Bom Ruim Sem divulgação	2 1 0.5 0
03	Número estimado total de participantes durante a semana de celebração do Festejo	-De 16.000 a 20.000 pessoas -De 11.000 a 15.000 pessoas -De 6.000 a 10.000 pessoas -De 2.000 a 5.000 pessoas - De 600 a 1.000 pessoas -Até 500 pessoas - Participação Inexpressiva (menos de 100 pessoas)	3 2.5 2.0 1.5 1.0 0.5 0
04	Percentual aproximado de participação de público não-local (visitante) para o Festejo	100% de visitantes 70% de visitantes 50% de visitantes 30% de visitantes 20% de visitantes 10% de visitantes Menos de 5% de visitantes	3 2.5 2.0 1.5 1.0 0.5 0
	Estimativa de 'capacidade de carga	-Sem impactos aparentes	5

05	urbana' durante as principais realizações e celebrações do Festejo devido à concentração de pessoas e veículos	-Impactos moderados, mas gerenciáveis	3
		-Impactos somente nas principais áreas e locais do Festejo, mas gerenciáveis	1
		-Impactos expressivos diversos	0
06	Permanência dos Visitantes em Caracará com interesse turístico após a realização do Festejo	5 (cinco) dias	2
		3 (três) dias	1.5
		2 (dois) dias	1
		1 (um) dia	0.5
		Sem Permanência	0
07	Existência de outros atrativos, eventos, shows, atividades culturais, etc. que sejam complementares ao Festejo, e, ou, sirvam para atrair mais visitantes durante o período do Festejo	Sim	2
		Não	0
08	Acessibilidade rodoviária intermunicipal	Excelente	2
		Boa	1.5
		Regular	1
		Precária	0.5
		Inexistente	0
09	Condições da Rodoviária de Caracará para receber o público excedente que chega de ônibus, van, etc.	Excelente	2
		Boa	1
		Regular	0.5
		Precária	0
10	Sinalização de Orientação ao visitante na cidade e durante o Festejo	Excelente	2
		Boa	1.5
		Regular	1
		Precária	0.5

Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima

		Inexistente	0
11	Condições da iluminação pública nos principais pontos do Festejo e da Procissão	Excelente Boa Regular Precária Inexistente	2 1.5 1 0.5 0
12	Disponibilidade de estacionamentos públicos nos principais pontos de realização do Festejo	Estacionamentos Estabelecidos (+ 5 de dois) Estacionamentos Estabelecidos (3) Estacionamento na área da Igreja Vias públicas como estacionamento Sem lugar público para estacionamentos	2 1.5 1 0.5 0
13	Disponibilidade de sanitários públicos fixos ou sanitários químicos nos principais pontos do Evento e no trajeto da Procissão	Excelente (+10 unidades) Bom (de 4 a 7 unidades) Regular (3 unidades) Precário (1 unidade) Inexistente	5 3 1 0.5 0
14	Lixeiras nos principais pontos do Festejo e trajeto da Procissão	Excelente (+10 unidades) Bom (de 4 a 7 unidades) Regular (3 unidades) Precário (1 unidade) Inexistente	5 3 1 0.5 0
15	Lixeiras de Coleta Seletiva do lixo (Lixeiras de Reciclagem)	Excelente (+10 unidades) Bom (de 4 a 7 unidades) Regular (3 unidades) Precário (1 unidade) Inexistente	5 3 1 0.5 0
16	Limpeza geral da cidade, nos principais pontos do Festejo, e no trajeto da Procissão durante o Evento	Excelente Bom Regular Ruim	5 3 1 0
17	Segurança durante o Festejo (Policimento e Suporte Geral da Polícia)	Excelente Boa Regular	2 1.5 1

		Precária Inexistente	0.5 0
18	Venda de bebidas alcoólicas	-Inexistente -Venda deliberada realizada por ambulantes nas vias públicas ou áreas externas -Venda realizada nas Barracas na área da Igreja	2 0.5 0
19	Organização geral do Festejo	Excelente Boa Regular Precária Inexistente	2 1.5 1 0.5 0
20	Envolvimento do poder público municipal na organização e apoio do Festejo	Excelente Boa Regular Precária Inexistente	2 1.5 1 0.5 0
21	Organização do Festejo feita por meio de base participativa com consultas às lideranças locais e à população	Sim Não	5 0
22	Realização de reuniões após o Festejo por parte dos Organizadores com os segmentos representativos da população e do poder público para avaliar o Evento e propor metas e ações para o Festejo do ano seguinte	Sim Não	5 0
23	Em termos de apoio, existem patrocinadores do Festejo para que os Organizadores possam ter recursos para reduzir os impactos do evento, etc.	Sim Não	5 0

24	Em termos de apoio, existem recursos públicos disponíveis para a realização do Festejo	Sim	5
		Não	0
25	Em termos de arrecadação com o Festejo por parte dos Organizadores e da Igreja, quanto é destinado à melhoria da estrutura para a realização do evento do ano seguinte	100%	3
		70%	2.5
		50%	2.0
		30%	1.5
		10%	1.0
		A arrecadação é inexpressiva para tais fins	0

Autor: Maria Nogueira, 2013.

10.0 Considerações Finais

O Festejo, com quase um século de existência, tem sido um atrativo turístico religioso com uma demanda expressiva ao passo que é irrefutável a necessidade de intervenções na sua estrutura e no seu espaço físico a fim de se obter um planejamento mais adequado às demandas futuras. A infraestrutura do Festejo é insatisfatória na avaliação oferecida pelos respondentes em termos de 'satisfação'. Detectou-se também a importância de se criar espaços que beneficiem tanto os que vêm de fora quanto os que já desenvolvem atividades e, ou, residem no lugar. Ou seja, não se deve fazer um planejamento para melhorar 'casa' pensando naqueles que podem vir a visitá-la; ao contrário, organiza-se e melhora-se a casa, pois há quem já reside nela, e quem chega usufrui disso. Essa lógica aplica-se ao planejamento turístico urbano.

O sistema, estrutura, infraestrutura, e equipamentos, devem ser melhorados por completo, pensados holisticamente para residentes e não-residentes. No caso do Festejo, as áreas ou espaços podem ser criados intensificando-se a recreação e a socialização entre esses dois públicos. Espaços que propiciem uma maior integração entre visitante e residente, ao mesmo tempo que se torne um elemento de apelo adicional, agregando assim, valor ao evento.

A fim de se obter êxito nas mudanças propostas aqui, é preciso que se estreite a comunicação entre igreja e o poder público na organização do festejo. Ficou patente nas entrevistas e nas conversas com as lideranças locais, uma falta de sintonia ou visões muito diferenciadas sobre como deveria ser o planejamento e a organização deste; esse fato mostra fragmentação de ações, uma evidente falta de orquestramento das ações e de parceria o que poderia elevar as críticas e o resultado de desempenho de futuras edições do Festejo.

Sem consenso, sem diálogo, sem cooperação e parcerias, as divergências vão persistir atrapalhando também ações de alcance espacial mais extenso; ou seja, perde-se também a oportunidade de se ter o Festejo como uma das razões para se intensificar as melhorias urbanas como um todo. Com as mudanças necessária, ganha o residente, ganha o visitante, e Caracarái se coloca rumo a sua consolidação como destino turístico de viés religioso.

O município já tem grande potencial para o ecoturismo e turismo científico em unidades de conservação, e o turismo de pesca esportiva na região do Baixo Rio Branco já é uma realidade em consolidação. Mas a pesca esportiva pode ser uma atividade a ser explorada em outras áreas ao longo do Rio, e até mesmo nas partes fluviais mais urbanas de Caracarái.

Quanto à materialidade necessária para o ordenamento do espaço urbano sagrado do Festejo Livramento pelo poder público, deve-se levar em consideração a disposição de se criar políticas públicas que fortaleçam e valorizem o evento. No entanto, o que permanece em estado de latência na idealização do turismo religioso é a falta de conhecimento da organicidade que compõe o Festejo, pois se constatou na pesquisa de campo um grande desinteresse político e local na organização efetiva do evento.

Ao se levar em conta os elementos tangíveis e intangíveis para o planejamento urbano do Festejo do Livramento, isso poderá propiciar uma consolidação de Caracarái como destino turístico religioso sazonal. A discussão conceitual focada em 'turismo', 'religiosidade' e 'desenvolvimento urbano' se justifica devido à interdependência desses elementos na constituição dessa festa religiosa católica.

A pesquisa não teve a missão apenas de identificar e apresentar as demandas urbanas imediatas para o turismo religioso, mas também explicar a essência do Festejo e seu valor imaterial. Uma discussão não está desvinculada da outra, pois, basicamente, não existiria 'turismo' sem 'deslocamento humano', e os eventos religiosos em determinadas localidades tornam-se os atrativos para grandes 'deslocamentos', um contingente que constitui o chamado 'turismo de peregrinação'. Não se pode, logicamente, desprezar também o peso econômico dos eventos religiosos, particularmente para um município como o de Caracarái que ainda não possui um complexo industrial nem uma produção agrícola significativa; a economia local é basicamente centrada em 'serviços', 'comércio', e movimentada pela injeção de capital pelo funcionalismo público.

O Festejo do Livramento tem sua parcela de contribuição para a economia e o comércio locais, permitindo a geração de renda variada, incluindo ganhos para os vendedores ambulantes, e isso também não pode ser desprezado para a cadeia produtiva do turismo, pois há um efeito cascata na inserção de recursos o que faz

movimentar a economia local. Salienta-se que ainda não foram feitos estudos em Caracará que viessem a mensurar o peso econômico do Festejo do Livramento.

O turismo planejado é uma atividade que permite desenvolver uma localidade assegurando-se uma relativa distribuição de recursos; isso quando instrumentos e mecanismos são criados para que tais recursos circulem localmente. Para isso, o turismo de base local é uma sugestão a ser indicada para as lideranças religiosas e para a comunidade Nossa Senhora do Livramento para se alcançar níveis desejáveis de desenvolvimento local, ou, no mínimo, benfeitorias coletivas em termos de urbanização e urbanismo.

11.0 Recomendações para Pesquisas Futuras

Apesar de esta investigação ter tido uma abordagem abrangente dentro da temática aqui proposta centrada em turismo religioso, planejamento, gestão e desenvolvimento local em relação ao Festejo do Livramento, alguns tópicos e assuntos podem vir a ser temas para futuras pesquisas; uma continuidade desta investigação, em particular, em relação a algumas abordagens feitas, mas que não tiveram uma discussão mais aprofundada por não serem o foco do estudo.

Entre as recomendações a serem feitas está a de se investigar sistemas de parcerias entre o poder público, setor privado, e a Igreja Católica a fim de catalizar forças e recursos em planejamento e organização de evento, inclusive com a criação de um calendário de eventos que venha dar impulso ao setor turístico do município e do Estado. Portanto, as parcerias público-privadas para o fortalecimento do turismo local é um tema objeto de pesquisas futura. Outra pesquisa que pode ser realizada diz respeito aos valores simbólicos, intangíveis e imateriais das festas religiosas e o resgate da cultura como acervo vivo dos valores católicos para o povo de Caracará.

Como sugestão para pesquisas futuras, estudos comparativos centrados em turismo religioso (ou de romaria e peregrinação), planejamento urbano, e desenvolvimento local, poderiam ser realizados em relação a outras localidades do país com o intuito de buscar identificar 'ações' e 'estratégias de sucesso' que poderiam ser adotadas no Estado de Roraima para o fortalecimento do turismo. E em relação à economia local, os eventos religiosos propulsores de um turismo de peregrinação, de romeiros, podem dar sua contribuição econômica para a cadeia produtiva turística (e não-turística) local.

REFERÊNCIA

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**, 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1995.

- ANSARAH, M.G. dos Reis. Turismo: Como Aprender, Como Ensinar. Senac: São Paulo, 2000.
- BALLART, J. O El patrimonio histórico y arqueológico: Valor y Uso. Barcelona: Ariel, 1997.
- BARRETO, M. Turismo e legado cultural. 5ed. Campinas: Papyrus, 2004
- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 11 ed. São Paulo: Senac, 2006.
- BRASIL. EMBRATUR. Ministério do Turismo. **Roteiros da Fé Católica**. Brasília, DF: 2000.
- CALVO, L. L. A Etnologia de Catalunha. *Revista História*, no. 57, 1995, p. 36-38.
- CÂMARA NETO, I. A. **Religiosidade popular e o catolicismo oficial: o eterno contraponto**. In: Revista Ciências Humanas, Universidade de Taubaté/SP, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.unitau.br/religiosidadepopular.N1-2003.pdf>>. Acesso em: 12/06/2012.
- CARVALHO, G. de O. **O "ponto de fé" místico-religioso como atratividade turística**. 2004. 78 f. Monografia (Especialização em Gestão e Marketing do Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/409/1/2004_GleisonOliveiraCarvalho.pdf>. Acesso em: 22/07/2012.
- CASTRO, J. R. B. de. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. **Espaço e Lugar Sagrados em Bom Jesus da Lapa – BA: Natureza e significados das romarias do Bom Jesus**.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. Patrimônio imaterial no Brasil. Legislação e políticas estaduais. Brasil: Unesco, Educarte, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf>>. Acesso em: 06/11/2012
- COSTA, O. J. L. **O Santuário de Canindé: a expressão geossimbólica do sagrado**. In: EGAL 2009 – Encontro de Geógrafos de America Latina. 12. Montevidéu, Uruguai, 2009. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info/area08/8140>>. Acesso em: 26/12/2012.
- CRUCES, F. Problemas en torno a la restitución del patrimonio. Una visión desde la antropología", em Política y Sociedad n.º 27, 1998, pp. 77-87.
- CYPRIANO, P. dos S.; LIMA, T. C. Turismo Religioso em São Paulo: Uma Abordagem Mercadológica. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, número especial 2008, pp. 1 – 25.
- DEMING, W. E. Qualidade: a revolução na administração. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1990.
- DENCKER, A. de F. M. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. Editora Futura: São Paulo, 2001.
- DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. da (Orgs). **Turismo Religioso: ensaios e reflexões**. Campinas, SP: Alínea, 2003.
- FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação. Porto Alegre: 2. ed. Bookman, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2012.
- MAIO, C. A. Turismo Religioso e Desenvolvimento Local. Publ. Ci. Hum. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes 12 (1), 53-58, Jun. 2004.

- MARQUES, J. B. O Conceito de Temporalidade e sua Aplicação na Historiografia Antiga. *Revista de História*, 158, (1º. Semestre), 2008, pp. 43-65.
- MARTINS, J. de S. Subúrbio: Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo, São Caetano, Hucitec, 1992, 363 p.
- MEGALE, V. J. As manifestações religiosas e o turismo na festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvanópolis - MG: práticas e atividades sócio-culturais. 2007. 98-107 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) - Centro Universitário UNA Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. Belo Horizonte – MG. 2007.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **A fé que move turista**. Disponível em: http://turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/ Acesso em: 10 de setembro de 2012.
- MINISTERIO DO TURISMO. Cultura e Turismo. São Paulo: IPSIS, 2007.
- MOLINA, S. Turismo: metodologia e planejamento. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- NASCIMENTO, R. C. do. **Franciscanos no Brasil do Turismo Religioso ao Turismo Voluntário na Província da Imaculada Conceição no Brasil**. 2008. 110f. Tese. Universidade de São Paulo de Comunicações e Artes – Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação. São Paulo, 2008.
- OLIVEIRA, P. A. R. de. Religiosidade Popular na América Latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 32, fasc. 126, Junho de 1972.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Tendências do Turismo Internacional**. O mundo e as Américas. Madrid. Conselho Executivo da OMT, 2001.
- ORTEGA, M. J. F. Introducción al pensamiento de María Zambrano. México: F.C.E., 1994.
- PAES, M. T. D. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico** In: BARTOLO, Roberto et al. Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Editora Letra e Imagem, 2008.
- PEREIRA, C. S.; OLIVEIRA, João Cesar Abreu de. **Fé e Identidade sacra: O Espaço Sagrado de Juazeiro do Norte/CE**. *Revista Eletrônica de Geografia*, v.1, n.3, p.38-50, dez. 2009.
- PEREZ, X. P. Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica. Colección Pasos, Edita, No. 2, El Sauzal, Tenerife, Espanha: 2009. Disponível online em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>>. Acesso em 08.05.2012.
- RAMOS, A. W. Espaço-Tempo na Cidade de São Paulo: Historicidade e Espacialidade do “Bairro” da Água Branca. *Revista do Departamento de Geografia*, 15, 2002, pp. 65-75.
- ROSENDAHL, Z. O espaço, o sagrado e o profano. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- SANTOS, M. A NATUREZA DO ESPAÇO: Técnica, Razão e Emoção. Ed. 5. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, USP, pág. 13882 a 13894, 2005.
- SOUZA, R. **Catolicismo**. Disponível em: <http://brasilescola.com/religiao/catolicismo>. Acesso em: 23 de julho de 2012.

Capítulo 2

As Demandas por uma Revitalização da Orla do Rio Branco em Caracaraí: o Papel do Poder Público na Construção dos Espaços de Convivência e Lazer

Ornilda Santiago da Silva
Ismar Borges de Lima



As Demandas por uma Revitalização da Orla do Rio Branco em Caracará: O Papel do Poder Público na Construção dos Espaços de Convivência e Lazer

Ornilda Santiago da Silva
Ismar Borges de Lima

1.0 Introdução

O Estado de Roraima, localizado no extremo norte do País, é constituído por 15 municípios, entre eles, o de Caracará, localizado à margem direita do Rio Branco, situado a 136Km da Capital Boa Vista, criado em 27/05/1955, através da Lei Federal nº 2495. De acordo com o censo IBGE 2010, Caracará possui 18.834 habitantes sendo que desse total 10.910 residem só na sede do Município. O nome do município tem origem em um pequeno gavião, conhecido como 'caracará', e que habita o centro-sul de Roraima.

O povoado surgiu no local do descanso dos condutores de gado que saíam do antigo município de Moura com destino à capital amazonense, Manaus. Moura deu origem ao Território do Rio Branco, e mais tarde Território de Roraima, e hoje Estado de Roraima. Caracará também fica às margens do Rio Branco, e é conhecida como, Cidade Porto, pois foi o principal ponto de embarque e desembarque de mercadorias e também para o transporte de pessoas pela rede hidrofluvial nas décadas passadas, quando a BR-174 não era ainda asfaltada e o acesso entre Manaus-Boa Vista-Pacaraima, divisa com a Venezuela, poderia levar vários dias em épocas de chuva. A economia do município gira principalmente em torno do comércio e dos salários dos servidores públicos.

A cidade é ainda pacata, e conta com serviços de telefonia celular, internet, água, energia, rede de esgotos em quase todo local, serviços de saúde, policiamento e grande parte da cidade é asfaltada.

Às margens do Rio Branco, encontra-se o Complexo Turístico Beira Rio, também usada aqui como 'Orla Rio Branco' que leva o seu nome, inaugurada em 15 de março de 2009 (Chaves, 2011, p. 29). Um dos locais mais frequentados pelos residentes e visitantes.

O complexo é um atrativo importante para a cidade, pois se trata de uma área construída para o lazer, esportes, realização de eventos de natureza pública, entre outros, que dão à orla a função sociorecreativa propiciando momentos de recreação, hedonismo, e de contemplação do rio aos que por lá passam. O local também possui barracas de alimentação, vendedores ambulantes, e um restaurante

que geralmente funcionam quase a semana toda no período noturno gerando emprego e renda para uma parcela da população.

De acordo com Trindade Jr. (2002), “orla refere-se às faixas de contato imediato da cidade com os cursos fluviais principais que banham as cidades” (p.139); e, portanto, possuem uma importância espacial e funcional em nível municipal, pois servem de áreas de concentração, de circulação e de transporte das pessoas. Uma orla fluvial pode possuir uma destacada funcionalidade para a população e havendo níveis de urbanização com benfeitorias de uso coletivo tais áreas ganham ‘valor agregado’ como áreas de recreação e de socialização.

No entanto, a Orla Rio Branco apresenta impactos negativos, pois nos últimos quatro anos muitos dos seus equipamentos e de sua estrutura foram danificados precisando de manutenção, e, em alguns casos com riscos aos usuários, como é o caso do píer. A Orla é muito frequentada por visitantes e residentes, e a situação corrente não causa uma boa impressão. Vários outros problemas podem ser identificados por falta de cooperação, boa conduta, e descumprimento às leis por parte dos usuários em geral. Por exemplo, de acordo com a lei municipal 479/2009, é proibido o tráfego de veículos na área de recreação e lazer da Orla; a preferência é dos pedestres, dos transeuntes. No entanto, o que se presencia é o usuário dividindo um espaço que é reservado para ele com dezenas de bicicletas, motos e carros.

A Orla Rio Branco de Caracaraí é ocupada por pontos comerciais, e por um porto básico – cais – para o atracamento de barcos de pequeno e médio porte. Uma das características da orla é que a urbanização e as benfeitorias são, em sua grande extensão, voltada não para o Rio Branco, mas para a Avenida Doutor Zanny, que é contígua à orla.

Ou seja, Caracaraí fica de costas para o rio, o seu principal atrativo turístico natural com uma beleza cênica e paisagística espetaculares, além de ser uma fonte de pescado. A Orla tem uma área urbanizada para a recreação e para visitação que se limita a uma faixa de aproximadamente 1 km máximo de um total de quase 3,0 km de extensão urbana edificada beira-rio. Uma área que já possui urbanização e urbanismo.

Para fins de esclarecimentos, os termos ‘urbanismo’ e ‘urbanização’ não podem, segundo Palen (1975), ser automaticamente tomados como sinônimos, apesar de que na sociologia muitos autores levam a essa correspondência. Para ele, “urbanização é um aumento na concentração populacional; em termos de organização, é uma alteração na estrutura e nas funções”, já o termo ‘urbanismo’ é usado em referência a uma condição de vida, e não a um processo (p. 23-24).

O primeiro está ligado à quantidade (de alterações sofridas em um espaço rural que se torna urbano), já o segundo diz respeito à

qualidade deste 'urbano'. É plausível afirmar que “uma área apresente um alto índice de urbanização e um baixo índice de urbanismo” (Palen, 1975, p. 23-24). Oliveira e Mendes (2012, p.7) esclarecem que a 'urbanização' refere-se à “artificialização do espaço” à medida que ocorre um adensamento populacional.

Para este estudo, os termos 'urbanização' e 'urbanismo' vão ser usados ambos para designar o conjunto de medidas e ações já tomadas ou necessárias para se melhorar as estruturas edificadas e os equipamentos existentes na Orla de Caracará.

1.1 Infraestrutura e equipamentos na Orla Rio Branco

No Complexo Orla Rio Branco, a infraestrutura dispõe de dois banheiros públicos, um feminino e um masculino, e para a prática de esportes, o local possui uma quadra esportiva coberta, uma quadra com aparelhos para exercícios físicos, e para o lazer das crianças há um parque infantil com gangorras, balanços e um labirinto de ferro para se escalar.

Em relação às opções para a cultura e eventos, há um anfiteatro para apresentações artístico-culturais com arquibancada permanente, um centro cultural com dois auditórios, e na parte de área de alimentação, há um restaurante e dois quiosques permanentes.

A Orla do Rio Branco também dispõe de um extensa painel feito de concreto pelo artista Rell, vindo de Parintins/AM (Chaves, 2011, p. 29). O painel retrata Roraima com o que há de melhor, seu Rio Branco e seus buritizais, a cultura da pecuária que até hoje é muito forte não só em Caracará como em todo o Estado, a figura do boi e do vaqueiro são figuras integrantes da história do lugar (Fig. 1.0).



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.

Figura 1.0 - Painel retratando o Estado Roraima e suas riquezas naturais.

Na parte de apreciação do Rio Branco foi reformada uma plataforma que outrora servia de descarregamento de mercadorias no local, foi ampliada, pois já existia uma estrutura de concreto e com isso tornou-se um local muito agradável de apreciar o rio, um mirante, que acabou se tornando um dos pontos maior apelo turístico da 'Cidade Porto', como é conhecida Caracarái.

O Complexo da Orla Beira Rio foi planejado para ser construído em três etapas, sendo que a primeira e a segunda etapas já foram concluídas, e compreendem: pavilhão do artesanato, administração, píer, restaurante, 2 lanchonetes, sanitários de uso público, estacionamento, iluminação e urbanização, quadra poliesportiva coberta, quadra de vôlei, área de ginástica, palco coberto, pavimentação, painel artístico, jardineiras, área gramada serviços de drenagem, e iluminação.

A construção da terceira etapa, com valor global de R\$ 3.262.350,00, ainda está em andamento, sendo que a primeira parcela deste montante no valor de R\$ 302.003,88 foi liberada em 20.11.2013 de acordo com informações na Seção sobre Convênios disponíveis no Portal da Transparência online, do governo federal. Ainda de acordo com dados do Portal, os convênios firmados entre a Prefeitura de Caracarái e Ministérios do Governo Federal, diretamente ligados às obras de urbanização e urbanismo da Orla Rio Branco, entre 2007 e 2013, somam **R\$ 7.260.100,00**, desse total já foram liberados R\$ 3.799.753,88, o que representa 52,33% dos recursos totais. Se o valor do convênio de R\$ 16.040.996,02 para a construção do Terminal Portuário de Caracarái for incluído como benefício para a Orla, o valor global de recursos por convênios com Prefeitura de Caracarái chega à cifra de **R\$ 23.301.096,02**. A Tabela 1.0 apresenta os principais convênios firmados e o detalhamento dos recursos liberados para a Orla Rio Branco desde 2007.

A outra linha de levantamento de dados da pesquisa é sobre as demandas da população para uma ampliação da urbanização e urbanismo da Orla, construindo-se espaços de uso público para o lazer, a recreação, a contemplação, bem como a construção de pistas para caminhadas e ciclovia. Sem dúvidas, o que já foi feito até o presente momento em termos de obras são benfeitorias de grande valor, e as obras contribuiram sobremaneira para gerar empregos e renda localmente, e a construção do Terminal Portuário do município também terá o seu peso para a economia local e para o turismo. Nesse sentido, o município de Caracarái só tem a ganhar.

Mas o que se investiga nesta pesquisa é a fiscalização e de manutenção do que já está edificado na Orla, bem como a necessidade de campanhas de conscientização junto aos residentes e visitantes para acabar ou, no mínimo, reduzir os atos de vandalismo que têm depredado a estrutura e infraestrutura existentes no local, causando prejuízos aos cofres públicos e privando as pessoas de

usufruírem o Complexo em plenitude. Nesse sentido, Caracarái só tem a perder.

Oportunamente, ressalta-se que o poder público, mais precisamente a Prefeitura de Caracarái, com apoio do governo estadual, de deputados federais e de senador, nas últimas duas gestões tem se preocupado em fazer uma urbanização o que *per se* é razão de congratulações. Mas a pesquisa tem orientação acadêmico-científica, e não é propósito buscar ou apontar culpados, sejam pessoas físicas, sejam jurídicas, por problemas aqui relatados; nem igualmente isentar a gestão atual ou as anteriores, mesmo porque é de conhecimento geral que existem restrições orçamentárias e baixa arrecadação nos municípios roraimenses, e isso acaba se tornando impedimentos para a elaboração de projetos, etc. A pesquisa se sustenta em fatos, e a análise é feita de maneira autônoma, independente, e sem inclinações, baseando-se apenas nos fatos apurados por meio da metodologia e métodos adotados.

Tabela 1.0 - Convênios entre a Prefeitura de Caracarái e Governo Federal para obras de Urbanização e Urbanismo da Orla Beira-Rio

Relação dos Convênios firmados entre a Prefeitura de Caracarái e o Ministérios da Defesa, do Turismo e dos Transportes para obras de urbanização na Orla Beira Rio e do Terminal Portuário.					
Número do Convênio	Descrição do objeto do Convênio	Órgão Superior do Convênio	Valor Convênioado	Última data de liberação da parcela	Valor da parcela liberada
577008	Primeira etapa da Orla Rio Branco: Custear a Implantação de complexo turístico na orla, com anfiteatro, salão de convenções, arquibancadas, lanchonetes, wcs coletivos, Centro de Artesanato, administração e playground	Ministério da Defesa	R\$ 2.497.750,00	29.12.2007	R\$ 2.497.750,00
581610	Segunda fase da Construção do Complexo Turístico Beira Rio	Ministério do Turismo	R\$ 1.500.000,00	25.10.2007	R\$ 1.000.000,00
631453	Terceira fase do Complexo Turístico Beira Rio	Ministério do Turismo	R\$ 3.262.350,00	20.11.2013	R\$ 302.003,88
620795	Implantação do Terminal Portuário no Município de Caracarái, dotado de terminal de passageiros, edificação para administração, guarita, ponte de acesso, flap de chegada, cais flutuante e obras de contenção do terreno.	Ministério dos Transportes	R\$ 16.040.996,02	20.12.2013	R\$ 1.015.995,96

Fonte: Portal da Transparência online. Convênios com municípios 01.01.1996 – 02.01.2014. Governo Federal. Link: www.portaldatransparencia.gov.br

O foco da pesquisa é identificar as ações necessárias do poder público para se estabelecer um vínculo entre 'urbanização' e 'valor agregado' para o turismo e para a população local a respeito do Complexo Turístico Orla Rio Branco (Orla Beira Rio). A investigação se alicerça em dois pontos principais: os anseios dos residentes por uma revitalização e ampliação da orla, e o papel do poder público para realizar essa transformação.

Caracarái tem um grande potencial para atividade turística, mais é principalmente no interior que podemos encontrar esses atrativos. São estes: parques ecológicos (os PARNAS do Viruá e da Serra da Mocidade), as corredeiras do bem querer, banhos em igarapés (o Água Boa), entre outros.

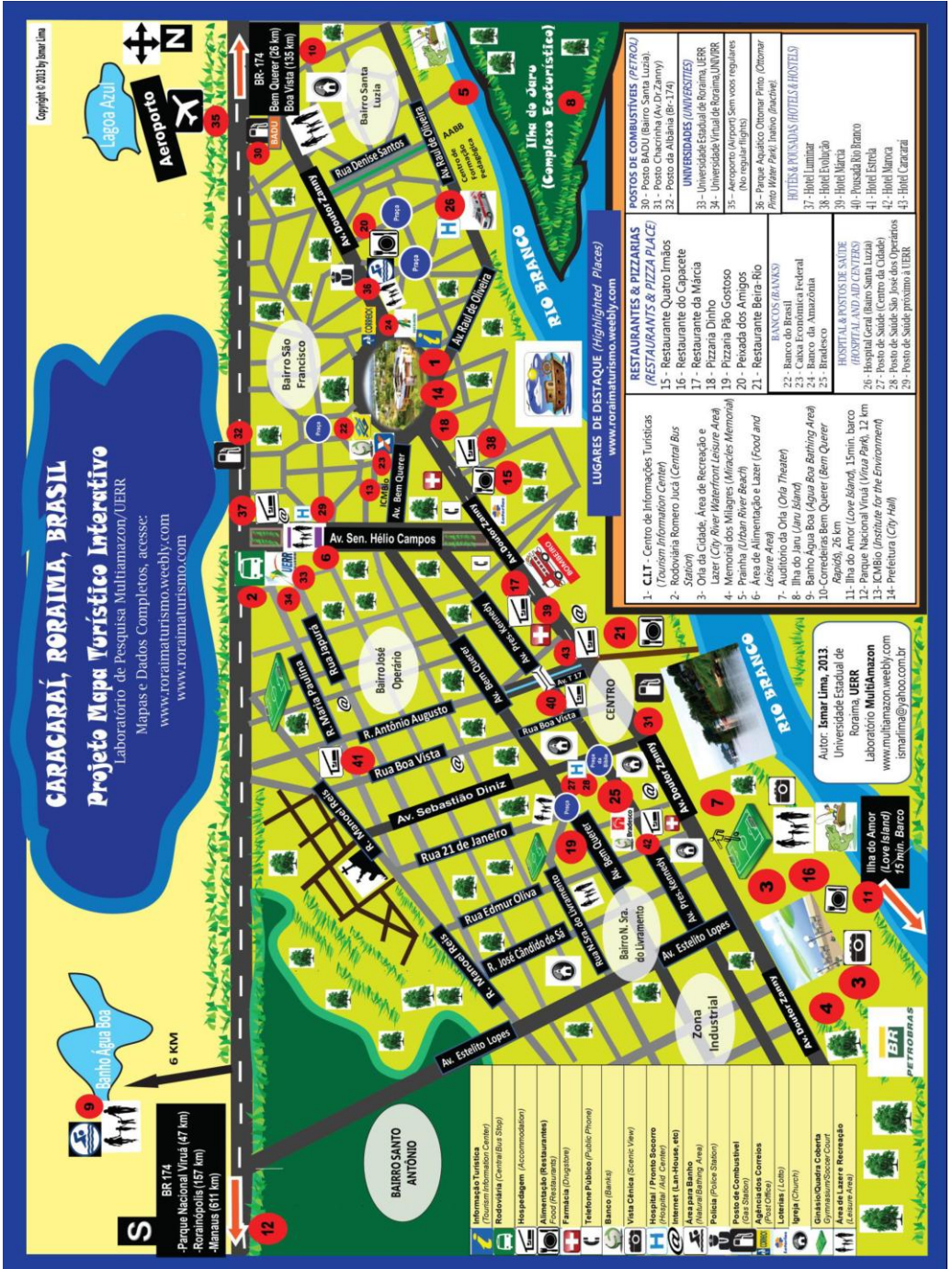
Dentre esses pontos de lazer que foram citados, poucos podem ser usufruídos pela comunidade e visitantes, devido ao difícil acesso, à falta de infraestrutura e à falta de planejamento para a visitação turística. No entanto, os gestores do Instituto Chico Mendes, ICMBio, órgão gestor das Unidades de Conservação, tem se empenhado para viabilizar a visitação regular aos Parques, em particular, no Viruá que se encontra em processo mais adiantado nesse sentido.

No que se refere ao lazer e recreação, o planejamento ambiental torna-se vital, pois será ele que proporcionará o bom andamento do local. Ele visa justamente à minimização de impactos e a potencialização de retornos benéficos, podendo com isso resultar em uma resposta mais positiva da comunidade.

A cidade de Caracarái – RR tem a Orla Rio Branco para o espaço de lazer e recreação de seus munícipes e visitantes. Por isso deve-se considerar a revitalização deste local tão importante na urbanização, na cultura que abriga a maior parte dos eventos realizados em Caracarái. A orla além do seu atributo de lazer traz em si o papel das relações de convivência social e isto reforça o sentimento de pertença dos que ali vivem.

Essas abordagens são feitas a partir da visão e perspectiva da população local levando-se em conta que Caracarái é a única cidade-porto de Roraima; e, com um papel histórico de inegável valor, estrategicamente posicionada ena parte centro-sul do estado, entre Manaus e Boa Vista, duas capitais da região amazônica.

De acordo com Santos (1994), não há como desprezar os fortes vínculos dos indivíduos locais com a vida ribeirinha, e a cidade à beira dos rios possui uma dinâmica e importância regional, e a urbanização (ou a falta dela) não pode ser aquela de exclusão e de segregação na lógica do ordenamento espacial.



Autor: Ismar Lima, Multiamazon/UERR, 2013.
 Figura 2.0 - Mapa Turístico Urbano de Caracará com a Orla Rio Branco.

Assim, se faz necessário fazer um levantamento da importância do Complexo Orla Rio Branco com as pessoas que residem em Caracarái. Para isso torna-se necessária a elaboração de um projeto para a revitalização e, ou, manutenção da Orla Rio Branco como parte da tomada de decisões do poder público no tocante às reformas de infraestrutura e equipamentos da área já existentes, e da sua (re)qualificação assim como um todo. A Figura 2.0 contém mapa urbano turístico de Caracarái.

A demanda da população e dos visitantes é de que o poder público municipal e, também o estadual, crie projetos e invista na melhoria da qualidade dos espaços públicos por meio de uma urbanização que ponha a sustentabilidade no âmbito das mudanças necessárias, bem como dar uma res(significação) à orla agregando a ela um valor estético-funcional e como atrativo turístico.

Objetivo Geral:

Este estudo tem como propósito identificar os principais problemas na Orla, bem como saber o grau de satisfação da população com a situação em que se encontra a Orla Rio Branco. A pesquisa preocupou-se também em obter informações e apontar caminhos sobre como o 'poder público' pode contribuir para reforma, revitalização, ampliação, e valorização dos espaços de convivência e lazer ao longo da orla de Caracarái.

O que se pretende com este trabalho é deixar registrado para os gestores públicos a necessidade de investimentos na infraestrutura básica e nos atrativos turísticos de lazer para que haja qualidade na rede de serviços e em todas as atividades turísticas explorando suas potencialidades e valorizando os atrativos urbanos.

Assim, duas perguntas-pesquisa principais norteiam este estudo:

- i)** Qual a importância do Complexo Turístico Beira-Rio (Orla Rio Branco) para as atividades sociais, recreativas, estéticas, ecológicas, e de bem-estar para a comunidade em geral na visão dos próprios moradores?
- ii)** Quais são as decisões e ações do poder público para a revitalização atendendo às expectativas da população e dos visitantes em relação às melhorias e benfeitorias necessárias para o Complexo Turístico Orla Rio Branco em Caracarái?

Os seguintes objetivos específicos em relação à revitalização deste espaço de lazer e convivência social às margens do Rio Branco são:

- a)** analisar de que forma a comunidade usufrui do lazer no complexo turístico na Orla Rio Branco, e saber o nível de satisfação delas com a estrutura existente na Orla (incluindo os barqueiros do Rio Branco);

- b) verificar os atrativos de lazer na Orla Rio Branco em relação à estrutura e infraestrutura básica;
- c) analisar de que forma as políticas públicas contribuem para o desenvolvimento do espaço de convivência social, lazer e recreação.

Portanto, o presente trabalho foi organizado em seis Seções. A primeira é a Introdução que relata a história da criação da orla Rio Branco que foi muito importante para o município, pois, o mesmo não dispunha de um local destinado para o lazer e recreação da comunidade e visitante, as propostas de ação são definidas a partir da identificação dos conflitos e problemas incidentes na orla.

2.0 A Importância dos Espaços Públicos para Recreação e o Planejamento Turístico

2.1 Espaço Público

Espaço é tudo aquilo que está ao redor do ser, seja tangível ou não, e o próprio homem está presente nesse contexto. Espaço não tem dimensão, este se estabelece dentro da percepção de cada um, pode-se delimitar como espaço desde a órbita da terra a uma pequena vila ou praia (Kiyotani, 2006).

A autora ainda ressalta que os agentes sociais que produzem os espaços, analisa-se agora a questão física quanto à diferenciação do espaço. Existem duas primeiras separações espaciais, que seriam a de espaço rural e espaço urbano. A partir desses dois conceitos se traça a melhor forma de planejá-los e quais as medidas para se fazer um planejamento sustentável. O caso estudado neste trabalho refere-se a uma localidade urbana, por isso, apresenta-se a seguir uma definição de espaço urbano.

Boullón (2002) destaca que tanto no espaço urbano ou artificial, predominam os artefatos construídos pelo homem, sua expressão máxima é a cidade.

Dias (2008), afirma nesse contexto que a cidade deve:

- ✓ Oferecer uma imagem atrativa que transmita uma imagem de segurança e bem-estar;
- ✓ Ter sinalização nas ruas, a limpeza e o cuidado com parques e jardins assume um papel importante.

Os produtos turísticos da cidade devem ser variados e de qualidade, deve ser capaz de oferecer atrações principais como: conjunto completo de serviços complementares (alojamentos, restaurantes, transportes, informação etc.). Esses produtos não só devem estar de acordo com a imagem da cidade, mas também devem apresentar alguma originalidade; “a cidade deve ser capaz de manter

em longo prazo a eficácia do desenvolvimento do setor turístico, com a formação de mão-de-obra suficientemente qualificada” (Dias, 2008, p.58)

Dias (2008) indica ainda que o planejamento de uma cidade voltada para o turismo deve ser essencialmente diferente do realizado em cidades voltadas para o desenvolvimento da atividade industrial tradicional. O turismo, ao contrário, se integra com a cidade e a transforma num espaço a ser consumido.

O turismo faz uso de ambos os espaços, sendo assim pode-se afirmar que se encontra espaço turístico tanto no meio natural quanto no meio urbano e o que vai caracterizá-lo é a existência e a distribuição territorial dos seus atrativos. Planejar bem o espaço é descobrir com uma margem menor de ‘erro’ de como é uma realidade local – pode-se falar também de uma realidade espacial - e ser capaz de imaginar aquilo que devemos agregar a ela, sem que se perca seus atributos (Boullón, 2002 apud Kiyotani, 2006, p. 26).

Segundo Falconi (2008), o espaço público é aquele que, dentro do território urbano, seja de uso comum e coletivo, não pode favorecer indivíduos de forma isolada, ou seja, com foco somente em um determinado grupo, seja em relação à faixa etária, seja em relação ao poder aquisitivo, por exemplo. Os espaços públicos livres podem ser definidos como espaços de circulação (como a rua, estrada ou praças), de contemplação (como praia ou jardim público), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou parque), ou de preservação ou conservação (como uma reserva ecológica).

Os espaços de lazer também estão previstos no Estatuto das Cidades que rege de forma geral as políticas urbanas no Brasil. De acordo com o Artigo 26 do Estatuto, o direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: v- implantação de equipamentos urbanos e comunitários; vi - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; vii - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental (2001, p.09).

O espaço público destina-se ao uso comum e apropriação temporária por grupos heterogêneos. As cidades caracterizam a dinâmica das relações que se dão nesse tipo de ambiente onde a urbanização deve contar com estruturas criadas para atender os cidadãos.

De acordo com Silva (2002) apud Guedes (2010), a denominação de público no contexto de espaço público refere-se ao termo universal de ‘interesse de todos’ e de ‘acessibilidade’, tornado-se espacialmente o local de usufruto individual-coletivo. A abordagem do espaço público não se centra apenas no espaço físico em si; a análise dele engloba as ações públicas que ali existentes, bem como as opiniões daqueles que dele usufruem. Deste modo, o espaço público conota verbalização; o cognitivo para atuar em prol dos acontecimentos sociais de relevância para a sociedade.

Para Furtado (2008), a importância do uso do espaço público na contemporaneidade mostra que as áreas livres que podem ser de circulação como ruas e praças, espaços de lazer e de recreação, de contemplação, como os jardins públicos ou mesmo uma área ecológica, como no caso as orlas, reforçam a imagem positiva de tais espaços quando bem estruturados e cuidados.

Na interpretação de Coelho e Guimarães (2012), o espaço público nas cidades é também um espaço de lazer, e torna-se um observatório dos processos transformativos do lugar urbano ao longo do tempo em que a diversidade se materializa justamente em função da diversidade dos indivíduos ali presentes, um ambiente que deve ser palco para a valorização do cidadão e da cidadania por meio da inclusão social, e o “turismo possa ser utilizado para promover um ambiente mais socialmente inclusivo, propiciando momentos de lazer que enriqueçam o contato entre as pessoas” (p.2).

As leis são extremamente importantes na criação e para lograr êxito na revitalização dos espaços públicos. No Brasil, a lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana que conforme ressalta a melhoria da infraestrutura dos transportes e dos ambientes tais como logradouros públicos, hidrovias, ciclovias entre outros (Política Nacional de Mobilidade Urbana, 2012). Isto pode se aplicar à orla do Rio Branco, pois a mesma possui um porto.

Como caracteriza o Código do Meio Ambiente do Município de Caracarái no Capítulo III que dispõe do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico, Art. 31. A lei disporá sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico do Município, a Semma fiscalizará a aplicação de suas disposições legais e o Condema deliberará, no exercício de suas competências, sobre ajustes que sua implementação recomendar, inclusive mediante audiências públicas especialmente convocadas para este fim. Informações obtidas no Código do Meio Ambiente do Município de Caracarái, 2008, p. 31.

O espaço público deve se constituir de desenvolvimento urbanístico por isso a importância dada ao Plano Diretor de um município e à fiscalização do órgão competente a fim de se fazer o (re)ordenamento das infraestruturas existentes e oferecendo diretrizes (caminhos para ações) que aquelas que vão ser ainda criadas.

2.2 Socialização

Segundo Marioto (2012), “a socialização é a influência que o meio causa em nós.” O processo de socialização para o ser humano significa implica em um processo interativo permeado de interações, inter-relações, e aprendizado pelas experiências e vivências com os demais indivíduos, algo que se inicia ainda em tenra idade. Para Borsa (2007),

A socialização é um processo interativo, necessário para o desenvolvimento, através do qual a criança satisfaz

suas necessidades e assimila a cultura ao mesmo tempo que, reciprocamente, a sociedade se perpetua e desenvolve.

De acordo com Coll (1999), quando a criança nasce necessita de um grupo social que lhes preencha de valores, normas, costumes, conhecimentos que farão que ela seja incorporada no meio social. Para isso, a socialização é um processo que determina o comportamento do homem ao longo de sua existência. E que este vivencia em duas etapas: a primária e a secundária. Na primeira ela inicia desde o nascimento até o início da vida adulta. A secundária está relacionada ao contato que o homem desenvolve nas relações com os amigos, no trabalho, no namoro, no lar, quando vira pai ou mãe, até a terceira idade (Oliveira, 2001, p. 42).

Socializar-se implica em transmitir o que foi lhe ensinado ao decorrer da vida. O ato de socializar é um ato constante em que o homem está sempre em processo de mudanças. Segundo Marioto (2012, p.10), chamam-se de modelo geral de socialização os seguintes fatores: a) a linguagem; b) o saber natural ou “senso comum”; c) as regularidades sociais; d) a consciência sobre papéis e representações; e) a construção da identidade; f) valores.

Tal processo está diretamente ligado à educação transmitida. Por isso a importância de ensinar, de se agregar valores ao longo da vida, entre eles: o respeito pela cultura, pelas pessoas, e pelo meio ambiente. Assim, quando se fala de ‘socialização’ em espaços públicos de importância turística, todos esses elementos são enaltecidos, e uma orla que propicie isso possui inerentemente um papel ampliado na promoção do bem-estar das pessoas. Mas para se ter um espaço público adequado para uma socialização são necessários intervenções mais pontuais por parte de uma gestão à medida que os problemas e demandas vão surgindo.

2.3 A Importância do Planejamento Urbano

A urbanização tem de ser de base consultiva popular, em direto contato com a população, a fim de se ter um apanhado do que os locais almejam para a orla em termos de melhorias e de áreas de uso coletivo. Além disso, não se trata de uma questão unicamente social. As benfeitorias e melhorias urbanas na orla têm a sua importância econômica, pois a orla ganha ‘valor agregado’ como atrativo turístico, fazendo com que mais pessoas queiram conhecer e ficar na cidade, e usufruir dos espaços públicos de características ímpares, e isso dinamiza a economia local; traz mais recursos e divisas.

Iniciando uma abordagem sobre o tema, cabe aqui esclarecer que a ideia de reforma urbana é do princípio do século XX e vincula-se a de reforma social (Kiyotani, 2006). O movimento de reforma urbana iniciou-se na Europa e na América do Norte e direcionou-se a

solucionar os problemas urbanos visando o progresso da sociedade. Isto remete ao fato de proporcionar melhores condições de moradia, educação, saúde e trabalho a população. Segundo Gouveia (2005), o 'urbanismo' deve ocupar-se da 'urbanização' que leve a cabo a planificação, o funcionamento e a organização racional dos ambientes urbanos, tendo sempre em conta sua harmonização com requisitos sociais, estéticos, políticos, culturais e econômicos.

Ruschmann (2012) define planejamento como uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisionamento de facilidades e de serviços para que uma comunidade atenda a seus desejos e necessidades ou, então, o desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial visualizar oportunidades de lucro em determinados segmentos de mercado.

A todo momento, nos diversos veículos de comunicação, como rádio, televisão, jornais e revistas, etc. se ouve dizer que um dos grandes problemas das cidades brasileiras, tem sido a falta de planejamento urbano. Conforme Samuel (2007, p.22),

“[...] planejamento é um processo ordenado e sistema de produção de bens, produtos e serviços que vai contribuir para transformações da realidade existente, de acordo com os objetivos de desenvolvimento desejados pelos atores envolvidos”.

Nesse contexto, o planejamento exige, entre outras coisas, a participação e integração dos diversos grupos sociais no seu processo de desenvolvimento. Segundo Rodrigues (1999), redistribuição de renda, acesso a moradias dignas e em locais saneados e bem dotados de infraestrutura, preservação ambiental, espaço de lazer, dependem de um bom planejamento.

Segundo o Ministério do Turismo (2007), o planejamento deve ser considerado como um processo contínuo e permanente, e desse processo resulta um plano com uma forma atuação específica e definida que procura combinar as possibilidades da região com a capacidade da instituição ou do grupo social envolvido. Assim, é possível alcançar os objetivos que vão promover as tão esperadas mudanças.

Entretanto, uma melhor qualidade de vida e, sobretudo, uma maior justiça social. E isso está muito longe de ser algo que se alcance apenas tendo como recurso as alterações de traçado e de remodelações das formas espaciais, por mais importante que isso possa, eventualmente, ser (Rodrigues, 1999, p. 54).

Melhorar a qualidade de vida da maioria da população urbana e reduzir disparidades socioespaciais é algo que depende de várias coisas, muitas deles nem sequer atinentes à esfera de poder local, afirma Souza (2006).

2.4 Planejamento versus Turismo

Segundo o Ministério do Turismo (2007), depois da Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, o turismo passou a ocupar lugar de destaque no mundo, como uma das atividades econômicas mais expressivas. Samuel (2007, p. 15) afirma que: “no cenário brasileiro, a importância do turismo também cresce a passos velozes, pelo volume de riquezas que movimenta e por envolver em sua teia relações, influência, motivações, desejos e representações”.

No turismo cabe ao Estado zelar pelo planejamento e pela legislação necessária ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionará o bem - estar da população residente e dos turistas (Ruschmann, 2012).

Contudo, o turismo, para ter garantia de sucesso como atividade econômica, depende de um planejamento estratégico realizado de forma integrada e participativa e que ofereça os meios adequados para sua implementação e administração.

Dias (2008, p. 37) esclarece que,

O turismo é um consumidor intensivo de território, e, portanto, deve-se planejar seu desenvolvimento numa ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual a identidade que será adquirida.

Outro motivo relevante que justifica a necessidade de recorrer à técnica de planejamento no âmbito do turismo é a necessidade de uma intervenção orquestrada, ou seja, integrada nos mais diferentes níveis da administração pública seja federal, estadual, seja municipal, a fim de se maximizar tempo, recursos financeiros e humanos nos projetos a serem implementados evitando, conseqüentemente, uma dispersão e perdas de investimentos.

Nessa perspectiva, Dias (2008) destaca a necessidade de integração do planejamento turístico com outros instrumentos de organização do território municipal-planos diretores, planos setoriais, zoneamento, lei de uso de solo tornando-se um planejamento integrado e integrador de outras atividades comerciais, artesanais, culturais e transporte, que as quais o turismo mantém relação interdependente no espaço considerado.

De qualquer modo, devemos considerar a complexidade inerente no processo do planejamento turístico em virtude de sua própria natureza eclética e diversificada, envolvendo diversos setores, atores e interesses. O Turismo não é um setor que se afirma *per se*, mas é altamente dependente de outros setores, por exemplo, do transporte, daí a dificuldade de seu planejamento: são muitas variáveis, aspectos, e contextos a serem considerados.

Como afirma Dias (2008), é algo de difícil definição, pois está disseminado na economia e na sociedade e, normalmente, sem um

órgão claro de controle. O planejamento turístico, porém ainda é considerado importante porque seus efeitos são extremamente significativos e potencialmente duradouros.

Sabe-se que, por meio de um planejamento bem elaborado, consegue-se solucionar com mais eficiência os problemas futuros, e muitas vezes evitá-los (Ruschmann, 2012).

2.5 Planejamento, Turismo e Sustentabilidade

Planejar e desenvolver os espaços e as atividades que atendam aos anseios das populações locais e dos turistas constitui a meta dos poderes públicos que, para implantá-los, veem-se diante de dois objetivos conflitantes.

O **primeiro** é o de prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível, contrapõe-se ao **segundo**, o de proteger e evitar a descentralização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades (Ruschmann, 2012).

Segundo Dias (2008), o turismo é uma atividade em que consumidores (os turistas) podem consumir o produto turístico sem esgotá-lo; no entanto, para que isso ocorra, é necessária a conscientização de um conjunto de atores – empresários, operadores turísticos, turistas, moradores, autoridades locais, ONGs – de que há muito mais a ganhar na preservação dos meios atrativos e culturais do que em sua exploração desenfreada e voltada para a obtenção de resultados financeiros a curto prazo. Como afirma Ruschmann (1997, p. 9),

O turismo contemporâneo é grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca pelo verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Em consequência, gera grandes impactos econômicos, socioculturais e ambientais nas comunidades receptoras, que refletem em profundidade sobre o nível local onde concretamente se desenvolve a atividade. As localidades arcam com o custo e recebem os benefícios e os problemas provocados pela atividade.

Dias afirma que:

O planejamento do turismo pode e deve converter-se em importante ferramenta para se alcançar a sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental dos espaços locais, em particular, de uma região e do país todo (Dias, 2008, p. 154).

O Programa de Regionalização do Turismo ressalta que a inclusão social é a integração do homem com o meio ambiente de forma sustentável e o relacionamento entre as diferentes esferas do

poder público e da sociedade civil dependem de que sejam adotados alguns princípios básicos. São eles:

- ✓ a participação;
- ✓ a sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político institucional;
- ✓ a integração;
- ✓ a descentralização.

O Ministério do Turismo (2007) afirma que a sustentabilidade é outro princípio importante. Para que a atividade turística seja benéfica para todos é preciso que o dinheiro que o turista gasta na região seja empregado para melhorar a qualidade de vida da comunidade e da região turística.

A partir dos aspectos ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional, dentre outros, a sustentabilidade assegura uma forma de desenvolvimento economicamente eficiente, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

2.6 Lazer e Turismo Combinação Perfeita

O lazer é “um conjunto de valores de desenvolvimento e enriquecimento pessoais alcançados pelo indivíduo, utilizando o tempo de lazer, graças a uma escolha pessoal de atividades que o distraiam” (Requixa 1974 apud Gomes, 2008, p.6). O turismo faz parte de um universo maior denominado lazer. Trigo (2002) ressalta que lazer são todas as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares.

O lazer é uma necessidade e um direito tão legítimo do ser humano quanto à educação, saúde, transporte ou segurança. Toda pessoa tem direito ao lazer, ou seja, o uso de seu tempo para evadir-se da rotina de atividades diárias, da pressão do dia a dia de trabalho. Dessa forma, devemos entender o lazer enquanto:

(...) é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais (Dumazedier, 2002, p.2).

Nesse sentido para esse mesmo autor, o lazer deveria enquanto um mecanismo inovador na medida em que estabelece novas perspectivas de relacionamento social, onde por meio de sua prática, inúmeros grupos sociais aproveitariam, de maneira mais rica e saudável, as suas respectivas cotas de tempo livre, ganhando, através disto, qualidade de vida.

A teoria de Dumazedier, por vezes, é chamada de “3 D”, pois envolve: Descanso, Divertimento e Desenvolvimento. Já para Requiça (1980, p.35) lazer é uma “ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação somáticas e de desenvolvimento pessoal e social”.

Para Camargo (1989 apud Chaves, 2011, p. 28 e 29):

Escolha pessoal: Para o lazer temos que fazer aquilo que queremos. Caso seja obrigado ou imposto, deixa de ser lazer. Podemos escolher ir ao cinema e assistir a um filme de terror ou a um filme romântico, visitar um museu, ir a um clube, bar, parque, praias etc. Mas, a maioria das vezes, somos induzidos por anúncios das mídias nos forçando a determinados modismos e fazemos muitas vezes, conscientes ou não, nossa escolha pessoal por influências culturais, sociais, econômicas, políticas etc.

Gratuidade: Em geral, o lazer não tem interesses econômicos voltados para ele. Artesanatos são feitos ou esportes são praticados, porque as pessoas querem. Pode até virar um negócio futuro e ainda assim será lazer, como por exemplo, uma pessoa que escreve por lazer e de repente uma editora gosta do trabalho e paga para ela continuar a escrever livros.

Prazer: Pode-se dizer que lazer é sinônimo de prazer, de hedonismo. Sem prazer, certamente deixa-se de fazer a atividade de lazer. Se ir ao cinema toda semana torna-se uma atividade de lazer rotineira, pode ser que depois de alguns anos deixe de sê-lo, pois poderia se tornar monótono, já que o interesse passou a ser o teatro, por exemplo.

Liberção: envolve-se “liberar” das obrigações do dia-a-dia, fazendo coisas diferentes da rotina do trabalho, e uma relativa evasão. O lazer é, de certa forma, um instrumento de educação, pois tem-se que considerar as suas potencialidades para o desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos.

É importante afirmar que no Brasil, o direito ao lazer encontra-se no mais alto patamar legislativo brasileiro, situando-se no bojo constitucional dos “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, sendo portanto, um direito e garantia fundamental do cidadão brasileiro defendido pela nossa Constituição Federal de 1988, expresso pelos artigos 6º e 7º.

Nesse contexto, Trigo (2002) destaca duas premissas básicas que devem ser consideradas sobre o turismo e o lazer: a primeira refere-se ao fato de que o Brasil somente terá um ‘turismo genuinamente social’ quando as lacunas sociais sejam mitigadas; quando as condições econômicas, políticas, culturais e sociais sejam capazes de garantir um fortalecimento da cadeia produtiva tendo como interface uma sociedade mais justa; a segunda premissa diz respeito ao fato de que o lazer é um elemento integrante da vida das pessoas.

Trigo (2002) enfatiza que o turismo social é aquele alicerçado em uma sociedade que seja mais aberta, justa, e democrática.

2.6.1 Recreação e Lazer

A origem etimológica do termo 'recreação' pode ser obtida a partir da compreensão de duas posições diferenciadas na literatura. A primeira é proposta por Marinho (1952) que aponta que a palavra 'recreação' é proveniente do latim 'recreativo' (que representa recreio, divertimento), sendo derivado do vocabulário recreare, com o sentido de reproduzir, restabelecer, recuperar. A segunda foi expressa pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa que relaciona a origem etimológica do termo recreação com recreare, que significa recreio e divertimento.

Nas décadas de 1970 e 1980, surge um entendimento diferente de recreação, influenciado principalmente pelo conceito apresentado por Dumazedier (1975), que a considera como uma das funções do lazer.

Recreação pode ser entendida como o criar, o recrear e o recriar-se, que está intimamente atrelado à ação do homem sobre o mundo (Bretas, 1997, p. 1053).

Melo (2011) afirma a necessidade de se recuperar o sentido etimológico de recreação como "recreare", que significa criar de novo, dar vida nova, com novo vigor. E seguindo esse pensamento, pode-se reconhecer na recreação uma outra possibilidade, diferente da que vem sendo historicamente construída. A recreação pode ser compreendida como maneira de reflexão e de interação consciente com a nossa realidade.

Dumazedier citado por Bruel (2011) distingue o lazer através de suas funções: função de descanso; função de divertimento, recreação e entretenimento; função de desenvolvimento, definindo-o como:

[...] um conjunto as quais o individuo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Bruel, 2011).

O lazer abrange uma série de significados que se caracterizam por uma relativa liberdade nos momentos em que é praticado e na escolha das atividades a serem exercidas (Falconi, 2008). Falconi ainda ressalta que o lazer apresenta-se como um momento em que os indivíduos extravasam suas energias a fim de poder relaxar ou esgotar-se completamente.

Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a raiz etimológica da palavra “lazer” vem do latim ‘*licere*’, ser lícito; compreende aquilo que é justo e permitido.

O conceito moderno de lazer está intimamente ligado à sociedade capitalista. A luta pelo tempo livre dos trabalhadores foi uma demanda dos movimentos sociais nos últimos tempos. No início do século XX os trabalhadores lutavam por redução das horas de trabalho e melhores condições de sobrevivência. A manifestação política dos trabalhadores em Paris de 1906, reivindicavam 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso e 8 horas de lazer (Falconi, 2008).

O lazer é um dos aspectos da sociedade moderna não é um fenômeno isolado, portanto, só pode ser entendido nas suas inter-relações, considerando que no Brasil sofre influência do mundo, do trabalho, da escolarização, da cultura corporal e sua institucionalização, demandando em um processo histórico de formação de um novo homem e de uma nova cultura (Falconi, 2008).

Marcellino (1997, p. 157-158) apresenta quatro pontos que devem ser considerados para a caracterização do lazer:

- ✓ Lazer é a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais; combinando os aspectos tempo e atitude;
- ✓ Lazer é “fenômeno gerado historicamente do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo e sobre o qual são exercidos influências da estrutura social vigente”;
- ✓ Lazer é “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural”;
- ✓ Lazer é “portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação”.

3.0 Procedimento Metodológico e Método de Análise do Estudo de Caso sobre a Orla do Rio Branco

Os procedimentos desta investigação sustentam-se na observação da Utilização de Técnicas Geral de acordo com (Dencker, 2011). Como isso os procedimentos adotados na pesquisa tiveram enfoque quantitativo, pelo processo de informações; e qualitativo, por identificar as características qualitativas do sujeito em pesquisa, fontes primárias foram um suporte na hora da pesquisa.

A pesquisa tem como base qualitativa por meio de questionário que foram tabulados em percentuais, dando também um resultado quantitativo. Conforme Dencker (2001), “nas Ciências Sociais, predominam-se as metodologias de orientação qualitativa, com a utilização de recursos para coleta de dados mais descritivos e de apanhado de uma realidade local”.

Os questionários da pesquisa foram respondidos pelos moradores locais que transitavam pela Orla Rio Branco, num período de três meses, principalmente às sextas e aos sábados, quando o movimento é maior devido a alguns eventos que ali acontecem.

As informações dos questionários e, principalmente da observação participante, foram analisadas por meio do cruzamento de dados entendido como 'triangulação'. Como descrito por Dencker, (2001), o método de triangulação serve para cruzar informações e dados, tais informações podem ser feitas por fontes como a revisão literária e coleta de dados *in situ*, através de entrevista e a observação participante.

A triangulação pode propiciar o estabelecimento de inter-relações das fontes por meio do cruzamento das informações o que diminui prováveis inconsistências metodológicas, reforça a confiabilidade e credibilidade na coleta dos dados. Sendo assim, a triangulação favorece a produção de um rico material descritivo reforçando as informações quantitativas; uma técnica que contribui para uma análise mais fidedigna dos dados, fatos e contexto em uma perspectiva de associação de ocorrências.

3.1 O Sistema S.W.O.T de Análise Aplicado ao Caso do Complexo Turístico da Orla de Caracarái.

O Sistema SWOT de análise foi adotado como um instrumento adicional como método de análise para este estudo de caso. O Sistema SWOT é uma ferramenta muito utilizada para se fazer análises de orientação mais qualitativa, traçando um cenário real e hipotético em relação a um contexto e, ou, a um determinado problema; a tabela ajuda a se elencar os pontos fortes (S = *strengths*), os pontos fracos (W = *weaknesses*), as oportunidades (O = *opportunities*), e as ameaças (T = *threatens*) contribuindo para identificação de elementos que devam ser considerados para uma gestão e um planejamento estratégicos.

Em razão de sua simplicidade, ela pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário, desde a criação de um simples blog à gestão de uma multinacional. Este é o exemplo de um sistema simples destinado a posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa/instituição no ambiente em questão.

Em função dessa polivalência, o sistema foi adotado para análise do estudo de caso da Orla Rio Branco, pois a sua melhoria depende de planejamento, gestão, e conscientização dos frequentadores do local na expectativa que o poder público municipal tenha os meios necessários, em termos de recursos humanos e financeiros/orçamentários de oferecer as contrapartidas que venham a dar uma nova roupagem à Orla.

4.0 Traçando-se o Perfil Socioeconômico dos Residentes de Caracarái e de Visitantes, e a Percepção deles sobre a Orla do Rio Branco de Caracarái.

Os procedimentos usados nesta investigação têm como meta registrar e analisar as condições da infraestrutura da Orla Rio Branco e a forma de utilização dos equipamentos ali existentes, pois o local é a parte mais representativa, o expoente, em termos de espaço público de uso coletivo para o lazer e a recreação em Caracarái como já antes informado.

Assim, as respostas da comunidade local e dos visitantes nos questionários foram analisadas de forma quantitativa por meio de tabulação. Por meio dessa análise, constatou-se que a Orla poderia ser um local com mais espaços para o convívio social, o lazer, com uma orientação mais intensa em termos de sustentabilidade e preservação por parte das autoridades e dos usuários.

Os dados foram catalogados em uma divisão percentual simples e precisa pelo número de respondentes, um total de 100, correspondendo – portanto – a 100% para efeitos estatísticos, e os resultados foram transformados em gráficos a fim de facilitar a visualização dos resultados percentuais; um percentual individual lógico do ponto de vista matemático em cada pergunta que foi respondida pela comunidade local.

Durante a coleta de dados, notou-se que as pessoas estão muito insatisfeitas com a imagem e as condições correntes da Orla Rio Brancas; uma imagem de cidade abandonada, uma grade que se rompe e os responsáveis nem se preocupam em recuperá-las, e o problema ganha dimensão e os serviços de reparos se acumulam como pôde ser observado em dezembro de 2013.

A plataforma, que é a maior atração e o local mais visitado, pois funciona como mirante, representa um total perigo, principalmente para as crianças, pois tem grades arrancadas e uma parte a ferrugem corroeu partes de algumas placas de ferro, e pelo buraco que se abriu, passa uma criança facilmente; uma armadilha para visitantes desavisados, famílias com crianças. A quadra coberta de esporte tem um agravante em termos de periculosidade para a saúde pública, em razão dos excrementos de andorinhas e pombos no local; além disso, a quadra está visivelmente sem manutenção.

Ao todo são 36 gráficos com perguntas que ajudam a traçar o perfil do usuário e visitante da Orla, bem como oferece subsídios para uma análise mais fidedigna da situação corrente do local com a identificação dos itens que demandam uma intervenção mais imediata do poder público.

4.1 Questionário Aplicado junto à Comunidade Local.

Foram aplicados 100 (cem) questionários na área da Orla com as pessoas que frequentam o local; não houve uma pré-seleção de

pessoas, e a escolha foi feita de forma aleatória, tendo como foco jovens e pessoas adultas em diferentes faixas etárias.

4.2 Dados Gerais:

De acordo com o Gráfico 1.0, das pessoas abordadas, 55% eram do sexo feminino, e 45% do sexo masculino. Com isso constatou-se uma predominância do sexo feminino no Complexo da Orla durante o período de coleta de dados.

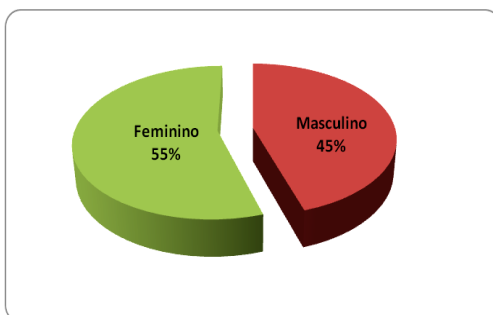


Gráfico 1.0 - Comunidade Local e Visitantes: Gênero.

O Gráfico 2.0 é referente à idade dos respondentes. Verificou-se que 43% tinham entre 15 e 20 anos; 20% tinham entre 21 e 30 anos; 18% tinham entre 31 e 40 anos; 4% tinham entre 41 e 50 anos; 9% tinham entre 51 e 60 anos; e 6 % tinham acima de 61 anos. Evidenciando-se que as pessoas que mais frequentam o complexo turístico beira-rio são os jovens totalizando próximo de 50% com idade até 20 anos.

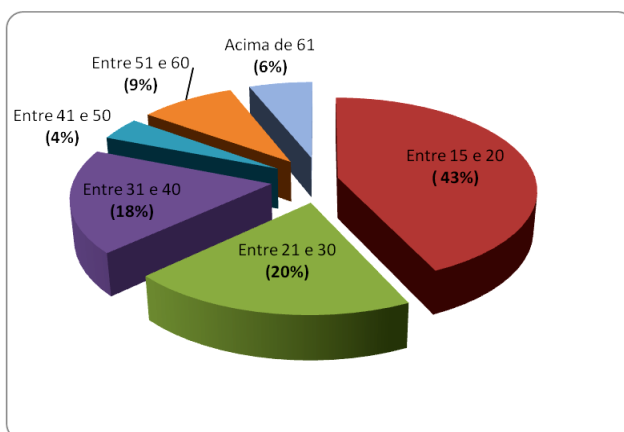


Gráfico 2.0 - Comunidade Local e visitantes: Idade.

O Gráfico 3.0 é sobre o estado civil, e constatou-se que 47% são solteiros, e 35% são casados, 3% são viúvos e outros 15% marcaram a opção 'outros'. Portanto notou-se que os solteiros são as

peças mais assíduas no local de lazer. Por ser a maioria dos respondentes de jovens com até 20 anos, pressupõem-se que os mesmos são ainda solteiros, havendo uma relativa consistência dos resultados do Gráfico 1 com o Gráfico 2.

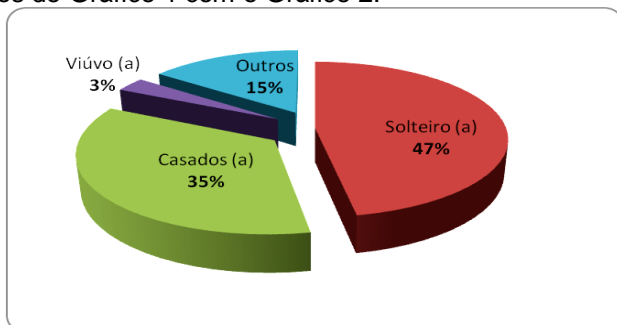


Gráfico 3.0 - Comunidade local e visitantes: Estado Civil

De acordo com o Gráfico 4.0, referente a religião dos que frequentam o Complexo Turístico Orla Rio Branco, 49 % são Evangélicos, 33% Católicos e Outros 18%, constatou-se que o público Evangélicos são os que mais frequentam a Orla Rio Branco.

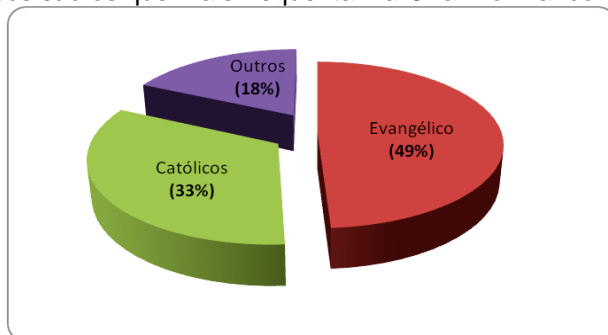


Gráfico 4.0 - Comunidade local e visitantes: Religião

Quando se refere à escolaridade dos respondentes, o Gráfico 5.0 revela que os maiores frequentadores do espaço de lazer são pessoas que estão cursando ou já concluíram o Ensino Fundamental Incompleto, ou seja, 26% dos usuários da Orla, havendo novamente uma consistência em relação aos resultados dos gráficos anteriores em termos de faixa etária.

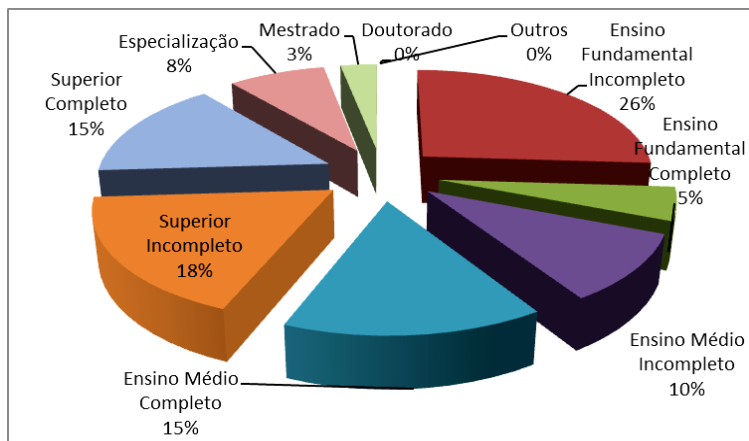


Gráfico 5.0 - Comunidade local e visitantes: escolaridade.

Em relação ao Gráfico 6.0, este mostra a renda familiar dos abordados na pesquisa. 33% responderam que a renda familiar era menos de R\$ 622,00 reais (menos de 1 salário mínimo); 25% responderam que a renda era entre R\$ 622,00 e 1.200,00 reais (entre 1 e 2 salários mínimos); 24% responderam que a renda era entre R\$1.200,00 e 2.400,00 reais; e 18% responderam que a renda familiar chegava a mais de R\$ 2.400,00 reais.

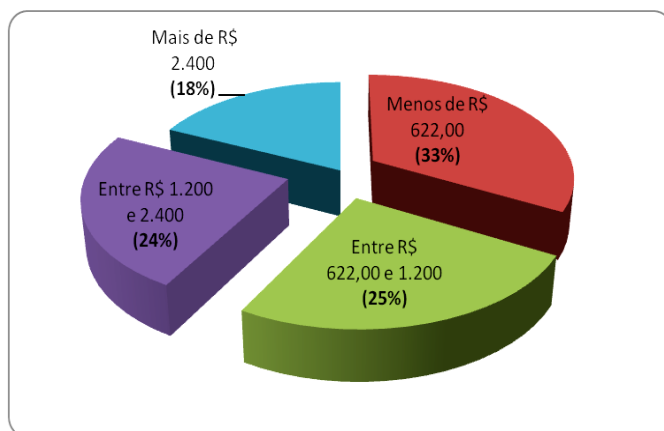


Gráfico 6.0 - Comunidade local e visitantes: Perfil Econômico (Renda Mensal)

No Gráfico 7.0 foi verificado o nível de sensibilização sobre a situação do meio ambiente e de sua preservação. Sobre esse tema, os entrevistados demonstraram estar bem informados, 96% responderam ter grande preocupação; e 4% preferiram não dar opinião a respeito do assunto.

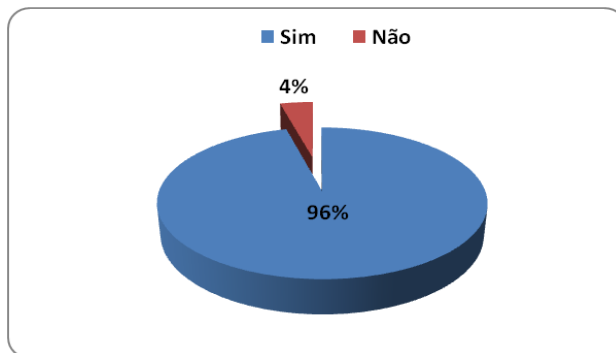


Gráfico 7.0 - Opinião sobre meio ambiente

Quanto ao Gráfico 8.0, notou-se que as pessoas estão dando muita importância ao compromisso com o meio ambiente, 93% disseram que deveria ser uma prioridade para todos; eles responderam que o compromisso deve ser também da comunidade em si também e não só do poder público. Já 7% tiveram opinião diferente.

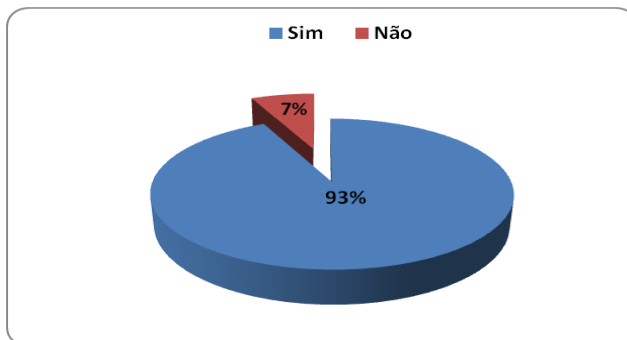


Gráfico 8.0 - Compromisso com o meio ambiente

Conforme o Gráfico 9.0, referente ao lixo espalhado na orla, na maioria das vezes são jogados pelos próprios usuários do complexo, 98% responderam que o acúmulo de lixo é um problema, uma interferência desagradável, um desconforto nas horas de lazer no local; duas pessoas (2%) responderam que o lixo espalhado pelo local não é um fator de interferência.

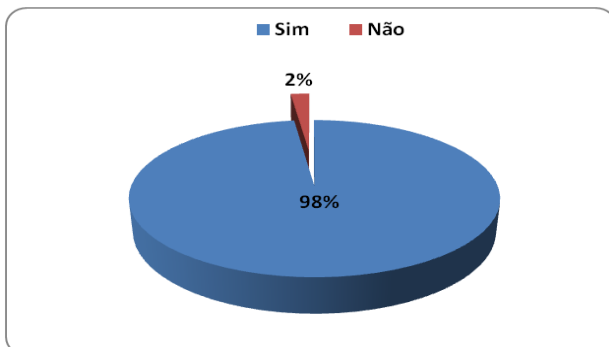


Gráfico 9.0 - O incômodo do lixo espalhado na Orla Rio Branco

O Gráfico 10 diz respeito ao número de lixeiras espalhadas na orla, e 90% disseram que não a quantidade delas não era o suficiente para o local, e 10% responderam que as lixeiras atendem à demanda e são suficientes.

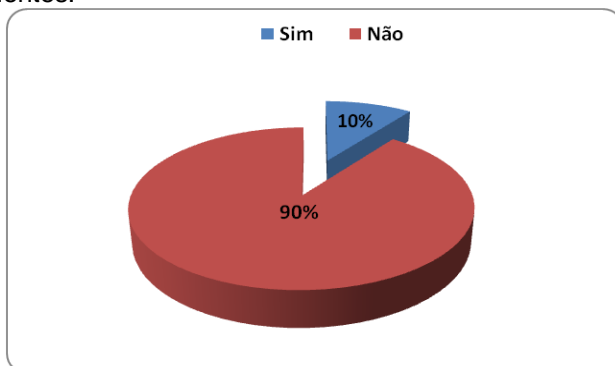


Gráfico 10 - Número de lixeiras na Orla Rio Branco

O Gráfico 11, sobre a possível existência de lixeiras seletivas ou de reciclagem na Orla de Caracaraí, de como seria o uso delas no cotidiano das pessoas conforme especificado nelas, 90% disseram que prestariam mais atenção e usaria de acordo como indicado, 10% não se manifestaram quanto ao assunto, e alguns responderam porque temos que ter conscientização de manter o espaço limpo para que outros possam usar também.

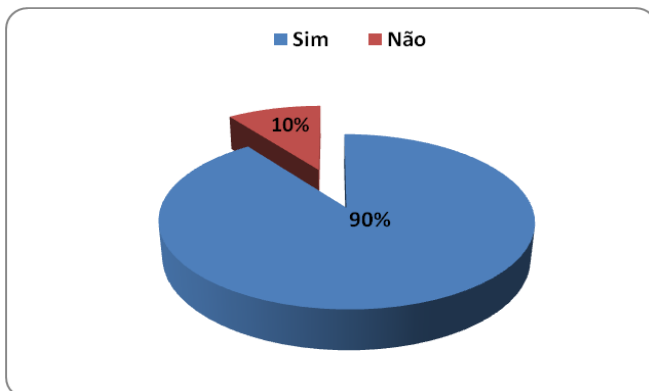


Gráfico 11 - Possível existência de lixeiras seletivas

Quanto à possibilidade de existir bebedouros na orla Rio Branco, conforme o Gráfico 12, noventa e oito dos entrevistados responderam que seria sim interessante a existência, e 2% disseram 'Não'.

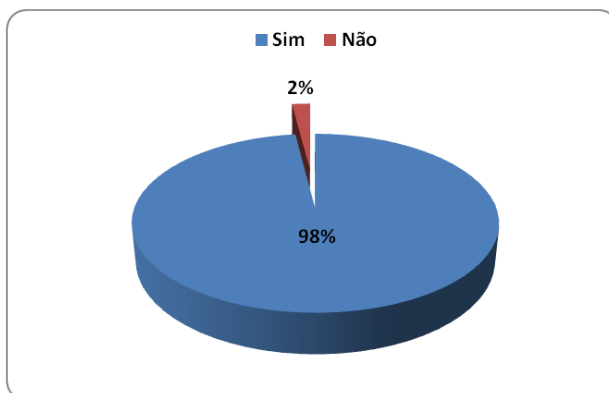


Gráfico 12 - Possibilidade de existir bebedouros na Orla

Quando se trata da quantidade de banheiros no Complexo, de acordo com o Gráfico 13, as cem pessoas entrevistadas responderam que necessita de mais banheiros no local, pois, só dois não atendem a demanda e para piorar a situação só funciona o banheiro feminino no que fica mais constrangedor para mulheres e crianças ficarem dividindo banheiro com os homens.



Gráfico 13 - Quantidade de banheiros

Em relação ao local de convivência social dos visitantes e munícipes como mostra o Gráfico 14, 93% das pessoas responderam que sentem falta desse local específico, e 7% responderam não ter grande importância.

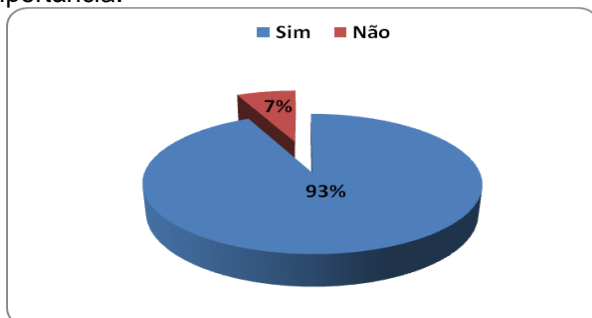


Gráfico 14 - Espaço de Convivência Social

Quando o assunto é 'placas de sinalização' no Complexo Turístico da Orla, o Gráfico 15 mostra que todos os cem entrevistados notaram a falta total (ou necessidade total) delas no local. Na visão deles, o local é muito visitado, estratégico e importante em todos os sentidos, e a sinalização é um fator merecedor de atenção das autoridades.

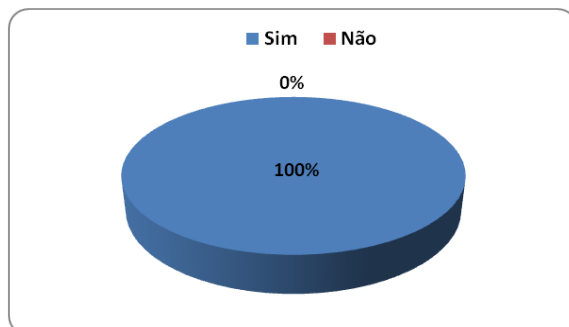


Gráfico 15 - Placas de Sinalização.

O Gráfico 16 mostra os resultados da pergunta sobre a importância da existência de cartazes e placas que viessem a promover a conscientização sobre o meio ambiente nas pessoas que visitam a Orla, e 99% disseram que 'sim' para a colocação ou existência dessas placas, pois se trata de um lugar turístico de grande fluxo e concentração de pessoas a semana inteira.

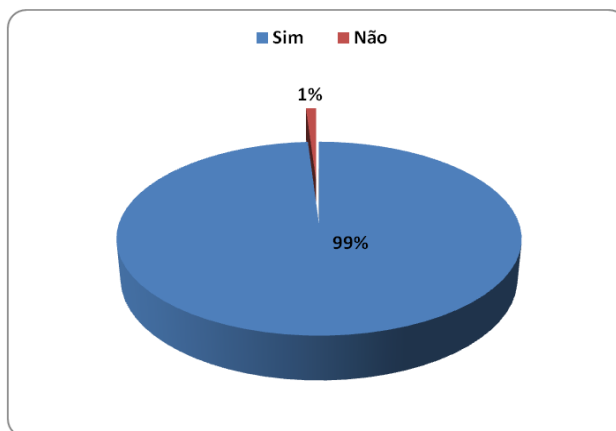


Gráfico 16 - Placas de conscientização ambiental

De acordo com o que vemos na Orla sobre o tráfego de veículos e a falta de sinalização conforme o Gráfico 17, noventa e três dos entrevistados dizem ser inexistente o uso de placas indicando a entrada de veículos no local o que causa um enorme perigo para as crianças que ali brincam.

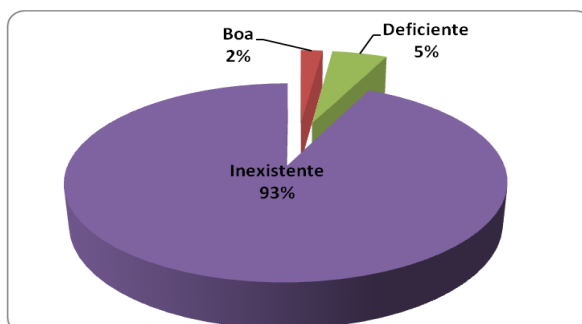


Gráfico 17 - Sobre tráfego de veículos em meio aos visitantes e falta de sinalização na Orla

As cem pessoas entrevistadas como mostra o Gráfico 18, acham viável a construção de uma pista exclusiva para ciclista (ciclovias) ao longo da Orla e em outras vias públicas de Caracarái, pois a cidade está crescendo e necessita, para melhoria da relação

motorista/ciclista, por que com uma ciclovia na cidade até diminuiria os riscos de acidentes.



Gráfico 18 - Construção de ciclovia ao longo da orla

De acordo com o Gráfico 19, 100% das pessoas responderam que é importante a construção de uma pista para caminhadas ao longo da Orla e se estendendo à toda margem urbano do Rio Branco dentro de Caracaráí, com isso valorizaria mais a bela paisagem do rio, e diversas pessoas entrevistadas disseram seria um atrativo a mais na cidade.

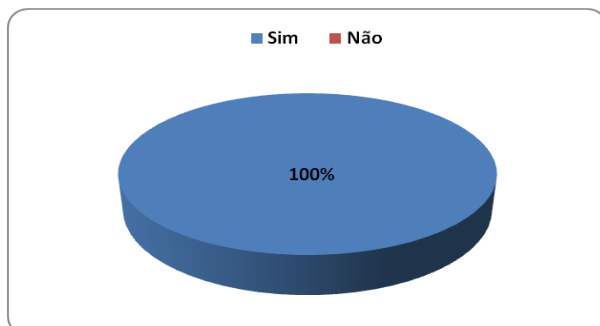


Gráfico 19 - Construção de uma Pista para Caminhada

Em referência ao Gráfico 20 relativo à opinião dos respondentes sobre a construção de locais padronizados e permanentes destinados à alimentação (quiosques de alimentação), a fim de se propiciar melhorias no manuseio e armazenamento dos produtos' (lanches, salgados, bebidas, churrasquinhos, quentinhas, jantinhas, etc.) e nos serviços (atendimento, atenção, organização, limpeza, higiene, etc.), 97% responderam favoravelmente à construção, e afirmaram que com os quiosques ficaria mais confiável de se fazer refeições e lanches na Orla, e muitos responderam que passaria mais rigor e segurança quanto à higiene. No entanto, 3% tiveram opinião contrária.

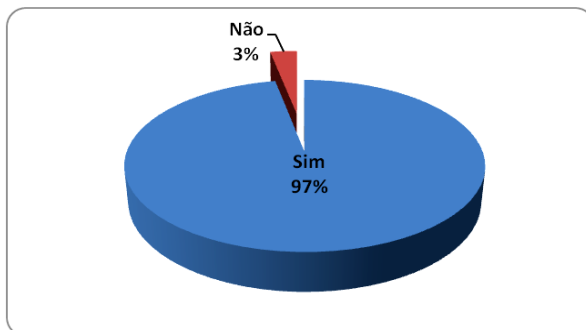


Gráfico 20 - Construção de um espaço padronizado destinado a alimentação.

O Gráfico 21 ilustra o grau de prioridade que as pessoas envolvidas na entrevista pensam sobre a revitalização dos parquinhos e manutenção nos brinquedos existentes, 85% responderam máxima prioridade, 10% responderam baixa prioridade, e 5% responderam média prioridade, vemos que as pessoas se preocupam com o lazer das crianças que ali visitam.

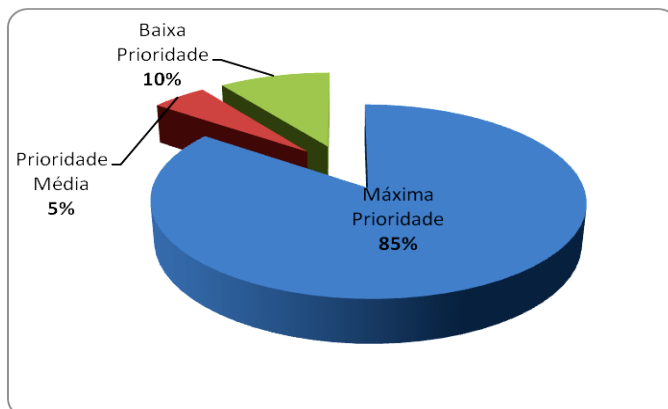


Figura 21 - Revitalização e manutenção dos brinquedos do parquinho

No Gráfico 22, é apresentado o resultado da pergunta sobre a prioridade na construção de áreas para churrascos coletivos com coberturas permanentes em locais estratégicos na Orla e em outras partes da cidade, 75% responderam máxima prioridade.

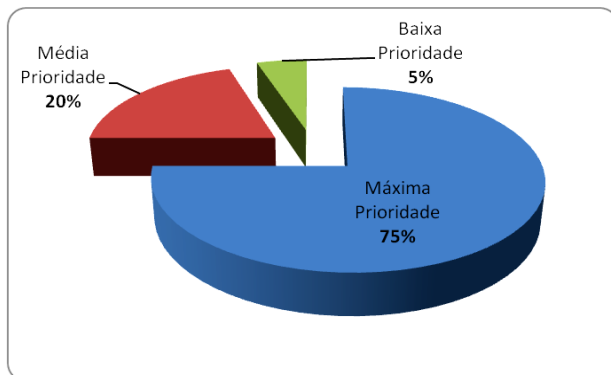


Gráfico 22 - Construção de espaços para churrasquinhos coletivos com cobertura.

Quanto ao Gráfico 23, sobre a construção de um espaço cultural na plataforma com desenhos artísticos, onde estes dariam novos valores e funções àquela área desativada do antigo porto de Caracaraí, 85% dos participantes responderam que 'sim', dariam um novo sentido a plataforma em relação á ponto turístico.

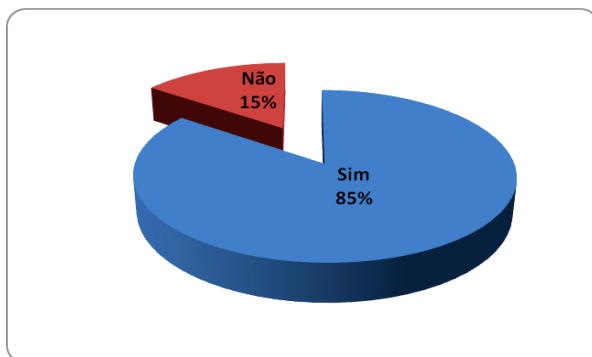


Gráfico 23 - Espaço cultural na Plataforma.

De acordo com o Gráfico 24, sobre a reforma e a manutenção na plataforma, 100% responderam que precisam ser feitas urgentemente, pois está em estado crítico, e um grande perigo para as crianças que ali visitam ou brincam.

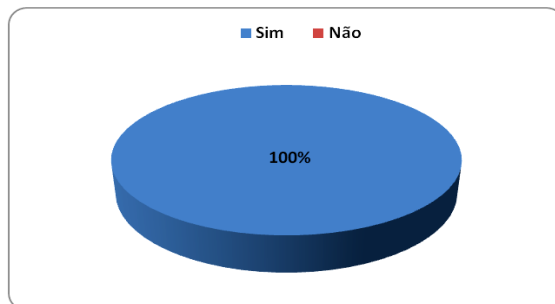


Gráfico 24 - Reforma e manutenção da plataforma

Quando o assunto foi o aspecto visual do local (estética geral da Orla), o Gráfico 25 revela uma insatisfação por parte dos respondentes que acredita que o Complexo não ganha visibilidade, pois as edificações e equipamentos, entre outros aspectos arquitetônicos encontram-se “sem vida”, um ambiente urbano apagado, e isso foi consenso com 100% das respostas apontando para a necessidade de pintura e preocupações estético-arquitetônicas com o local.

E essa manutenção pode fazer um grande diferencial estético. Por exemplo, em setembro de 2013 a Praça Memorial do Milagre recebeu reformas e pintura, e manutenção e gradeamento nos banheiros públicos, para o Festejo de Nossa Senhora do Livramento. Ações que deram mais visibilidade e atratividade a essa parte da Orla.

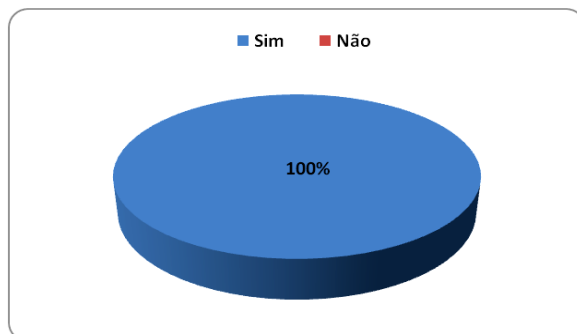


Gráfico 25 - Estética da Orla Rio Branco

No Gráfico 26, sobre a necessidade de arborização (plantação de árvores, etc.), 95% responderam ser importante uma ampliação da área verde, além da recuperação de áreas degradadas. Ou seja, uma quase totalidade apoia medidas para uma valorização das matas ciliares; apoiam um ambiente mais ecológico com vistas para a preservação e a conservação.

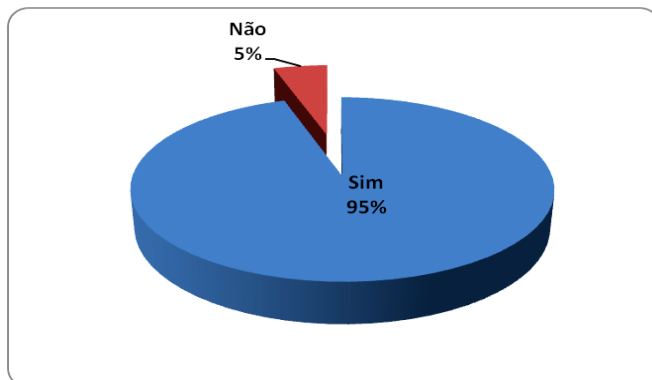


Gráfico 26 – Arborização ao longo da Orla.

O Gráfico 27 é sobre a situação da área de atracamento dos barcos, pode-se notar que não se tem preocupação com os barqueiros ou pescadores, pois 80% dos respondentes disseram que deveria haver mais atenção das autoridades municipais com o cais. Segundo eles, o local parece abandonado, e com um impacto visual negativo, mostrando-se a parte menos assistida pelo governo municipal.

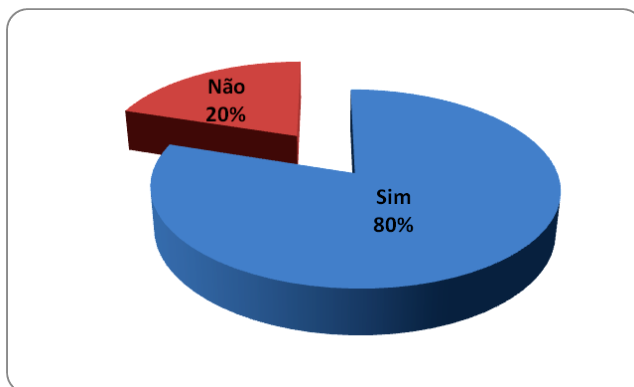


Gráfico 27 - Atracamento dos barqueiros.

Os cem entrevistados responderam que seria interessante a presença de voluntários ou agentes ambientais como apresentado no Gráfico 28, eles responderam que apoiaria a criação de ações estratégicas na Orla, para se fazer a fiscalização e o monitoramento, pois, com isso evitaria a bagunça dos vândalos no local, que sobem nos jardins e fazem maior estrago nas plantas principalmente.

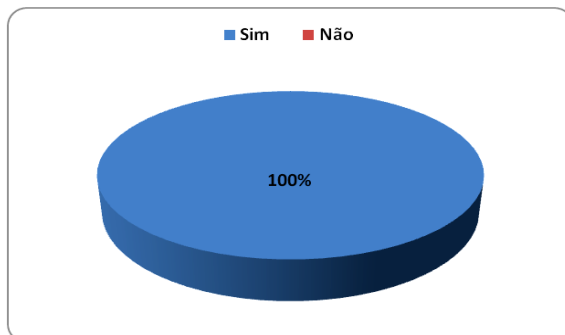


Gráfico 28 - Presença Agentes Ambientais Voluntários

De acordo com o Gráfico 29, 100% das pessoas entrevistadas são a favor da criação de uma Associação de Proteção e Conservação da Orla.

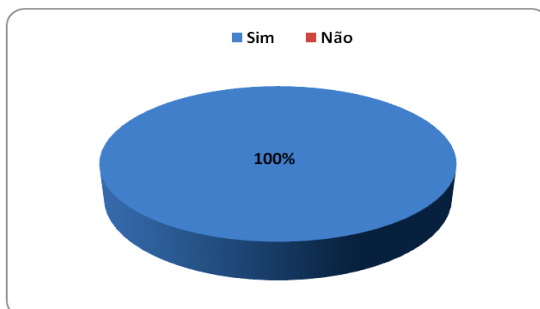


Gráfico 29 - Associação de Proteção e Conservação da Orla

Quando o assunto foi o compromisso demonstrado por parte do poder público na orla, o Gráfico 30 demonstra que 85% responderam que 'não qualquer compromisso', e 15% responderam que 'sim'.

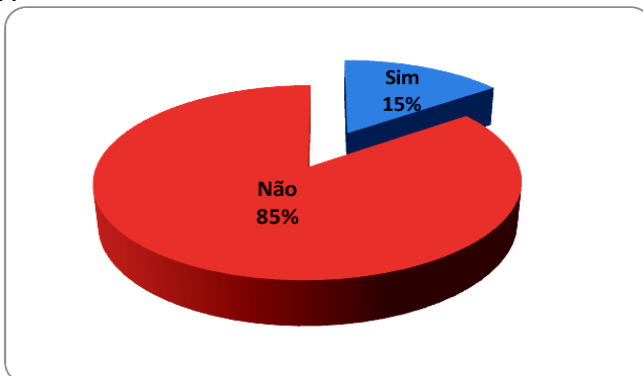


Gráfico 30 - Compromisso do Poder Público

Como o complexo fica próximo ao rio e matas ciliares, 100% dos entrevistados acham que há certos riscos no local, por esse motivo deveria existir placas com avisos identificando áreas e elementos de riscos aos visitantes; resultado que pode ser observado no Gráfico 31.



Gráfico 31 - Elementos de Riscos na Orla

O Gráfico 32 refere-se à segurança e policiamento no complexo se os entrevistados se sentem protegidos no local de lazer, 50% disseram Ótima, 3% responderam bom, 15% responderam regular, 20% disseram ruim, 1% disse ser inexistente essa segurança e 11% não souberam responder.

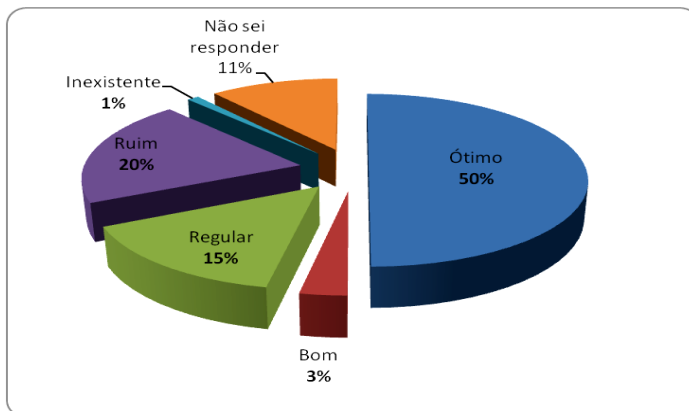


Gráfico 32 - Segurança e Policiamento no local

Quando foi perguntado o que era pior na Orla Rio Branco de acordo com o Gráfico 33, 7% responderam a falta de iluminação do local, 13% disseram que é o tráfego de carros motos e ciclista entre a multidão, 19% dizem ser o lixo espalhado na orla que é jogado pelos próprios usuários, 14% disseram que é a falta de manutenção das quadras e do parquinho, 13% responderam que falta de banheiro e 3% falaram que é o mau cheiro de excremento dos pássaros na quadra e em outros pontos do complexo.

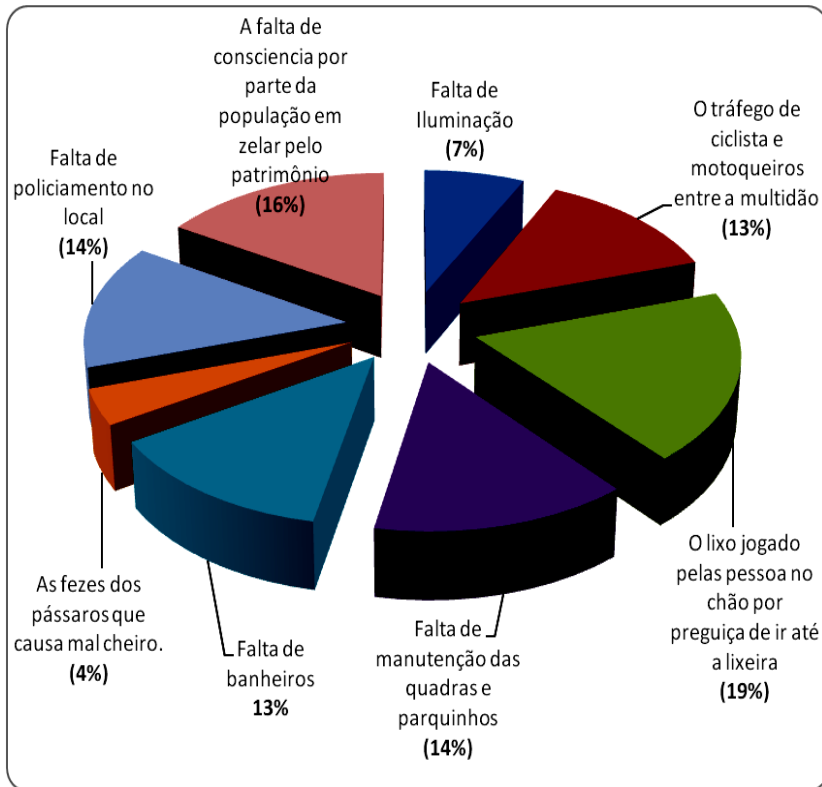


Gráfico 33 - Pontos negativos encontrados na Orla Rio Branco

Já o Gráfico 34, se refere à Orla Rio Branco como o lugar mais importante para o agrupamento de pessoas na hora do lazer no município, os 100 entrevistados disseram ser a única opção na cidade onde possam ir com a família e amigos.



Gráfico 34 - Opção de lazer e Convivência Social na cidade de Caracarái.

De 0 a 10 que nota a os entrevistados daria á Orla no estado que ela se encontra atualmente conforme a Figura 35, 54% disseram de 0-2, 13% responderam 3-5, entre a nota 6-7 foram 16% e de 17% responderam de 8-10, com isso nota-se o grau de insatisfação das pessoas.

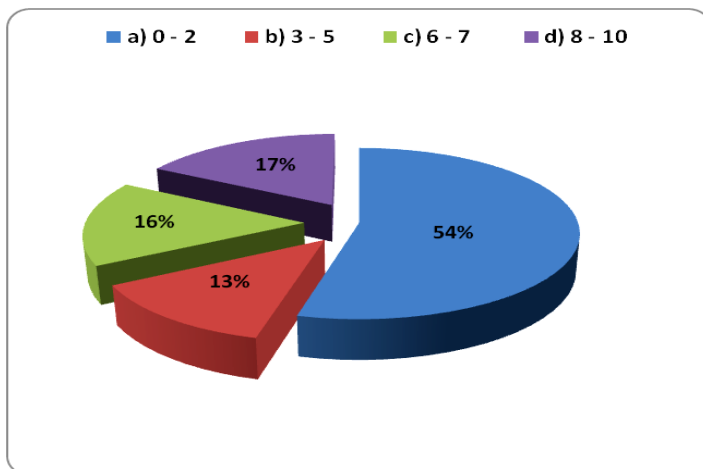


Gráfico 35 - Nota sobre o Estado atual da Orla

O Gráfico 36 centra-se na opinião daquilo o que poderia ser melhorado na Orla de Caracará para que se torne um local de lazer e de recreação mais agradável e mais diversificado em opções para os moradores, sendo finalmente valorizada como o 'cartão postal' e 'atrativo' da cidade de inegável apelo turístico, de convivência social e de recreação e lazer. Assim, 59% disseram que uma reforma ou revitalização mostra-se uma necessidade urgente; 5% apontam para mais policiamento ou, no mínimo, presença de vigias no local, principalmente à noite para se evitar o vandalismo e mais depredação à estrutura e aos equipamentos da Orla; 4% indicam a coleta de lixo diário do local. 5% disseram ser uma prioridade a construção de banheiros; e 2% alertam para uma maior fiscalização no local.

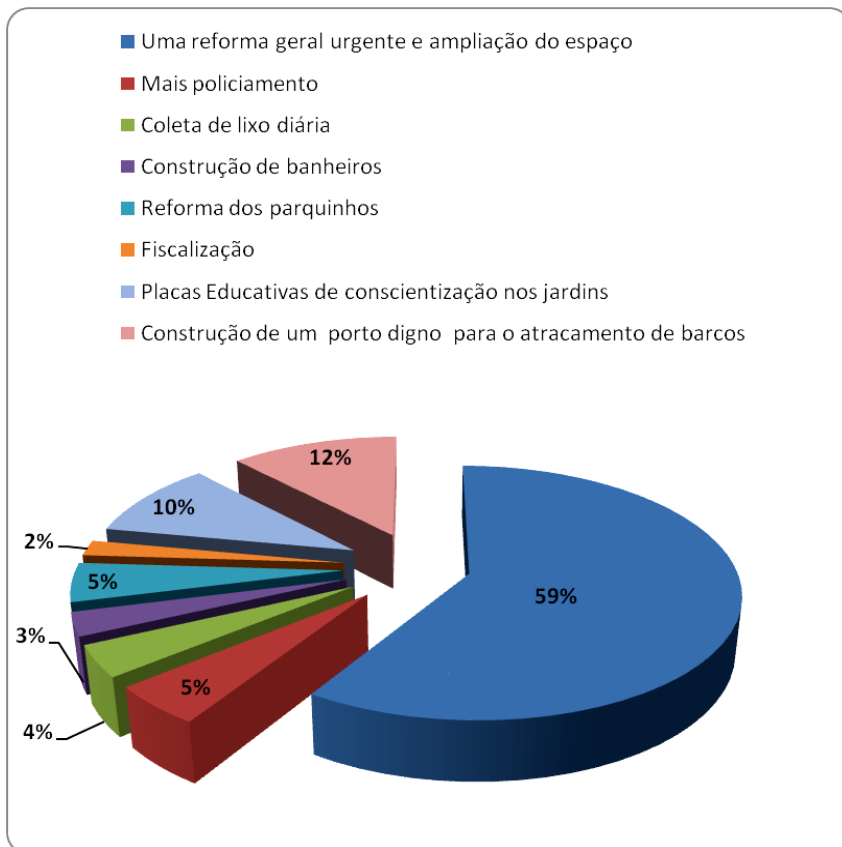
5.0 Registro Pictográfico da Estrutura e Equipamento da Orla de Caracará

Esta Seção reúne conjunto de fotos (um registro pictográfico) dos principais problemas observados na Orla Rio Branco. As fotos são um acervo inquestionável e um registro de uma flagrante falta de manutenção da estrutura e dos equipamentos, e, também, do vandalismo praticado na Orla de Caracará. O 'vandalismo' é algo sério na Orla, e aparentemente tem aumentado. No entanto, há duas realidades em relação à Orla. Em meio a uma situação quase caótica,

há partes da Orla que ainda mantêm sua beleza e certo grau de limpeza tal como na época de sua inauguração em 2009, e isso pode ser observado nas Figuras 3, 4, 5, 6 e 7. As imagens contrastam com que é presenciado em fotos mais rotineiras da Orla.

Portanto, a situação da Orla não é culpa exclusiva de descaso das autoridades, mas também uma falta de consciência e atos criminosos e de depredação contra o patrimônio público por parte de alguns residentes, e possivelmente de visitantes na parte mais frequentada da cidade. Nota-se, entretanto, uma falta de zelo no uso da Orla. Na verdade, há um descaso de muitos usuários. Se destruírem, ficam sem! Existe uma completa falta de cidadania por parte de alguns em Caracaráí. Some-se a isso a falta de vigilantes permanentes no local, o que facilita a destruição descabida.

As fotos foram tiradas em 2013, a maioria no primeiro semestre, e elas corroboram para a visualização daquilo que foi apontado pelos respondentes sobre a situação corrente da Orla.





Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013

Figura 3.0 - Vista de uma parte dos jardins da Orla Rio Branco durante o dia.



Figura 4.0 – Parte Central da Orla próximo à Plataforma e ao Parquinho.



Figura 5.0 – Canteiros dos Jardins da Orla no passeio atrás da Quadra.



Figura 6.0 – Área de trânsito de pedestres atrás da Quadra. Um ambiente relativamente livre de lixo no chão durante os dias úteis. O aspecto muda nos finais de semana, e em épocas de eventos.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, tirada em julho de 2013.
Figura 7.0 - Estado da quadra coberta de esportes.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.
Figura 10 - Vista da fachada do banheiro masculino.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, tirada em julho de 2013
Figura 11 – Aspecto geral do parquinho infantil na Orla.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, tirada em julho de 2013.
Figura 8.0 - Situação de algumas lixeiras da Orla



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, tirada em 20/07/2013.
Fig. 9.0 - Imagem de dentro do banheiro masculino.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, foto tirada em julho de 2013.
Figura 12 - Situação Atual de alguns Brinquedos do Parquinho da Orla Rio Branco



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.
Figura 13 - Imagem da plataforma



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, tirada em 23/07/2013

Figura 14 – Perigo e riscos à vida na Orla: parte da plataforma sem as grades de proteção.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, foto tirada em maio de 2013

Figura 15 - Situação atual da plataforma, a ferrugem corroeu uma parte do solo.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.

Figura 16 - Situação da parte estética dos auditórios



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, foto tirada em julho de 2013.

Fig. 17 - Imagem da frente dos Auditórios da Orla Rio Branco



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.

Fig. 18 - Arborização no meio da Orla Rio Branco.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, foto tirada em julho de 2013.

Fig. 19 - Arborização às Margens do Rio Branco.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, foto tirada em julho de 2013.

Fig. 20 - Local de atracamento dos pescadores e barqueiros em Caracaraí.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.

Fig. 21 - Barranco que cedeu devido à enchente, requisitando obras emergenciais para tentar salvar o Restaurante da Orla de Caracaraí, um prédio público.



Fonte: Ornilda Santiago, 2013.

Figura 22 - Imagem da Plataforma (Pier) que foi usado até 1998 para o embarque e desembarque de mercadorias no Porto



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, 2013.

Figura 23 - Local da placa de inauguração, que foi roubada nos primeiros anos de uso do patrimônio.



Fonte: Ornilda Santiago da Silva, tirada em 25/07/2013.

Figura 24 – Lixeiras abarrotadas de garrafas vazias de bebida: Evidência dos excessos no consumo de álcool em Caracaráí.



Figura 25 - Estruturas na Orla que poderiam ser recuperadas, receber assentos, novos tampos de mesa, e reparos nos telhados, servindo de espaços públicos para uso coletivo.

7.0 Sistema de Avaliação S.W.O.T

O Sistema SWOT foi usado na pesquisa para facilitar a identificação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relacionadas à estrutura e à infraestrutura do Complexo Turístico da Orla de Caracarái. Esses aspectos foram identificados a partir da observação participante, da análise dos resultados dos gráficos (respostas aos questionários), e pelo registro pictográfico da Orla.

A lista SWOT apresentada na Tabela 1.0 não é exaustiva, havendo outros pontos essenciais que podem vir a ser acrescentados a partir do momento que a investigação se aprofunda. Esses elementos elencados na Tabela SWOT merecem atenção do poder público em termos de planejamento e urbanismo. Apesar de que muitos consideram o Sistema S.W.O.T pertinente para o uso em temas mais econômicos, e com uma macro perspectiva de análise, o Sistema foi satisfatoriamente usado nos intentos desta pesquisa.

Tabela 2.0 - Sistema de SWOT de Análise em Relação à Estrutura e à Infraestrutura do Complexo Turístico da Orla de Caracarái em Termos de Planejamento e Urbanização.			
Pontos Fortes	Estrutura e equipamentos existente que estejam em boas condições de uso	Paisagem	Ótima localização
Pontos Fracos	Falta fiscalização e manutenção	Descaso por parte do Poder Público	Falta de conscientização da comunidade e de visitantes
Ameaças	Ausência de política públicas de urbanismo e paisagismo, e ausência de ações pontuais de manutenção da estrutura da Orla.	Diminuição do fluxo de visitação e da importância turística da cidade em razão da falta de manutenção dos equipamentos e estrutura existente, e, como consequência, redução no número de empregos e perdas econômicas locais.	Desvalorização da Orla como atrativo natural de inegável apelo turístico.
Oportunidades	Potencial turístico	Consolidação do Turismo Urbano em Caracarái em razão da diversidade de atrativos para recreação, lazer e apreciação da	Uma gestão proativa poderá revitalizar e ampliar a Orla Rio Branco dando todo um novo significado

		natureza.	e peso econômico e social a ela; e uma revitalização orientada pelos princípios da sustentabilidade trará benefícios ambientais.
--	--	-----------	--

Autor: Ornilda Santiago da Silva, 2013.

8.0 A Orla de Santarém: Um Modelo de Urbanismo para as Áreas Beira-Rio na Amazônia?

Esta Seção foi escrita para se mostrar exemplos de gestão proativa e planejamento pontuais na reestruturação e revitalização de áreas que margeiam os rios, ou seja, as áreas urbanas beira-rio, orlas fluviais que ganham valor ao serem transformadas em 'cartões-postais'.

A cidade de Santarém, no Estado do Pará, é um dos municípios do estado mais promissores, ficou conhecida poeticamente como a "Pérola do Tapajós", por causa da confluência dos rios Amazonas e Tapajós, e por ali se encontrar alguns lugares considerados de inigualável beleza cênica, tal como Alter-do-Chão.

A cidade foi presenteada em 2011 com a construção da Orla Fluvial de Santarém; portanto, com apenas dois anos de inauguração e relativamente nova para reformas. A Orla de Santarém é considerada um dos pontos turísticos mais visitados da cidade, pois ela tem uma função social e estético-arquitetônica, ou seja, embeleza a frente da cidade, dando um charme todo especial.

A grande maioria dos eventos que acontecem no município é realizada na Orla, local privilegiado, e um local consagrado para os encontros de final de semana e de fim de tarde de grupos de jovens que se reúnem para conversar, ouvir música, e se socializar, etc.

A orla fluvial de Santarém pode servir de referencial de planejamento urbano e de urbanismo a ser reproduzido em muitas cidades ribeirinhas do Brasil, inclusive em Caracas. A cidade possui algumas características bem similares às de Santarém, pois dispõe dos recursos naturais e lugares cênicos de grande apelo, entre eles: o principal deles, o belo Rio Branco. Assim, em Caracas poderia ser criado um projeto de revitalização da Orla, e também de ampliação de sua extensão à esquerda do rio com o desenvolvimento de um projeto que viesse a agregar mais valor a esse espaço público de uso coletivo.

A Orla foi inaugurada em 15 de março de 2009 e de lá pra cá não se vê poucos investimentos e quase nenhuma atenção por parte do poder público em termos de melhorias, conservação e manutenção do local. Uma gestão de sucesso é aquela que se faz com projetos que venham a melhorar a qualidade de vida da população, e isso inclui áreas de lazer, de recreação, e de convivência social.



Fonte: Online, 2012, www.sobremuitascoisas.com.
Figura 26 - Vista Parcial da Orla de Santarém.



Fonte: Online, 2012, www.sobremuitascoisas.com.
Figura 27 - Vista Parcial da Orla de Santarém com jardins e paisagem.



Fonte: Online, 2013, www.sobremuitascoisas.com.

Figura 28 - Vista Noturna da Orla de Santarém, Pará.

9.0 Considerações Finais

A pesquisa preocupou-se em analisar a percepção da comunidade local em relação ao meio ambiente, infraestrutura, e a conservação e preservação da Orla Rio Branco, bem como a importância das atividades de lazer, recreação, e de convívio social. Buscou-se também verificar o quanto a comunidade e os indivíduos que visitam a Orla têm despertado para o valor da existência daquele espaço público. Na percepção dos residentes e visitantes, o papel do poder público em relação à Orla e o nível de satisfação com a gestão pública foram também objetos da pesquisa.

Como anteriormente informado, a pesquisa não visa a apontar culpados, pessoas físicas ou jurídicas, por problemas observados e relatados, nem isentar igualmente a gestão atual nem as anteriores. A pesquisa se sustenta em fatos, e a análise é feita de maneira autônoma, independente, e sem inclinações, tendo como base naquilo que foi apurado por meio da metodologia e métodos adotados.

Em síntese, o que se observou é que existe um conjunto de obras sendo feito na Orla do Rio Branco desde a década de 90 em termos de urbanização e urbanismo para o lazer, recreação e convívio social das pessoas. Muitos milhares de reais já foram gastos nessas obras. No entanto, são óbvios os atos de vandalismo e de depredação do patrimônio público na Orla. Não há um código condutas que estabeleçam regras de convívio social e de alertas sobre os cuidados com a estrutura e limpeza da Orla. Não há sinalizações ou placas nesse sentido.

De acordo com a pesquisa, notou-se que comunidade tem boa vontade ao afirmar que se preocupa com o meio ambiente e reconhece sua importância para a sobrevivência das próximas gerações, mas para isso é preciso que haja o comprometimento do principal responsável que é o Poder Público. No entanto, ao se observar o estado de depredação da Orla, e a falta de zelo e limpeza nas ruas e avenidas da cidade, tal afirmação recai em paradoxos. Apesar de os respondentes afirmarem ter tal preocupação ambiental, o que se presencia é o completo desrespeito e falta de zelo com os espaços públicos pela população de um modo geral.

Por outro lado, não se presenciou uma fiscalização ou vigilância constante e ostensiva no local. Se há funcionários públicos responsáveis pela vigilância, eles não são vistos por lá. Fica patente para quem quiser ver que a manutenção na estrutura e nos equipamentos do local não está sendo feita igualmente. É de amplo conhecimento que existem restrições orçamentárias e baixa arrecadação nos municípios roraimenses, pois muitas vezes os repasses do Fundo de Participação Municipal, FPM, não são suficientes para se fechar as contas de uma Prefeitura, e todos esses fatores se tornam impedimentos para uma pronta manutenção dos espaços públicos, etc. Essa lacuna orçamentária é preenchida por emendas parlamentares de deputados federais e senadores que solicitam verbas para obras prioritárias nos municípios roraimenses.

Um levantamento do IBGE sobre o Perfil dos Municípios Brasileiros e Finanças Públicas, de 1998 a 2000, mostrou que o repasse do FPM para municípios com até cinco mil habitantes é responsável por 57,3% das receitas que essas Prefeituras possuem disponíveis para si. Apesar de ter sido feito até o ano 2000, o cenário mudou muito pouco até 2013. O cálculo de repasses pela União aos municípios tem como base principal o número de habitantes. São 16 coeficientes por faixas de habitantes, e para Caracarái por ter menos de 20.000 habitantes, encontra-se em uma desvantagem relativa com um coeficiente de 1,2% se comparado a municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia, Rorainópolis por ter cerca de 25.000 habitantes, recebeu 14% a mais em repasses do que Caracarái, em reais, isso representaria R\$ 784.601,00 a mais para aquele município. De acordo com o Relatório ATM-TEC Transparência Municipal (Bremaeker, 2012), a estimativa de repasses para Caracarái em 2013 era de R\$ 4.707.609,00 (ver Tabela 2.0). Entretanto, não foi divulgado pela União até o dia 10 de janeiro de 2014, o valor total final global repassado a Caracarái em 2013.

Há recursos previstos, mas são para as obras da terceira etapa da Orla e para a construção do Terminal Portuário de Caracarái. Esses recursos não podem ser desviados para manutenção sob o risco de desrespeito ao cronograma físico-financeiro, e em função de outras responsabilidades e penalidades previstas em lei. No entanto, obras de contenção do barranco que sustenta o restaurante da Orla estão sendo

feitas com recursos de outras fontes para que esse prédio público não desabe causando grandes prejuízos em face dos investimentos já feitos ali.

Em termos de falta de manutenção, o caso mais grave na Orla talvez seja a situação do píer porque é o principal ponto de interesse turístico e visitação com um fluxo considerável de pessoas ali. Mas o mesmo está sem as grades de proteção e o piso está enferrujado, e algumas placas de ferro já não se sustentam, inclusive com a presença de buracos. Há um perigo iminente para residentes e visitantes no píer e isso exige uma ação imediata da Prefeitura.

Tabela 2.0 – Estimativas de Repasse do FPM para os Municípios Roraimenses em 2013.



MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA 2012	COEF FPM 2013	REPASSE FPM ESTIMADO 2.013
RORAIMA			
Alto Alegre	16.228	1,0	3.923.007
Amajari	9.936	0,6	2.353.804
Boa Vista	296.959	CAP	144.636.433
Bonfim	11.188	0,8	3.138.406
Cantá	14.707	1,0	3.923.007
Caracarái	19.019	1,2	4.707.609
Caroebe	8.480	0,6	2.353.804
Iracema	9.288	0,6	2.353.804
Mucajai	15.328	1,0	3.923.007
Normandia	9.364	0,6	2.353.804
Pacaraima	10.953	0,8	3.138.406
Rorainópolis	25.319	1,4	5.492.210
São João da Baliza	7.023	0,6	2.353.804
São Luiz	6.968	0,6	2.353.804
Uiramutã	8.764	0,6	2.353.804

Fonte: ATM-TEC, Breamaker (2012).

Enfatiza-se que a maior dificuldade encontrada na pesquisa foi obter entrevista(s) com representantes do poder público municipal; não se conseguiu falar com ninguém que pudesse responder pelo chefe do executivo. Várias tentativas foram feitas, mas sem sucesso, e um dos

motivos foram as frequentes mudanças na representação das secretarias municipais.

Portanto, propõe-se que o poder público tome ações no sentido de ampliar a extensão da Orla promovendo uma maior integração entre a população e o rio, bem como com a natureza. A cidade fica de costas para o conjunto de recursos naturais de valor inestimável em termos de beleza cênica, contemplação e de apelo turístico. Além, é claro, de ações mais presenciais das secretarias de administração, urbanização, meio ambiente e turismo, entre outras de Caracaraí, para se encontrar os meios necessários para se superar a depredação, a falta de zelo, a falta de vigilância, a falta de recursos orçamentários em relação ao mau uso do espaço público mais importante e mais visitado de Caracaraí: a Orla do Rio Branco, o seu principal cartão-postal. Talvez uma das estratégias na busca de soluções sejam as parcerias com outros setores do município e mutirões com apoio e participação do cidadão, implantando uma nova cultura local: a da mobilização coletiva para se melhorar o espaço em que se vive e convive, esquivando-se significativamente de uma dependência e soluções exclusivamente político-partidárias.

Em meio à crise, unir forças com o cidadão e buscar seu apoio talvez seja o caminho mais rápido para se superar as dificuldades correntes. Cobranças e cooperação devem ser uma tônica constante e recíproca entre o 'cidadão' e o 'poder público municipal'. Por exemplo, em Santarém, no Estado do Pará, a Orla foi construída não se pensando apenas em possíveis vantagens comerciais ou econômicas com a valorização imobiliária local e a instalação de lojas e empresas, mas também vantagens sociais com a construção de uma ciclovia, sinalização no Complexo, um espaço adequado para os vendedores ambulantes e lixeiras para coleta seletiva, enfim, alternativas que busquem o desenvolvimento social, econômico e turístico da cidade como um todo. Acredita-se na importância da melhor utilização do espaço e do seu potencial para o desenvolvimento da comunidade local.

Recomenda-se que haja uma faixa contínua com benfeitorias estruturais e infraestruturas na orla que realmente favoreça uma significativa e harmoniosa conexão entre os 'indivíduos' (população local, turistas, visitantes) e 'as margens do rio', tal como pode ser observado em outras orlas fluviais do país e do exterior. Essa integração 'comunidade' e o 'rio' deve ser promovida de forma sustentável. A terceira etapa do Complexo Turístico Beira-Rio em Caracaraí não prevê tais obras, o que pode talvez implicar em uma Quarta e, ou, em uma Quinta Etapa para a ampliação do Complexo. A pesquisa teve o propósito de iniciar um levantamento de dados e estudos que venham a servir de base para pesquisas futuras com foco na revitalização, ampliação, e nas melhorias dos espaços públicos do município de Caracaraí, dando sua contribuição para a literatura.

10 Limitações da Pesquisa

- ✓ Acervo bibliográfico limitado na biblioteca da UERR;
- ✓ Conexão lenta da internet;
- ✓ Quedas constantes de energia na cidade;
- ✓ Desencontro das reuniões marcadas com os representantes do poder público;
- ✓ Dificuldades extremas em se obter entrevistas e respostas do poder público municipal sobre os problemas e abordagens aqui apresentados.

Referência

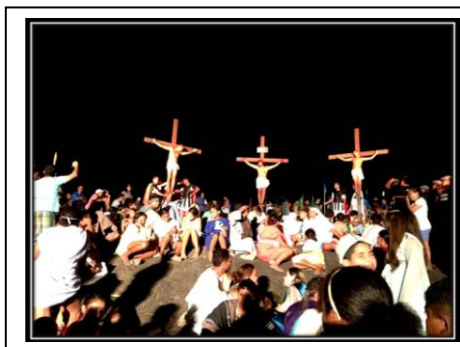
- AURELIO. Dicionário da Língua Portuguesa. 4a edição revista e ampliada do Mini Dicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2002.
- BORSA, J. C. O papel da escola no processo de socialização infantil. Disponível em <: [http:// www.psicologia.com.pt](http://www.psicologia.com.pt)>. Acesso em: 25/05/2013.
- BOULLÓN, R. C. Planejamento do espaço turístico. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUCS: 2002.
- BREMAEKER, F. E. J. Estimativa dos Repasses do FPM para 2013. ATM-TEC Transparência Municipal. Salvador, BA, 2012.
- BRETAS, A. Recreação e a Psicologia Sociohistórica: novas bases, novos caminhos. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997, Goiânia: Gráfica e Editora Potência, 1997. p. 1050-1056.
- BRUEL, M. R. Políticas Públicas de Lazer e o Impacto no Desenvolvimento do Cidadão, Belo Horizonte: Universidad Católica de Nuestra Señora de La Asunción Asunción – Paraguai v.14, n.3, set/2011.
- CHAVES, A. L. R da S. Potencialidades do Turismo de Lazer no Complexo Turístico Orla do Rio Branco em Caracará. Trabalho de Conclusão de Curso em Turismo. Caracará: Universidade Estadual de Roraima, 2011.
- COELHO, M. de F.; GUIMARÃES, M. P. Turismo inclusivo e lazer em espaços públicos. IX Seminário da ANPTUR, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo: 2012.
- COLL, C. S. Psicologia da educação. Porto Alegre: 1999.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Código do Meio Ambiente. Lei Complementar nº 464/2008. Brasília – 2008.
- DENCKER, A. de F. M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 2011.
- DIAS, R. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil, 1a. ed., 3. reimpr., São Paulo: Atlas, 2008a.
- _____. Turismo sustentável e meio ambiente/Reinaldo Dias – 1. ed. – 4. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2008b.
- DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva 2002.
- Estatuto das Cidades, 2001, p. 09. Disponível:< <http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 15/03/2013
- FALCONI, A. V. Lazer no Parque da cidade: Espaço Urbano, sociabilidade e consumo em Sobral/CE. Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2008.
- FRANÇA, I. S. de. Caminhos de Geografia. Disponível:< <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 25/05/2013.
- FURTADO, E.A. R. O papel do espaço público na estruturação do tecido urbano. O caso de Tira Chapéu. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Setembro de 2008.

- GOMES, C. M.; Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil: Breve Trajetória Histórica. In: Seminário lazer em debate, v 9, 2008. Anais. São Paulo: USP/Leste-CELAR/UFMG, 2008.
- GUEDES, E. Espaço Público Contemporâneo: Pluralidade de vozes e interesses. Bocc. Biblioteca online de Ciência da Comunicação. V. 1, p 1-16. 2010. Acesso em 15/04/2013.
- HALL, M. Planejamento turístico; políticas processos e relacionamento. São Paulo: contexto, 2001.
- INFORMAÇÕES SOCIOECONOMICAS DO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ-RR. Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas. SEPLAN-RR, 1ª edição, 2010.
- KIYOTANI, L. B. Turismo, Urbanização e Paisagem: Um estudo de caso da Praia de Jacumã. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2006.
- MARCELLINO, N. C. Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade. In: CARVALHO, J. E. (Org). Lazer no Espaço Urbano: Transversalidade e Novas Tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.
- _____. Pedagogia da animação. 1ª. Campinas: Papyrus, 1997.
- MARIOTO, L. O processo de socialização. Disponível em: <<http://www.discutindoadm.com>> Acesso em 22/07/13
- MELO, V. A. de; PERES, F. de F. Espaço, Lazer e Política: Desigualdades na distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro, 2011.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Secretaria Nacional de políticas de Turismo, Brasília, 2007.
- MOLINA, S.. Turismo: metodologia e planejamento. Sergio Molina - Bauru, SP: Edusc, 2005.
- OLIVEIRA, M. F.; MENDES, E. de P. P. Campo/Cidade-Rural/Urbano: os equívocos na delimitação e na leitura. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, UFU, Uberlândia, MG, 15-19 outubro, 2012.
- OLIVEIRA, P. S. de. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 2001.
- PALEN, J. J. Introdução Histórica. In:_____. O mundo urbano. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi e Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975. pp. 19-25.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15/06/2013
- REQUIXA, R. As dimensões do lazer. Revista Brasileira de Educação Física e Desporto. Nº. 45, pp. 54-76. 1974.
- RODRIGUES, A. B. Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUSCHMANN, D. V. de M. Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente. 16ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012- (Coleção Turismo).
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico- científico-informacional. -5. ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SENA, N. M. de, Espaço Público, opinião e democracia. Estudo em Comunicação. Nº 1.270-304, 2007.
- SILVA, D. A. M. Importância da recreação e do lazer /Débora Alice Machado da Silva. et al.]. – Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- TRIGO, L. G. G. Turismo básico. 6ª ed. São Paulo: Ed. Senac. São Paulo, 2002.
- TRINDADE JR., S. C. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais (Projeto de Pesquisa). Belém-Pará 2008.

Capítulo 3

Os Problemas, as Demandas e o Perfil do Visitante em Mucajaí durante os Festejos da Paixão de Cristo

Renato Silva Lima
Ismar Borges de Lima



Os Problemas, as Demandas e o Perfil do Visitante durante os Festejos da Paixão de Cristo em Mucajaí

**Renato Silva Lima
Ismar Borges de Lima**

1.0 Introdução

Este estudo tem como missão analisar a Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí a fim de se conhecer o perfil do visitante que ali frequenta, bem como identificar as principais demandas deles em termos de estrutura e de infraestrutura na cidade durante o evento. A pesquisa também visa a fazer um levantamento do aspecto socioeconômico e a importância da Paixão de Cristo como 'atrativo' durante a Semana Santa.

A intenção é que a pesquisa ofereça um conjunto de informações e de análises que venham a servir de consulta e referência para os organizadores do evento e do poder público em termos de planejamento, buscando aprimorar as próximas edições dessa Festa da Semana Santa. Parte-se do pressuposto de que um planejamento adequado para o evento poderá resultar em um aumento na satisfação dos visitantes, bem como mitigar os problemas infraestruturais e de capacidade de carga enfrentados também pelos residentes. Para se ter um parâmetro e base referencial para a pesquisa, a Encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, em Pernambuco, é analisada neste Capítulo.

Um dos aspectos que deve ser colocado em destaque neste estudo é a boa receptividade oferecida pelos roraimenses, em particular, pelos residentes de Mucajaí. Tal hospitalidade torna-se, portanto, um elemento que agrega valor a um destino turístico, neste caso, agrega valor ao evento em si.

A hospitalidade pode ser definida como uma forma de relação e interação humanas nas trocas diversas entre visitante e anfitrião, e esse relacionamento depende de valores daqueles que estão interagindo dos valores, ou seja, com base nos princípios norteadores das condutas (Praxedes, 2004).

Já para Dencker (2004, p.10), "a hospitalidade é um processo de agregação do outro à comunidade"; uma construção de relacionamento efêmero, temporal, mas fundamental para a construção de um destino. A 'hospitalidade' é um elemento essencial do bem-receber na atividade turística, valorizando um destino, suas manifestações culturais e religiosas, bem como os

seus residentes locais. Em relação ao turismo religioso, serão estudados os aspectos relacionados ao perfil do visitante de Mucajaí.

Além disso, serão relatadas as atrações e atividades pertinentes à Encenação. Algo a ser investigado são os impactos causados pela presença e participação de atores de fama global e de bandas musicais nacionais. Até que ponto a presença deles tornou-se um valor agregado em termos de atratividade? Essas participações contribuem para ofuscar o sentido sacro da Encenação? Quais as reais motivações dos visitantes para participarem haja vista a presença de personagens famosos?

A inquietude e preocupação de muitos fiéis, devotos e de residentes de Mucajaí está ligada aos excessos presenciados durante o Festejo que parece se afastar de seu sentido real, ficando estereotipado como um evento **exageradamente hedônico-religioso** do que **'religioso-social'**, ou, que no mínimo, prevaleça o **religioso-cultural**.

As observações feitas e informações fornecidas pelos visitantes nos questionários, nas entrevistas, e nas conversas informais com os residentes locais vão servir de base para se obter um conjunto de dados que poderão ser úteis para futura organização cenográfica, bem como na reestruturação dos equipamentos turísticos e dos espaços públicos de uso coletivo em Mucajaí.

Há, portanto, uma inegável necessidade de planejamento para eventos que tenham expressiva e numerosa participação popular a fim de que tais eventos de viés religioso sirvam não só para se alavancar a economia local em razão de uma imediata inserção e a circulação de dinheiro pelos visitantes, mas também que tais eventos se tornem 'razões' adicionais para se fazer melhorias mais amplas em benefício da população de Mucajaí.

Ou seja, o planejamento deve ser holístico em nível municipal; deve ir além da estrutura cenográfica; não deve ficar focado apenas nas demandas dos visitantes durante a Semana Santa. As intervenções do poder público devem buscar uma melhoria da estrutura urbana como um todo, incluindo ruas e avenidas.

Até algum tempo atrás não se conhecia muito dos visitantes e frequentadores da Paixão de Cristo em Mucajaí; não se sabia de onde vinham, quanto traziam em dinheiro para gastar durante sua estada na cidade, nem se sabia quais as estruturas e equipamentos mais usados por eles na cidade, etc.

Assim, esta pesquisa é pioneira ao realizar esse levantamento de dados mostrando detalhes do perfil dos visitantes, além de revelar as dificuldades que os visitantes sofrem tanto na chegada quanto na saída de Mucajaí. Ou seja, os problemas logísticos de acesso, de hospedagem, e de alimentação enfrentados. Assim, é importante realizar uma pesquisa sobre a satisfação dos visitantes.

A preocupação é revelar as características principais dos visitantes a fim de se ter informações mais exatas e seguras para o planejamento para as próximas edições da Paixão de Cristo em Mucajaí; algo que até o momento ficou em segundo plano pelo poder público e pelos organizadores do evento, pois até à edição de 2012, os mesmos têm dado mais atenção aos eventos e aos espetáculos paralelos à Festa, havendo uma sobrevalorização da presença de atores globais e de cantores e de bandas nacionais de grande apelo e popularidade.

Em situação oposta, encontra-se o planejamento do evento, pois foram observados certos níveis de negligência por parte dos organizadores em relação ao bem-estar e satisfação daqueles que se deslocam de seu lugar de origem, realizam viagens, e lotam as arquibancadas todo ano em Mucajaí, para prestigiar a Encenação de Cristo.

É importante ressaltar que apesar desses fatos supracitados, o evento de viés religioso movimentou de forma significativa a economia local durante o período da Paixão. As vantagens e ganhos para a economia local não podem ser desprezados, pois o evento favorece geração de renda e criação temporária de empregos. Ao se propor tais melhorias, busca-se um fortalecimento de um evento de forte apelo junto à população; e, conseqüentemente, o fortalecimento do evento tem uma relação direta com o fortalecimento da economia local.



Fonte: Renato Lima, 2012

Figura 1. 0 – Organização das atividades

1.1 Objetivos Específicos:

- ✓ Identificar o perfil dos visitantes que participam das celebrações da Paixão de Cristo.
- ✓ Colher informações atualizadas sobre a estada dos visitantes em Mucajaí;

- ✓ Identificar falhas nos serviços locais e, ou, nos equipamentos turísticos mais visitados/utilizados;
- ✓ Catalogar dados e oferecer análises que sirvam para a formação de um banco de dados acerca das demandas dos visitantes sobre a infraestrutura e estrutura em Mucajaí durante a Semana Santa;
- ✓ Identificar o peso, em termos de público, com a presença de atores globais e de bandas musicais nacionais em Mucajaí na programação da Semana Santa celebrada em paralelo com a Semana da Cultura;
- ✓ Fazer um levantamento atualizado acerca da importância da construção da cidade-cenográfica em Mucajaí, bem como identificar as razões da paralisação de sua construção;
- ✓ Fazer uma análise comparativa entre as estruturas da Encenação de Nova Jerusalém, em Pernambuco, e de Mucajaí, Roraima;
- ✓ Recomendar ações aos organizadores e ao poder público para melhorias no cenário, na estrutura e infraestrutura em Mucajaí, com vistas a alavancar o turismo em Mucajaí.

1.1.1 Pergunta-pesquisa

Os questionamentos a seguir são perguntas-pesquisa que têm a função de guiar a investigação, fazendo com que em todo o processo de levantamento de dados, o centro (o foco) não seja desviado. As perguntas-pesquisa ajudam a nortear uma investigação em um determinado tópico ou tema, assim:

- i) Qual é o perfil do visitante que comparece para assistir à peça da encenação da Paixão de Cristo?
- ii) Quais são as demandas e os problemas enfrentados pelos visitantes em Mucajaí durante a Encenação da Paixão de Cristo?
- iii) Qual o peso econômico e de atratividade de público dos eventos artístico-culturais que competem com os eventos de viés religioso durante a Semana Santa em Mucajaí?

2.0 Procedimentos Metodológicos

2.1 Breve descrição do local de estudo

A cidade de Mucajaí, localizada na parte central de Roraima, fundada em 1951, é originária da antiga colônia agrícola Fernando Costa, e foi criada pela Lei Federal Nº 7.009, de julho de 1982, com terras desmembradas da Capital do Estado. Roraima durante décadas teve o status de Território Federal, uma divisão administrativa brasileira que foi abolida com a promulgação da Constituição de 1988.

De acordo com dados do Instituto Fecomercio (2008) suas principais vilas são, entre elas: o Apiaú, dividida em: Vila da Penha e sede; Tamandaré, dividida em Canta Galo (Serra Durada), Lago do Manoel e Pedidos; e o Sumaúma, dividida em: Região do 'T' e Vila Nova do Apiaú; a Cachoeirinha fica isolada na Beira do rio Branco a 10 km de Mucajaí; o Roxinho, Vila da Vicinal 4, a Vila da Vicinal 5, e Campos Novos, agora pertencente à cidade de Iracema.

Mucajaí conta com dois postos de gasolina, o Posto do Marquinho e o Posto do Bertoldo. Há dois postos de saúde e um hospital; nove comércios de médio porte, cinco ginásios poliesportivos na sede e outros no interior, um campo de futebol profissional, uma feira pública, quatro praças, sendo duas em estado ruim de conservação, três restaurantes, duas pizzarias, e três pousadas. Em termos de equipamento turístico, fica patente que Mucajaí possui suas limitações e capacidade de carga para receber um público massivo durante a Semana Santa.

O transporte urbano está a cargo da COOTAM que administra o transporte de passageiros por vans e mototáxi. Em Mucajaí, existem três pólos de ensino superior: a Faculdade de Ciências e Tecnologia do Norte, FACETEN; a Faculdade FARES e a Universidade Estadual de Roraima, UERR. O Ensino fundamental e médio é feito nas 32 escolas estaduais e 12 escolas municipais. Em termos de infraestrutura, a cidade possui ruas asfaltadas e saneamento básico.

O município faz divisa ao Sul com a cidade de Iracema; ao Leste com a cidade do Cantá e Serra Grande; ao Norte com a Capital Boa Vista; ao Oeste com a cidade de Alto alegre. Segundo dados da SEPLAN-RR (2012), a extensão de área é de 12.751,255 km² que corresponde a 5,68% de todo o Estado de Roraima. As distâncias entre as cidades mais próximas são: Iracema 40 km; Caracarái 86 km; e Boa Vista 50 km. Deslocando-se da capital Boa Vista para Manaus, Mucajaí é a primeira cidade do itinerário, sendo conhecida como a "Cidade da Paixão de Cristo" por realizar há mais de 30 anos a encenação da Paixão e Morte de Jesus Cristo.

A pesquisa é predominantemente qualitativa e faz uso da triangulação para a coleta de dados. De acordo com Dencker (2004), o método pela triangulação favorece o cruzamento de informações e de dados obtidos por mais de uma fonte, e inclui o uso de questionários, incluindo entrevistas e conversas informais, a observação participante, além da análise de textos jornalísticos relativos ao tema.

A triangulação, por cruzar informações de diversas fontes, contribui para diminuir prováveis inconsistências metodológicas, além de evitar inclinações nas análises, ficando estas mais isentas; tudo isso aumenta a credibilidade e a validade acadêmica da pesquisa e do trabalho do pesquisador.

A triangulação visa a obter um material descritivo, rico, com relatos e informações que venham a ajudar a responder as perguntas-pesquisa. Como descreve Dencker (2004), na pesquisa empírica nas

Ciências Sociais e Humanas, predominam-se as metodologias de orientação qualitativa, com a utilização de ferramentas para coleta de dados mais descritivos, o que favorece um apanhado de uma determinada realidade local.

A coleta de dados e a análise têm sua base nas encenações das Paixões de Cristo de Mucajaí, realizadas em três edições seguidas do evento, entre 2010 e 2012. Em 2010, foram realizadas 36 entrevistas usando o questionário único em anexo, onde os visitantes foram abordados na rua de forma aleatória, sempre procurando visitantes maiores de 18 anos de idade. Devido a estes dados serem coletados todos em apenas um dia não foi possível entrevistar mais pessoas.

Em 2011, 154 visitantes responderam os questionários. Em 2012, 110 visitantes da Sexta Feira da Paixão de Cristo responderam o questionário. Os prospectivos respondentes foram escolhidos de forma aleatória. É importante salientar que o foco eram os visitantes, portanto, como procedimento metodológico, as pessoas que demonstravam não pertencer a Mucajaí eram abordadas nas ruas, avenidas e próximas ao cenário, e a primeira pergunta era exatamente para descobrir se eram 'visitantes' ou 'residentes'. Se a resposta era afirmativa para 'residentes', tais pessoas não eram incluídas na amostragem.

Os questionários, após a tabulação em percentuais, ajudaram a traçar numérica e estatisticamente a Paixão de Cristo; e as conversas informais e as entrevistas feitas com as pessoas presentes no evento resultaram um rico material descritivo para análise.

Em relação a 2013, não foram aplicados questionários, nem entrevistas foram feitas; no entanto, textos jornalísticos relativos ao evento foram coletados para servirem de fonte adicional para o cruzamento de dados em relação às edições anteriores do Festejo.

Os textos selecionados de 2009 a 2013 ajudaram na análise do contexto socioeconômico, cultural, do cenário, e dos aspectos relacionados às contradições do profano-sagrado do evento, apontando direcionamentos para as ações pontuais a serem tomadas pelos organizadores e pelo poder público.

2.2 Instrumentos de coleta de dados

Em relação à revisão da literatura, a coleta de dados foi feita em fontes secundárias, em livros temáticos em turismo e planejamento, além de consultas ao material bibliográfico digital disponível na internet. Para a elaboração do questionário e das entrevistas, o livro, 'Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo', de Dencker, foi de inegável contribuição.

A fim de se fazer uma análise mais holística do contexto da Paixão de Cristo, a próxima Seção centra-se nas informações de matérias jornalísticas de 2009 e 2010 que corroboram o levantamento

preliminar sobre os principais problemas de planejamento urbano e de organização de um evento com numerosa participação popular.

3.0 Problemática

O Turismo Religioso em Mucajaí vem acontecendo desde 1981, e as iniciativas para se realizar a Encenação pública da Paixão de Cristo vieram da própria Igreja Católica e de alguns moradores da comunidade. Quando a Encenação se iniciou, reproduzindo a Via-Sacra, ela possuía um percurso diferente do que é atualmente realizado na cidade; no início, a procissão percorria as ruas principais até chegar à Praça Valério de Caldas Magalhães, onde se encontrava o local do teatro.

No decorrer dos tempos, o circuito religioso urbano foi se modificando em uma tentativa de se melhorar o espetáculo. Foi a partir dessa nova orientação que a Prefeitura de Mucajaí resolveu tomar frente na organização da Encenação da Paixão de Cristo oferecendo, ao longo da Semana Santa, atrações artístico-culturais, entre elas: atores globais e bandas musicais. Enfatizando-se que a Semana da Cultura de Mucajaí é realizada concomitantemente à Semana Santa, o que resulta em uma diversidade de atrativos para o período, incluindo aqueles que não são religiosos.

Mas a Festa Sacra da Paixão de Cristo tem demonstrado que está perdendo o seu sentido com o surgimento de outras atividades e eventos que acabam permeando a programação tradicional, ofuscando o expoente máximo da cidade que é a Encenação Cristã da Crucificação. Até que ponto a Paixão de Cristo consegue sozinha assegurar um público mais expressivo para o evento e para a economia local? O sucesso de público na Paixão de Cristo é por causa do evento em si ou por causa dos atrativos extras não-religiosos? Que impacto teria a retirada desses eventos paralelos não-religiosos do Festejo?

Os limites da capacidade de carga da infraestrutura de Mucajaí têm sido outro fator de preocupação para os organizadores, pois o evento tem atraído um público de aproximadamente 10 mil pessoas todos os anos. Essa massa popular de devotos e de visitantes concentrados ao mesmo tempo em uma mesma localidade leva ao estrangulamento as vias de acesso, o número de restaurantes e de lanchonetes, os hotéis, e a quantidade de sanitários, ficando óbvio que a estrutura infraestrutura existentes não comportam as demandas e as necessidades de um público numeroso.

Outros problemas observados nesses últimos anos dizem respeito à mistura do 'profano' e o 'sagrado' em Mucajaí, aliás, fato observado não só em Mucajaí, mas em todas as festas religiosas na América Latina, incluindo, lógico, o próprio Carnaval. Assim, em Mucajaí, a mercantilização excessiva da fé, e o flagrante desrespeito a um evento sacro com a venda e o consumo de bebidas alcoólicas são ocorrências corriqueiras.

Há, portanto, diferentes problemas a serem resolvidos para que a Encenação finalmente ganhe a qualidade e visibilidade necessárias para se consolidar como atrativo religioso no município.

Enfatiza-se que a 'visitação de viés predominantemente religioso' durante a Semana Santa em Mucajaí é considerada aqui como sendo 'turismo religioso'. O termo 'turismo religioso' é utilizado com base no fato de que há pessoas que vêm de outras localidades de Roraima e permanecem por mais de 24 horas na cidade.

No entanto, não há um estudo específico anterior que forneça o percentual de 'visitantes' e o percentual de 'turistas' no município durante a Semana Santa. Enfatiza-se que para os propósitos dessa pesquisa, 'turista' e 'visitante' são usados sob o *status* de 'visitante(s)', e, logicamente, não se ensejando aqui um desprezo em relação às diferenças conceituais dos termos.

Enfim, esta pesquisa se justifica, pois com o levantamento de dados pode-se obter as bases referenciais necessárias para se sugerir melhorias para a cidade, bem como para a organização do evento e para o cenário da Encenação. São melhorias que podem significativamente refletir na qualidade do atendimento aos visitantes, das facilidades e dos equipamentos, refletindo em uma profissionalização do turismo de viés religioso de Mucajaí.

4.0 A Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí

A Encenação Teatral da Paixão Morte e da Ressurreição de Jesus Cristo (Figuras 2.0 e 3.0) é realizada há mais de 30 anos em Mucajaí. Inicialmente a organização cabia à Igreja Católica de Nossa Senhora de Fátima, a padroeira da cidade. De acordo com os registros da Prefeitura de Mucajaí e de relatos de moradores mais antigos, a ideia de uma encenação pública, teatral, nos moldes do que era realizado em Nova Jerusalém, em Pernambuco, desde 1951, veio do professor Venceslau Catossi com a intenção de tornar a Semana Santa em Mucajaí mais movimentada, mais atrativa, e diferente da de outros anos.

Com esse objetivo, os professores Raimunda Plácida, José Maria de Oliveira, Geraldo Pacheco, e o próprio Venceslau se reuniram para definir um roteiro para a Via Sacra no interior de Roraima. A decisão tomada foi de levar para as ruas a encenação da via sacra que era organizada pelo padre Luiz Palumbo com a participação de crianças e adultos, no malocão da Igreja. Professor Venceslau então propôs uma encenação maior, composta por figurantes adultos, levando uma grande cruz até à Pedra do Pemba; uma Semana Santa sacra, mas combinada com atividades culturais. Até então a única programação pública era a Via-Sacra de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da cidade.

A ideia não teve aprovação nem adesão do padre Palumbo por acreditar que aquele tipo de encenação de afastava do verdadeiro sentido religioso da Semana e da fé cristã (Santos,1989; 2006). No

entanto, os professores levaram adiante a ideia, e a encenação aconteceu na Praça Valério de Caldas Magalhães em março de 1982.

Assim, idealizada por um grupo de católicos, professores e por residentes locais, surge um espetáculo teatral católico envolvendo aproximadamente 250 figurantes a fim de oferecer à comunidade uma programação diferenciada. A maioria dos figurantes e atores formada por moradores da região representavam (e representam) personagens bíblicos, como Herodes, Pilatos, Caifás, Judas, os apóstolos, Maria Madalena.

O inusitado é que a Encenação, após cada edição, atraía mais público externo, visitantes que vinham para apreciar a crucificação de Cristo representada por atores profissionais e amadores, vestidos com as roupas da época em um palco improvisado a céu aberto. Paradoxalmente, quanto mais o espetáculo ganhava proporções em termos culturais, turísticos e comerciais, mais a Igreja se distanciava de sua organização e realização. O professor Venceslau ficou à frente da organização por oito anos consecutivos, de 1982 a 1990, até que a Prefeitura de Mucajaí resolveu investir na organização do evento, tendo apoio do governo do Estado de Roraima e do setor privado.

Enfim, essa mudança na liderança para a Prefeitura fez com que o evento perdesse relativamente seu cunho religioso, e à medida que as mudanças eram introduzidas, com a inclusão de espetáculos musicais, por exemplo, o evento acabou ganhando conotações mais “profanas” na visão de alguns fiéis e dos líderes da Igreja. Uma leitura crítica sobre esse histórico da encenação pode-se dizer que o ‘profano’ passou deliberadamente a competir com o ‘religioso’.

A edição XXVIII da Paixão de Cristo, realizada em 2010, acabou transformando o evento na mais famosa peça teatral ao ar livre do Norte do Brasil, pois contou com a participação de atores famosos no Brasil na encenação da peça, entre eles: Luciano Szafir, interpretando o papel de Jesus Cristo. Na edição anterior, de XXVII, em 2009, o papel foi interpretado pelo ator global Iran Malfitano.

Em 2011, a apresentação foi feita no módulo esportivo com a improvisação do cenário no campo de futebol municipal, onde se encenou a peça, em razão de o local principal se encontrar em fase de construção.

Já em 2012, ainda com a ‘cidade bíblica cenográfica’ em obras, os atores e o público tiveram que se contentar com cenários provisórios feitos de madeira. A construção da cidade cenográfica para a peça da Paixão de Cristo está sendo feita com o intuito de abrigar o público, bem como comportar outras programações durante todo o ano valorizando a cidade e seus municípios. No entanto, até a edição de 2013 a cidade cenográfica não ficou pronta, e isso será analisado aqui.

O evento tem sido realizado ao ar livre em uma área de 250 m², possuindo sete cenários, sendo um natural, a Pedra do Pemba, também chamada de Pedra da Paixão, pois é o local em que Cristo é crucificado; a Pedra - além de servir de cenário natural - dá destaque

ao ato da crucificação, pois é em um elevado de quase 15 metros o que facilita a atuação dos atores, bem como a visualização pela plateia (Refira-se às Figuras 3.0, 3.1, e 3.2).



Figura 2.0 – Ator interpretando Jesus carregando a cruz na Via-Crúcis



Fonte: Renato Lima, 2012

Figura 3.0 – Jesus Crucificado ao lado dos dois ladrões



Figura 3.1 – Aspecto da Pedra do Pemba sem a Encenação da Crucificação



Figura 3.2 – Vista de parte da Cidade de Mucajaí de cima da Pedra do Pemba.

5.0 Referencial Teórico

5.1 Turismo e suas definições

A partir do momento em que se iniciaram os estudos científicos do turismo, abordagens teórico-conceituais têm sido propostas, bem como definições têm sido dadas, tanto para o turismo em si quanto

para os elementos que constituem tal fenômeno quanto os equipamentos que o compõem. Explicações e esclarecimentos sobre os conceitos, bem como a criação de tipologias e terminologias se fazem necessárias para uma fundamentação acadêmica, e nesta Seção os principais aspectos conceituais são objeto de uma (re)leitura crítica.

A definição de turismo aceita do ponto de vista formal é dada pela organização Mundial do Turismo, OMT, “a soma de relações e de serviços resultante de uma mudança de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”.

Para Barreto (2005), o ‘turismo’ diz respeito ao conjunto de indivíduos (visitantes) em mobilidade, e às relações e aos fenômenos (impactos) que esse contingente humano em viagem produz; ‘turismo’ como uma ‘disciplina’ ou ‘área de estudo’ refere-se, portanto, às implicações sociais, econômicas, ambientais envolvidas em todo o seu processo, e isso inclui o planejamento e a gestão de destinos, da infraestrutura, da estrutura, e do sistema turístico como um todo.

Essa massa humana demanda de elementos essenciais (tangíveis) para que o seu deslocamento do ponto de origem para o local de visitação, estada, ou de contemplação. Os visitantes (turistas) requerem um equipamento turístico funcional em termos operacionais. Espera-se, assim, o funcionamento pleno de hotéis, de agências e operadoras de viagem, guias, de empresas de transporte, do setor da alimentação, e de um *trade* turístico que atenda às expectativas mínimas em termos de qualidade e funcionalidade.

O turismo é logicamente um fenômeno que existe e se materializa em função do deslocamento de pessoas, bem como das relações que surgem em virtude desses deslocamentos (viagens). O turismo está diretamente ligado ao “conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo” (Barreto, 2005, p.11) seja emissor seja receptor, e que deve ocorrer independente das motivações de viagens das pessoas.

Acrescenta-se ainda que o turismo, como fenômeno social de implicações econômicas, abre espaço para a pesquisa e estudos, usualmente tendo como foco as diferentes modalidades de turismo e as ocorrências a ele relacionadas; e, nesse sentido, os tópicos de investigação são os mais variados entre eles: ‘turismo e mudança social’, ‘turismo e mercantilização da cultura’, ‘turismo e globalização’, ‘turismo e lazer’, ‘ecoturismo de base comunitária’, ‘os impactos sociais e ambientais do turismo’, ‘turismo e geração de renda’, ‘turismo e etnicidade’, entre outras rubricas que acabam sendo de interesse acadêmico-científico.

Acrescenta Beni (2007) que o termo ‘turista’ é definido como o visitante temporário que permaneça pelo menos 24 horas fora de seu local de residência, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob os tipos: lazer (recreação, férias, saúde, estudos, religião e esportes),

negócios, família, missões e conferências; e excursionista é o visitante temporário que permanece menos de 24 horas no país visitado, incluindo viajantes de cruzeiros marítimos.

5.2 Definições de turismo religioso

A definição de 'turismo religioso' está ligada ao elemento 'sacro', 'sagrado', 'divino', 'de fé', 'crença', 'devoção', 'reflexão', 'oração', 'o aspecto espiritual', uma vez que essas são algumas das razões para os deslocamentos das pessoas participantes nesse tipo de turismo. Um 'turismo' que se sustenta na fé e no ritual de adoração e de contemplação dos visitantes em destinos e nos locais de relevância religiosa.

Segundo Novo Dicionário Aurélio, o termo 'religioso' tem origem no Latim *sacratu*, sendo que deve entendido como o "que se sagrou ou que recebeu a consagração, e faz alusão às coisas divinas, à religião, aos ritos ou ao culto; sacro, santo; inviolável, puríssimo, santo, sacrossanto". Já o termo, 'turismo religioso' ganha maior complexidade, e diz respeito principalmente à peregrinação,

O segmento praticado pelo deslocamento de peregrinos para lugares considerados especiais e sacros por razões de fé e manifestação religiosa, e tal peregrino termina reproduzindo de forma análoga as demandas tal como um visitante de motivação não-religiosa (Beni, 2007, p.30).

Nos locais sagrados, os visitantes têm a oportunidade de vivenciar uma identificação com santos e símbolos religiosos, bem como a elementos intangíveis (imateriais) religiosos, reafirmando e fortalecendo a própria fé por meio do turismo.

Segundo Campos (2005), o turismo religioso como destino é constituído por 'locais sagrados' ou 'pessoas ou objetos consideradas sagrados', e propicia ao visitante (turista) uma experiência e vivência únicas tal como refazer a Via-crúcis em Jerusalém ou visitar o local onde Cristo nasceu, em Belém, ou o 'Calvário' e a 'Tumba', bastante procurados em Israel e Palestina por sua importância bíblica cristã. Ressaltando que Jerusalém congrega em poucos quilômetros quadrados as três grandes religiões do mundo (matrizes religiosas): o Cristianismo, o Islamismo, e o Judaísmo. Devido a essa pluralidade e diversidade religiosa bíblica, Jerusalém por se possui um grande apelo para o turismo religioso.

O turismo religioso por pessoas de todos os credos, ou mesmo ateus e curiosos, que têm como motivação para as viagens a destinos religiosos outros que não a fé ou a crença em si, mas o interesse em conhecer, visitar, apreciar e contemplar certos lugares do mundo. Ir a Jerusalém ou à Palestina é – no mínimo - uma viagem que proporciona

conhecimento e a oportunidade de estar em lugares ou em locais de importância histórica.

O turismo religioso é um turismo de massas, maiormente de peregrinação, de romaria, seja na visitação a Nossa Senhora de Aparecida, em São Paulo, ou na Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, no Estado de Goiás; na ida a Nova Jerusalém, em Pernambuco, ou da Paixão de Cristo em Mucajaí, em Roraima. Como diz Barreto (2005), “tanto no Egito como em Israel, o interesse é o mesmo, trazer lembranças e recordações de civilizações que usaram a fé como recurso para vencer as dificuldades da vida”. As lembranças (suvenires religiosos, tais como artesanatos, bonés, cartões, chaveiros, porta-chaves, etc.) que são oferecidos nesses locais são comprados e levados na bagagem, e acabam servindo como ponto de contato entre esses visitantes e o local visitado.

O sentimento de fazer novas descobertas e conhecer novos lugares que ensina algo novo, este é o sentimento que desperta o interesse para uma pessoa conhecer outra realidade, outro contexto, outras culturas e sociedade, conhecer um sistema diferente daquele o qual está acostumado, e ter uma experiência valorosa em sua viagem. Barreto (2005, p.11) assinala que até bem pouco tempo ‘turismo religioso’ não era incluído nas análises sociológicas que se centravam apenas em renda e entretenimento como somatórios para o ‘lazer’, e religiosidade poderia não ser concebida como um evento sociológico de lazer, uma posição que não se sustentou:

Esse panorama de incentivo ao Turismo Religioso, não poderia passar despercebido pelos estudiosos e planejadores da área. Mas era o que vinha acontecendo à medida que, via de regra, as análises sociológicas das motivações turísticas fixavam-se, exclusivamente, nos aspectos da renda e do entretenimento, voltados ao lazer. E se religião não é lazer, não se pode afirmar que a religiosidade não o contenha. No campo da religiosidade, temos sim uma permanente reconstrução prática e de valores. Por isso fazer Turismo Religioso é fazer visita e, portanto, comprometer outra viagem, outra estada, outro patamar de aproximação ao sagrado.

Considerando-se as origens do turismo religioso, Malkin (1999, p. 24-25) esclarece que foi Thomas Cook o pioneiro na organização de excursões, tomando para si a responsabilidade de organizar uma viagem de trem para 570 pessoas entre Leicester para Loughborough, na Inglaterra, um percurso de 12 milhas, em 5 de julho de 1841. Thomas Cook encarregou-se de fazer o agenciamento, a organização logística e o guiamento de pessoas para participarem de um congresso religioso, fazendo dessa ação o marco nas excursões organizadas e abrindo caminho para iniciativas semelhantes na Europa e no resto do mundo.

Definitivamente, “os lugares do turismo religioso são especiais, os santuários, podem ser naturais, metropolitanos, oficialmente sagrados ou festivamente profanos,” mas refletem este especial que chamamos de sagrados (Guimarães et. al., 2009, p.54).

5.3 Tangibilidade do serviço turístico religioso

Para Fitzsimmons & Fitzsimmons (2000), o termo ‘tangibilidade’ está relacionado àquilo que pode ser mensurado, e no turismo religioso há vários elementos que nos permitem compreender a noção de tangibilidade. Parasuraman, Ziethaml & Berry (1998) desenvolveram cinco dimensões para a análise da qualidade em serviços, conhecida no campo da administração e da gestão como SERVQUAL.

Os cinco critérios que contribuem para balizar uma análise da qualidade dos serviços são: i) empatia; ii) confiabilidade; iii) responsabilidade; iv) segurança; e, v) os aspectos tangíveis.

Nesse caso, os indicadores tangíveis dos serviços podem ser mensurados (ou observados) pela limpeza das instalações, incluindo os sanitários, e o aspecto visual dos setores da empresa, do lugar de destino, etc. Outros elementos tangíveis podem ser utilizados para se avaliar a qualidade dos serviços turísticos, entre eles: as condições gerais dos veículos de transportes, da alimentação, da estrutura e facilidade dos hotéis, ou seja, se há uma correspondência ao que se é anunciado em marketing e propaganda e aquilo que se é oferecido ao visitante. A tangibilidade pode assim ser observado nas instalações físicas, equipamentos, pessoal e materiais para comunicação, etc.

Assim, a tangibilidade do serviço é aquilo que o visitante sente e vê, por exemplo, a aparência física do local, a conservação, a limpeza, a decoração, a sinalização, entre outros aspectos. Já a intangibilidade leva a uma percepção relativamente diferenciada, pois diz respeito ao a um ‘valor’ ou a uma ‘noção’ imaterial de um produto, de um destino, de um serviço.

5.4 A intangibilidade do serviço turístico

Para Deming (1990, p.23), “a intangibilidade, aliada à necessidade da presença do visitante e à simultaneidade da produção das cenas e do consumo do serviço, são as principais características especiais das operações em serviços, que irão definir a avaliação dos resultados e a qualidade dos serviços prestados”.

Na opinião de Keane (1997), outro modelo interessante é apresentado pela existência de três tipos de classificações para os produtos: produto de escolha (ocorre quando um consumidor vai comprar um produto e os aspectos relacionados à qualidade do mesmo podem ser observados antes do processo de compra).

Já o produto de experiência é quando o consumidor pretende verificar a qualidade de um restaurante ou destino e as características

não podem ser verificadas antes da compra, é preciso consumir para então poder avaliar a qualidade e o produto de confiança é aquele que o consumidor não tem como verificar se o que ele comprou existe realmente.

Os componentes intangíveis são amabilidade, cordialidade e cooperação da equipe que realiza o serviço, atitudes que expressam a disposição de servir (Mezomo, 1995). O modelo citado acima reforça a responsabilidade do prestador de serviço em relação à satisfação do cliente, pois o realizador do serviço passa a integrar o produto oferecido.

Como já mencionado, Parasuraman, Ziethaml & Berry (1998) elencam quatro critérios para se avaliar a qualidade dos elementos intangíveis do turismo. Por exemplo, no critério '**empatia**' os indicadores sugeridos são: atenção dos funcionários com o público e a preferência no atendimento aos portadores de necessidades especiais; no critério '**confiabilidade**' o indicador fica por conta da confiança dos usuários em relação as informações prestadas; no critério '**responsabilidade**' os indicadores a serem observados são a boa vontade e a rapidez no atendimento; e por último, o critério '**segurança**' cujos indicadores seriam a educação e o conhecimento técnico dos funcionários para a prestação de serviços.

5.5 Planejamento turístico

O planejamento é uma ferramenta administrativa com o propósito de prever ações futuras de uma determinada situação atual. Para Petrocci (1998, p.19), "é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização".

Conforme Samuel (2007, p.22),

"[...] planejamento é um processo ordenado e sistema de produção de bens, produtos e serviços que vai contribuir para transformações da realidade existente, de acordo com os objetivos de desenvolvimento desejados pelos atores envolvidos".

No Turismo, o planejamento consiste em estimular o crescimento da atividade, fazendo com que se torne um espaço ordenado em todo seu sistema, desde seus atrativos, serviços, equipamentos, infraestrutura, a preservação do meio ambiente, físico, ao urbano dando controle as ações para o seu desenvolvimento (Petrocchi, 1998, p. 72). Sendo, portanto, o lado racional da ação, um processo abstrato que escolhe e organiza ações, antecipando os resultados esperados. Esta deliberação na escolha busca alcançar, da melhor forma possível, alguns objetivos predefinidos.

O planejamento turístico para o Festejo da Semana Santa, em Mucajaí, deve ter certamente alguns dos itens da 'receita' de Pereira et. al. (2011, p. 370). Para eles, o planejamento deve ter como viés a

sustentabilidade econômica e cultural, bem como a harmonização dos espaços visando a uma relativa qualidade dos serviços e da preservação dos equipamentos e dos destinos:

Planeja-se com vista à sustentabilidade a fim de gerar maior conscientização ambiental e cultural na comunidade e nos visitantes, agregar novos negócios à economia local, favorecer o intercâmbio cultural entre visitantes e residentes, melhorar a infraestrutura básica, criando, por conseguinte, um espaço físico mais harmonioso e com maiores e melhores condições de empregabilidade e de preservação.

O planejamento da cidade é feito todo ano, sempre usando as experiências dos mais veteranos em organizar os festejos sacros. Nesse processo, a Comissão responsável elenca alguns dos problemas mais observados e recorrentes na concentração de visitantes durante a Paixão de Cristo em Mucajaí, e buscam alternativas.

Uma dessas alternativas foi, por exemplo, a iniciativa da Secretaria Municipal da Cultura de catalogar os residentes que tinham residências para alugar, e assim ofereceram uma lista pontual de imóveis, dias que estariam disponíveis, preços, e os contatos, facilitando a vida daqueles que planejavam permanecer por um ou mais dias na cidade. Uma espécie de 'classificado' sazonal direcionado ao visitante.

5.6 Mercantilização do sacro religioso

Um dos aspectos de preocupação e de relativo desconforto entre os fiéis mais ortodoxos, são os excessos da mercantilização do 'sacro' e da 'fé', algo que levanta críticas e demanda ações, em particular, nos destinos que são contemplados pela multidão de visitantes de um 'turismo religioso' (visitação de viés religioso) como é o caso de Mucajaí.

Um breve relato histórico antecede o debate sobre o problema da mercantilização em Mucajaí, uma vez que isso pode vir a descaracterizar a essência da Paixão de Cristo. Entretanto, tal ocorrência não é algo novo, e os relatos bíblicos demonstram, ilustram e denunciam essa prática milenar em que o 'comércio' parece querer se sobrepor à 'fé'; uma concorrência entre dois sentidos opostos, polarizados: o 'material' e o 'espiritual'. A materialização comercial da fé com a produção e a vendagem de símbolos cristãos (ou lembranças religiosas), tais como imagem de santas e santos, etc compete com os propósitos espirituais (imateriais) do turismo religioso.

Desde os tempos de Cristo, existem relatos da mercantilização do sacro-religioso onde eram vendidos pombos, carneiros, bodes e até mesmo bois para o sacrifício na Igreja (Sinagogas). A troca de dinheiro

e vendas de outros materiais também se incluía no sagrado, a troca de dinheiro (cambio), venda de frutas e legumes, alimentação rápidas e mesas de jogos.

O trecho a seguir ilustra que a mercantilização da fé é algo histórico; as ações de repúdio à usura pela religião são também históricas, e a mercantilização em Mucajaí são também objeto de críticas feitas por fiéis mais atentos e conservadores.

E entrou Jesus no templo de Deus, e expulsou todos os que vendiam e compravam no templo, e derrubou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas. E disse-lhes: Está escrito: A minha casa será chamada casa de oração; mas vós a tendes convertido em covil de ladrões (Mateus 21: 12 – 13).

5.7 Bebidas alcoólicas nos festejos sacros

Com base em respostas dadas pelos visitantes em três edições da Paixão de Cristo de Mucajaí, de 2010, 2011 e 2012, foi observado que os respondentes apontam em perda de identidade religiosa, ou de sentido religioso, em eventos sacros em função da venda e do consumo de bebidas alcoólicas. É o caso da Semana Santa, e, principalmente, da Paixão de Cristo em Mucajaí.

A vendagem de bebidas alcoólicas é intensa, e caracteriza até mesmo níveis de desrespeito aos fiéis, conforme indicado pelos visitantes nas entrevistas e nas conversas informais. As barracas vendem cerveja sem restrição, e tem até fornecedor para abastecer as barracas com todas as marcas de cervejas do mercado.

Bartholo et. al. (2008) elenca alguns dos problemas resultantes da desorganização da atividade empresarial, entre eles “brigas por alcoolismo” e o “tráfico e uso de drogas”. Apesar de citar o alcoolismo e drogas no contexto do turismo em geral, em particular, como ocorrências em comunidades receptoras, tal citação dá respaldo à discussão, pois tais ocorrências são recorrentes também em ‘eventos religiosos’ com apelo para a vinda de visitantes.

O aumento da circulação de pessoas residentes e não-residentes, acompanhado do aumento do consumo, em Mucajaí na Semana Santa, é considerado uma oportunidade para se ganhar dinheiro, e os produtos à venda são os mais variados. Nas entrevistas, alguns visitantes apontaram a necessidade de se coibir a vinda e consumo de bebidas alcoólicas na Paixão de Cristo de Mucajaí, prevalecendo o lado ‘sacro’ e ‘puro’ da festa tal como acontecia no passado antes da relativa profanação da Festa.

6.0 Leitura Crítica dos Textos Jornalísticos de 2009 e 2010 sobre Mucajaí, a organização da Semana Santa e sobre a Encenação da Paixão de Cristo.

6.1 Texto do Articulista Jessé Souza: Uma Crítica Aberta

A análise do texto do articulista Jessé Souza (Fig. 4.0) e da matéria jornalística de Vanessa Brandão (Fig. 5.0) vai ajudar a corroborar e dar sustentação a algumas das informações já fornecidas sobre os problemas estruturais e infraestruturais em Mucajaí na Semana Santa.

Os trechos de interesse para a análise foram realçados em cor amarela e enumerados sequencialmente. Cada um dos trechos relata confirma os problemas e demandas, além de oferecer uma ‘voz’ neutra sobre o evento. O texto do articulista Jessé Souza relata situações presenciadas por ele próprio em Mucajaí, e que são alvo de críticas haja vista o despreparo do poder público, dos organizadores e dos comerciantes para receber e acolher cerca de dez mil pessoas.

O articulista inicia o texto ressaltando a tática de se permear um evento religioso com ‘atrativos não-religiosos’; uma ‘tática infalível para se atrair multidões’ que foi adotada pelos organizadores da Encenação, e, o pacote teve desde a banda Calypso até banda gospel para atrair os evangélicos (trecho 1a); o articulista também menciona a importância das atrações para um público heterogêneo, de diferente nível econômico, “de mochileiros a donos de carrões importados” (trecho 2a.). Logo em seguida o articulista da Folha de Boa Vista passa a elencar os principais problemas observados em Mucajaí, entre eles:

- ✓ Enorme movimento e trânsito de veículos na BR-174 ainda em obras e com trechos mal-conservados;
- ✓ Capacidade de carga superada. A cidade “inchou e o comércio local não deu conta do consumo nem da hospedagem” (trecho 3a);
- ✓ A flagrante inexistência de um local predeterminado para uma praça de alimentação. O articulista parece implicitamente querer dizer que havia uma aparente demarcação informal para a instalação das barracas, sendo que os comerciantes (moradores) locais se posicionaram em pontos mais privilegiados, e os comerciantes de fora ficaram em áreas mais periféricas do evento (trecho 4a);

FOLHA

DE BOA VISTA

Ano XX

Edição 5572

Um Jornal Necessário

Fonte Online: http://www.folhabv.com.br/Noticia_imprensa.php?id=59876

MARÇO/ABRIL 2009

Por Jessé Souza *(Articulista)

Unir o sagrado e o profano em uma única festa sempre foi uma tática infalível para atrair grande público. E a Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí usou essa fórmula, crucificando “Jesus Cristo” na sexta-feira e “ressuscitando” a banda Calypso no sábado. Evento gospel no meio da semana ajudou a arrebatar até os evangélicos.

1a

O resultado foi uma multidão que lotou Mucajaí desde o início da semana, com grande destaque aos fãs da Calypso, que arrastou de mochileiros a donos de carrões importados.

2a

A BR-174, retalhada por obras e por consertos mal-acabados, nunca ficou tão movimentada em uma Semana Santa como a deste ano. A pequena cidade no centro de Roraima inchou e o comércio local não deu conta do consumo nem de hospedagem.

3a

Atrás do palanque oficial da Encenação da Paixão de Cristo várias barraquinhas de moradores da própria cidade foram instaladas. Ao redor de todo o imenso cenário estavam vendedores de vários pontos do Estado.

4a

Mas o que se viu foi o despreparo do comércio e de pontos de vendas improvisados que não estavam preparados para recepcionar e atender o grande público.

5a

As autoridades lembraram de tudo na receita do profano e sagrado, mas esqueceram da estrutura da cidade e o preparo dos vendedores para atender a essa nova realidade.

6a

O exemplo mais flagrante disso era um senhor na sua barraquinha próximo do palanque oficial. Visivelmente bêbado, vendia churrasquinho de frango e carne. Aos tropeços e mal vestido, tentava atender o público. Uns se assustavam e iam embora. Outros arriscavam a ficar, pelo preço (R\$ 3,00). E um detalhe: ele não tinha sequer uma colher para oferecer aos clientes, os quais tinham que comer no espeto e derramando a farofa na boca.

7a

Enquanto as autoridades organizavam o trânsito na rodovia e tentavam pôr ordem dentro da cidade de Mucajaí, o comércio da localidade sufocou por pura falta de estrutura e de preparo. E o consumidor que queria o mínimo de conforto penou para suplicar atendimento básico.

8a

Quem sabe agora as autoridades não pensem apenas em atrair grande público (leia-se eleitores) e comecem a planejar a estrutura, treinamento dos comerciantes e ambulantes, além de consultoria para empresários responsáveis por acolher turistas.

9a

Se continuar um evento nessa proporção, com estrutura aos frangalhos, o tiro de agradar o maior número de público possível pode sair pela culatra. E o que era para ser um evento religioso turístico, acabará se tornando uma Torre de Babel ou coisa bem parecida, fadada a se auto-destruir.

10a

Fonte: Folha de Boa Vista, 2009.

Figura 4.0 – Texto do Articulista Jessé Souza sobre a Encenação

- ✓ No trecho 5a, o articulista denuncia o flagrante despreparo dos comerciantes em lidar e atender um grande público;
- ✓ Com ironia, o articulista Jessé critica os organizadores do evento ao deixar explícito que usaram uma receita de 'profano-e-sagrado' para atrair um grande público, mas os mesmos se esqueceram de preparar a cidade e os comerciantes para receber um público tão numérico (trecho 6a);
- ✓ A cena que rouba a atenção, segundo o articulista, é a do churrasqueiro bêbado, mal vestido, e um ícone do despreparo no atendimento ao público;
- ✓ Nas palavras do articulista, "o comércio...sufocou [sucumbiu-se] por pura falta de estrutura e preparo... o público penou... (trecho 8a)";
- ✓ O articulista finaliza o texto, alertando os organizadores do evento de que a falta de planejamento, estrutura e treinamento, a tática de atrair grande público, ao invés de alavancar o evento, poderá acabar com ele; uma auto-destruição (trechos 8a e 9a).

6.2 Matéria Jornalística sobre a XXVIII Edição da Paixão de Cristo: Atrações Artístico-culturais e Ações do Poder Público

A jornalista inicia o texto colocando ênfase na diversidade de atrações da Semana Santa em Mucajaí que vão desde missas, feiras, a lançamentos de projetos (trecho 1b). Vanessa também dá ênfase às ações dos organizadores e do poder público em relação à melhoria da infraestrutura (trechos 2b e 3b).

As ações aparentemente vieram em resposta aos problemas enfrentados pelos visitantes no ano anterior, em 2009, em Mucajaí. Assim, foram feitos: um cadastramento promovido pela Secretaria Municipal da Cultura de famílias que desejavam disponibilizar imóveis para aluguel durante o evento; um classificado sazonal com alternativas de hospedagem durante a Semana Santa; em relação às demandas por alimentação, foi facilitada a instalação temporária de restaurantes de Boa Vista para ajudar na demanda de Mucajaí.

Nos trechos de 4b e 8b, a jornalista fornece detalhes da programação diversificada e eclética da Semana Santa, o que evidencia uma completa mistura entre os atrativos de contornos 'sagrados', 'artístico-culturais', e 'profanos. Esses atrativos são elencados abaixo na ordem em que aparecem na matéria jornalística. Lembrando que a Semana Santa de Mucajaí é celebrada concomitantemente ao Festival da Cultura, inclusive obtendo recursos específicos e apoio para os eventos do Ministério da Cultura:

- ✓ Feirão de Artesanatos de Mucajaí;

- ✓ Festival de Tambaqui com entrega de quilos de peixe à população carente de Mucajaí; um Festival – pode-se afirmar – com conotações politiquieras e, possivelmente, partidárias;
- ✓ Lançamento do projeto de Recuperação da Mata Ciliar dos Igarapés em parceria com a Petrobrás;
- ✓ Entrevistas coletivas com o ator Luciano Szaffir contratado para interpretar o papel de Jesus Cristo, e o cantor gospel J. Neto em um café da manhã com a imprensa;
- ✓ Feirão da Microempresa em parceria com o SEBRAE;
- ✓ Ensaio da Encenação da Paixão com Luciano Szaffir;
- ✓ Encenação da Paixão de Cristo na Sexta-feira Santa;
- ✓ Trilha de motocicletas nas vicinias do município (um enduro motorizado em duas rodas);
- ✓ Corrida Tradicional de Cavalos no Clube dos Vaqueiros;
- ✓ Apresentação da banda goiana de sertanejo romântico, a Nechivile;
- ✓ Festival de Sorvete;
- ✓ A final do 11a. Campeonato de Futsal de Mucajaí.

A Programação tão diversificada corrobora, portanto, a crítica feita em relação a um desvirtuamento do sentido original da Semana Santa, em que o 'sagrado' acaba se tornando um detalhe como atrativo em meio a uma oferta tão ampla de atrações. São eventos que têm como pano de fundo vários interesses outros que não o religioso; os atrativos vão desde o comercial, o turístico, até o esportivo.

Na Edição de 2010, o foco parece mesmo ter sido a presença do ator Luciano Szaffir e das bandas sertanejas. Em termos comparativos, os atrativos de viés religioso se restringem à própria via Sacra, a Crucificação, a Paixão de Cristo na sexta-feira, e o domingo de Páscoa, certamente com a realização de uma missa, mas a mesma não é explicitamente citada na matéria, que acaba dando ênfase para o Festival de Sorvete.

Enfim, dos 12 eventos citados na matéria jornalística de interesse coletivo tanto para moradores quanto para visitantes, apenas o Ensaio da Encenação e a própria Encenação na sexta-feira são de orientação religiosa. Ou seja, 16,6% dos atrativos da Programação da Semana Santa podem ser considerados religiosos. Ou 25%, se se incluir a missa dominical de Páscoa. Isso talvez justifique o distanciamento progressivo e continuado da Igreja na organização do evento desde 1982, deixando-o à cargo da Prefeitura e de seus parceiros, entre eles: o governo estadual e o setor privado. A próxima

Seção traz citações pontuais sobre o aspecto teórico-conceitual relacionado ao tema aqui investigado.



Fonte Online: http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=82880

XXVIII Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí

ABRIL 2010

Por VANESSA BRANDÃO

O município de Mucajaí se prepara para receber o público roraimense na XXVIII Encenação da Paixão de Cristo, que acontece paralelamente ao Festival Cultural de Mucajaí. De 29 de março (segunda-feira) a 04 de abril (Domingo de Páscoa), será realizada uma extensa programação para toda a família, com shows, missas, feiras, competições esportivas e lançamento de importantes projetos para a cidade. 1b

Segundo o prefeito local, Gordo Lopes, no que se refere à infraestrutura, a cidade está preparada para receber os visitantes. A Secretaria de Cultura da cidade está inclusive fazendo o cadastro das famílias que desejam disponibilizar casas para aluguel durante a semana de festividades. 2b

Outra articulação se refere à rede de restaurantes, que nesse período ficará fortalecida também por empresas que atuam em Boa Vista e irão se instalar provisoriamente em Mucajaí, para atender a demanda do público. 3b

Na segunda-feira, às 16h, acontece a abertura oficial do Feirão de Artesanatos de Mucajaí e às 19h, uma missa campal na cidade da paixão. Na terça-feira será realizado o Festival do Tambaqui, que vai promover a entrega de quatro toneladas do peixe para a população carente de Mucajaí. "Nós vamos retirar essas quatro toneladas dos tanques de criação na região do Apiaú", explica o prefeito Gordo Lopes. No mesmo dia, às 9h, será lançado o Projeto de Recuperação da Mata Ciliar dos Igarapés em Mucajaí, ação feita em parceria com a Petrobras. 4b

Na quarta-feira, às 9h da manhã, acontece uma coletiva de imprensa com o ator Luciano Szaffir, que irá interpretar Jesus Cristo na Encenação da Paixão. Ele e o cantor gospel J. Neto concedem entrevista no ginásio esportivo do Município, onde também ocorre um café da manhã para a imprensa. Às 19h, o público poderá conferir o show de J. Neto no Festival Gospel. 5b

Na quinta-feira, terá início O Feirão da Microempresa, em parceria com o Sebrae, e no fim da tarde, acontece o ensaio geral da encenação, com todos os atores locais e com Luciano Szaffir, no cenário da Paixão. A sexta-feira é reservada para a encenação oficial da Paixão de Cristo. 6b

No sábado de aleluia é realizada, a partir das 8h da manhã, uma trilha de motocicletas pela vicinais do Município. Às 10h da manhã, em Boa Vista, acontece uma coletiva de imprensa com a banda goiana de sertanejo romântico Nechivile, que faz show durante a noite, em Mucajaí. Ainda no sábado, às 16h, acontece a tradicional corrida de cavalos no Clube dos Vaqueiros. 7b

No Domingo de Páscoa acontece o encerramento das atividades, com um festival de sorvete para as crianças e a grande final do 11º Campeonato de Futsal de Mucajaí. Esse ano o evento recebeu o apoio também do Ministério da Cultura, já que, além das atividades relacionadas à Semana Santa, paralelamente acontece o Festival Cultural, que movimenta o turismo na região. 8b

Fonte: Folha de Boa Vista, 2010.

Figura 5.0 – Matéria Jornalística de Vanessa Brandão sobre a Encenação.

A Seção a seguir refere-se à tabulação e à análise de dados realizadas com base nos questionários respondidos pelos visitantes em três edições do Festejo da Paixão de Cristo, na Semana Santa, em Mucajaí, em 2010, 2011, e 2012. A análise dos textos jornalísticos são ancilares e complementares ao questionário como parte do processo de investigação e cruzamento de informações conforme detalhado na Seção sobre os procedimentos metodológicos.

7.0 Tabulação e Análise de Dados

A primeira parte desta Seção explica a forma de tabulação e dos cálculos de obtenção dos percentuais. Os dados foram catalogados em uma divisão percentual simples e precisa, onde as perguntas feitas dividiam-se e multiplicavam-se, para formar um percentual individual lógico do ponto de vista matemático em cada pergunta respondida pelos visitantes.

As perguntas foram trezentas (300)
 Porcentagem: 100%.
 Perguntas em cada título: variados números

Os números de perguntas em cada título variam muito, entre duas e oito respostas. As respostas foram aferidas percentualmente de forma individual e representadas em uma tabela numérica de fácil compreensão. Posto apenas um inteiro e dois números depois da vírgula. A fórmula consiste do seguinte cálculo:

$100/300 = 0,33$ (coeficiente)
 $0,33 \times n^{\circ}$ apresentado na pergunta.

7.1 Resultados preliminares

Por mais que se buscasse, ainda não foi definido qual é o perfil do visitante da semana santa de Mucajaí. Dentro desse trabalho acadêmico busca-se esta informação. Considerando a larga experiência que o pesquisador já tem em participar da peça há sete anos como ator com o papel de soldado, multidão, inquisidor, sacerdote acredita-se que terá uma definição precisa desses visitantes.

No entanto, busca-se o perfil dos visitantes que lotam as ruas, comércio e arquibancadas de Mucajaí na semana santa para assistir a programação local. O município ainda não identificou esses visitantes, sabe-se que vêm de outras cidades e países, mas não averiguado academicamente.

A partir dos resultados apresentados, esperam-se contributos significativos para subsidiar o poder público e o *trade* do destino [de Mucajaí] Cavalcante a planejar a atividade turística consoante às aspirações dos 9 visitantes, às melhorias necessárias no âmbito das infraestruturas, dos atrativos e, sobretudo, o aprimoramento da qualidade na prestação dos serviços turísticos. (Rosa, 2008, p.09.)

Depois de ter alcançado a prioridade de identificação dos visitantes, os dados serão usados para outras pesquisas e melhorias no setor turístico da cidade, sendo já solicitado pelo poder público os dados obtidos nesta pesquisa antes mesmo de serem catalogadas pelo responsável. No entanto os dados vão se modificando novos fatos são necessários para melhorar o trabalho identificatório continuamente.

Os participantes se empenharam em responder às perguntas na expectativa de possíveis melhorias na estruturação do local onde acontece a Encenação da Peça da Paixão de Cristo de Mucajaí em Roraima, bem como melhorias na organização.



Fonte: Renato Lima, 2012

Figura 6.0: Jesus Cai na via para a pedra do Pamba (Pedra da Crucificação).

7.2 Tabulação

Neste capítulo são apresentadas as tabelas correspondentes aos perfis dos visitantes que participam da Paixão de Cristo, contendo a distribuição de frequência e porcentagens das indicações dos sujeitos em relação a: a) gênero; b) idade; c) religião; d) local de origem, e a análise contém um percentual aproximado na identificação das principais características dos visitantes e na análise do perfil deles.

A Tabela 1.0 apresenta a distribuição de frequência e porcentagens de indicações dos sujeitos sobre dados pessoais (gênero, idade, religião, local de origem), referentes aos perfis dos visitantes que chegam a Mucajaí no tempo das apresentações da Paixão de Cristo.

Com relação ao Gênero, os homens representam 53,34% dos visitantes e as mulheres 46,66% que chegam a Mucajaí na Semana santa. Idade, o percentual de idade 56% representa a classe de visitantes de 30 anos abaixo, ficando o restante de 30 anos acima com um percentual de 44%. Religião, os visitantes católicos representam

70,99% do contingente, os evangélicos representam 20,00%, e os que não têm religião ou indecisos 9%. Local de origem, os visitantes de Boa Vista representam 80%, os de outros lugares representam 20% apenas.

Tabela 1 - Distribuição de frequência e porcentagem de indicações dos perfis dos visitantes de Mucajaí na Paixão de Cristo, sobre dados pessoais (gênero, idade, religião, local de origem)

Motivos de participar da peça:	(f)	(%)
Gênero / Sexo		
Homens	160	53,34
Mulheres	140	46,66
TOTAL	300	100
Idade	(f)	(%)
Ate 30 anos	168	56
De 30 a 50	132	44
TOTAL	300	100
Religião	(f)	(%)
Evangélica	60	20
Católica	213	71
Nenhuma	27	9
TOTAL	300	100
Local de origem	(f)	(%)
Boa Vista	240	80
Outros lugares	60	20
TOTAL	300	100

A Tabela 2 apresenta a distribuição de frequência e porcentagens de indicações dos sujeitos no que diz respeito à frequência que o visitante participa dos Festejos da Semana Santa em Mucajaí. Levando-se em conta os primeiros pensamentos e a imagem de satisfação dos visitantes durante o Evento, uma das preocupações do estudo é saber a 'lembrança' (os pontos mais marcantes) experimentados pelos visitantes e o que vão narrar para familiares e amigos.

O visitante opina sobre a imagem que levou do lugar, bem como se procura identificar a imagem que se é construída da cidade e do Festival. Com esse intento, as perguntas formuladas foram: 1) quantas vezes já vocês participaram dos festejos? Os visitantes que participaram até duas vezes representam 69,99%, os visitantes que participaram até quatro vezes representaram 24,99%, e os demais que compareceram apenas 1 (uma) vez representaram 4,99%.

O que chamou a atenção do visitante fazendo com se deslocasse até Mucajaí na Semana Santa? Os visitantes que tinham outros objetivos que não quiseram mencionar na entrevista representaram 64,32%; e os que tinham como objetivo ver o ator 19,33%, e os que têm curiosidade em conhecer novos lugares representam 13,99%, apenas 2,33% citaram como interesse conhecer a festa do sábado.

É importante enfatizar que os visitantes que não responderam que não estavam vindo para a festa de Sábado estão incluídos em outros objetivos, só que não mencionaram os seus planos durante a entrevista. Quais as expectativas do visitante nesta visita?

A maioria dos visitantes 41,67% busca reafirmar a fé; 33,66% deles buscam conhecer a história do sofrimento do Senhor Jesus; e 6,99% buscam alcançar um milagre na sua vida e os que buscam outras coisas representaram 17,66% das respostas. Lembranças que atraem o visitante: 50,66% dos visitantes citaram lembranças que não estavam na lista pré-formulada; já 42,34% procuraram levar fotos dos adereços (utensílios usados nas apresentações da peça); e 7% disseram que tinham interesse apenas nas recordações imateriais de Jesus, ou seja, levar a imagem de Cristo em suas mentes.

A Tabela 2 refere-se à distribuição de frequência e porcentagem de indicações no que diz respeito às motivações dos indivíduos para vir apreciarem a peça. A Tabela 3 é sobre o que mais influenciou para a vinda até Mucajaí na Semana Santa. Já a Tabela 4 apresenta os resultados das expectativas com a visita naquele ano. E a Tabela 5 é sobre as lembranças que o visitante gostaria de levar de Mucajaí.

Tabela 2 - Quantas vezes já veio a Mucajá na Semana Santa?	(f)	(%)
1ª vez	15	5
Duas vezes	210	70
Três vezes ou mais	75	25
TOTAL	300	100

Tabela 3 – As Principais Motivações para participar da Paixão de Cristo	(f)	(%)
Ator	58	19,34
A festa do sábado	7	2,34
Conhecer novos lugares	42	14
Outros motivos não mencionados	193	64,32
TOTAL	300	100

Tabela 4 - Quais suas expectativas para esse ano?	(f)	(%)
Aumentar a fé	125	41,67
Receber um milagre	21	7
Se divertir	0	0
Outras expectativas	53	17,67
TOTAL	300	100

Tabela 5 - Lembranças de Mucajá	(f)	(%)
O que você gostaria de levar de lembrança?		
Foto	127	42,34
Presentes	0	0,00
Recordações de Jesus	21	7
Outras lembranças	152	50,66
TOTAL	300	100

A Tabela 6.0 apresenta a distribuição de frequência e porcentagens de indicações dos sujeitos no que diz respeito ao visitante depois da visita às atrações apresentadas na Semana Santa, considerando a sua fé. A tabela reúne abordagens bem subjetivas sobre as vantagens e os benefícios pessoais e, ou, profissionais que a

pessoa poderia vir a adquirir com a visita a um evento de viés religioso em Mucajaí.

A Tabela 7 apresenta o levantamento sobre a quantidade de dinheiro que o visitante trouxe para as despesas no passeio. A Tabela 8 é sobre o número de acompanhantes. A Tabela 9 é o tipo de relação que o acompanhante tem com o visitante, ou seja, se havia ou não um grau de parentesco ou se era somente uma relação de amizade, etc.

Em relação às perguntas em que área da vida você espera melhorar como pessoa? Um total de 69,99% disse que mudariam em tudo; 23,3% mudariam no trabalho; e, somente 5,90% apontaram que mudariam na escola.

Sobre a quantidade de dinheiro que trouxeram para as despesas, os visitantes afirmaram que trouxeram de R\$ 50,00 a 100,00 reais, representando 56,66% dos respondentes; já os visitantes que trouxeram de R\$ 100,00 a 250,00 representaram 19,31%; de R\$250 a 500,00 representaram 16,33%, e o restante de R\$ 50,00 reais representaram 7,66% dos entrevistados.

Já a respeito do número de acompanhantes, até cinco pessoas representaram 53,99% dos entrevistados, os sem companhia representaram 26,66%, e os que trouxeram até 15 pessoas representaram o restante de 19,33% dos entrevistados. Sobre os tipos de acompanhantes, os entrevistados que trouxeram parentes representaram 80,32%, e os que trouxeram amigos, 9,66%; e os que trouxeram outros ou ninguém 9,99% dos entrevistados.

Tabela 6 - Onde você espera que essa visita Mucajaí na Semana Santa possa lhe trazer benefícios e ganhos em suas inter-relações?	(f)	(%)
No trabalho	72	23,33
Na escola	18	5,99
Em tudo	210	69,99
Outras áreas	0	0,00
TOTAL	300	100,00
Tabela 7 - Finanças pessoais: Quanto trouxe em dinheiro ou planeja gastar no passeio em Mucajaí ?		
Até 50,00	23	7,66
De 50,00 a 100,00	170	56,66
De 100,00 a 250,00	58	19,31
De 250,00 a 500,00	49	16,33
TOTAL	300	100

Tabela 8 - Quantas pessoas lhe acompanham nesta visita?		
	(f)	(%)
Até 5 pessoas	162	53,99
Até 10 pessoas	0	0,00
Até 15 pessoas	58	19,33
Sem companhia	80	26,66
TOTAL	300	100

Tabela 9 – Qual o tipo de relação você possui com os acompanhantes?		
	(f)	(%)
Parentes	241	80,32
Amigos	29	9,66
Outros acompanhantes	30	9,99
TOTAL	300	100

7.3 Comentários e opiniões dos visitantes

A Tabela 10 é o que mais lhe chamou a atenção ou causou estranheza ao visitante em sua chegada à cidade. Ou seja, lugar(es), ocorrência(s), fato(s), e, ou, situação que marcou a chegada deles a Mucajaí. Com relação ao que chamou a atenção do visitante ao chegar na cidade, se destacou? “O cenário não estar preparado”, 29,7%; “Lojas e farmácias fechadas”, 3,6%; “Gostou da cidade”, 12,6%; “Falta Sinalização”, 5,9%; “Muitos vendedores ambulantes”, 19,4%; “Painel de entrada muito bonito”, 15,3%.

Tabela 10 - O que mais lhe chamou a atenção ao chegar na cidade?		
	(f)	(%)
O cenário não estar preparado	90	29,7
Lojas e farmácias fechadas	49	16,3
O aspect geral da cidade agradou	38	12,6
Falta de sinalização	18	5,9
Grande número de vendedores ambulantes	59	19,4
Painel de entrada muito bonito	46	15,3
TOTAL	300	100

7.4 O que você acha que tem que melhorar? ²

A Tabela 11 apresenta a opinião dos visitantes sobre o que mais tem que ser melhorado em Mucajaí e, ou, no(s) lugar(es) da via Sacra e da Encenação da Paixão de Cristo. As respostas foram bem diversificadas, por exemplo, 32,99% dos visitantes mencionaram sobre a necessidade de se 'ampliar o espaço físico'; o cenário não estar pronto para os visitantes baterem fotos 6,99%; 'não haver hospedagem (quantidade de hotéis ou pousadas) suficiente, 3,33%; e 17% citaram mais limpeza e estrutura organizacional; já 6,33% mencionaram melhorar a infraestrutura do cenário; e 14% falaram em mais arquibancadas; e 5,99% falaram em proibir bebidas alcoólicas; e 13,33% falaram que tudo 'estava muito bom'.

Tabela 11 - O que você acha que tem que melhorar em termos de organização, estrutura e infraestrutura em Mucajaí para a Paixão de Cristo?	(f)	(%)
Ampliar o espaço	99	33
O Cenário esta pronto para os visitantes baterem fotos	21	7
Mais limpeza e estrutura organizacional	51	17
Melhorar a estrutura do cenário	19	6,33
Mais arquibancadas	42	14
Proibir bebidas alcoólicas	18	6
Está muito bom	40	13,33
TOTAL	300	100

7.5 Observações feitas pelos visitantes para as autoridades locais.

A Tabela 12 apresenta a opinião dos visitantes sobre os itens que deveriam ser prioridade para ações do poder público local e, ou, que deveriam ser observados pelos organizadores e pelo comércio local, incluindo os proprietários de equipamentos turísticos do município no sentido de buscar soluções para se melhorar a acolhida dos visitantes e a qualidade dos serviços e dos atrativos da Semana Santa em Mucajaí.

Dos respondentes, 34,33% apontaram a necessidade de 'mais infraestrutura' de um modo geral; 3% assinalaram como problema os "preços altos (inflacionados)"; 7,33 afirmaram da necessidade de se "antecipar a montagem do cenário"; 16,66% reclamaram da inconstância no fornecimento da energia elétrica" com a ocorrência de várias quedas, aliás, fato que é corriqueiro em Roraima em razão de

² Para esta pergunta, apenas foram considerados os visitantes que já participaram mais de uma vez da Festa.

não haver no Estado um fornecimento direto de Usina Hidrelétrica local; 6,33 dos respondentes revelaram ter ficado impressionados com a Pedra do Pemba, local da Cena da Crucificação, segundo eles: “a pedra é linda”; 32,33% apontaram a necessidade de “mais sinalização”; e 6% demonstraram o desejo de que a Encenação fosse mais longa, bem como indicaram que o cenário deveria ser melhor estruturado.

Tabela 12 - Itens que merecem mais atenção e mudanças por parte dos organizadores, do poder público e do comércio local	(f)	(%)
Mais infraestrutura na cidade	103	34,33
Preços inflacionados	9	3
Antecipar a montagem do cenário	22	7,33
Queda da energia elétrica	51	17
Mais sinalização	97	32,33
Ter mais tempo de programação da peça e um cenário melhor estruturado	18	6
Total	300	100

8.0 Análise dos Fatos com base em Recortes Jornalísticos da Edição XXXI da Paixão de Cristo em Mucajaí (Edição 2013).

Nesta Seção dois textos jornalísticos publicados pelo sistema G-1 Roraima de notícias online vão servir de fonte complementar para se analisar os desdobramentos, ações e continuidade acerca dos problemas e das demandas estruturais e infraestruturais da Semana Santa e a Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí. Os dois textos são de março e abril de 2013 respectivamente, e as informações vão ser comparadas com o banco de dados e com as informações já levantadas até aqui pela pesquisa.

O primeiro texto jornalístico (Fig. 5) datado do dia 29.03.2013 e ressalta a expectativa dos organizadores da repetição de público para a XXXI edição do evento, geralmente na casa de 10 mil pessoas. O texto também informa as mudanças ocorridas para a edição 2013 em que a Encenação da Paixão seria feita por figurantes e atores locais sob a alegação de valorização dos talentos roraimenses, e que não haveria também atrações ou shows nacionais. Certamente, uma alteração significativa na fórmula utilizado nos últimos anos em tacitamente unir o ‘profano’ e o ‘sagrado’ para atrair um público numeroso. O secretário municipal de cultura afirmou que as mudanças tinham como objetivo resgatar o real sentido religioso da Paixão. Mas será que tais mudanças são fruto apenas desses fatores?



27/03/2013 09h14 - Atualizado
em 29/03/2013 16h28

Encenação da Paixão de Cristo deve atrair 10 mil pessoas em Mucajaí, RR *Programação já iniciou com cultos ecumênicos e show gospel. Organização promete surpresas durante a encenação.*

Fonte: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/03/encenacao-da-paixao-de-cristo-deve-atrair-10-mil-pessoas-em-mucajairr.html>

Do G1 RR



Encenação da Paixão de Cristo em Mucajaí
(Foto: I9 Comunicação e Marketing/Divulgação)

A programação da Semana Santa de Mucajaí, município localizado a 51 km da capital **Boa Vista**, já iniciou. Mas o grande público é esperado para sexta-feira da paixão (29), quando os organizadores esperam que mais de 10 mil pessoas se dirijam ao município para assistirem a encenação da Paixão de Cristo.

1c

Segundo o secretário de Cultura do município Gabriel Oliveira, o diferencial deste ano estará na apresentação dos artistas locais. "Estamos investindo nos atores roraimenses", disse. O personagem de Jesus Cristo será interpretado pelo ator Harlisson Cristian, que é natural de Mucajaí. Diferente dos anos anteriores, neste não haverá shows ou atrações nacionais. "Será um evento religioso para resgatarmos o verdadeiro sentido da Paixão de Cristo".

2c

A cidade cenográfica que começou a ser construída em 2010, ainda não foi concluída. De acordo com o prefeito da cidade, Josué Souza (PSL), em 2011 as obras foram paralisadas. "Vamos retomar as obras, a empresa tem 45 dias para começar. Ano que vem teremos um complexo cenográfico em melhores condições", prometeu.

3c

Fonte: G-1 Roraima Online. Publicado em 27 de Março de 2013.

Fig. 7.0 – Encenação da Paixão de Cristo de 2013.

7.2 – Recorte Jornalístico sobre baixo Público na Paixão de Cristo em Mucajaí em 2013 (Edição XXXI):



30/03/2013 09h14 - Atualizado
em 01/04/2013 10h54

Encenação da 'Paixão de Cristo' emociona fiéis em Mucajaí, RR

De acordo com a Polícia Militar, 4 mil pessoas assistiram a encenação. Município a 51 km de Boa Vista sediou pela 31ª vez o espetáculo.

Por Camila Dall' Agnol - G1 RR



Toda a encenação foi interpretada por atores de Mucajaí (RR) (Foto: Camila Dall' Agnol/G1 RR)

A mais tradicional encenação da 'Paixão de Cristo' em Roraima, realizada pela 31ª vez, aconteceu na noite desta sexta-feira (29) no Município de Mucajaí, a 51 km da capital Boa Vista. Segundo a Polícia Militar, estiveram presentes na encenação quatro mil pessoas, público bem abaixo do esperado pela organização, que aguardava 10 mil pessoas. (1d)

A peça foi toda interpretada por atores do município, o que para o diretor da encenação, Hernandes Dantas, foi uma vantagem. "Temos mais tempo de ensaiar, é claro que um ator convidado conhecido atrai mais público, mas precisamos também prestigiar os atores de Mucajaí", explicou. (2d)

Para o ator Estevão dos Santos, que interpreta Pilatos há sete anos, a emoção é sempre diferente a cada ano. "Temos que trazer sempre uma coisa nova mas com a experiência, você deixa de se preocupar tanto com o texto para botar emoção no personagem", disse. (3d)

O momento mais esperado aconteceu na Pedra do 'Pemba', quando Jesus é crucificado. A multidão invadiu o espaço e se emocionou com as interpretações. "É muito triste. Parece que estamos vivendo aquele momento. Emocionante", disse Evelina Santos, aposentada. (4d)

Após o espetáculo, o ator Harlisson Cristian, que interpretou Jesus Cristo, falou que valeu o sacrifício. "Tô feliz pela tarefa cumprida. Esse momento é muito emocionante. Vamos resgatar o verdadeiro sentido da ressurreição de Cristo", contou. (5d)

Fonte: G-1 Roraima Online. Publicado em 30 Março de 2013.

Fig. 8.0 –Baixa Presença de público na Edição XXXII, 2013, da Paixão de Cristo em Mucajaí.

Na segunda parte do texto (Fig. 5), o prefeito alega que a construção da cidade cenográfica, iniciada em 2010, estava paralisada, mas que iria ser retomada para oferecer um evento de melhor qualidade. Mas quais as reais razões para o atraso da obra haja vista os recursos tinham sido já liberados? Posteriormente, será feito o cruzamento de informações adicionais para uma análise mais fidedigna das retóricas que permeiam o texto. No entanto, o texto jornalístico (Fig. 6) datado do dia 01.04.2013 informa que o público presente foi bem abaixo do esperado, segundo a Polícia Civil, foi de aproximadamente 4 mil pessoas. Novamente foi ressaltado que a Encenação da XXXI Edição foi feita por atores de Mucajaí com o propósito de prestigiar essa categoria artística local, valorizar a “prata da casa”.

No levantamento de informações em fontes adicionais de notícias, por exemplo, na Coluna Política-Com-Pimenta, de responsabilidade de Luiz Valério, e também no Fato Real, ambos blogs independentes de informações e de comentários críticos, as mudanças na programação da Semana Santa em Mucajaí ocorreu principalmente por falta de recursos financeiros.

Segundo essas fontes, dos R\$ 350 mil esperados pelo prefeito Josué Souza, o governo de Roraima repassou R\$ 120 mil levando os organizadores a repensarem a Festa com um cronograma mais curto, reduzindo-o em três dias, e sem as atrações musicais e dos atores globais de grande apelo de público. Segundo o texto do Fato Real, “nos anos anteriores – durante a gestão do prefeito Gordo Lopes (PMDB), aliado do governador, o repasse do governo ficava na casa dos R\$ 250 mil reais.”

A solução dos organizadores foi ter uma programação mais simples para o Festejo, chamada de “soluções caseiras, com a Encenação protagonizada por atores do município, e com cultos de Igrejas Evangélicas [a Semana Santa tem uma orientação ecumênica], e um feirão de artesanato”. Ainda de acordo com as fontes, *“esta foi a solução encontrada para driblar a falta de recursos ou mesmo para não deixar de realizar o tradicional evento.”*

De acordo com o Fato Real, para a realização da edição 2013 da Paixão de Cristo, as parcerias com as Igrejas e com os empresários locais foram fundamentais. Os empresários emprestaram maquinário para a limpeza da cidade, entre outras contribuições. As parcerias apoiaram também a corrida de cavalos, o festival de calouros, o Feirão da Microempresa, e o Veloterterra – uma competição de motociclismo, eventos que fizeram parte da Semana Cultural de Mucajaí.

Tabela 13 – Comparação das Edições de 2010 e 2013 da Paixão de Cristo em Mucajaí com Foco nos Recursos, Programação, Número de Visitantes, Pontos Fracos, e Pontos Fortes.

Semana Santa/ Semana da Cultura (Festival Cultural)	Edição XXVIII (2010)	Edição XXXI (2013)
Recursos	R\$ 250 mil (governo estadual) + R\$ 100 mil do Ministério da Cultura = R\$ 350 mil reais. <i>*Repasse de recursos federais para a construção da cidade-cenográfica: R\$ 2.632.500,00</i>	R\$ 120 mil (repasse do governo estadual) <i>*Valor esperado era de R\$ 350 mil</i>
Detalhes da Programação	Participação de atores globais na Encenação da Paixão de Cristo e apresentação de bandas musicais nacionais	Evento sem a presença de atores globais nem de bandas musicais nacionais
Público Recebido <i>*Estimativas da Polícia Militar e de Organizadores</i>	10 mil pessoas	4 mil pessoas <i>*Redução de 60% no dia da Encenação da Paixão de Cristo em relação aos anos anteriores.</i>
Atrações	2010	2013
Segunda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Feirão de Artesanatos de Mucajaí (viés cultural) ✓ Missa Campal (viés religioso) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Missa campal
Terça	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Festival Tambaqui doação 4 ton. para a população (viés filantrópico, político-partidário, gestão) ✓ Projeto Recuperação Mata Ciliar (viés ambiental, gestão) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cultos evangélicos e ações de caráter ecumênico (viés religioso) ✓ Feirão de Artesanatos de Mucajaí (viés cultural)
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevista coletiva com o 	

Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima

Quarta	<p>ator Luciano Szaffir e com o cantor gospel J. Neto (viés artístico-cultural)</p> <p>✓ Festival Gospel com J. Neto (viés artístico-cultural)</p>	<p>✓ Feirão da Microempresa (viés empresarial/comercial)</p>
Quinta	<p>✓ Feirão da Microempresa (viés empresarial/comercial)</p> <p>✓ Ensaio geral da Paixão de Cristo com Luciano Szaffir (viés religioso, e artístico)</p>	<p>✓ Encenação da Paixão de Cristo (viés religioso)</p> <p>✓ Festival de Calouros</p>
Sexta	<p>✓ Encenação da Paixão de Cristo (viés religioso)</p>	<p>✓ Corrida de Cavalos (viés esportivo)</p>
Sábado	<p>✓ Trilha de motocicletas (viés esportivo)</p> <p>✓ Corrida de Cavalos (viés esportivo)</p> <p>✓ Banda Romântico-Sertanejo Nechivile (viés artístico-musical)</p>	<p>✓ Trilha de motocicletas, o Veloterra (viés esportivo)</p>
Domingo	<p>✓ Missa de Páscoa (viés religioso)</p> <p>✓ Festival de Sorvete (viés social-gastronômico)</p> <p>✓ 11ª. Campeonato Futsal (viés esportivo)</p>	<p>✓ Missa de Páscoa (viés religioso)</p>
Total de Atrações	<p>15 Atrações diretas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desse total, 4 foram atrações de viés religioso (26,6%) 	<p>8 Atrações diretas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desse total, 4 foram atrações de viés religioso (50%)
Infraestrutura/ Estrutura	2010	2013
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Mucajaí com intensa pressão sobre sua capacidade de carga infraestrutural e turística; • Vias de acesso intermunicipais e na cidade com grande movimento (risco mais elevado de 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos recursos para a realização da Semana Santa e Cultural; • Ausência de atores globais e das bandas musicais

	<p>acidentes);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência (ou precariedade) de sinalização urbana, trânsito, turística e dos Eventos, etc. • Ausência de estacionamentos; • Sanitários em número bem inferior à demanda; • Preços inflacionados; • Quedas da energia elétrica, o que indica necessidade de geradores nos locais-chave do evento; • Despreparo de comerciantes e ambulantes em lidar com o público; • Venda e consumo em excesso de bebidas alcoólicas; • Excesso de lixo; • Leitos (hotéis/pousadas) bem abaixo da demanda; • Ausência do cenário para a Encenação; • Programação muito condensada com mistura de eventos de viés religioso com os de outros interesses; • Perca do foco religioso da Paixão de Cristo em virtude das atrações variadas e ecléticas; • Mercantilização excessiva da fé por ambulantes e comerciantes. 	<p>nacionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução no número de atrações; • Menor público; • Diminuição do fluxo de recursos em circulação na economia local; • Redução no número de empregos e renda sazonais; • Ausência (ou precariedade) de sinalização urbana, trânsito, turística e dos Eventos, etc.; • Quedas da energia elétrica; • Venda e consumo de bebidas alcoólicas; • Preços inflacionados; • Demanda maior do que o número de leitos disponíveis para a temporada; • A vinda de empresas de alimentação de Boa Vista tirou a oportunidade de ganhos de empresas locais (Seria importante investir na ampliação e capacidade locais); • Cidade-cenográfica com as obras ainda paralisadas em virtude de irregularidades no cronograma físico-financeiro; • Mercantilização excessiva da fé por ambulantes e comerciantes.
--	---	---

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Economia local aquecida com a vinda dos visitantes e o consumo na cidade;• Geração sazonal de renda e de emprego;• Programação variada para diferentes faixas etárias e de diferentes apelos, indo do musical ao esportivo;• Importantes Projetos socioambientais lançados Ou realizados;• Fortalecimento sazonal do turismo de eventos em Mucajaí;• Visibilidade, valorização e destaque de Mucajaí devido à importância da Semana Santa e Cultural em nível regional;	<ul style="list-style-type: none">• Redução da pressão sobre a capacidade de carga infraestrutural em Mucajaí devido ao público menos numeroso;• Menos congestionamentos e rodovia com menor movimento (redução dos riscos de acidentes);• Mais vagas para estacionamento;• Programação com foco mais religioso;• Parcerias entre empresários locais e a Prefeitura para se organizar o evento;• Cadastramento dos proprietários com imóveis ou leitos disponíveis para os visitantes e divulgação pública da lista dessas opções;• Vinda de empresas de alimentação de Boa Vista para atender ao público em Mucajaí;• Valorização dos atores locais na encenação dos papéis principais da Paixão de Cristo;• Atos ecumênicos;• Redução na demanda do efetivo da Polícia Militar e Rodoviária em Mucajaí.
----------------------	--	--

9.0 O Caso da Construção do Complexo Cenográfico da Paixão de Cristo em Mucajaí

Um aspecto de grande relevância para a consolidação da Encenação da Paixão de Cristo de Mucajaí é a construção de uma área cenográfica para a maior peça teatral ao ar livre da região norte, evitando os atropelos e falta de estrutura como presenciado em todas as edições.

Um complexo cenográfico tal como existente em Nova Jerusalém, Pernambuco, daria - sem dúvidas - características mais profissionais para a organização do evento, além, é claro, de ser *per se* um grande atrativo, pois o cenário reproduziria um contexto bíblico mais fidedigno da via-crúcis e da Crucificação.

A importância da construção e da manutenção desse complexo cenográfico é reforçada com promulgação da Lei 0364/2012, em 26 de junho, que regula e dispõe sobre o 'Sistema Municipal de Mucajaí, RR' e seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento. No Artigo 35 da Lei fica estabelecido que a 'cidade cenográfica' integra a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, SEMCET.

A estrutura cenográfica faz parte de um total de oito itens citados como de pertencentes aos cuidados da Secretaria. A Lei 0364/2012 indica um avanço em termos de legislação específica para a cultura no município, e salvaguarda o local da Encenação da Paixão de Cristo.

No entanto, apesar de a construção da cidade cenográfica de Mucajaí ter sido anunciada em 2009, com previsão de ficar pronta em 2010, as obras foram paralisadas, e no Festejo de 2013 sua retomada foi comunicada publicamente. Como parte da pesquisa, um levantamento foi feito e ficou constatado no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, TC 003.103/2011-0, irregularidades na execução física dos serviços, constatando-se desacordo com o cronograma físico-financeiro aprovado, em descumprimento ao disposto no termo do Contrato de Repasse e no art. 66 da Lei no. 8.666/1993.

Os Contratos de Repasse citados no Relatório do Tribunal de Contas da União têm os respectivos valores de **R\$ 2.686.224,49** e de **R\$ 109.000,00**, ambos destinados especificamente para a construção da estrutura cenográfica de Mucajaí. Os recursos foram assegurados no Orçamento da União de 2009 por emendas parlamentares propostas pelos deputados federais, Márcio Junqueira e Édio Lopes. Os Contratos e recursos supracitados são os seguintes:

"2.1. Contrato de Repasse n. 709.343/2009 (número original 0302.169-18/2009), firmado, em 30/12/2009, pelo Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal, no total de R\$ 2.686.224,49, dos quais R\$ 2.632.500,00 são recursos federais e R\$

53.724,49 correspondem à contrapartida do conveniente. O objeto do acordo é a construção do complexo cenográfico e cultural de Mucajaí – 1ª Etapa (Peça n. 6, pp. 123/133);

2.2. Convênios ns. 732.088/2010 e 732.103/2010, ambos celebrados, em 1º/04/2010, com o Ministério do Turismo, cada um no total de R\$ 109.000,00, sendo R\$ 104.500,00 à conta do concedente e R\$ 4.500,00 de contrapartida do Município. Os referidos acordos visam respectivamente à realização do “Festival de Cultura de Mucajaí 2010” e à “Encenação da Paixão de Mucajaí 2010” (Peça n. 8, pp. 26/44, e Peça n. 9, pp. 2/20).

O interrompimento das obras se deu em virtude de irregularidades levantadas pela auditoria do TCU na gestão do prefeito de Mucajaí Elton Vieira Lopes, do Secretário de Obras e de Infraestrutura do município, Gilberto Rodrigues Veras, etc. Os descumprimentos serão reproduzidos a seguir conforme aparecem no Relatório de Auditoria, e dizem respeito a:

“9.1.1.1. inexistência de memórias de cálculos para as edificações Montes das Oliveiras, Monte dos Sermões, Palácio de Herodes, Fórum de Pilatos, Templo de Jerusalém, Via Sacra, Santa Ceia, Banheiro Masculino e Banheiro Feminino;

9.1.1.2. incoerência entre as planilhas de orçamento e as especificações técnicas, visto que nestas são previstas esquadrias metálicas e naquelas são fixadas esquadrias de madeira;

9.1.1.3. falta de previsão na planilha de orçamento dos serviços de instalações elétricas nas edificações Montes das Oliveiras, Monte dos Sermões, Palácio de Herodes, Fórum de Pilatos, Templo de Jerusalém, Via Sacra e Santa Ceia, os quais constavam no projeto arquitetônico;

9.1.1.4. não-inclusão na planilha de orçamento do item relativo a lajes impermeabilizadas para os prédios Palácio de Herodes, Fórum de Pilatos, e Templo de Jerusalém, embora previsto no projeto de arquitetura;

9.1.1.5. ausência de cortes de elementos de projeto das edificações, bem como de detalhamento de esquadrias nos projetos arquitetônicos;

9.1.1.6. não-inclusão no orçamento da obra da escada do Palácio de Herodes, prevista no projeto arquitetônico;

9.1.1.7. falta de previsão no orçamento da obra da cobertura e das calhas da edificação do cenário da Santa Ceia, as quais foram consignadas no projeto arquitetônico;

9.1.1.8. ausência na planilha de orçamento da obra de duas fossas e um sumidouro constantes do projeto hidrossanitário;

9.1.1.9. divergência entre a planilha de orçamento, na qual existem dois quadros de distribuição de energia para o banheiro feminino e um para o banheiro masculino, e o projeto arquitetônico, no qual há especificação de apenas um quadro para atender os dois banheiros;

9.1.1.10. diferença entre o projeto elétrico, no qual não consta a subestação de 75 kVA, e o subitem 12.2 da planilha de orçamento que contempla a referida subestação;

9.1.1.11. inexistência de detalhamento de projeto estrutural, que contemple especificação dos tipos de fundações escolhidas, dimensões das vigas, pilares e lajes;

9.1.1.12. falta de projeto de drenagem de águas pluviais;

9.1.1.13. ausência de levantamento planialtimétrico para definir os quantitativos de serviços de movimentação de terra.”

Haja vista tais irregularidades, muito provavelmente Mucajaí e o roraimense ainda vão ter de esperar algum tempo até ter um Complexo Cenográfico em Mucajaí; isso só será possível quando houver uma prestação de contas que justifiquem a liberação das obras. O projeto é ter em Mucajaí algo semelhante ao que foi construído no agreste pernambucano, a cidade-cenário ou cidade-teatro chamada de Nova Jerusalém.

9.1 Réplica da Estrutura Cenográfica de Nova Jerusalém em Mucajaí

A Encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, no distrito de Nova Fazenda, no agreste Pernambuco, a 184 km da capital Recife, é considerado o maior teatro ao ar livre do mundo, e é realizado desde 1951. No entanto, foi a partir de 1968 que se construiu uma cidade-teatro de 100 mil m² para o evento; uma réplica de Jerusalém composta por 70 torres com sete metros de altura, sendo que os nove palcos reproduzem cenários naturais, templos, palácios e o Fórum de Pilatos no local.

Na época, a ideia da réplica de Jerusalém no agreste pernambucano foi de Plínio Pacheco com o intuito de aumentar a emoção do público fazendo com ele tivesse a sensação de estar em pleno oriente médio, na Palestina. A cidade-teatro foi erguida em 80% com recursos próprios e é uma sociedade privada sem fins lucrativos.

A Encenação de Nova Jerusalém atrai todos os anos um público de aproximadamente 80 mil pessoas, entre residentes, e visitantes nacionais e estrangeiros, nos nove dias de espetáculos, sendo que cada espetáculo recebe cerca de 8 mil pessoas. De acordo com Plínio, em comentário feito em matéria do website ClubedaCultura.com, a cidade-cenográfica resultou em vários benefícios para a região, entre eles: asfaltamento de estradas, água, luz, telefone, segurança reforçada, etc.

Segundo ele, apesar do numeroso público, Nova Jerusalém não sofre um ‘estrangulamento’ em sua infraestrutura, na capacidade de carga, particularmente em termos de hospedagem e alimentação, pois a maioria das pessoas deixa o local logo após o encerramento das apresentações.

Assim, como acontece em Mucajaí, Nova Jerusalém conta com atores globais na interpretação dos papéis principais. Em 2013 foram 500 atores e figurantes, entre eles Marcos Pasquim, interpretando Herodes; Carlos Casagrande como Pilatos; Carol Castro como Maria Madalena; já o papel de Jesus ficou para o ator pernambucano, Lázaro Barbosa. O evento tem um forte parceiro, a Rede Globo. A Nova Jerusalém pode ser descrita em números, como se segue:

- ✓ Mais de 2,6 milhões de pessoas já assistiram à Paixão de Cristo na cidade-cenográfica desde a sua construção em 1968;
- ✓ São nove dias de espetáculos;
- ✓ Cerca de 550 atores e figurantes fazem parte dos espetáculos;
- ✓ 800 peças fazem parte do figurino;
- ✓ 400 pessoas fazem parte das equipes de apoio técnico e administrativo;
- ✓ Cerca de 24 mil refeições são servidas para as equipes, atores e figurantes durante a temporada;
- ✓ 13 catracas eletrônicas controlam o acesso do público;
- ✓ Na 46ª edição da Paixão de Cristo, em 2013, os valores dos ingressos ficaram entre R\$ 60,00 e R\$ 90,00;

A cidade-cenográfica de 1 Km² é composta de nove cenários, entre eles: o Sermão da Montanha; o Templo - Sinédrio; Cenáculo – Santa Ceia; Horto dos Oliveiros; Palácio de Herodes; Fórum de Pilatos; Via-Sacra e Crucificação; e o Túmulo – Ressurreição.

Em 2010, uma Comitiva formada pelos deputados federais, Márcio Junqueira e Édio Lopes, acompanhados do vice-prefeito de Mucajaí na época, Euller Brasil, e vereadores foi até Nova Jerusalém, em Pernambuco, para conhecer a estrutura, os cenários, os figurinos, e analisar o local onde é realizada a Encenação da Paixão de Cristo buscando informações pertinentes para a construção de uma cidade-cenográfica semelhante em Mucajaí, como já mencionado.

A Figura 9.0 a seguir mostra a posição de cada um desses cenários, bem como as facilidades existentes no local para atender às demandas básicas dos visitantes, como água; banheiros; lanchonete, posto de saúde, etc. A seguir algumas fotos mostram como são os cenários e o espetáculo da Encenação em Nova Jerusalém:



Fonte: Cidadejerusalem.com, 2013.

Figura 9.0 - Mapa da Cidade-Cenográfica Nova Jerusalém, em Pernambuco.



Fonte: Cidadejerusalem.com, 2013.
Figura 10 – Fórum de Pilatos.



Fonte: Cidadejerusalem.com, 2013.
Figura 11 – Encenação junto às Muralhas de Nova Jerusalém. Cenário Colossal. O maior teatro ao ar livre do mundo.



Fonte: Cidadejerusalem.com, 2013.

Figura 12 – Encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, Pernambuco. Ao fundo Palácio de Pilatos.



Fonte: Cidadejerusalem.com, 2013.

Figura 13 – Ator interpretando César em uma biga romana na Encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, em Pernambuco.

10.0 Considerações Finais

Esta pesquisa de campo foi desenvolvida para identificar o perfil dos visitantes e para fazer um levantamento das necessidades deles nos festejos da Encenação da Paixão de Cristo de Mucajaí. A pesquisa é apresentada sob a perspectiva e percepção dos visitantes a fim de se identificar as principais mudanças, ajustes e intervenções na

área urbana, particularmente, na infraestrutura, na estrutura, e no cenário para uma melhor absorção do numérico público.

O levantamento dos problemas, pontos fortes e pontos fracos do Festival e da Encenação junto aos visitantes propiciou detectar ações a serem feitas mais prontamente pelos organizadores, neste caso, pela Prefeitura, pois a organização da Semana Santa e Cultural fica sob responsabilidade de uma Comissão mista subordinada à Secretaria Municipal de Cultura.

O método de coleta de dados por triangulação com o uso de questionários, entrevistas, conversas informais, análise de dados e informações de base secundária, e os textos jornalísticos contribuíram para um apanhado mais fidedigno do contexto e realidades em Mucajaí em termos de demandas da gestão e de planejamento. Os questionários per se ajudaram a traçar o perfil do visitante que comparece aos Festejos de Mucajaí.

Sobre o perfil do visitante, há uma predominância masculina com 53,34%, sendo que 70% faziam a segunda visita ao Festejo, e quanto ao dinheiro gasto em Mucajaí, 56,6% afirmaram que gastam entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00, e as 42,34 revelaram que as 'fotos' são a lembrança que querem levar para casa. Em relação à motivação, conforme a Tabela 3, 19,34% afirmaram que compareceram à Paixão de Cristo em razão de atores globais, e 64,32% alegaram outros motivos; já a Tabela 4 revelou que a expectativa dos visitantes é a de aumentar a fé, 41,67%, e 7% disseram esperar receber uma benção (milagre), e surpreendentemente ninguém afirmou que estava ali para se divertir.

As Tabelas 3 e 4 mostram percentuais que paradoxalmente contradizem o que se presenciou com as mudanças ocorridas na programação da Semana Santa de 2013. Com as limitações orçamentárias, a Paixão de Cristo do referido ano não teve a participação de atores globais nem a apresentação de bandas musicais nacionais. Os organizadores buscaram indivíduos de Mucajaí mesmo para a peça teatral e para outras atividades artístico-culturais. O resultado é que a Paixão de Cristo de 2013 teve uma redução de 60%, caindo de cerca de 10 mil pessoas para 4 mil pessoas.

Já a Tabela 12 sintetiza os principais problemas, características e aspectos da Paixão de Cristo revelando os itens (áreas) que demandam mudanças (intervenções) para que o turismo de evento de viés religioso se consolide definitivamente no município; uma consolidação que seja em bases sustentáveis e de forma sustentado (organizado).

Na Tabela os problemas pontuais e sazonais em relação ao Festival da Paixão de Cristo em Mucajaí são apresentados evidenciando o grau de prioridade em razão do nível de 'incidência' ou de 'reclamações' na voz das pessoas que não são residentes. São fatos também constatados pelo método da observação participante.

É notório que as deficiências na infraestrutura são o item de maior incidência de reclamações ficando com 34,33% das respostas, seguido da falta de sinalização tanto urbana, de trânsito, quanto turística e do próprio evento, figurando com 32,33%. A ausência ou limitação da 'sinalização' é um fator que requer ação dos organizadores para dar maior independência e conveniência aos visitantes, fazendo que eles não percam muito tempo nas locomoções e acessos.

Em relação à queda de energia elétrica, 17% dos respondentes alegam ser um fator que atrapalha a realização do festejo e se torna um grave estorvo para os visitantes (e também para os residentes); isso indica que os organizadores devem estar preparados para a falta de energia com a instalação de geradores a diesel temporários nos locais críticos e de maior permanência de pessoas em Mucajaí.

O problema de infraestrutura na cidade é apenas um dos problemas visíveis, a falta de água nas torneiras, comércios varejistas fechados, farmácias, açougues e hotéis com sua capacidade em exaustão faz da cidade um caos. Ruas interditadas fazendo com que os visitantes não tenham onde estacionar os carros, obrigando-os a ficar dando voltas pela cidade até encontrar uma vaga.

Os visitantes (visitantes) ficam no "pau da paciência"³ esperando carro (lotação) para levá-los a Boa Vista, e o estresse é enorme na espera para se conseguir um transporte, pois são poucos para atender ao número de passageiros. De acordo com os próprios visitantes, se alguém quisesse ganhar dinheiro é só colocar um carro fazendo linha entre Boa Vista e Mucajaí.

Dos visitantes abordados, 7,33% alegam que o cenário da Encenação deveria ficar montado previamente para aqueles que queiram tirar fotos. Afinal, as fotografias são o registro pictográfico de um momento vivido, e uma das lembranças de grande valor. Fotos são memórias de um momento e um contexto vivido. Assim, muitos reclamam de chegar em Mucajaí com a intenção de tirar uma série de fotos no cenário ou próximo a ele, mas como não está pronto, ficam frustrados.

No setor hoteleiro, há também apontamentos para a melhoria e expansão do número de hotéis, pousadas, visando a atender à demanda, haja vista há proprietários que chegam a cobrar R\$ 100,00 a diária por um quarto básico, o que evidencia uma relativa majoração de preços em função da regra de mercado centrada na 'oferta' e na 'procura', inflacionando os custos dos visitantes durante o Evento. A

³ 'Pau da Paciência' é o lugar de espera onde funciona o embarque e desembarque de passageiros entre Mucajaí e os demais municípios. O nome se dá em virtude da falta de um horário fixo dos carros-lotação que fazem o transporte, o que muitas vezes pode levar horas para a saída dos mesmos, exigindo, portanto, paciência dos passageiros que ficam sentados em um tronco de madeira.

expansão é problemática, pois a grande demanda é sazonal e restringe-se à Semana Santa e Cultural, sendo que não haveria garantias de ocupação dos leitos extras no restante do ano.

Os preços “salgados” também foram alvo de reclamações de 3% dos respondentes. Talvez, se os preços fossem em um patamar mais próximo e aceitável do que é praticado no mercado, houvesse menos reclamações dos visitantes. Isso evidencia a necessidade de um maior número de unidades comerciais abertas, ou seja, uma concorrência fazendo frente ao preço inflacionado cobrado por ambulantes, etc. de modo que os preços fiquem nos valores os quais as pessoas estão acostumadas.

A respeito da infraestrutura, foi enfatizada a necessidade de ampliação da arqui-bancada próxima ao cenário para melhor acomodar os visitantes. Outra preocupação nas áreas próximas ao cenário é com a higiene local e a coleta seletiva do lixo. Os visitantes deixaram claro que há necessidade de se gerenciar os resíduos sólidos, bem como a colocação de lixeiras em pontos estratégicos, além de disponibilizar banheiros químicos (ou similares), e promover campanhas de sensibilização e conscientização junto aos visitantes e aos moradores tornando Mucajaí um destino agradável e acolhedor, mitigando os impactos indesejáveis aos locais e a recepção apropriada ao visitante.

Em 2010, recursos na ordem de 2,6 milhões de reais para a construção de um gigantesco cenário para a Paixão de Cristo de Mucajaí. O novo cenário tem como propósito se tornar um valor agregado à Encenação em Mucajaí. Com a queda do número de público na edição de 2013, certamente um complexo cenográfico que reproduza os locais da Palestina onde as passagens bíblicas ocorreram poderia se tornar ele mesmo uma atração, pois daria toda uma nova conotação e relevância à maior peça teatral bíblica a céu aberto da região norte, seguindo o que já é feito em Nova Jerusalém, em Pernambuco. Seria uma das fórmulas, ou estratégia, para se romper de forma mais significativa com a receita de misturar ‘profano’ e ‘sagrado’ em um evento sacro para atrair público.

Mas mesmo em Nova Jerusalém, essa receita ainda é usada, mas o foco predominante é o religioso. Os organizadores podem incluir atrações diversificadas ao Festejo, mas que seja uma programação menos condensada, e mais voltada para o sentido religioso. Talvez seja o caso de se pensar em um calendário diferenciado para o Festival Cultural, em datas que não coincidam com os eventos genuinamente religiosos da Semana Santa. Logicamente, que isso não seja impedimento para se ter atores globais na peça teatral, etc., pois são de grande apelo de público.

Enfim, a cidade-cenográfica é um dos caminhos para se obter mudanças positivas em Mucajaí. Mas em virtude da paralisação de sua construção por problemas no cumprimento do cronograma físico-financeiro por parte da Prefeitura e pela empresa responsável, recomenda-se a formação de uma Comissão mista composta por

vereadores, representantes do comércio, do governo e do terceiro setor para acompanhar a solução dos problemas apontados pelo TCU, bem como o subsequente andamento e avanço das obras, visando a garantir a sua conclusão no tempo mais hábil possível.

Após o cenário ficar pronto e o Festejo apresentar uma relativa estabilidade em termos de público, os organizadores podem pensar em cobrar entradas para a Peça Teatral da Paixão fazendo com que o evento tenha recursos próprios para cobrir custos. Atualmente nenhuma taxa é cobrada dos visitantes; isso é uma vantagem para os interessados na Encenação, mas, por outro lado, faz com que os organizadores e o município fiquem 'refém' dos repasses estaduais e, ou, dos Ministérios. Em Nova Jerusalém há taxas de entrada na Paixão de Cristo e isso dá maior autonomia para investimento no evento.

Em relação à venda e consumo de bebidas alcoólicas, pois com a construção do cenário, áreas de alimentação – em especial lanchonetes - poderão ter um espaço físico específico facilitando o controle ou proibição desses itens na área do cenário. Assim, o 'profano', de certa forma, se distancia do 'sagrado'.

Analisando-se o contexto do Festejo da Paixão de Cristo em Mucajaí é possível afirmar que seu planejamento, organização e gestão possam ocorrer de forma mais efetiva a partir da delimitação espacial do evento com a construção do complexo-cenográfico. A delimitação espacial servirá como um instrumento de gestão em micro escala favorecendo um zoneamento de áreas de acesso e uso pelo público e demais participantes da peça teatral, bem como facilitando a fiscalização e o policiamento.

Essa delimitação com zoneamentos torna-se imprescindível para que regras sociais (não consumo de bebidas no cenários e, ou sacros), de boa conduta (respeito ao sentido religioso do evento e às demais pessoas), bem como os limites para o comércio ambulante, sejam implementados. A construção do complexo cenográfico, sem dúvidas, contribuirá para a reestruturação da Semana Santa e Cultural, dos equipamentos turísticos e dos espaços públicos de uso coletivo.

Portanto, o complexo cenográfico tem um papel crucial que vai além daquele de agregar valor ao evento e impulsionar o turismo sazonal de viés religioso. Com o zoneamento, as regras sociais podem ser instituídas, fazendo com que se desmaterialize a sensação de um evento 'profano-sacro', rompe-se com a noção de um evento majoritariamente hedônico do que religioso.

São problemas ou inconveniências que podem ser prontamente resolvidos pelos organizadores contribuindo para projetar positivamente a imagem de Mucajaí, e, logicamente, fortalecendo a cidade como destino turístico. A impressão que o visitante levará da cidade e do evento será a de um lugar para se retornar. Como se sabe, a "propaganda boca-a-boca" é inquestionavelmente persuasiva no sentido de que um visitante ou turista 'satisfeito' tem o poder de

convencer pessoas do seu ciclo de relacionamento a também irem a um determinado lugar ou evento.

Com as redes sociais, entre elas a preferida dos usuários, o Facebook, e as ferramentas de comunicação virtual online como o *what's up*, um destino pode facilmente ganhar uma conotação 'positiva', ou seja, uma 'imagem positiva' ou uma 'imagem negativa' junto a milhares de pessoas quase que instantaneamente, sem se falar das fotos e vídeos feitos no local que podem percorrer o mundo mostrando o aspecto 'bom' ou 'ruim' de um lugar. Assim, problemas de logística, de infraestrutura e de estrutura devem ser prioridade por parte dos organizadores e da Prefeitura.

Com esse dinamismo na comunicação e nas inter-relações pessoais, não se pode dar ao luxo de repetir tais erros (ou descasos) como presenciados em Mucajaí; não pode haver espaço para deslizes. As intervenções, mudanças, e inovações no Festejo da Paixão de Cristo devem levar a uma profissionalização e da qualidade do evento, pois, afinal, está-se falando de construir e consolidar um evento e um destino turístico de inegável peso regional.

Referência

- BARRETO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. 14 ed. Campinas: Papirus, 2005.
- BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTIN, I. (Org.). Turismo de base comunitário: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2008.
- BENI M. C. Análise estrutural do Turismo. São Paulo: SENAC. 2007
- CAMPOS, A. M. N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. In: Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, 2005.
- DEMING, W. E. *Qualidade: a revolução na administração*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1990.
- DENCKER, A. (Org.). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.
- FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. *Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação*. Porto Alegre: 2. ed. Bookman, 2000.
- GOTMAN, Anne. *Lê sens de l'hospitalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- GUIMARÃES, R. L.; TRAVASSOS, L.E.P.; CUNHA, L.I. da; AZEVEDO, U.R. de; MAYANA, V. Geoturismo em Espaços Sagrados em Minas Gerais. *SBE – Campinas, SP | Espeleo-Tema*. v. 20, n. 1/2, p. 49-58. 2009.
- IBGE. *CENSO 2010 - RORAIMA* (29 de novembro de 2010). Página visitada em 18 de dezembro de 2010.
- LIMA, Renato Silva, Pesquisador de Qual é o perfil do visitante da Paixão de Cristo de Mucajaí. Questionário e Pesquisa, Mucajaí 2012.
- KEANE, M. J. Quality and Pricing in Tourism Destinations. *Annals of Tourism Research*, Inglaterra, v.24, n.1, p.117-130, 1997.
- MALKIN, R. (1999): "Os pioneiros", em O Correio da Unesco (Agosto/Setembro de 1999), pp. 24-25.

- MATEUS, Livro de, Apostolo de Jesus, "BIBLIA SAGRADA". Novo testamento., 2010.
- MEZOMO, J. C. Gestão da qualidade na saúde: princípios básicos. São Paulo: JC Mezomo, 1995.
- PARASURAMAN, A.; BERRY, L.; ZEITHAML, V. SERVQUAL: a multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. *Journal of Retailing*. v. 64 (01), p.12-40, 1998.
- PIRES, P. S. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, L.G.G. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- PEREIRA, B. T. da S.; SILVA, L. F. O.; PERINOTTO, A. R. C. Festejo de São Francisco: análise sobre uma alternativa de desenvolvimento do Turismo Religioso em Parnaíba (Piauí, Brasil), outubro de 2011.
- PRAXEDES, W. Reflexões sociológicas sobre a hospitalidade. In Revista Espaço Acadêmico, nº 37, Junho, 2004.
- RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 101 – 116.
- ROSA, Alessandra dos Santos. Pesquisa do perfil e da satisfação do visitante em Cavalcante. Brasília: Universidade de Brasília: Centro de Excelência em Turismo, 2008.
- SANTOS, José Batista dos. A Nova Jerusalém. In: _____. *Pernambuco histórico, turístico, folclórico*. [Recife: s.n.], 1989. p.271-275.
- SILVA, Fernando Brasil da. A Psicologia Aplicada ao Turismo e hotelaria. - São Paulo: 3 Ed. Ed. Cernaun, 2001.

Capítulo 4

A Percepção dos Moradores da Vila de Vista Alegre sobre os Impactos Socioeconômicos da Construção da Ponte sobre o Rio Branco, em Caracarái

Nilceia Canavarro Souza
Ismar Borges de Lima



A Percepção dos Moradores da Vila de Vista Alegre sobre os Impactos Socioeconômicos da Construção da Ponte sobre o Rio Branco, em Caracará

Nilceia Canavarro Souza
Ismar Borges de Lima

1.0 Introdução

A problemática desse estudo centra-se exatamente na análise dos impactos socioambientais causados pela construção da ponte sobre o Rio Branco na Vila de Vista Alegre, bem como na identificação possíveis atividades turísticas que poderiam fazer parte da cadeia produtiva contribuindo para a geração de emprego e de renda, revitalizando a economia local e promovendo um desenvolvimento sustentável.

Até o ano de 2000, antes da inauguração da ponte sobre o Rio Branco, a Vila de Vista Alegre mantinha uma atividade comercial ativa, baseada na venda de refeições, lanches, de pescado, hortaliças, e pela prestação de serviços de borracharia e de oficina mecânica, e também na venda do artesanato marajoara. Um comércio que se sustentava pelo fluxo diário e constante de pessoas em trânsito pela Vila no embarque e desembarque em uma balsa de travessia no Rio Branco, utilizada por caminhoneiros e passageiros de ônibus e de outros meios de transportes. Em função da travessia todos eram obrigados a permanecer - mesmo que por um tempo curto - na Vila.

A falta de expectativas na mudança do cenário socioeconômico da Vila de Vista Alegre, e a aparente inércia, ou omissão, do poder público municipal e estadual no sentido de implementar programas de geração de emprego e de renda para os habitantes da comunidade, bem como, a falta de atividades economicamente rentáveis que insiram a Vila e seus habitantes na cadeia produtiva do Estado, é lamentável. Todas essas ocorrências têm feito surgir um sentimento de abandono na visão do cidadão vista alegre.

Os impactos da construção da ponte José Vieira de Sales Guerra, chamada aqui apenas de Ponte sobre o Rio Branco, na visitação ou na permanência temporária de pessoas em trânsito, bem como seus impactos negativos sociais e econômicos naquela comunidade, se constituem o objeto de investigação desse estudo de caso. Uma das contribuições almejadas com esta pesquisa é apontar caminhos para uma gestão pública mais ecologicamente orientada e em bases sustentáveis, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Vila de Vista Alegre, no município

de Caracarái, Roraima. Entre as atividades sugeridas para a geração de emprego e de renda no intuito de se revitalizar a economia da Vila de Vista Alegre estão o turismo de pesca esportiva e o ecoturismo.

Enfatiza-se que o turismo ainda não é uma atividade praticada na Vila, mas busca-se saber a opinião e expectativa dos residentes locais sobre a inserção e desenvolvimento dessa atividade na comunidade, haja vista alguns elementos favoráveis à sua prática, entre eles: a abundância de áreas verdes; a existência de um rio caudaloso com cardumes de peixes de interesse para a pesca esportiva, e a presença de pescadores residentes da Vila com conhecimentos sobre aquela área e o domínio das técnicas de pesca.

É importante explicar também que o termo 'visitação' citado no trabalho e refere-se à curta permanência de pessoas em trânsito pela Vila.

2.0 Problematização do Estudo de Caso

O tema a ser abordado neste trabalho monográfico discorre sobre um estudo de caso desenvolvido junto a comunidade da Vila de Vista Alegre, situada no Município de Caracarái-RR, e tem por objetivo geral analisar os impactos socioeconômicos causados à Vila com a construção da Ponte sobre o Rio Branco, bem como, identificar e fazer proposições de formas que possam minimizar esses impactos.

Apesar de se ter consciência da necessidade da construção de uma ponte sobre o Rio Branco com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do Estado de Roraima, reduzir o tempo de viagem e o preço do frete, bem como, agiliza o transporte de cargas e de passageiros, reconhece-se que algumas medidas deveriam ter sido tomadas pelo poder público para se salvaguardar a frágil economia local e também a visitação e os pernoites de pessoas em trânsito pelo local, algo que notadamente contribua para a geração de renda e de emprego.

Devido ao fluxo diário de pessoas em trânsito e de visitantes ocasionais, de pessoas em pernoite, ou de breve estada, os moradores da Vila aproveitavam para vender seus produtos, entre outros, destaca-se: o pescado, o artesanato em argila (tipo marajoara), verduras produzidas em hortas caseiras e produtos agrícolas produzido em pequenas lavouras. Esse pequeno fluxo comercial adicionado a renda auferidas pelos servidores públicos municipais, estaduais e federais residentes na Vila, faziam a economia local circular de forma rentável e sustentável.

Com a inauguração da ponte sobre o Rio Branco e consequentemente com a retirada da balsa que também era uma fonte de emprego, esses comércios sentiram o impacto nas relações comerciais, considerando a não mais existência do fluxo de passageiros nem a necessidade dos viajantes pararem na Vila de Vista Alegre. Diante dessa situação, muitos comerciantes fecharam as portas de seu empreendimento e foram embora, e os poucos que

persistiram, sobrevivem de uma economia de contracheques, vale alimentação e programas do governo federal.

No entanto, cabe ressaltar que localmente para a vila e seus residentes, a construção da Ponte foi um desastre para a economia local, pois eles perderam uma fonte de renda importante, a travessia da balsa e o consumo e demandas exigidas por passageiros e motoristas, inclusive dos caminhões e carretas.

A travessia por balsa representava assim um dos pilares de parte do comércio local, bem como para a geração de renda e emprego, e a construção da ponte mudou essa dinâmica local. Portanto, a pesquisa mostra-se relevante a fim de saber a opinião dos residentes locais, os principais afetados por essas mudanças, a identificação dos impactos negativos, e a expectativa dos habitantes da Vila sobre o que se pode fazer como alternativa para a economia local.

- ✓ Não há um estudo técnico amplo e exclusivo prévio sobre a situação socioeconômica da Vila de Vista Alegre que possa servir de parâmetro para ações específicas dos poderes constituídos;
- ✓ O poder público municipal, por meio de suas secretarias, desenvolve alguma atividade de capacitação de mão de obra e de inclusão social na Vila de Vista Alegre;
- ✓ O poder público municipal buscou levantar as potencialidades da Vila de Vista Alegre, visando à implementação de atividades geradoras de emprego e renda, com o objetivo de diminuir o índice de desemprego na Vila;
- ✓ Existem campanhas de conscientização ambiental voltadas para a comunidade de Vista Alegre considerando que a maioria de seus habitantes sobrevive da pesca.

2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho monográfico caracteriza-se como um estudo de caso, que tem por objetivo geral, analisar os impactos causados pela construção da ponte sobre o Rio Branco, para a Vila de Vista Alegre, na visitação e nos fatores socioeconômicos.

2.2 Objetivos Específicos deste Estudo:

- ✓ Averiguar se existem políticas públicas de capacitação profissional e inserção social levando-se em conta que a construção da ponte sobre o Rio Branco tenha afetado a econômica local;
- ✓ Identificar se existe alguma preocupação ambiental ou ecológica da comunidade com o meio ambiente, por exemplo, com o Rio Branco;
- ✓ Verificar quais atividades inclusivas, e economicamente rentáveis e de base sustentável, poderiam ser introduzidas ou ofertadas para a comunidade.

- ✓ Fazer recomendações pontuais elencando possíveis ações e estratégias que poderiam ser adotadas pelos poderes constituídos. Por exemplo, a criação de políticas públicas mais direcionadas a fim de que se garanta bases sólidas para o desenvolvimento social e econômico da comunidade da Vila de Vista Alegre.

2.3 As duas perguntas-pesquisa principais norteadoras deste estudo são:

- i. Sob a ótica e visão dos residentes, como que a construção da ponte sobre o Rio Branco afetou a vida, a economia, e as rotinas da Vila de Vista Alegre?
- ii. Qual é a percepção e expectativa dos residentes da Vila de Vista Alegre em relação à possibilidade de desenvolvimento do turismo para reativar a economia local?

2.4 Características Gerais do Capítulo

Este Capítulo se baseia em um estudo de caso sobre a Vila de Vista Alegre e é composto por cinco principais Seções. Na Primeira Seção são apresentadas a introdução, a caracterização do trabalho e um breve histórico do município de Caracaraí, Roraima, bem como um breve histórico da Vila de Vista Alegre com o objetivo de nortear o leitor sobre o trabalho como um todo.

A Segunda Seção é dedicada à contextualização do tema abordado, bem como, dos elementos textuais (tema, problemática, hipóteses, justificativa, objetivos: geral e específico), considerando que esses elementos subsidiam um trabalho científico.

A Terceira Seção refere-se à abordagem teórica que embasa o trabalho com conceitos, fundamentos e princípios sobre o ecoturismo, o desenvolvimento sustentável, bem como, as vantagens e desvantagens oriundas da prática do turismo em pequenas localidades.

A Quarta Seção é dedicada ao procedimento metodológico. Já na quinta Seção são apresentadas a tabulação e a análise dos dados catalogados durante os trabalhos de campo.

Por fim, nas Considerações Finais são apresentadas reflexões e possíveis políticas públicas, projetos e ações que podem ser adotadas pelo governo municipal e, ou, estadual como forma de viabilizar a inclusão socioeconômica da comunidade na cadeia produtiva do município e nas atividades de geração de emprego e renda em bases sustentáveis.

Antes de prosseguir com o referencial teórico, uma apresentação do contexto histórico do município de Caracaraí e de Vista Alegre, bem como dos procedimentos metodológicos se fazem necessários.

É importante frisar que esta é a primeira investigação com esta abordagem sendo realizada sobre a Vila de Vista Alegre, e, portanto, mostra-se um estudo pioneiro, precursor, que pode servir de base e de referência contribuindo significativamente para pesquisas futuras.

3.0 Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica refere-se ao processo de revisão da literatura acadêmico-científica específica que subsidia com conceitos e princípios as premissas e proposições do trabalho, e, nesta Seção é apresentado o marco teórico-conceitual tendo como base 'desenvolvimento local' vis-à-vis ao turismo e sua importância como ferramenta para esse desenvolvimento.

3.1 A Vila de Vista Alegre Vítima de um Processo de Integração Regional e das Forças Capitalistas: Reflexões sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade

O processo de desenvolvimento imposto pelo sistema capitalista visando ao acúmulo de riqueza tem provocado impactos no meio ambiente de caráter irreversível. Sabemos que o termo 'impacto ambiental' traz em si, de forma latente, a grande problemática e complexidade diante da sociedade na tentativa de harmonizar a equação 'desenvolvimento', 'preservação' e 'qualidade de vida'.

Entre os problemas e desafios para este milênio estão as questões sociais, econômicas, e culturais; todavia, as demandas pelo progresso e modernidade levam à construção de obras que muitas vezes interferem de forma contundente na cadeia produtiva e econômica de uma respectiva comunidade, seja uma vila na Amazônia, seja uma metrópole. Dessa forma, sem se importar com as consequências, o ser humano acaba colocando em risco a sobrevivência de comunidades, bem como os ecossistemas, causando efeitos negativos irreparáveis.

Ao se tomar a iniciativa de construir uma edificação, uma obra de grande porte, torna-se importante que se realize estudos de impacto ambiental, tais como o EIA-RIMA, e que este englobe além dos aspectos bióticos, os aspectos sociais, que inclua as comunidades locais, e que todo o processo seja acompanhado pela sociedade civil organizada residente no local ou nas adjacências. Considerando-se este prisma, faz-se necessário refletir sobre as práticas socioambientais, com foco em um convívio mais harmônico entre o homem e a natureza, e que reflexões surjam para se pensar e planejar o desenvolvimento imposto pelo sistema e nas possíveis mudanças que podem ser causadas no meio ambiente.

A não observância dessa relação pode afetar as estruturas sociais e econômicas locais. Dentro desse contexto, torna-se importante compreender como os impactos causados possam ser mitigados, no sentido de garantir à sociedade certos níveis de qualidade de vida e bem-estar

Seguindo essa linha de pensamento, vale ressaltar que a crise ambiental contemporânea está fundamentada em duas vertentes de pensamentos, que ao longo dos anos tem alimentado um processo de reflexão, ampliando as discussões sobre a temática 'homem' e 'natureza'. Em 1972, o então Clube de Roma publicou um manifesto expondo suas ideias. Intitulado de "Limites para o Crescimento", esse documento continha mensagens sobre a necessidade de se estabilizar a economia, bem como reduzir o crescimento demográfico e criar formas de controle sobre o capital corporativo especulativo.

Essa foi uma das correntes de pensamentos de viés ecológico e ambientalista cujas preocupações se voltavam para a forma como o desenvolvimento econômico deveria ocorrer no mundo. A segunda vertente, de caráter mais radical, segundo Kitamura (1994, p.173), "fundamenta-se na crítica ambientalista, no estilo de vida contemporâneo e tem como pressuposto a defesa da sustentabilidade social, econômica e, ecológica".

Vale lembrar que o desenvolvimento imposto pelo sistema capitalista e a rápida degradação dos biomas no mundo levou à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972. Foi a partir dessa Conferência, que se lançaram as bases para a abordagem dos problemas ambientais em escala globalizada, inspirada na ideologia de "Uma só Terra".

Ou seja, o Planeta Terra como o único lugar habitável para o ser humano; portanto, deve-se ter como prioridade a sua conservação e preservação; uma verdade irrefutável, ou "uma verdade inconveniente" como apregoada por Al Gore. Segundo Kitamura (1994, p 176), foi após a realização da Cúpula de 1972 que, em 1987, a Comissão Brundtland lançou o Relatório 'Nosso Mundo Comum', e com ele veio a proposta de um novo conceito, o de um 'desenvolvimento de base sustentável'.

A 'sustentabilidade' é proposta como um novo paradigma nas relações entre 'desenvolvimento', 'sociedade' e 'natureza'. Ou seja, o status meramente utilitário imposto à natureza é questionado e criticado devido aos limites dos recursos naturais. A percepção de uma natureza exclusivamente 'serviçal' aos interesses do capital e dos governos começa a mudar.

Seguindo essa linha de pensamento Gomes, (2000, p.170), corrobora dizendo que: "Com efeito, não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem o uso adequado dos recursos naturais, já que aquele depende deste e a natureza é exaurível". Nesse contexto Kitamura (1998 p.135) comenta que: "uma estratégia de desenvolvimento sustentável (...) tem como ponto central a percepção do meio ambiente regional a partir dos interesses diretos das populações locais".

Complementando recorre-se ainda ao posicionamento de Kitamura (1998, p.24) ao esclarecer que:

Sem uma presença forte do Estado, o desenvolvimento sustentável significará apenas uma melhoria em relação aos problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento, tipicamente da industrialização e urbanização, mas com a manutenção do *status quo*, das condições de pobreza e da distribuição desigual de benefícios.

Vinte anos mais tarde, em 1992, ocorreu no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, e reuniu mais de cem chefes de Estados que apresentaram proposições visando a conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e manutenção dos ecossistemas da terra. O consenso da maioria dos países envolvidos gerou cinco principais documentos, entre eles a Agenda 21.

A Agenda 21 se constitui em um documento que norteia as atividades e responsabilidades de cada um dos países signatários. Amparado neste documento, o governo brasileiro elaborou a Agenda 21 brasileira que entre outras medidas adotadas, regulamentou através da Instrução Normativa Nº 01/2010, os critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser inseridos nas especificações de bens, serviços e obras da Administração Pública Federal (Brasil, 2010).

É com base nesses elementos históricos e com a mudança de paradigma de 'sociedade estritamente consumista' para uma 'sociedade ecológica', que se pretende analisar os impactos causados pela construção da Ponte sobre o Rio Branco na Vila de Vista Alegre, logicamente sob a ótica e limitações em nível municipal, afinal, trata-se de uma Vila, e a abordagem e análise são feitas em escala e dimensão apropriadas. A premissa é que os efeitos e impactos negativos que acontecem em macro escala em razão das transformações ou transições para o moderno, e em função do capital e do lucro, são um fenômeno recorrente também em micro escala. Igualmente, a sustentabilidade também deve ser pensada e deve permear as ações antrópicas individuais e coletivas em todos os níveis, do consumo da energia ao gerenciamento dos resíduos sólidos na própria casa, na empresa, e em todas as instâncias governamentais.

A questão ecológica foi incluída nas discussões prévias e da revisão da literatura, pois ao se pensar um desenvolvimento local para Vista Alegre almeja-se que o mesmo esse seja implementado considerando-se os princípios da sustentabilidade social, econômica e ambiental, e isso inclui atividades com esse viés tal como o ecoturismo, turismo de pesca esportiva, e o turismo cultural, por exemplo.

Todo desenvolvimento local, gerido por pessoas e não é um resultado automático do crescimento econômico, é resultado das

relações humanas, do desejo, da vontade, das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar uma melhor qualidade de vida. É promover uma vida digna, com acesso no que é de direito constitucional, saúde, educação de qualidade, criar ações, promovendo inclusão social, e fortalecer a economia local por meios justos, de forma inclusiva, e em harmonia com a natureza.

Martins (2002, p.53) entende que 'desenvolvimento local' é a busca do bem estar de um grupo por meio da identificação das qualidades e competências de uma determinada região:

...a organização comunitária em torno de um planejamento para a o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituído assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar.

Vale lembrar que o termo “desenvolvimento” deve designar um processo de superação de problemas sociais, cujo âmbito torna uma sociedade, mas justa, para si e para todos seus membros, buscando de forma digna e honesta se manter dentro do pacto social que rege uma sociedade e um cidadão de bem, mesmo enfrentado a luta diária e desigual imposta pelo sistema capitalista e negligenciada pelos poderes públicos constituídos.

Neste sentido compete às autoridades administrativas a responsabilidade de planejar, organizar e dirigir esforços, levando-se em conta que o planejamento racional é um dos instrumentos mais eficazes e, que deve ser utilizado pelo poder público na organização da relação entre homem e Meio Ambiente.

Para Cavalcante (1997. p 17) explica que:

Muito pouco é possível fazer sem que transformações mais amplas se operem nas relações públicas entre o Estado, a sociedade e os mecanismos clássicos da democracia representativa; sem que se amplie consideravelmente à consciência ambiental; sem que se busque uma reelaboração interdisciplinar dos saberes e finalidades, sem que se proceda a uma reorganização transectorial da administração pública.

Comungando esse pensamento, Antunes (2005, p.15) destaca que:

A intervenção econômica é uma atividade do próprio Estado, é um comportamento positivo, ou a determinação de que o particular aja em certo sentido. Isto é feito através de mecanismos próprios (instituição de empresas

etc.) ou através de determinados estímulos econômicos específicos.

Dentro desse contexto, passa-se a fazer uma abordagem em torno do turismo como forma de inserir a Vila de Vista Alegre na cadeia economicamente produtiva do Município de Caracaraí, e, conseqüentemente, do Estado de Roraima.

O turismo atualmente no Brasil é considerado um dos setores da economia que mais tem apresentado crescimento econômico e contribuído para o desenvolvimento social do país. Dada essa contribuição econômica, o setor público visando ter maior controle e implementar normatizações nessa prática economicamente rentável, criou o Ministério do Turismo, Mtur, atualmente com atribuições mais amplas em termos setoriais e denominado como Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, MICT.

Considerando-se esse contexto, é válido ressaltar que o Brasil é um país que apresenta forte potencial para o turismo, conforme estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2002). O turismo é uma forma de manifestação contemporânea que envolve algumas variáveis como: cultura, política, agentes econômicos e sociais, entre outros.

Dentre as variáveis analisadas, acredita-se que à conceituação de caráter mais abrangente, e que traduz o significado do termo turismo com maior clareza é a elaborada por Tribe (1997, p. 641), “turismo é o conjunto dos fenômenos e das relações que emergem da interação em regiões emissoras e receptoras de turistas, empresas fornecedoras, órgãos do governo, comunidade e ambientes”.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, OMT (2006) são consideradas atividades turísticas: as viagens de negócios, de visitas a familiares ou amigos, viagens de estudos, eventos esportivos, encontros religiosos, conferências, exposições e até viagem para tratamento de saúde, além das tradicionalmente, viagens de férias. Percebe-se que toda atividade que envolve deslocamento e estadia em locais fora do residencial, são caracterizadas como atividades turísticas.

Outra conceituação para turismo, e talvez a mais antiga, foi emitida por Guyer (1905, apud Acerenza 2002, p.31), e afirma que:

Turismo, no sentido moderno da palavra, é um fenômeno dos tempos atuais, baseado na crescente necessidade de recuperação e mudança de ambiente, no conhecimento e na apreciação da beleza de cenários, no gozo do contato com a natureza e é, em particular, produto da crescente fusão das nações e países da sociedade humana, como resultado do desenvolvimento do comércio, da indústria e dos mercados e do aperfeiçoamento dos meios de transporte.

Além da linha de pensamento exposta por Acarenza (2002), que apresenta o turismo como um instrumento de fusão nas nações, e que implica de forma positiva na movimentação do comércio local, outra contribuição vem de Beni (2004, p. 65), que esclarece: “o turismo move-se na esfera do econômico”, portanto, a atividade turística está atrelada a situação econômica, a qual condiciona seu processo evolutivo.

Então, torna-se válido afirmar que o turismo é uma atividade comercial, com vistas a estimular o desenvolvimento econômico, tanto de grandes centros, como de pequenas localidades. Desde que as mesmas apresentem características e potencialidades a serem exploradas e estejam receptivas as possíveis mudanças que se fazerem necessárias ao atendimento do Turismo.

Conceituar o turismo e compreender sua importância como instrumento de desenvolvimento tem sido uma missão complexa, dado o seu caráter multidisciplinar e multissetorial de atividades. Diante dos aspectos positivos da atividade, sua conceituação aponta para grande variabilidade de conceitos, que se amplia cada vez mais, evidenciando novas variáveis que envolvem o fenômeno.

De acordo com Andrade (1995, p. 11),

O turismo nasce de um conjunto de natureza heterogênea que impede a constituição de ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria.

Diante dessa colocação, percebe-se uma falta de consenso na conceituação do turismo, tendo em vista o não enfrentamento de ideias, tanto nas esferas acadêmicas, quanto nas esferas econômica e empresarial, já que ambos os segmentos sociais apresentam divergências sobre esta conceituação. Dessa maneira, o turismo tem sido conceituado, conforme sua operacionalidade. Para uns o turismo é conceituado como uma indústria, para outros, como uma soma de operações de natureza econômica, ou ainda, um fenômeno social e econômico contemporâneo.

Em 1910, Hermann Von Schullen apud Beni (2004, p. 34) definiu o turismo dizendo: “o turismo pode ser a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. A OMT (1994) define o turismo como:

Conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou por outros motivos não relacionados ao exercício de alguma atividade remunerada no local visitado.

Por ser uma disciplina relativamente nova e por não possuir teorias próprias, o turismo não é reconhecido como ciência pura, mas como sendo parte das ciências aplicadas, possuindo contribuições de outras disciplinas acadêmicas, entre elas: sociologia, antropologia, economia, geografia, estatística, direito, etc. O Turismo também não pode ser conceituado como uma indústria considerando que as atividades turísticas são caracteristicamente denominadas de prestação de serviços e, estas por sua vez estão inseridas no setor terciário da economia.

A explicação de Lickorish e Jekins (2000, p.9) corrobora com tal entendimento,

O problema em descrever o turismo como uma "indústria" é que ele não possui a função de produção formal denotada pelo termo, e também não produz resultados que possam ser fisicamente medidos, como no caso a agricultura (toneladas de trigo) ou de bebidas (litros de uísque).

Para Rodrigues (1992, p.72) dada; "...à face de sua complexidade, o turismo deve ser abordado em âmbito multidisciplinar, particularmente pelo conjunto das Ciências Sociais". Jafari e Ritchie (1981, apud Panosso Netto e Beni, 2005, p.49) buscaram explicar o 'turismo' com um enfoque acadêmico tendo como base a educação, optando por um modelo multidisciplinar e interdisciplinar em suas análises, sem escolher uma linha teórica como fundamentação em seus estudos.

De acordo com Beni (2004, p.53),

O turismo é eminentemente um fenômeno social que, ao originar uma série de atividades, como transporte, alojamento, recreação e outras, as faz gerar outra série de efeitos sobre o meio ambiente em que se desenvolvem e que podem ser de caráter econômico, social, cultural e até ecológico.

Dentre tantas conceituações que possam ser dedicadas ao turismo Silva (2004, p. 267), o conceitua como:

...um fenômeno definido do ponto de vista da demanda, apesar de que a maioria das classificações econômicas de atividades serem estabelecidas do ponto de vista da oferta de produtos e serviços e da caracterização dos processos de produção.

Como resultado, para a efetiva conceituação dessa atividade econômica, seriam necessárias adaptações ao processo de classificação de atividades, dado que está inserida na prestação de serviços. Some-se a essa dificuldade metodológica a falta de identificar

precisamente um critério estatístico que possa ser utilizado em uma base universal.

Como já fora citado anteriormente, o turismo é uma prática social contemporânea, que está atrelado ao desenvolvimento social e econômico de uma região ou localidade. A capacidade transformadora do turismo fica bem esclarecida, segundo o que diz Nicolas (1996, p.49), para ele, o turismo:

Cria, transforma e, inclusive valoriza diferentemente os espaços, que ao contrário não teriam 'valor' no contexto da lógica da produção: assim, de repente, pastagens podem ser transformadas em áreas de acampamento ou a casa parcialmente demolida do avô já falecido por ser reformada para virar casa de hóspedes. Toda a questão do patrimônio 'turistificado' pode se analisado sob esta vertente (tradução própria para o português).

O turismo é um segmento econômico inserido no setor terciário da economia brasileira, tido como prestação de serviços. Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as atividades características do turismo formam um grupo bastante heterogêneo, o que torna possível agrupá-las e analisá-las.

Ainda, segundo dados do IBGE (2010, p.25), no ano de 2007, as atividades características do turismo geraram uma produção de R\$ 168,8 bilhões. Constituindo-se, exclusivamente, como atividades prestadoras de serviços, sua participação no total do valor da produção gerado pelo setor de serviços foi de 7,1%. Na comparação com a economia brasileira, este valor representou 3,6% do produto interno bruto.

Dessa forma percebe-se que a prática do turismo se apresenta como forma de inclusão social nos mais variados segmentos de uma sociedade, podendo ser explorada economicamente de varias formas e em vários setores. Ainda segundo Beni (2004, p 65), "o Turismo é manifestação e contínua atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção".

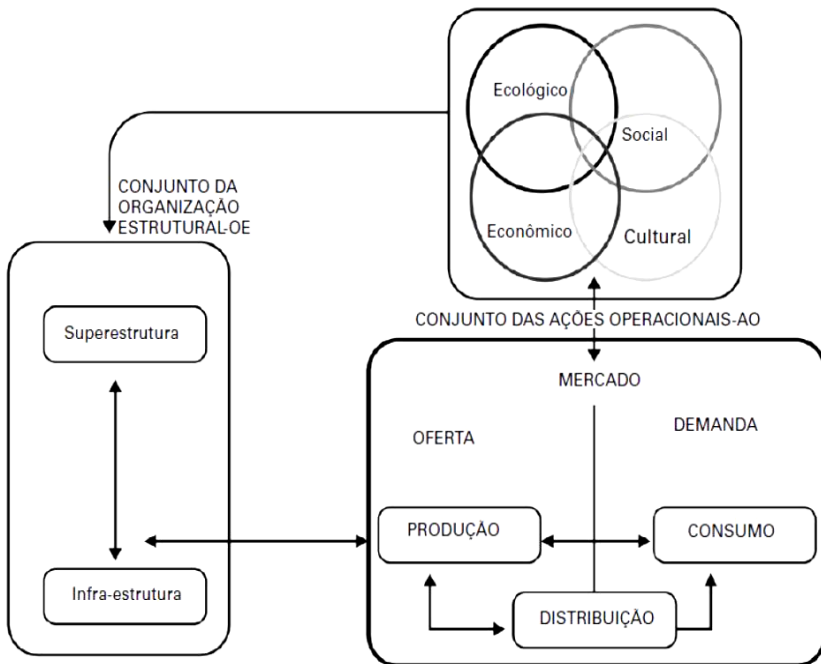
Diante essas questões, Carvalho (2001, p.1) comenta que:

As vantagens do turismo como fonte geradora de emprego, entre outras, prende-se a facilidade com que promoções e novos investimentos geram empregos, e a diversidade qualitativa desse fenômeno, sem esquecer que tem a peculiaridade de gerar vagas em áreas com desemprego, como centros de cidades e áreas rurais.

Com uma abordagem mais holística do funcionamento e benefícios setoriais do turismo, Beni (1988) fez uma grande contribuição à literatura ao abordá-lo de forma sistêmica incluindo todos os setores que direta e indiretamente fazem parte da cadeia

produtiva e das áreas que são por ele afetadas. Por exemplo, as questões sociais, ecológicas, econômicas e culturais são incluídas naquilo que Beni denominou de Sistema de Turismo, o SISTUR.

A Figura 16 ilustra as ligações, inter-relações e funcionalidades atribuídas à complexidade do turismo, incluindo os aspectos mercadológicos (oferta, demanda, produção, consumo, e distribuição), e o conjunto da organização estrutural (superestrutura, infraestrutura).



Fonte: Beni, 1988.

Figura 1.0 - Sistema de Turismo (SISTUR).

O modelo de Beni explica de forma clara a funcionalidade e operacionalidade do turismo. E essa visão sistêmica é útil ao se pensar o desenvolvimento do turismo local, em particular, de um 'turismo' que venha a surgir a fim de inseri-lo em uma perspectiva mais abrangente da cadeia produtiva turística, bem como ao se considerar os aspectos sociais, econômicos, ecológicos e culturais.

Enfim, apesar de o turismo na Vila de Vista Alegre ser ainda apenas uma proposta, uma possibilidade a ser implantada e desenvolvida, existe um potencial real para que isso se torne realidade, em especial, para o turismo de pesca esportiva e também para o ecoturismo, haja vista a abundância de recursos naturais e ambientes próprios para essas práticas. Em face dessas prerrogativas, as pessoas que venham a ficar à frente do desenvolvimento turístico na

Vila devem buscar compreender e identificar as 'demandas', 'ofertas', e o 'prospectivo mercado' em si em termos de planejamento.

O modelo de Beni contribui, no mínimo, para ilustrar as áreas de importância no turismo e suas inter-relações rumo a um turismo de base mais sólida, planejado, e enviesado pelos princípios da sustentabilidade, contribuindo significativamente para um desenvolvimento local.

Diante das colocações apresentadas, percebe-se a falta de consenso quanto à conceituação e classificação do turismo enquanto atividade economicamente rentável. Conforme as informações geradas pelo banco de dados do IBGE, é perceptível, que os vários segmentos da atividade turística têm contribuído de forma expressiva para economia nacional. Todavia é relevante que se conheça também as particularidades, conceitos e princípios dos vários segmentos turismo.

Seguindo essa linha de pensamentos, busca-se ter conhecimento sobre o turismo de natureza, o ecoturismo, ou turismo de pesca esportiva, considerando que este tipo de atividade se encaixa plenamente nos recursos bióticos e hídricos disponíveis na Vila objeto deste estudo de caso, pois pode ser praticado usando a matéria-prima mais abundante do local, a natureza, o rio, as matas, é de baixo impacto.

Acrescenta-se que o ecoturismo não é um turismo de massa, e por ser centrado em pequenos grupos, a comunidade local pode buscar ter apoio de Instituições pertinentes como o SEBRAE, SENAC, UERR, entre outros, de modo a se organizar, capacitar e levar adiante as iniciativas de empreendedorismo com foco no ecoturismo.

3.2 Turismo ecológico/ecoturismo

No ano de 1994 um grupo de trabalho interministerial, integrado por representantes do então Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo - MICT, Ministério do meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, e dos Institutos Federais IBAMA e EMBRATUR, confeccionou um documento denominado de, 'Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo'.

Este documento estabelece os conceitos e as definições pertinentes ao ecoturismo e a exploração deste segmento no Brasil. Nesse documento, o ecoturismo passou a ser definido segundo a EMBRATUR (2000, p.1) como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

O desenvolvimento de atividades ecoturísticas se caracteriza como uma prática saudável (e desejável) por comportar uma sinergia

entre a prática esportiva e a natureza. Dentre as modalidades ecoturísticas destacam-se: caminhadas, campismo, canoagem, observação da natureza (turismo contemplativo), viagens a pé, cavalgadas, e banhos em rios, riachos, igarapés, muitas vezes, usufruindo de suas cachoeiras, do ar puro das áreas verdes, e das belezas cênicas de um ambiente natural. Quanto a essa colocação, Pires (1997, p.76) comenta que o ecoturismo é:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar da comunidade envolvida.

Pires (1997) esclarece de forma proeminente a relação do ecoturismo com a sustentabilidade, assunto que se torna cada dia mais rotineiro, dado a sua importância para a sobrevivência humana.

Ainda dentro deste contexto, é válido ressaltar, que em varias ocasiões, o ecoturismo, turismo ecológico ou rural, conseguiu inserir no contexto econômico localidades que até então não possuíam nenhuma atividade econômica rentável, porem apresentavam potencialidades naturais e culturais. Quanto a essa colocação, Veiga (2002, p.7) comenta sobre o turismo em localidades interioranas:

As áreas rurais dos países avançados que permanecem subdesenvolvidas são aquelas que não lograram explorar qualquer vocação que as conecte às dinâmicas econômicas de outros espaços – sejam eles urbanos ou rurais – e não aquelas que teriam sido incapazes ou impossibilitadas de se urbanizar. E como as novas fontes de crescimento econômico das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, intensificasse o contraste entre campo e cidade.

Diante da colocação feita por Veiga (2002), torna-se necessário que se identifique os principais tipos de atividades ecoturísticas existentes. Como parte da revisão da literatura, a tipologia elaborada por Rodrigues (1998) sobre os sete tipos de ecoturismo é apresentada na Tabela 1.0 a seguir.

Tabela 1.0 - Tipos de Ecoturismo e Atividades Ecoturística

Tipos de Ecoturismo	Atividades Ecoturísticas
Ecoturismo Científico	Estudos e Pesquisas Científicas em botânica, arqueologia, paleontologia, geologia, zoologia, biologia, ecologia, etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da vida selvagem (fauna e flora), interpretação da natureza, orientação geográfica, observação astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos e mergulhos, jogos e brincadeiras.
Ecoturismo de Aventura	Montanhismo, expedições, contatos com culturas remotas, etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, canoagem, "rafting", bóiacross, rapel, "surf", vôo livre, balonismo, etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural com populações que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturalista	Prática do "Nudismo" ao ar livre junto à natureza.

Fonte: Rodrigues (1998, pág. 125).

Conforme a Tabela 1.0 proposta por Rodrigues (1998), torna-se importante que se investigue a aplicabilidade desses tipos de ecoturismo e atividades ecoturísticas na relação homem-meio ambiente, bem como, identificar quais os fatores positivos, e quais os positivos tanto para as comunidades envolvidas, quanto para o meio ambiente.

3.3 Turismo Cultural como meio de subsistência local

Para Lima (2006, p.157) turismo cultural esta relacionado com o fluxo de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado pelo patrimônio histórico e o acervo cultural.

Turismo Cultural está relacionado a toda atividade turística que envolve a presença de atividade turística com a presença de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e de eventos, valorizando e promovendo tanto os bens de natureza materiais quanto os imateriais, que expressam ou revelam a memória das populações e das comunidades.

São considerados bens culturais atividades realizada em área natural com objetivo de conhecimento e observação da fauna e flora, patrimônio cultural, prática de esporte e pesquisa científica, sítios arqueológicos, artes visuais, eventos, dança, teatro, artesanato, sítios históricos, entre outros.

3.4 Vantagens e desvantagens do 'turismo de natureza' e do 'ecoturismo'

Conceitualmente, o ecoturismo refere-se à utilização de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando sua preservação e conservação com o objetivo de formar uma consciência ecológica e ambientalista em prol do meio ambiente. Neste viés, é oportuno destacar a existência de controvérsias, relacionadas ao ecoturismo e o turismo de aventura, no tocante a inclusão ou não deste último como uma modalidade ecoturista, apesar de ambos, conciliares atividades similares que tem como pano de fundo a natureza.

Nas últimas décadas o ecoturismo tem se transformado em uma tendência, em termos de turismo mundial, considerando que as pessoas buscam fugir do estresse das grandes metrópoles. Todavia, para que o ecoturismo se torne uma opção turística ecologicamente correta, é necessário que haja harmonia e equilíbrio entre os seguintes fatores: resultados econômicos, mínimos impactos ambientais e culturais, e satisfação do cliente (ecoturista) e da comunidade. Dentro desse contexto, Ruschmann (2001, p.69) diz que:

Enquanto a indústria destrói para produzir, o ecoturismo deve preservar para produzir. A harmonização do turismo com o ambiente é uma mudança na forma de pensar, uma inovação conceitual para superar uma contradição que facilmente acontece entre o turismo destrutivo e a proteção de um turismo que deve ser preservado.

Diante da colocação de Ruschmann (2001), é válido esclarecer que a degradação do meio ambiente apresentou maiores proporções a partir da revolução industrial. Considerando que houve aceleração no processo de urbanização e aumento nos índices de consumo.

Esses dois fatores conduzidos pelo processo de industrialização provocaram impactos no meio ambiente, haja vista a necessidade de utilização de maior quantidade dos recursos naturais. Dentro desse contexto, Santos (2004, p. 21), esclarece que: "O espírito desenvolvimentista da década de 1950 enraizou-se no Brasil e as décadas de 1960 e 1970 apresentaram um país com prioridade na industrialização"

O desenvolvimento do ecoturismo em pequenas localidades interioranas deve a princípios de tudo, ter mecanismos que possam entre outros, promover a inclusão social e econômica, reduzindo o êxodo rural, que só aumenta os bolsões de pobreza nos grandes centros. Dentro dessa linha de pensamento, Fucks (2001, p.57) comenta que:

As atividades ecoturísticas devem ser entendidas enquanto nova alternativa econômica para viabilizar o desenvolvimento local, uma vez que proporcionam estímulos ao crescimento de inúmeras e pequenas atividades, geradoras de renda, que passam a despertar

interesse, sendo, pois, disponibilizadas para o consumo e usufruto dos visitantes e dos turistas.

Conforme o exposto percebe-se que a atividade ecoturística imprime no morador local o desejo de participar das atividades geradoras de renda, o que provoca mudanças, tanto na qualidade de vida, quanto na relação homem-meio ambiente.

A OMT (2001) informa que se o ecoturismo for praticado de forma correta, traz as seguintes vantagens e benefícios.

- ✓ Estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano;
- ✓ Assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos;
- ✓ Gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos;
- ✓ Estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia;
- ✓ Diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- ✓ Incorpora o planejamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema;
- ✓ Estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infraestrutura comunitária local;
- ✓ Cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais;
- ✓ Demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar no processo de preservação ambiental local (OMT - Organização Mundial do Turismo, 2001).

Levando-se em consideração esse contexto, acredita-se que é válido alertar que toda mudança requer cuidados e, investir em empreendimentos econômicos mais ainda, principalmente quando se trata de meio ambiente. É notório que o turismo é uma prática econômica rentável, todavia, ele não traz somente benefícios. Segundo Ruschmanm (2008, p, 24), por isso, torna-se imprescindível estimular o desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo; se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometera sua própria sobrevivência.

O ecoturismo, apesar de estar em contraposição ao turismo de massa, pode também acarretar consigo algumas desvantagens, alguns

impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades receptoras se não for realmente planejado e operacionalizado em bases sustentáveis e com níveis de conscientização socioambiental tanto das comunidades, dos visitantes, quanto do trade turístico.

Entre alguns dos impactos socioambientais indesejáveis estão: o aumento na produção de resíduos sólidos, a ocupação desordenadas de áreas sensíveis, o aumento populacional, bem como, possíveis ocorrências de inserção de drogas, prostituição nas comunidades receptoras, etc.

3.5 Justificativa

Caracarái é um município detentor de grande espaço geográfico, o segundo em extensão, mas dotado de pouca variedade e atrativos econômicos, sem um parque industrial, ou, de atividades agropecuárias de grande significância, porém com algumas atividades voltadas para o extrativismo de madeiras, e essa situação se reflete na realidade de cada vila ou distrito geopolítico que compõe o município como um todo.

A vila de Vista Alegre não é exceção às demais regiões. Na atualidade não se pode definir qual o papel e o peso econômico da Vila de Vista Alegre em relação à economia do município e, conseqüentemente, sua relevância para o Estado.

Assim, analisar os impactos causados pela construção da Ponte sobre o Rio Branco para a Vila de Vista Alegre na visitação, e nos fatores socioeconômicos locais, torna-se importante, por possibilitar o direcionamento de políticas públicas que venham pelo menos a mitigar a preocupante situação atual com uma patente estagnação e inércia econômica, fazendo com que muitos jovens deixem o local, como já mencionado.

Vale ressaltar que até o momento presente não houve implementação de políticas públicas que incentivem a tomada de ações e a execução de projetos que venham a fortalecer a cadeia produtiva local, e sem degradar do meio ambiente.

Como alegado pelos moradores, algumas iniciativas são anunciadas mas apresentam cunho político e acabam não avançando, não tendo continuidade, ficando somente na esfera dos discursos e da retórica politiqureira, o que provoca nos residentes uma sensação de descaso e abandono.

Portanto, a necessidade de estudos que possibilitem detectar a viabilidade de implementação de ações destinadas à garantia do desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis na Vila de Vista Alegre justifica o presente trabalho.

Espera-se, afinal, que o pesquisa sirva como um relatório e banco de dados adicionais para que os poderes constituídos possam rever a situação de uma “esquecida Vila” excluída do desenvolvimento estadual. Com esse trabalho, talvez surjam iniciativas que faça uma

'justiça' promovendo o equilíbrio entre 'desenvolvimento', 'qualidade de vida', e 'preservação ambiental', conciliando os grandes projetos desenvolvimentistas do Estado com os interesses das comunidades.

A relevância desta pesquisa e trabalho monográfico recai no fato de que se ações não forem tomadas, a Vila poderá se tornar uma Vila fantasma nas próximas décadas; a pesquisa é relevante, pois busca entender um contexto atual relacionando com fatos históricos recentes, bem como busca apontar caminhos que possam dar uma sobrevida e criar expectativas concretas à Vila.

4.0 Em busca das Respostas: Os Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa tem uma orientação metodológica quali-quantitativa a fim de se alcançar os resultados almejados. Conforme Lakatos e Marconi (1992, p.23), toda pesquisa tem por objetivo o levantamento de dados que podem ser obtidos de várias fontes, ressaltando quaisquer que sejam os meios utilizados ou técnicas empregadas.

Para a coleta e análise de dados para este estudo foram utilizados: a revisão bibliográfica com leitura crítica de livros pertinentes ao tema, revistas científicas impressas ou eletrônicas, sítios eletrônicos na internet, observação participante, uso de questionários, conversas informais e entrevistas com os residentes, acesso e análise de documentos, bem como uma busca documental e de textos jornalísticos de interesse histórico para o tema (refira-se aos Anexos I, II, III, e IV). O uso de múltiplos recursos para a coleta de dados é o que se convencionou chamar de 'triangulação'.

É válido ainda ressaltar que, na pesquisa de campo, pode-se utilizar o método da triangulação de informações. Nesta metodologia, o principal objetivo é a convergência de resultados da pesquisa de campo, os quais serão validados se conduzirem as mesmas conclusões. Da mesma forma que, os dados que apresentam resultados contraditórios devam ser invalidados e refutados de um ou de ambos os métodos (qualitativo ou quantitativo).

Corroborando com esse pensamento, Flick (2005, p 272) comenta que "(...) Os dados dos questionários quase não permitem a revelação do contexto de cada resposta, o que só pode ser conseguido pela utilização explícita de métodos adicionais, como entrevistas complementares a uma parte da amostra".

Porém, antes de aplicação definitiva dos questionários, foi realizado um pré-teste (um piloto) com três moradores do Município de Caracaraí, sem, todavia levar em consideração o resultado final. O pré-teste foi para averiguar a exatidão e clareza das perguntas do questionário possibilitando sua revisão e refinamento antes de aplicá-lo a um número grande de residentes. Batalha e Silva (2001) "consideram este teste essencial, pois ajudam a evidenciar erros ou falhas não observadas quando na organização e elaboração do questionário".

Levando-se em conta que a pesquisa é centrada em um contexto histórico e recente, bem como na percepção de um 'grupo de foco' específico, ou seja, os sujeitos objeto da investigação são os próprios residentes da Vila no município de Caracará, todos adultos, de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 60 anos, e esse grupo se torna uma "população amostral".

Quanto aos critérios para a escolha dos sujeitos, o requisito era que o morador participante da pesquisa residisse há mais de 3 anos no local. Foram feitas cinco visitas de campo e as entrevistas *in situ* foram realizadas no período correspondente entre 03 e 10 de fevereiro de 2013.

Já a aplicação dos 100 questionários na Vila seguiu os mesmos critérios, e os questionários foram respondidos entre os meses de janeiro e março de 2013 por funcionários públicos, pescadores, autônomos, e pelos dois empresários do ramo de comércio local.

Os questionários ajudaram a se obter quantitativamente os dados e elementos necessários para uma análise crítica de uma realidade na visão dos respondentes, bem como se saber as expectativas e motivações deles em relação a uma possível introdução da atividade turística na Vila. Como explica Schluter (2003), os questionários reúnem perguntas em forma de lista organizada logicamente e são utilizados para coletar informações sobre um determinado tema.

Além das entrevistas e o uso de questionários, foram realizadas conversas informais com moradores pioneiros, líderes religiosos, representantes da Pastoral da Criança; além disso, foram analisados textos de matérias jornalística publicada em jornais da época sobre os impactos da construção da ponte e a situação da BR 174 (refira-se aos Anexos II, III, IV), acervo cedido pela Casa da Cultura de Boa Vista.

Os dados coletados foram ordenados e comparados, visando identificar e mensurar os impactos causados pela construção da ponte sobre o Rio Branco para a Vila de Vista Alegre, na visita e nos fatores socioeconômicos. Para a tabulação e análise recorreu-se aos métodos, quantitativo e qualitativo, que segundo Sampiere *et al* (2006, p.5), "permite maior flexibilidade na tabulação dos dados coletados".

Dencker (2001, p.56) esclarece que "o pesquisador deve escolher, dentre as alternativas, as mais adequadas para cada etapa da pesquisa". A autora explica ainda que:

A pesquisa qualitativa, por exemplo, é adequada para se obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, porém não permite generalização em termos de probabilidade de ocorrência (Dencker, 2001, p 56).

Como parte da análise, o sistema S.W.O.T. foi usado para se identificar os pontos fortes, fracos, desafios e ameaças relacionados à

situação socioeconômica, estrutura, e infraestrutura da Vila e os impactos da construção da Ponte sobre o Rio Branco (Tabela 3.0).

O Sistema SWOT faz com que o pesquisador se preocupe em elencar elementos pertinentes para a investigação, levando-o a uma leitura crítica de ocorrências do passado, do presente e de fatos futuros que possam vir a ser pertinentes para o assunto em questão. Esse método contribui para se analisar em bases concretas uma realidade e a partir de inferências, pensar estrategicamente intervenções e soluções para o assunto-problema.

5.0 Breve histórico do Município de Caracarái, Roraima

Foi por meio da Lei Federal Nº. 2.495, de 27 de Maio de 1955, que o município de Caracarái foi criado. Devido à sua posição beira-rio privilegiada, a cidade passou a ser chamada de “Cidade Porto”, uma metonímia – uma transnomação -, uso de palavra ou termo fora do seu contexto semântico usual.

Caracarái ficou assim, popularmente conhecida, devido à acessibilidade de navegação fluvial a partir de Manaus, sendo considerado o único município do Estado de Roraima que pode ser acessado por via fluvial uma vez que há uma barreira natural, as Corredeiras do Bem Querer, que impedem a navegação até à capital Boa Vista e a outras áreas geográficas do Estado.

Conforme Freitas (1996, p 78), Caracarái é o segundo maior município do estado de Roraima mesmo após o desmembramento de três outros municípios: Mucajái, São Luiz do Anauá e de São João da Baliza. Caracarái é o maior arrecadador de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, ICMS, no Interior de Roraima.

Os limites geográficos do município se iniciam ao norte com Iracema, e se estendem até a divisa com o Amazonas ao Sul e a Oeste, tendo o Rio Jufaris como divisor; e ao Leste encontram os Rios Branco e Anauá, como divisores naturais entre os municípios de Caracarái, Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe.

O município de Caracarái encontra-se localizado na parte setentrional do Estado, e faz parte de uma zona de transição entre lavrados (savana) roraimenses e a hileia Amazônica; uma denominação para a floresta densa dada pelos naturalistas Humboldt e Bonpland, pois apresenta variada diversidade de flora e fauna. Caracarái é um mosaico em termos de vegetação. A estrutura morfológica conforme Freitas (1996) apresenta variação, predominando as regiões de várzeas com altitude oscilando entre 70m a 300m acima do nível do mar.

Todavia, no período de estiagem - que começa em outubro e se estende até fevereiro - o rio tem o seu volume de água reduzido, volta ao leito natural, cheio de sinuosidades permeado de bancos de areia, dificultando a navegação de barcos de maior porte com riscos de encalhes ou até mesmo de naufrágios.

5.1 Vila de Vista Alegre

Ao longo do Rio Branco, em suas margens, surgiram várias comunidades ribeirinhas, formadas principalmente por agricultores e/ou pescadores. Em meio a essas pequenas comunidades ribeirinhas, encontra-se a Vila de Vista Alegre (Fig. 2.0) que se encontra distante 12 quilômetros da sede do município de Caracaraí que podem ser percorridos pela BR-174 (ver Fig. 1.1).

Apesar de continuar a ser chamada de Vila, em 2000, a Lei municipal 336 assinada pelo prefeito Antônio Costa Reis, criou o Distrito de Vista Alegre, estabelecendo seus limites geográficos do Km 596 da BR 174 ao Km 611, às margens do Rio Branco (ver Anexo I). Aspectos da Vila de Vista Alegre, seu cotidiano, ruas, casas, e demais edificações podem ser conferidas nas Figuras 1, 2, 3, 3.1, 4, 5, 6, 7, 11 e 12.



Fonte: Encart Consultoria & Projetos, 2001.

Figura 1.1 – Mapa de localização da Vila de Vista Alegre a 12km da sede de Caracaraí.



Figura 2.0 – Vista Parcial da Vila de Vista Alegre tirada de cima da ponte. No canto direito, de cor azul, a Igreja São Pedro.



Figura 3.0 – Igreja São Pedro, às margens do Rio Branco, Vila de Vista Alegre, Caracaraí, Roraima.

Em 2012, a Vila de Vista Alegre tinha 634 habitantes, segundo dados do Sistema de Atenção Básica, SIAB, da Secretaria Municipal de Saúde, SEMSA, de 2012, e apresenta uma topografia bastante irregular, possuindo uma aparência de uma vila de pescadores por ser ribeirinha, situada na margem esquerda do Rio Branco, e já sofreu vários impactos por ser cortada pela BR-174, sendo o impacto mais recente a construção da Ponte sobre o rio Branco.

Já em 2013, o levantamento populacional por gênero e por faixa etária (Tabela 2.0) feito pelo Programa Saúde da Família, (PSF) SIAB/SEMSA ficou constatado que o total de habitantes da Vila de Vista Alegre estava em 602 pessoas, o que logicamente evidencia uma redução populacional de 5% em apenas um ano se comparado a 2012; um êxodo muito possivelmente constituído de jovens que terminam seus estudos em nível médio, e sem perspectivas no lugar, se mudam para Manaus, Boa Vista, ou para cidades roraimenses maiores do que a Vila, como Caracaraí, por exemplo, e por ex-comerciantes que também desistiram de permanecer no local.

No entanto, não há estudos específicos sobre as variáveis e detalhes desse encurtamento populacional e são necessários um censo demográfico-econômico de Vista Alegre. Logicamente a razão inicial para isso foi a construção da ponte conforme apurado por esta pesquisa.

Tabela 2.0 - População da Vila de Vista Alegre por Faixa Etária e Gênero.

População de Vista Alegre										
	>1	1/4	5/6	7/9	10/14	15/19	20/ 39	40/4 9	50/5 9	>60
M	04	26	18	37	43	37	69	25	28	25
F	03	28	14	22	46	28	78	28	16	20
Total Geral	07	54	32	59	99	65	147	53	44	45

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (SIAB/2013).

A paisagem urbana consiste em casas de madeira e de alvenaria, com uma deficiência de pavimentação, as ruas são sem calçamento e esburacadas. O perfil socioeconômico é bem diversificado, formados por pescadores que sobrevivem da pesca e da agricultura familiar, porém uma atividade pouco praticada; essa limitação de renda faz com que muitas famílias dependam de programas sociais como o bolsa escola, o crédito social, o seguro defeso, etc., mas é uma renda familiar não muito limitada, e muitos vivem na linha da pobreza por falta de opções.

Se por um lado há baixo poder aquisitivo, e relativa pobreza, por outro lado, os residentes da Vila são ricos culturalmente, hospitaleiros, de fácil interlocução, e dispostos a colaborar para se alcançar melhorias na qualidade de vida visando a um futuro melhor. Hospitalidade é algo notório e nato desses habitantes do lugar, e um elemento essencial na consolidação de um destino turístico.

O bem-receber é uma arte, um valor agregado, e algo imprescindível na receita para a implementação e desenvolvimento do turismo, e isso aquelas pessoas têm a oferecer em abundância.

O local onde atualmente se encontra instalada a Vila pertenceu a uma antiga fazenda de gado, mas que foi abandonada. Membros de duas famílias, os Soares e os Silva, oriundas das Vilas Santa Maria do Boiaçu e São Jose do Anauá - escolheram a localidade para se fixar residência e desenvolver suas atividades laborais que se caracterizavam basicamente pela pesca e pela agricultura de subsistência.

Durante muitos anos a vila só era acessada por via fluvial; entretanto, na década de 1970, com o projeto do governo federal de integrar a Amazônia ao restante do país, a Vila de Vista Alegre sofreu seu primeiro impacto, sendo este causado pela construção da BR-174.

A Vila que até aquele momento era habitada exclusivamente por agricultores e pescadores, viu se instalar ali um destacamento do Exército Brasileiro, o 6º Batalhão de Engenharia e Construção, com o objetivo de dar continuidade à construção da BR e, através de Balsa, fazer a travessia de veículos pelo Rio Branco.

A Vila de Vista Alegre e seus habitantes de certa forma absolveram este impacto, considerando que com essas intervenções

na Vila, apesar dos aspectos negativos, algumas mudanças positivas ocorreram, pois a infraestrutura foi melhorada e benfeitorias foram feitas, por exemplo: foram construídas duas escolas na localidade, sendo uma do Município que é a Escola Municipal Firmino Mariano que atende até o 5º ano do ensino fundamental. A outra é a Escola Estadual Edmur Oliva e atende a partir do 6º ano do ensino fundamental até o final do ensino médio.

A Escola Estadual Edmur Oliva foi criada através do decreto do Decreto lei nº 027 de 24 de agosto de 1977. Em fevereiro de 1993 foi transferida para a Rua José Aurelino, bairro Vista Alegre. Atende em média 163 alunos matriculados, de faixa etária entre 7 a 25 anos, com ensino fundamental e médio. A escola possui biblioteca, quadra esportiva coberta, associação de Pais e mestres – APM e laboratórios de informática. A missão (e desafio) dessas escolas é manter um padrão de educação.

As Escolas são aqui mencionadas devido à importância delas para o desenvolvimento da Vila. São conquistas, e ajudam a qualificar a futura mão de obra e fortalecer a cadeia produtiva local com a inserção de novas atividades; são nessas escolas que realizam seu aprendizado prévio antes de uma possível especialização técnica ou curso superior. São recursos humanos que deveriam em parte ficar na Vila, e contribuir para a construção das bases para as práticas e empreendedorismo em turismo de pesca esportiva ou ecoturismo, por exemplo.



Fonte: Nilceia Canavarro, 2013.

Figura 3.1 - Escola Estadual Edmur Oliva

Na Vila de Vista Alegre foi implantado um Posto de saúde que disponibiliza aos comunitários os serviços de uma técnica em enfermagem durante toda a semana, das 08h00min às 12h00min, com aplicação de injeção, curativos, distribuição de medicamentos e

acompanhamento dos programas sociais. Uma vez por semana a vila recebe a visita de um médico do quadro da saúde do Município.



Figura 4.0 – Posto de Saúde de Vista Alegre, 2013.



Figura 5.0 – Restaurante à beira da BR-174 antes da subida do greide de acesso à ponte sobre o Rio Branco, em Mucajaí.

Na Vila, a Companhia Águas e esgotos de Roraima, CAER, disponibiliza aos moradores o serviço de distribuição residencial de água, a qual é coletada de poços artesianos e passa por um tratamento químico. Para que se fizesse uma distribuição adequada, foi construída uma estação elevatória com capacidade de 10m³ de água, o que tem sido suficiente para abastecer a comunidade.

Outro grande investimento que o Estado fez para a Vila de Vista Alegre foi a implantação da rede de energia elétrica gerada por um sistema termelétrico pelas Centrais Elétricas de Roraima, CER, com fornecimento de energia durante 24 horas todos os dias, o que

possibilitou uma pequena, mas significativa expansão do comércio, particularmente na entrada da Vila, às margens da BR-174, com a instalação de bares, lanchonetes, restaurantes (ver Fig. 5), mercearia, além de borracharia e uma pequena e limitada oficina mecânica.



Fonte: Nilcéia Canavarro, 2013.

Figura 6.0 - Vista Parcial da Vila de Vista Alegre, um urbano em meio à mata ciliar do Rio Branco.



Figura 7.0 – Antiga descida de carros para a Balsa e local de venda dos moradores da Vila de Vista Alegre, hoje desativado e usado para o atracamento de pequenos barcos dos pescadores locais. A balsa que operava no local, atualmente está em operação na região de Manaus e redondezas.

O local tornou-se uma parada estratégica para alguns caminhoneiros antes de seguirem viagem com suas cargas rumo a Manaus ou a Boa Vista. No entanto, não há estudos sobre esse comércio, nem do tempo de permanência desses caminhoneiros no local, etc., mas estão em trânsito, pois se precisarem de um apoio mecânico ou pouso (hospedagem), isso poderá ser feito a apenas 12 km adiante em Caracaraí. Com a rodovia asfaltada e a ponte, não existem razões aparentes para se alongar a estada na Vila.

Porém, no ano de 2000, a Vila de Vista Alegre sofre um novo impacto desta vez causado pelo processo de desenvolvimento estadual.

O governo federal, através do Ministério dos Transportes, em parceria com o governo do Estado de Roraima, na gestão do governador Neudo Ribeiro Campos, concluiu as obras e inaugurou a Ponte José Vieira de Sales Guerra, interligando a margem esquerda à margem direita no sentido jusante do Rio Branco (refira-se às Figuras 8, 9, 10 e 12).

Essa obra representou um avanço muito grande para economia do Estado de Roraima, considerando que ela possibilitou a ligação de forma direta com outras regiões, facilitando e dinamizando o transporte e as relações com o Estado do Amazonas, e consequentemente com o restante do Brasil, e também com a Venezuela.

A construção da ponte encurtou o tempo de viagem no transporte de cargas e de passageiros, mas afetou de forma direta a economia de Vista Alegre, pois com a construção da ponte, e a travessia feita pela balsa tornou-se obviamente desnecessária, e a parada e permanência de pessoas em trânsito pela Vila deixou de ocorrer.



Figura 8.0 – Foto da época da construção da ponte, tirada entre 1997/1998.



Fonte: Nilcéia Canavarro, 2013.

Figura 9.0 – Vista Panorâmica da Ponte José Vieira de Sales Guerra



Figura 10 – Foto tirada sob a Ponte. Estrutura Colossal encerra um capítulo histórico de décadas de travessia por balsa.



Figura 11 – Foto de Comércio Local próximo à Ponte na Vila de Vista Alegre, 2013.

5.3 Contextualizando a Construção da Ponte de Vista Alegre, em Caracaraí: Uma Antítese entre o Desenvolvimento Regional e o Local

A Vila, que possuía uma população de quase 1.500 habitantes (ver Fig. 14), atualmente resume-se a 602 pessoas (SIAB/SEMSA, 2013); na época da balsa (Fig.13) havia uma pequena e frágil economia local, mas era relativamente equilibrada, com a circulação de dinheiro nos bares, restaurantes, no comércio de pescados, pequenas lojas comerciais, resultando em geração de renda e em um índice de desemprego mais baixo do que o existente nos dias atuais.



Figura 12 – Foto mostra rua de paralelepípedos e casa de madeira da Vila de Vista Alegre: um lugar tranquilo, bucólico, pacato, 2013.

Esses fatores eram estímulos para que as pessoas se interessassem em habitar a Vila, porque apostavam em uma qualidade de vida melhor e crescimento econômico e populacional em função da economia ali existente. O grande fluxo de pessoas que diuturnamente passavam por lá era o que fomentava sobremaneira as expectativas locais.

De acordo com uma matéria jornalística da Tribuna de Roraima de 2001,

A BR 174 e a operação da balsa eram uma fonte de renda garantida de Vista Alegre em virtude de uma 'clientela diária e cativa', e era o meio de subsistência daquela população, pois os estabelecimentos locais sempre tinham o que vender e quem comprar. Nos bares e restaurantes o fluxo de clientes era intenso, a área urbana começava a desenvolver de forma acelerada, que foi preciso o governo municipal construir conjuntos habitacionais" (ver Fig. 14.0).



Fonte: Foto eletronicamente editada do texto sobre Roraima, 'o Brasil do Hemisfério Norte', Diagnóstico Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento, de Tércio Júnior, 1993 (Refira-se ao Anexo IV).

Figura 13 - Travessia feita pela balsa entre as duas margens do Rio Branco, na Vila de Vista Alegre. Atualmente a balsa está em operação de Manaus e redondezas.

Ainda conforme o artigo jornalístico de 2002, da Tribuna de Roraima, escrito por Gonzaga de Andrade, intitulado 'Desenvolvimento Transforma Vista Alegre numa Cidade quase Fantasma', (ver Figura 9.0), a Vila tornou-se paradoxalmente em um emblemático e preocupante **caso de antítese em uma política desenvolvimentista em Roraima**.

Isso faz parte apenas de um passado recente que é lembrado com tom de tristeza por aqueles que continuam sobrevivendo na Vila sem qualquer alternativa para superar a crise atual que se prolonga por quase treze anos, desde a construção da Ponte sobre o Rio Branco, que se resume em 700 metros construídos para facilitar o fluxo de veículos. Houve, portanto, um impacto negativo em que o comércio da Vila teve perdas e um significativo isolamento, pois ficou excluída fisicamente de um eixo de integração.

Desenvolvimento transforma Vista Alegre numa cidade quase fantasma

Somnaga de Andrade
gostag@tribuna-rr.com.br

Caracará - O
distrito de Vista Alegre, local-

izado a cerca de 15 quilômetros do centro da cidade, com a construção da ponte sobre o Rio Branco e sua liberação ao tráfego de veículos, está se transformando pouco a pouco numa cidade fantasma. Não faz muito tempo, aquela localidade, com uma população em torno de 1.500 habitantes, tinha uma economia equilibrada, sobretudo no que diz respeito a bares, restaurantes, comércio de pescado, pequenas lojas comerciais, um baixo índice de desemprego e atraía novos habitantes que apostavam no seu crescimento em função da economia alimentada pelo grande fluxo de pessoas que diuturnamente passavam por ali.

Quase todos estabelecimentos comerciais foram fechados



A balsa hoje sem uso e que durante anos e anos serviu como meio para se atravessar o Rio Branco, mesmo depois da pavimentação asfáltica da BR 174, representava para a população de Vista Alegre uma fonte de renda garantida. Estabelecimentos comerciais sempre tinha um considerável movimento, nos bares o movimento era intenso. A área urbana do local começava a se expandir e até conjuntos habitacionais foram construídos com recursos públicos. No entanto, tudo isso faz parte de um passado recente, lembrado em tom de lamúria pelos habitantes daquele lugar, que hoje se vêem sem qualquer alternativa para superar a crise vinda com a abertura do pontilhão de 700 metros ao fluxo de veículos. Semana passada, uma comissão de três membros

Figura 14 – Texto Jornalístico da Tribuna de Roraima sobre os Paradoxos de um Desenvolvimento que Levou a Vila a uma situação de anti-desenvolvimento com o retrocesso socioeconômico sofrido: "Uma Cidade quase Fantasma".

O impacto negativo foi grande e até o presente momento a Vila não se restabeleceu devido à falta de planejamento e da ausência de programas de apoio socioeconômico por parte do poder público municipal e estadual para dar sobrevida à comunidade que ainda persiste no local.

Em entrevista com um dos moradores mais antigos da Vila, o seguinte relato foi dado confirmando parte do levantamento já realizado pela pesquisa.

“Nossa vila já foi mais alegre, hoje muitos foram embora em busca de estudos e empregos para os filhos, só restou quem já tem alguma coisa pra sobreviver por aqui. Tem netos meus que estão em Manaus, Amazonas em busca de emprego, que por aqui as portas se fecharam e eles não podem ficar parados são jovens e precisam comprar o que precisam. Tenho um filho que é pedagogo e passou no concurso do Município de Boa Vista, e também vai morar para lá e com isso vai diminuindo a população por aqui” (Relatos de um dos moradores mais antigos da Vila. Declaração anônima, pois não foi permitido revelar a fonte).

A Vila tornou-se a vítima inusitada de um projeto de integração regional com a construção da ponte sobre Rio Branco. O ônus do desenvolvimento estadual recaiu sobre Vista Alegre que viu sua frágil economia malograr fazendo sucumbir empregos e renda. Enquanto que o Estado de Roraima ganhava imensuravelmente com a construção da ponte, Vista Alegre perdeu, e viu seu comércio fechar as portas e presenciou uma debandada de moradores.

É inegável a importância da construção da ponte e da obra realizada na época pelo governo estadual, mas isso ocorreu alijando Vista Alegre também avançar com o seu desenvolvimento. Na verdade, ocorreu um processo peculiar de ‘anti-desenvolvimento’, um retrocesso socioeconômico, causado por fatores exógenos e por intervenções que estavam fora do controle dos moradores. A Vila estada fadada a uma fatídica e inevitável situação a cada etapa completada nas obras da ponte.

Uma matéria jornalística de a Tribuna de Roraima de abril de 2002, de autoria de Joel Maduro, tinha um título demasiadamente arauto anunciando que a ponte de Caracará representava “um marco divisor dos tempos” (ver Figura 15.0).

Alguns trechos dessa matéria jornalística são citados a seguir ilustrando a importância da ponte para o desenvolvimento de Roraima, bem como corroborando com elementos históricos a abordagem, direcionamentos e análise da pesquisa. O texto jornalístico é permeado de adjetivações que buscam ressaltar e promover a ponte como um ‘divisor de águas’ para o desenvolvimento, rendendo elogios ao governador da época e engenheiro responsável pela obra, Neudo Campos, à medida que a matéria faz um retrospecto biográfico do supracitado governador (ver Fig. 15.0).

No entanto, nada é citado sobre os impactos em Vista Alegre no texto, talvez em razão de que tais impactos, apesar de previsíveis com o fim da operação da balsa, não estavam sendo contabilizados como perdas e retrocessos para uma comunidade tão pequena, ou possivelmente os governantes da época não tinham uma solução imediata e viável para a iminente situação de Vista Alegre em face da inauguração da ponte.

É plausível compreender que a euforia da inauguração se sobreponha a um possível flagelo econômico da Vila, pois o que estava em voga e em foco naquele momento, em abril de 2002, era algo muito maior, uma obra que completaria o eixo de integração regional roraimense, como revelam as frases a seguir do referido artigo, sendo que as frases mais metaforicamente hiperbólicas em sentido ressaltando a obra foram sublinhadas:

- ✓ Dentro dos 7 anos e 3 meses a frente dos destinos de Roraima, o engenheiro das pontes, transpõe mais um, e vence, o último obstáculo que separava Roraima do Brasil; constrói com punhos de aço, a ponte sobre o Rio Branco em Caracará;
- ✓ Marco divisor: debaixo de mais de setecentos metros de concreto armado e algumas toneladas de emoção, o filho de Dona América Sarmento, vislumbrava uma das suas maiores obras da história da sua vida, como artífice das pontes, ligando Roraima de ontem com o Roraima de hoje num belíssimo espetáculo de engenharia moderna.
- ✓ Zeca Mendes, representante do governo no Baixo Rio Branco foi poético em dizer... “Aqui... nós podemos perceber de um lado, Roraima num passado hostil, de outro, um Estado Viril”;
- ✓ Para o Deputado federal Chico Rodrigues (PFL –RR), existe uma história antes e depois da BR-174 e outra antes e depois da ponte do Rio Branco, em Caracará, que marca com chave de ouro dois tempos em Roraima, “este é o marco divisor de antes e depois de Neudo Campos”;
- ✓ Para ele [Chico Rodrigues], a ponte de Caracará é o orgulho e o cartão postal que marca dois tempos e finda com uma época de aflição que viveu há décadas o povo de Roraima;
- ✓ Para Campos nada é mais gratificante do que ver o projeto de um Estado dando certo, olhar nos olhos de cada ser que habita em Roraima e dizer, “Cumri com o meu compromisso e fiz tudo que foi possível fazer porque vocês acreditaram em mim”;

07 a 15 de abril de 2002

PONTE DE CARACARAI, MARCO DIVISOR DOS TEMPOS

Antonio Diniz

Dentro dos 7 anos e 3 meses a frente dos destinos de Roraima, o engenheiro das pontes, transpõe mais um, e vence, o último obstáculo que separava Roraima do Brasil; constrói com punhos de aço, a ponte sobre o Rio Branco, na saída da cidade que ontem (02/04) foi inaugurada com direito à placa que levará sua marca para sempre.

Marco divisor — Debaixo de mais de setecentos metros de concreto armado e algumas toneladas de emoção, o filho de Dona América Sarmento, vislumbra uma das suas maiores obras da história da sua vida, como artefice das pontes, ligando Roraima de ontem com o Roraima de hoje num belíssimo espetáculo da engenharia moderna. Mais de 3 mil pessoas estavam ali a ver o Rio que fora vencido pelo homem.

O deputado estadual Chico Guerra (PFL), aliado político de Neudo Campos, desde sua primeira candidatura ao governo de Campos, já está escrito na história de Roraima. "Eu tenho que agradecer a este homem e a Assembleia Legislativa e também, ao povo de Caracarái, primeiro por esta obra e depois, por ela levar o nome de meu pai, José Sales Guerra Filho".

Zeca Mendes, representante do governo no Baixo Rio Branco foi poético em dizer: "...Aqui nós podemos perceber; de um lado, Roraima num pas-

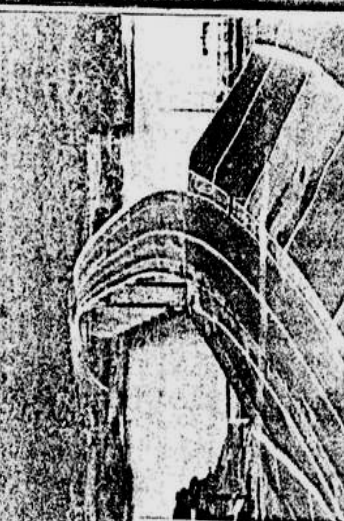
Joel Machado
Especial para Tribuna

Caracarái — Em janeiro de 1995 assumiu o governo do Estado de Roraima, um engenheiro civil que já carregava em seu currículo, algumas obras de concreto que venceram os divisores naturais de águas e que tinha, em seus planos, a ideia de servir seu povo de uma forma que estes divisores, não fossem mais, os obstáculos para o desenvolvimento das terras do Estado mais ao norte do Brasil.

Para este engenheiro, que nasceu na Rua Barão do Rio Branco, ao lado da Praça da Bandeira, em uma casa de chão batido, nada era mais importante, do que por em prática seus sonhos reais, rabiscados em uma prancheta, de construir um Estado pujante e, como diz a letra de Dorval de Magalhães, ele queria ver... *...poderoso o lindo berço rincão Pacaraima...*

Não tardou e logo que se formou em Belém do Pará, o filho do agricultor e imigrante nordestino Antônio Ribel- Campos, voltou a Roraima e logo fez parte da construção da ponte sobre o Rio Mucujai, nos anos 70. A política era outra vez forte, além da engenharia civil e, de lá para cá, muitas foram as obras que realizou, sempre transpondo barreiras, sendo eleito duas vezes governador do seu Estado.

Ponte sobre o Rio Branco, na saída da cidade de Caracarái, uma das grandes obras da administração estadual



sado hostil, de outro, um Estado viril". Para o deputado federal Chico Rodrigues (PFL-RR), existe uma história antes e depois da BR-174 e outra antes e depois, da ponte do Rio Branco em Caracarái, que marca com chave de ouro os dois tempos em Roraima, "este é o marco divisor de antes e depois de Neudo Campos", complementa.

Fogo, água e concreto — "Estes fogos não são para mim, mas para esta majestosa obra que construí graças a vocês", contempla Neudo Campos. Para ele, a ponte de Caracarái é o orgulho e o cartão postal que marca dois tempos e finda, com uma época de aflição que viveu há décadas o povo de Roraima.

Para Campos nada é mais gratificante do que ver o projeto de um Estado dando certo, olhar nos olhos de cada ser que habita em Roraima e por que passa, e dizer: "Cumprir com o meu compromisso e fazer tudo que foi possível fazer porque vocês acreditaram em mim...", afirma.

O governador diz estar convicto de que preparou o Estado para crescer a passos largos, pois o doto de toda infra-estrutura, que possibilitará alavancar um progresso grandioso em todas as áreas, que já começou e se lembrará dos dias e noites perdidas à espera da realização de um sonho que não veio. "Esta ponte é o marco divisor do passado que por mais que queriam insistir em voltar, não mais conseguiram, porque as linhas do crescimento estão traçadas e o povo de Roraima hoje tem outra mentalidade", finaliza.

Figura 15 – Texto Jornalístico da Tribuna de Roraima sobre os Paradoxos de um Desenvolvimento que Quase Levou uma Vila a um anti-desenvolvimento: "Uma Cidade quase Fantasma".

- ✓ O governador [Neudo Campos] diz estar convicto de que preparou o Estado para crescer a passos largos, pois o dotou de toda infraestrutura, que possibilitará alavancar um progresso grandioso em todas as áreas, que já começou e que daqui a dez anos, ninguém se lembrará dos dias e noites perdidas à espera da realização de um sonho que não veio;
- ✓ Esta ponte é o marco divisor do passado que por mais que queriam insistir em voltar, não mais conseguiram, porque as linhas do crescimento estão traçadas e o povo de Roraima hoje tem outra mentalidade.

6.0 – Tabulando e Analisando as Respostas dos Questionários

Esta parte do Capítulo é destinada à tabulação das respostas dos residentes da Vila de Vista Alegre coletadas por meio de uso de questionários entre janeiro e março de 2013. A tabulação é feita com base em 100 respondentes, o que leva a um percentual de referência que vai de 0 a 100%. Para se facilitar a visualização dos resultados foram elaboradas tabelas com esses resultados, e as mesmas são seguidas por comentários adicionais com uma leitura crítica e análise.

As Tabelas são apresentadas em duas etapas, duas partes: a 'Parte A' apresenta o perfil socioeconômico dos residentes; já a 'Parte B' tem como objetivo apresentar a percepção e expectativas dos moradores da Vila sobre os impactos da construção da ponte, bem como a possibilidade de se ter o turismo como atividade a ser introduzida na comunidade como medida complementar para geração de emprego e renda.

6.1 Levantamento sobre o Perfil dos Residentes e os impactos da construção da ponte sobre o rio branco na visitação e na economia local da Vila de Vista Alegre: um estudo de caso no município de Caracará, Roraima na Rotina da Vila.

O presente trabalho de monografia, através de um estudo de caso, tem por objetivo geral analisar os impactos causados pela construção da ponte sobre o Rio Branco, para a Vila de Vista Alegre, na visitação e nos fatores socioeconômicos, sendo a Vila instalada a margem direita do Rio Branco no sentido montante, no município de Caracará.

A - No que diz respeito à identificação do perfil socioeconômica da população:

- 1 - Tempo de residência na Vila de Vista Alegre;
- 2 - Distribuição da população por faixa etária;
- 3 - Distribuição da população por gênero;
- 4 - Distribuição da população por grau de instrução,

5 - Origem da renda pessoal ou familiar.

B- Percepção dos moradores de Vista Alegre sobre os impactos causados pela construção da ponte sobre o Rio Branco na visitação e na economia local:

6 – Se houve consulta popular, reuniões, e tomadas prévias de opinião com a comunidade de Vista Alegre por parte do poder público (autoridades municipais e, ou, estaduais) visando a esclarecer sobre os impactos que a construção da ponte poderia trazer para a Vila.

7 - Se ocorreram mudanças no cotidiano da Vila de Vista Alegre com a construção da Ponte sobre o Rio Branco.

8 – Averiguar se com a construção da ponte afetou direta ou indiretamente pessoas do ciclo de amizade ou parentesco com a perda de emprego ou de renda;

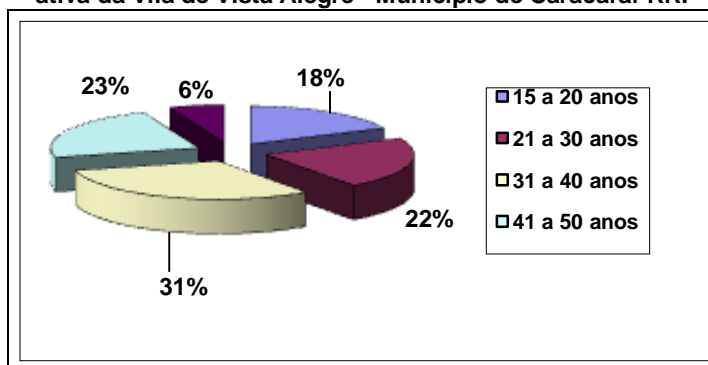
9 - Se a Vila realiza algum evento social ou cultural (Festejos, Festivais e etc.) que gera renda para a comunidade;

10. Em consulta com a comunidade, averiguar se a construção causou algum tipo de impacto ambiental, social, cultural e econômico na Vila de Vista Alegre.

Foram formulados ainda mais alguns questionamentos com o objetivo de se obter maiores esclarecimentos quanto à atual situação da Vila. Os resultados da pesquisa decorrentes dos questionários aplicados aos moradores e a lideranças da Vila foram a base de dados para a tabulação e elaboração dos gráficos desta Seção que está dividida em duas partes principais: a Parte 'A' com o perfil socioeconômico dos respondentes; e a Parte 'B' com dados sobre

Parte A – Perfil Socioeconômico

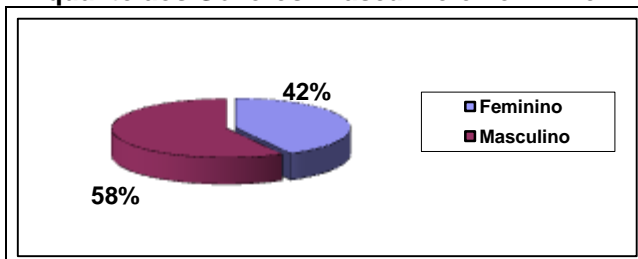
Gráfico 1.0 - Faixa etária da população economicamente ativa da Vila de Vista Alegre - Município de Caracará-RR.



Conforme os dados do **Gráfico 1.0**, nota-se que a maioria dos habitantes da Vila de Vista Alegre estão distribuídos em três faixas etárias intermediárias com uma maior incidência entre os 21 e 50

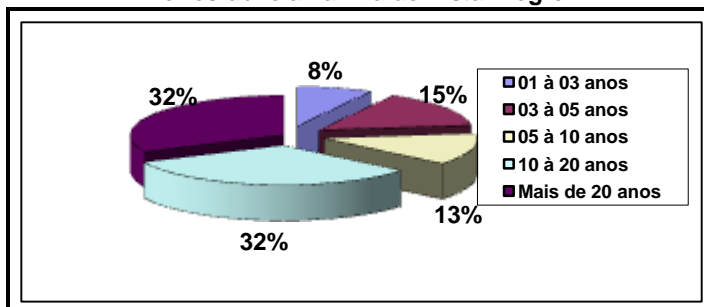
anos, o que possibilita dizer que a comunidade não apresenta uma população jovem, nem tão pouco muito senil.

Gráfico 2.0 - Distribuição da população de Vista Alegre quanto aos Gêneros: Masculino e Feminino.



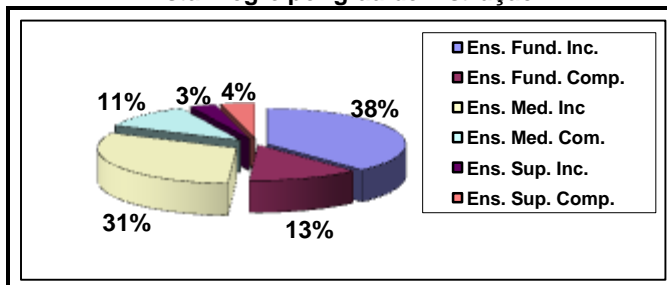
Analisando-se as informações do **Gráfico 2.0** percebe-se que há na composição da população uma considerável predominância de habitantes do sexo masculino.

Gráfico 3.0 - Distribuição da população por anos De residência na Vila de Vista Alegre.



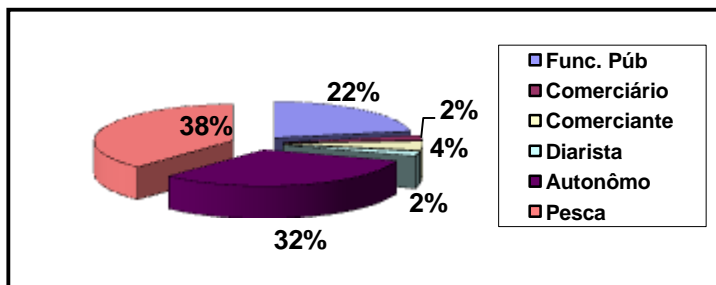
Conforme dados do **Gráfico 3.0** nota-se que 64% dos residentes que responderam o questionário estão na Vila há mais de 10 anos, portanto, são possuidores de uma vivência histórica da Vila, o que torna os relatos deles de maior credibilidade, pois acompanharam quase todo o processo de transformação e os impactos gerados com a construção da ponte inaugurada em abril de 2000.

Gráfico 4.0 - Distribuição da população de Vista Alegre por grau de Instrução:



O **Gráfico 4.0** revela que a população da Vila apresenta um baixo grau de instrução, e, portanto, um cenário que precisa ser mudado com o aumento do número de matrícula de crianças e jovens nas escolas. Em suma, o nível educacional na Vila deve ser melhorado, ou, pelo menos, nivelado ao de outras regiões do Estado.

Gráfico 5.0 - A origem da renda pessoal e, ou, familiar da população economicamente ativa da Vila de Vista Alegre



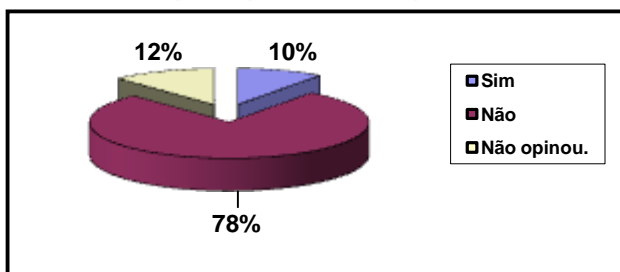
O **Gráfico 5.0** mostra que a renda da população economicamente ativa da Vila tem origem em atividades autônomas (32%), já a pesca representa 38% da renda da Vila, o que comprova o peso dessa atividade como geradora de renda para a comunidade; ressaltando que há também uma significativa contribuição da renda oriunda de funcionários do serviço público (22%).

Em termos de geração de renda, o comércio local tem uma parcela de contribuição bem ínfima, apenas 2%, se comparado às demais atividades, o que corrobora as alegações de grandes impactos da ponte com o fechamento de vários estabelecimentos comerciais, entre eles mercearias, bares, lanchonetes, e restaurantes, todos de pequeno porte.

Parte B – Percepção dos moradores sobre os impactos da construção da ponte sobre o Rio Branco

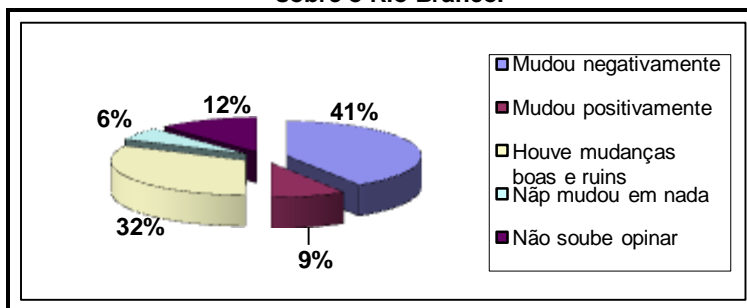
Os gráficos apresentados a seguir são referentes às perguntas feitas aos residentes da Vila de Vista Alegre em relação à percepção deles sobre os impactos negativos, em particular, econômicos com a construção da ponte sobre o Rio Branco. O cruzamento das informações dos gráficos vai propiciar uma compreensão mais ampla sobre a situação de falta de perspectivas dos ribeirinhos da Vila, algo que já ocorre há 13 anos.

Gráfico 6.0 - Houve consulta à população, reuniões e tomada de opinião prévia com a comunidade de Vista Alegre por parte do poder público (autoridades municipais e, ou, estaduais) visando a esclarecer sobre os impactos que a construção da ponte poderia trazer para a Vila?



Os resultados obtidos com a coleta e tabulação de dados demonstram que 78% são categóricos em dizer que ‘não houve consulta popular’ nem esclarecimentos sobre possíveis impactos (positivos ou negativos) a serem causados pela construção, bem como nenhuma política efetivamente fora desenvolvida para mitigar os seus desdobramentos sobre a Vila.

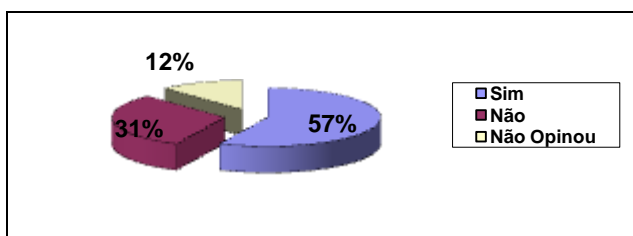
Gráfico 7.0 - Opinião da população da Vila de Vista Alegre quanto aos impactos causados pela construção da ponte sobre o Rio Branco.



O Gráfico 7.0 permite observar que 41% da população afirma que ‘a mudança foi negativa’ o que demonstra um grau de insatisfação

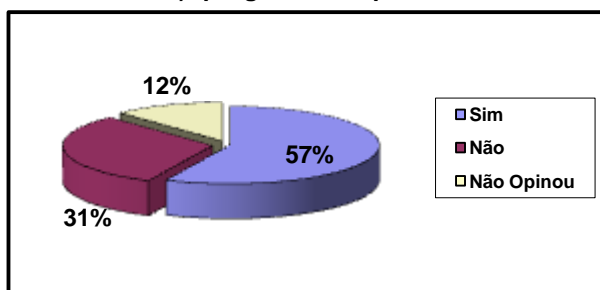
com a construção da ponte sobre o Rio Branco, em virtude de a economia local não ter absorvido os impactos causados por ela. Apenas 9% acham que houve mudanças positivas, certamente sob o prisma de que a ponte alavancou a economia regional e contribuiu para a integração de Roraima. Já 32% afirma que houve 'perdas' e 'ganhos' com a ponte, deixando claro uma relativa isenção ao avaliar a construção da ponte.

Gráfico 8.0 - Com a construção da ponte, você, ou algum parente seu, ou amigo, perdeu a fonte de renda (trabalho, atividade)?



Os resultados do **Gráfico 8.0** mostram que a construção da ponte afetou de forma contundente a economia local com impactos sobre as fontes de renda dos moradores da Vila com o fim da travessia da balsa no Rio Branco. Tudo indica que o impacto mais acentuado parece ter sido no comércio local do pescado, pois durante o tempo de espera as pessoas em trânsito compravam peixes fritos, caldeiradas, além de comprarem o peixe para levar para suas casas ou para revender em outras localidades, etc.

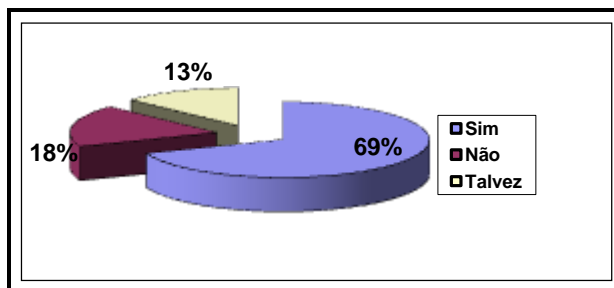
Gráfico 9.0 - A Vila realiza algum evento social ou cultural (Festejos, Festivais e etc.) que gera renda para a comunidade?



Conforme dados apurados no **Gráfico 9.0**, o único evento realizado na Vila de Vista Alegre é a festa de caráter religioso em homenagem a São José. Em entrevista informal com moradores, este evento é realizado no mês de março; no entanto, em 2012 não resultou em uma arrecadação que viesse a cobrir os investimentos feitos; a principal causa do 'saldo negativo' é atribuída ao período chuvoso que

impediu que pessoas da sede do município, de Caracarái, se deslocassem até a vila.

Gráfico 10 - A Construção pode ser considerada como uma obra que trouxe impactos ambientais, sociais, culturais e econômico para a Vila de Vista Alegre?



Pelos percentuais apresentados no **Gráfico 10** percebe-se que a maioria dos moradores (69%) acredita que a atual situação econômica da Vila de Vista Alegre tem estreita relação com a construção da ponte sobre o Rio Branco.

7.4 Turismo e Fator Econômico

Os Gráficos de 11 a 16 apresentam resultados relativos à percepção dos residentes da Vila de Vista Alegre acerca da atividade turística, bem como revelam as expectativas e perspectivas. Enfatiza-se que o 'turismo' ainda não é uma atividade praticada na Vila, mas tem grandes potenciais – em particular o ecoturismo e o turismo de pesca esportiva - para ser desenvolvido em razão de algumas características ambientais e humanas ali existentes, entre elas: abundância de áreas verdes e de recursos hídricos, belezas cênicas, e atividade pesqueira cujo conhecimento dos pescadores é fundamental para o sucesso do turismo de pesca esportiva, por exemplo.

Gráfico 11- Em sua opinião, quais explicações abaixo podem definir o que seja Turismo?

- A-Viagem feita para um determinado lugar para lazer e recreação, etc.
- B -Uma atividade econômica centrada no trânsito e estada de visitantes/turistas e que pode gerar renda direta e indireta e proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas
- C-Turismo é um segmento que envolve viagem, passeios, diversão, etc.
- D-Não tem opinião formada.

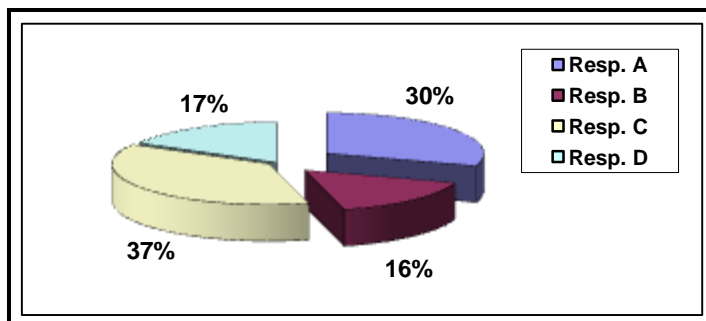


Gráfico 11 - Diante dos resultados obtidos, percebe-se que grande parte dos moradores de Vista Alegre vê o turismo, apenas como uma forma de viagem, passeios e lazer, e apenas 16%, uma minoria, têm a percepção do turismo como uma atividade econômica.

Gráfico 12 - Quais os tipos de turismo podem ser desenvolvidos na Vila de Vista Alegre?

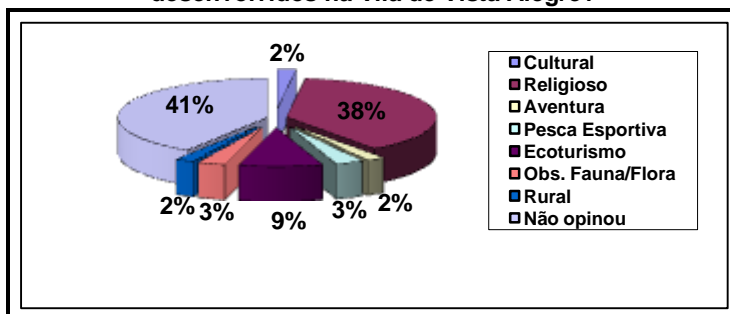


Gráfico 12 - Os resultados confirmam que os residentes da Vila de Vista Alegre não têm de fato noção ou uma visão sobre o Turismo como opção de atividade complementar de renda, pois 41% não opinaram, e 38% marcaram o turismo religioso como opção, e apenas 3% marcaram a pesca esportiva. Dos respondentes 9% concordam que o ecoturismo pode ser uma opção para a Vila, seguido de 3% que marcaram como opção a observação da fauna e da flora, o que está ligado ao ecoturismo; e o restante das respostas ficou em 2% para o turismo rural, 2% para o turismo de aventura, e 2% para o turismo cultural.

Gráfico 13- Em sua opinião, o Turismo pode vir a ser uma alternativa de fonte de renda e emprego para os residentes de Vista Alegre?

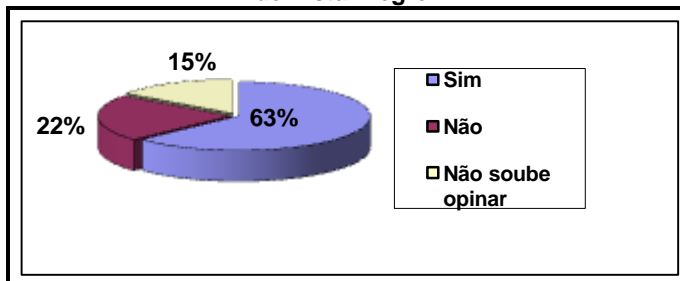


Gráfico 13 - Os resultados obtidos com a coleta de dados e aplicação dos questionários possibilitam dizer que os moradores da Vila de Vista Alegre, encontram-se receptivos a qualquer possibilidade e atividade que lhes assegure auferir algum rendimento. Considerando que a maioria dos entrevistados demonstrou grande interesse pelo assunto abordado.

Isso evidencia que qualquer iniciativa de implementação de atividades turísticas seja por parte do governo, das organizações diversas ou de associações, etc. deve passar primeiro por um amplo trabalho de informação e esclarecimento junto à comunidade local, apresentando-se o que é o turismo, seus benefícios e desvantagens, e a necessidade de tê-lo implementado em bases sustentáveis, bem como explicar que o turismo possui uma sazonalidade e que deve ser pensado e trabalhado como atividade complementar na geração de renda.

Gráfico 14 - Para você o turismo pode inserir a vila em um processo de aquecimento econômico local e melhoria na qualidade de vida?

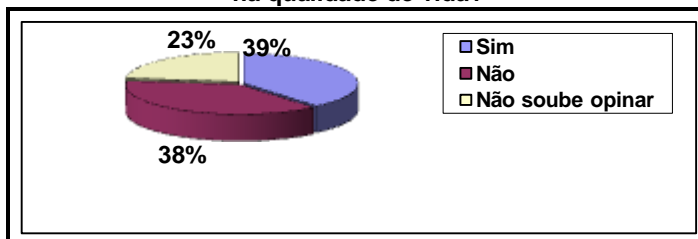
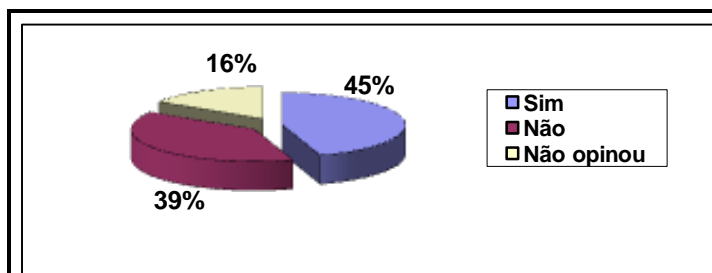


Gráfico 14 - Os dados obtidos corroboram o que foi comentado no gráfico anterior, ressaltando-se que os moradores de Vista Alegre não possuem os meios de responder com segurança a esta pergunta, pois desconhecem e, ou, não estão familiarizados com a atividade turística como opção de renda. É uma previsão ou prognóstico difícil de ser feito em relação à capacidade do Turismo de inserir a Vila em um processo de aquecimento econômico local e de melhoria de vida.

A dificuldade existe em parte em razão de o Turismo não ser uma fórmula garantida para o sucesso econômico de um determinado empreendimento ou lugar devido à complexidade de variáveis sociais, econômicas, ambientais, de gestão, de planejamento, de recursos, orçamentários, de capacitação dos recursos humanos, de inserção de um destino em um roteiro ou itinerário de visitantes, do interesse dos membros da comunidade de avançarem com o empreendedorismo turístico, da existência ou não de instituições ou organizações apoiando o processo, o apoio do poder público, do interesse do *trade* turístico, etc. Há diversos entraves e variáveis que devem ser considerados nessa equação de 'turismo' e 'melhoria da qualidade de vida'.

É consenso em grande parte da literatura que o Turismo não é uma panaceia para todos os problemas de ordem econômica, social e ambiental, em particular, aqueles de ordem estrutural, de gestão e de ausência de políticas públicas específicas para o setor.

Gráfico 15 - A vila possui líder comunitário ou representante administrador?



Considerando-se os resultados obtidos no **Gráfico 15** pode-se observar que a comunidade mostra-se dividida entre se 'há' ou 'não há' uma liderança ou lideranças na Vila. Talvez um dos caminhos para se solucionar a ausência ou dispersão de liderança que tomem frente e que tenham trânsito junto aos moradores, se a criação de uma Associação que venham a fazer frente a uma agenda de reivindicações deles. A organização comunitária é um instrumento que permite, em muitos casos, avanços nas interlocuções com o poder público a fim de que suas demandas e necessidades sejam ouvidas e atendidas.

Gráfico: 16 - Em sua opinião na Vila existe planejamento urbano por parte do poder público, ou seja, a Vila possui saneamento básico, existe coleta de lixo, existe preocupação com a situação da cidade pelo governo local?

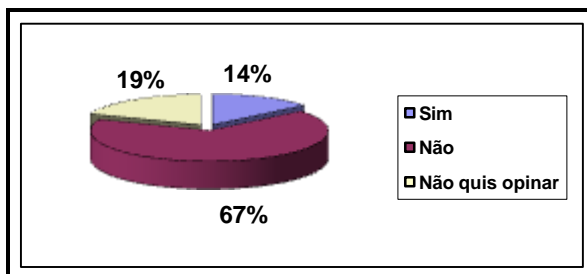


Gráfico 16 - Diante dos resultados obtidos percebe-se que os residentes de Vista Alegre têm a percepção de que o poder público não se faz presente nas necessidades básicas deles, ou, muito possivelmente o poder público não tem conseguido suprir as necessidades evidentes de uma comunidade que já agoniza com impactos oriundos de transformações forçadas em sua dinâmica social e econômica por ter ficado fora de um eixo de integração e de desenvolvimento, algo inevitável tendo em vista a própria posição geográfica e a função de ponto de embarque e desembarque do passado que lhe cabia. Os resultados do Gráfico 16 deixam patente a necessidade de uma organização comunitária.

7.0 Análise dos Resultados

Analisando as dualidades a respeito dos fatores positivos e negativos a respeito da construção da Ponte sobre o Rio Branco e a Vila de Vista Alegre, observou-se por meio da coleta de dados em campo, incluindo entrevista com motoristas, e com comerciantes e moradores locais, que todos eles tinham um posicionamento consensual e unânime de que a acessibilidade rodoviária propiciada pela ponte ajudou muito a o Norte e o Sul de Roraima, encurtando distâncias e diminuindo o tempo de espera dos passageiros, propiciando uma alavancada no desenvolvimento regional do estado.

Mas a construção da ponte deveria ter sido feita com ações paralelas por parte do poder público se pensado na Vila para se mitigar os impactos com o fim das operações da travessia por balsa, o que não foi feito até agora, Segundo Pradime (2006), todo desenvolvimento deve ser visto como forma de mitigar impactos negativos e aumentar valores positivos para aumentar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas.

Em primeiro lugar, é preciso tornar claro que, de acordo com a concepção de desenvolvimento adotada nesta pesquisa, o desenvolvimento local não pode ser pensado em termos apenas econômicos.

O entendimento é que o desenvolvimento local não se reduz à busca de transformação do município em “uma comunidade de interesses”, cujo objetivo principal seria a inserção competitiva no mundo global. Isso não quer dizer ignorar o mercado no plano interno

ou no plano mundial, o que seria inócuo. Trata-se apenas de não reduzir os objetivos relativos à vida dos municípios e de seus habitantes, nem de submetê-los à lógica da globalização (Pradime, 2006, p.34). Deve haver em nível local, uma preocupação de se promover um desenvolvimento diferenciado; um desenvolvimento que se preocupe com o 'econômico', 'social' e 'ambiental'; portanto, um desenvolvimento sustentável holístico em que todos ganham; um desenvolvimento com impactos planejados e com instrumentos para reduzi-los.

As informações obtidas através da aplicação de questionários e de entrevistas não formais mostram que a construção da ponte sobre o Rio Branco causou grande impacto social e econômico na Vila de Vista Alegre.

Segundo os dados coletados e apresentados nos gráficos até a inauguração da ponte sobre o Rio Branco, apresentava um comércio próspero, considerando-se a dimensão da Vila.

Pela pesquisa é notório que os moradores da Vila de Vista Alegre estão abertos a novas propostas econômicas, como pode ser comprovado no Gráfico, 12 apesar de não apresentarem determinação em alcançar um objetivo comum, conforme pode ser comprovado nos gráficos 13 e 14.

Outra situação que muito chama a atenção na Vila de Vista Alegre; é a falta de liderança; a falta de mobilização entre os moradores, conforme pode ser observado no Gráfico 15.

Em meio a muitas polêmicas e desafios sobre o destino da Vila de Vista Alegre, é consenso na literatura de que a fomentação de atividades economicamente rentáveis exercem papel fundamental na construção de novas formas de convivência do homem com a natureza, sendo que o poder público deverá, através de políticas indutoras, promover a conscientização das comunidades. Neste aspecto, Cunha & Guerra (2009, p.2) afirmam:

As políticas indutoras referem-se a ações que objetivam influenciar o comportamento do indivíduo ou grupos sociais. São normalmente identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e são implementadas por meio de linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais ou tributárias.

No horizonte, a visão que se tem da ponte a partir da margem esquerda do Rio Branco, na Vila de Vista Alegre, é de uma obra imponente, colossal (ver Figura 17), que emblematicamente causa um contraste entre o 'natural' e o 'artificial'; uma natureza que ganha um valor utilitarista na percepção antropocêntrica; uma natureza que parece existir para atender às demandas crescentes do homem e da sociedade. O progresso e desenvolvimento parecem caminhar juntos e

com eles os impactos negativos gerados na busca constante desse utilitarismo, que no caso da Vila teve um efeito oposto.



Figura 17 – Vista da Ponte a partir da Margem Esquerda, em Vista Alegre.

7.1 O Sistema S.W.O.T de Análise Aplicada ao Caso de Vista Alegre.

O método SWOT é uma ferramenta de análise que ajuda a ordenar elementos que requerem atenção por parte de gestores e do planejadores, e por aqueles responsáveis pela elaboração de políticas públicas. Ou seja, o método SWOT propicia o ordenamento de itens prioritários a ser objeto de intervenções das autoridades e por aqueles à frente da tomada de decisões. Por ser uma ferramenta simples pode ser utilizada para qualquer tipo de análise.

O método SWOT foi usado na pesquisa para facilitar a identificação dos pontos positivos e negativos, ameaças e oportunidades relacionadas à situação da Vila de Vista Alegre em face do contexto socioeconômico atual provocado pela construção da ponte sobre o Rio Branco (refira-se à Tabela 3.0).

Os principais impactos citados pelos residentes e também observados *in situ* pelo autor em Vista Alegre foram elencados abaixo.

Tabela 3.0 - Sistema de SWOT de Análise em Relação à Estrutura da Ponte sobre o Rio Branco no Município de Caracaraí em Termos de Planejamento

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">-A construção da ponte mostrou-se fundamental para a integração regional de Roraima;-A construção da ponte dinamizou e agilizou o transporte de cargas e de passageiros em trânsito entre as regiões Sul e Norte do Estado;-A ponte contribuiu em ganhos econômicos para o Estado;-Novos comércios surgiram à beira da BR-174 na Vila de Vista Alegre.
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">-Ausência de políticas públicas que levem a iniciativas e ações que contribuam para o desenvolvimento da Vila de Vista Alegre;-Caracterização de descaso com a situação da Vila por parte do poder público desde a inauguração da ponte em 2000;-Imagem negativa ou descredibilidade em relação ao poder público por parte dos moradores da Vila;-Falta de iniciativas e de lideranças na própria Vila que venham a forçar ou fazer pressão nas autoridades para que a situação corrente mude para melhor;-Ausência de organização comunitária, por exemplo, associação ou associações;-Ausência de cooperativa(s);-Falta de organizações não-governamentais de enfoque socioambiental atuando na Vila;-Falta de mobilização da(s) Igreja(s) em prol dos problemas comunitários.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">-Evasão excessiva de moradores da vila;-Surgimento ou agravamento de problemas sociais;-Estagnação econômica pode levar a Vila a ter uns poucos moradores;-Surgimento ou agravamento de problemas sociais: álcool, drogas e prostituição.-Risco de desaparecimento da Vila nas próximas décadas;
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">-Potencial turístico voltado, em especial, para a pesca esportiva e o ecoturismo. Atividades que podem ser exploradas ao longo do Rio Branco próximo ao perímetro urbano da Vila e nas áreas de mata da região;-Potencial para criação e realização de eventos que tenham apelo de público e atratividade turística.

Os impactos sociais negativos:

- ✓ Evasão de moradores;
- ✓ Sensação coletiva de abandono, falta de expectativa e de desesperança em relação a um futuro mais promissor na Vila;
- ✓ Desequilíbrio em nível familiar em razão da perda de renda ou desemprego, bem como a saída de alguns membros da Vila para outras localidades em busca de oportunidades e de melhores condições de vida;
- ✓ Queda na qualidade de vida;
- ✓ Perdas nos valores tradicionais da família e da dignidade;
- ✓ Risco de aumento de problemas sociais, tais como de violência familiar, consumo excessivo de álcool, e de drogas, etc;
- ✓ Crianças e jovens fora da escola ou sem perspectivas de trabalho;
- ✓ Ócio excessivo;

Os impactos econômicos negativos:

- ✓ Fechamento de unidades comerciais na Vila;
- ✓ Diminuição ou desaparecimento de clientes e de produtos;
- ✓ Menos circulação de dinheiro localmente;
- ✓ Diminuição ou extinção de fontes de renda;
- ✓ Desemprego;
- ✓ Êxodo de mão de obra e recursos humanos locais;
- ✓ Redução e retrocesso na expansão da cadeia produtiva;
- ✓ Diminuição na arrecadação de impostos;
- ✓ Diminuição ou inviabilidade de investimento e de ações do poder público devido à baixa arrecadação;
- ✓ Diminuição na produção e circulação de riqueza localmente;
- ✓ Exclusão do processo de integração econômica e de desenvolvimento regional;

8.0 Considerações finais

A fim de se concluir a análise do tema proposto nesta monografia, é importante reapresentar as duas perguntas-pesquisa feitas na Introdução, e, ao se centrar nelas, realizar uma leitura crítica acerca das transformações econômicas e sociais enfrentadas pelos ribeirinhos da Vila de Vista Alegre nesses últimos 15 anos.

Esta leitura crítica inclui elencar ações, projetos, programas, políticas e estratégias exequíveis que possam ser úteis para o poder público bem como para os vilarejos e instituições diversas, propiciando uma melhoria de vida dos residentes e o surgimento de atividades na cadeia produtiva dando razões para que a força jovem e adulta permaneça no local. Assim, as duas perguntas-pesquisa norteadoras da pesquisa foram:

- ✓ Como que a construção da ponte sobre o Rio Branco afetou os residentes da Vila de Vista Alegre?

- ✓ Qual é a percepção e expectativa dos residentes da Vila de Vista Alegre em relação à possibilidade de desenvolvimento do turismo para reativar a economia local?

Diante dos resultados obtidos e apresentados nos questionários, nos relatos dos moradores, na observação participante e no conteúdo de matérias jornalísticas e documentos, pode-se afirmar que a construção da ponte sobre o rio Branco de fato afetou a comunidade de Vista Alegre, principalmente na sua parte econômica com desdobramento na questão social. Considerando que, conforme o estudo demonstra, a Vila de Vista Alegre antes da construção da ponte apresentava um contexto social e econômico em relativo equilíbrio e autossustentado.

Contudo, atualmente os moradores estão com limitações e restrições em termos econômicos para a sua sobrevivência, tendo entre as poucas opções disponíveis, a pesca que – aliás – encontra-se em declínio devido à pesca desordenada no período do defeso fazendo com um grande número de famílias consiga fazer em torno de um salário mínimo mensal apenas.

Na Vila de Vista Alegre é perceptível o grau de insatisfação dos residentes com a construção da ponte e, com o descaso por parte dos poderes constituídos que no decorrer desses 13 anos, considerando-se a data da inauguração da ponte, ainda não desenvolveram políticas voltadas para o desenvolvimento local e para a geração de renda para a comunidade. Não houve projetos nesses sentidos.

Vale ressaltar que o turismo de natureza, o ecoturismo, e a pesca esportiva, bem como o turismo com viés cultural podem se tornar atividades a serem desenvolvidas na Vila valorizando-se a paisagem local bem como aspectos culturais e o estilo de vida de Vista Alegre. Além disso, no período de verão, entre setembro e março, várias praias se formam na área urbana e nos arredores da Vila e que poderiam ser utilizadas como balneários, tornando-se um atrativo turístico adicional.

Em relação à cultura, Vista Alegre possui uma produção de artesanato em argila tipo cerâmica marajoara, sendo inclusive um dos produtos mais procurados pelos viajantes e transeuntes da época da travessia do rio pela balsa na década 80 e início dos anos 90.

É perceptível a abertura da comunidade para novas atividades economicamente rentáveis, bem como, a esperança de mudanças no cenário socioeconômico local. É dentro desse contexto que são apresentadas sugestões de ações voltadas a promover o desenvolvimento social e econômico da Vila de Vista Alegre.

Diante do exposto, sentiu-se a necessidade de apresentar propostas que possam vir a estimular o desenvolvimento socioeconômico da Vila de Vista Alegre, a confecção de hortas

comunitárias, criação de frango e, de peixe em cativeiro, reativação do Centro de Artesanato e Cerâmica Marajoara, e em especial, e principalmente no período do verão, o turismo ecológico, considerando a proximidade da Vila com dois Igarapés navegáveis e das praias do Muriru, Marará e Aliança, onde poderiam ser montados bares e restaurantes com funcionamento e atendimento a possíveis visitantes, veranistas, e turistas.

Mas apesar de ser uma obra colossal, a Ponte , sobre o Rio Branco, já apresenta problemas e coloca em risco os veículos e passageiros que por ali trafegam. Um afastamento de entre um encaixe e outro da ponte fez aparecer um buraco, uma fenda para ser mais preciso (ver Figura 18), com cerca de 20cm, bem próximo da parte mais alta da ponte. Uma placa de ferro foi colocada no local pelo DNIT como medida paliativa, mas a mesma não suportou o tráfego pesado de caminhões de carga e os ônibus de dois andares. A fenda exige uma pronta ação do DNIT a fim de se evitar acidentes no local, pois muitos motoristas freiam ou param bruscamente ao avistar o buraco, ocorrendo colisões. Ironicamente se isso não for corrigido com novas placas, a ponte que prejudicou os residentes da Vila terá talvez de ser interdita para obras de reparo estrutural, possivelmente levando ao fechamento dos dois lados da pista, e, conseqüentemente, fazendo retornar a operação da balsa novamente, mesmo que temporariamente.



Figura 18 – Afastamento entre duas partes da ponte oferece perigo aos motoristas e requer ação do DNIT.

8.1 Recomendações

Uma das questões que surgiu após a constatação dos impactos econômicos da ponte sobre o Rio Branco para Vista Alegre foi em relação à criação de fontes de emprego e de renda? O turismo de pesca esportiva e o ecoturismo podem contribuir nesse sentido? O artesanato pode contribuir para a economia local? A chamada agricultura familiar pode ser trabalhada como um meio para o desenvolvimento socioeconômico, constituída pelos produtores rurais e pescadores e residentes por meio de parcerias?

Os cursos de capacitação e de aperfeiçoamento seriam uma forma de qualificação para os residentes. Seguindo a linha de pensamento de Pradime (2006), a educação tem um papel fundamental e insubstituível na posse e construção de valores e saberes sociais, tornando isso muito valioso na continuidade e na melhoria da qualidade de vida.

Por meio da formação do sujeito social, os benefícios da ação educativa se estendem a outros domínios da prática social: o sujeito educado enfrenta de melhor maneira as situações de pobreza e desigualdade. Um maior nível de escolaridade contribui para a manutenção do tecido social e para a valorização da diversidade cultural. Incide, dessa maneira, na melhoria da qualidade de vida, na humanização da sociedade e pode contribuir para a diminuição das várias formas de violência, para o equilíbrio ambiental e para a melhoria das condições nutricionais e de saúde da população (Pradime, 2006, p.31).

O artesanato Marajoara que era produzido na Vila de Vista Alegre tem todo o potencial de ser de grande apelo turístico em nível regional, e se for feito um trabalho de resgate do mesmo com incentivos a artesãos locais, empregos e fontes de renda poderão ser criados. Dessa forma acredita-se que estaria dando aos moradores da Vila de Vista Alegre uma forma digna de viver, impulsionando a economia local e inserindo a comunidade na cadeia produtiva e economicamente ativa do Estado de Roraima.

Cabe ressaltar que toda mudança provocada pode gerar impactos ambientais e até mesmo socioculturais que devem ser considerados pelo poder público, pelos gestores e planejadores, e também pela comunidade, visando à continuidade da atividade e, principalmente da qualidade de vida da população local envolvida.

8.2 Limitações da Pesquisa

De forma geral, não houve grandes dificuldades para a coleta de dados na Vila de Vista Alegre. Os moradores forneceram todas as informações necessárias, os entrevistados também colaboraram. Todos deram sua contribuição. Aquelas informações que não puderam ser obtidas no momento da entrevista ou pelos questionários foram dadas posteriormente.

Como parte das limitações, houve dificuldades pessoais de acesso à Vila por falta de transporte próprio. Algumas lideranças também não se encontravam na Vila ou estavam enfermos, etc. nos momentos do trabalho de campo o que prejudicou a obtenção de informações, bem como o cruzamento de dados. Apesar de citados como principais prejudicados com a construção da ponte, os proprietários de comércio da época não foram encontrados para dar entrevistas e responder aos questionários; muitos donos de lojas, restaurantes, pousadas, hotéis ou qualquer meio de hospedagem já não se encontram mais na Vila, e seus antigos negócios (edificações) estão fechados, abandonados, ou servindo de moradia para algum membro da família que desconhecem toda a história dos impactos da construção da ponte na economia local.

No entanto os demais procuraram responder às questões tanto qualitativas quanto quantitativas levantadas sem impor qualquer restrição ou empecilhos. Os residentes da Vila de Vista Alegre foram de uma cooperação e contribuição ímpares para o levantamento de dados para a pesquisa.

REFERÊNCIA

- ACERENZA, M. A. **Administração do turismo: conceituação e organização**. Bauru-SP EDUSC, 2002. v.1
- ANDRADE, José Vicente. **Turismo - fundamentos e dimensões**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental: revista dos tribunais. ed. 7, Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2005.
- BATALHA, M.O. e SILVA, A. L. da, - **Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e correntes metodológicas. Gestão Agroindustrial**. - GEPAL – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais, - Org. Mario Otávio Batalha. – 2ª Ed. São Paulo – SP: Atlas, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 10ª. Ed. - São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- BRASIL, República Federativa do, **Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010**. - Diário Oficial da União - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, Brasília, DF, 20 jan. 2010.
- CARVALHO, C. L de. **Turismo, uma arma poderosa para incrementar o crescimento**. Disponível em: <http://200.236.105.128/destaque/artigo.html>. 9.Ago. 2001. Acessado em: 15 dez 2012.
- CUNHA, Sandra Baptista da, & Guerra, Antonio Jose Teixeira, Org. - Questão Ambiental, Diferentes Abordagens – 3ª edição, Ed. Bertrand Brasil LTDA – Rio de Janeiro - RJ.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Metodos e tecnicas de pesquisa em turismo**. 5ª. ed. – São Paulo: Editora Futura, 2001.
- EMBRATUR - Instituto Brasileira de Turismo. **O que é ecoturismo** - Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/>. Acessado em: 15 nov 2012.

- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo. **Relatório de Atividades/2002** – Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/>. Acessado em: 19 jan 2013
- FREITAS, Aimerê Soares de, -**Geografia e História de Roraima – Município de Caracarái** - ed. AIA / Edição rev. e ampl. Boa Vista - RR. 1996.
- FUCKS, Patrícia Marascas. **Uma leitura do novo cenário rural e suas potencialidades de desenvolvimento a partir do turismo rural**. IN. Revista Espaço e Geografia -. Volume 4 Nº 1, Janeiro/Junho 2001. Brasília. 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do Turismo, Uma perspectiva macroeconômica 2003-2007**- Estudos e pesquisas - Ministério do Turismo & IBGE- Rio de Janeiro - RJ, - Brasil - 2010.
- JAFARI, J.; RITCHIE, J. R. B. Toward a framework for tourism education - problems and prospects. *Annals of Tourism Research* 8(1): 13-34, 1981.
- KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável** / Paulo Choji Kitamura; EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Centro de Pesquisa de Monitoramento e avaliação de Impacto Ambiental. – Brasília: – SPI, 1994. 182 p.
- KOHLER, A. Fontan, **Problemas e limites econômicos, sociais e culturais ao desenvolvimento turísticos sustentável** - CULTUR - Revista de Cultura e turismo - Ano 02. - Nº 01 - Jan/2008.
- KRAUSE, Gustavo – Ministro do Meio Ambiente no prefácio do livro – Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas – Clovis Cavalcante (Org.). – São Paulo: Cortez: Recife-PE/ Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. **Metodologia do Trabalho Científico. Procedimentos Básicos. Pesquisa bibliográfica, projetos e relatório- Publicação e Trabalho Científico**. - 4ª Ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 1992.
- LICKORISH, Leonard J., JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Trad: Fábola de Carvalho S. Vasconcelos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LIMA, Erika Oliveira, Apostila Teoria e Técnica do Turismo/Plano de Ensino UERR- 07.2006, p 157.
- MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943-1988** / Maria das Graças Santos Dias - Boa Vista: Editora da UFRR (Universidade Federal de Roraima). 2008. 215p.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações Revista Internacional de desenvolvimento local**. n.5. Campo Grande: UCDB, 2002.
- NICOLAS, D. H. **Elementos para uma análise sócio-geográfica do turismo**. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- OMT- Organização Mundial do Turismo. **Una introducción al turismo - relatório de atividades/2006** - Madrid-Espanha: OMT - 1999.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; BENI, Mário Carlos. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Editora Aleph, 2005.
- PIRES, P. S. - **Ecologia e Turismo** - Monografia (Pós graduação em nível de Especialização em Administração de Turismo)- INPG, FURB, ESTHF, 1997.
- PORTUGAL, Alberto Duque. **Agricultura Familiar**: Revista Agroanalysis, março/2004: Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acessado em: 17 jun 2013.
- PRADIME : Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação/Ministerio da educação. Secretaria de educação Básica, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_1.pdf. acessado em: 15 jun de 2013.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Geografia e turismo – notas introdutórias**. In: Revista do Departamento de Geografia. N. 6. São Paulo: USP/Departamento de Geografia, 1992.

_____, A. B. (org.). **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996

RODRIGUES, O.D. **Um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local - o caso de Paraúna/GO**. - São Paulo Hucitec, 1998.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus 2001. cap. 3.

SAMPIERE, Roberto Hernandez, Carlos Hernandez Collado, Pillar Baptista Júnior – **Metodologia da pesquisa**- Trad. Fatima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dysryler Ladeira. 3 Ed. São Paulo. Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, R. F. dos, **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

VEIGA, J. E. da. **A face territorial do desenvolvimento**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, p. 5-19, set., 2002.

ANEXOS

ANEXO I - Lei de criação do distrito de Vista Alegre



**ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA MUNICIPAL DE CARACARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

LEI Nº 336/2000.

**DISPÕE SOBRE: CRIAÇÃO DO
DISTRITO DE VISTA ALEGRE E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARACARÁ, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Distrito de Vista Alegre.


Art. 2º - As limitações do Distrito criado nesta Lei abrangerá do KM 596 da BR 174 ao KM 611, às margens do Rio Branco .

Art. 3º - A Sede do Distrito de Vista Alegre não poderá ser mudada sem autorização do Legislativo Municipal.

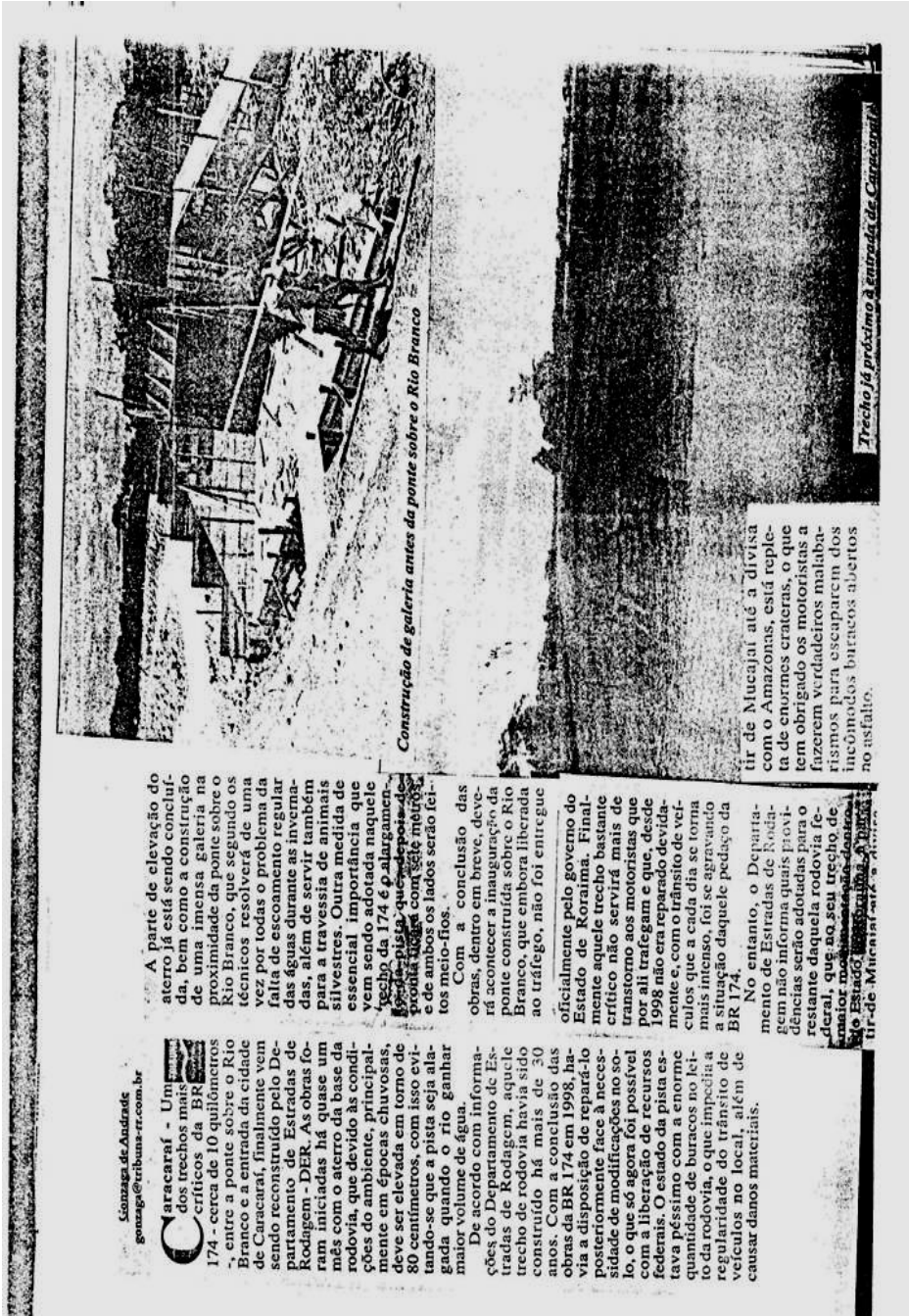
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARACARÁ-RR, 21 DE AGOSTO DE 2000.


Antonio Costa Reis
Prefeito/Caracará
CPF 006.853.282-72

ANEXO II – Textos da Imprensa Local oriundos do Acervo da Casa da Cultura de 25/09/2009.



Construção de galeria antes da ponte sobre o Rio Branco

A parte de elevação do aterro já está sendo concluída, bem como a construção de uma imensa galeria na proximidade da ponte sobre o Rio Branco, que segundo os técnicos, resolverá de uma vez por todas o problema da falta de escoamento regular das águas durante as invernações, além de servir também para a travessia de animais silvestres. Outra medida de essencial importância que vem sendo adotada naquele trecho da 174 é o alargamento da pista, que se desloca para o lado com sete metros e de ambos os lados serão feitos meio-fios.

Com a conclusão das obras, dentro em breve, deverá acontecer a inauguração da ponte construída sobre o Rio Branco, que embora liberada ao tráfego, não foi entregue oficialmente pelo governo do Estado de Roraima. Finalmente aquele trecho bastante crítico não servirá mais de transtorno aos motoristas que passam ali trafegam e que, desde 1998 não era reparado devidamente e, com o trânsito de veículos que a cada dia se torna mais intenso, foi se agravando a situação daquele pedaço da BR 174.

No entanto, o Departamento de Estradas de Rodagem não informou quais providências serão adotadas para o restante daquela rodovia federal, que ao seu trecho de maior movimento, recebe o maior fluxo de veículos. O Estado de Roraima, através do Departamento de Estradas de Rodagem, está repensando a situação dos trechos de rodovia que recebem o maior movimento de veículos. O Estado de Roraima, através do Departamento de Estradas de Rodagem, está repensando a situação dos trechos de rodovia que recebem o maior movimento de veículos. O Estado de Roraima, através do Departamento de Estradas de Rodagem, está repensando a situação dos trechos de rodovia que recebem o maior movimento de veículos.

Sonaga de Andrade
gonzag@tribuna-ror.com.br

Caracaráf - Um dos trechos mais críticos da BR 174 - cerca de 10 quilômetros - entre a ponte sobre o Rio Branco e a entrada da cidade de Caracaráf, finalmente vem sendo reconstruído pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER. As obras foram iniciadas há quase um mês com o aterro da base da rodovia, que devido às condições do ambiente, principalmente em épocas chuvosas, deve ser elevada em torno de 80 centímetros, com isso evitando-se que a pista seja alagada quando o rio ganhar maior volume de água.

De acordo com informações do Departamento de Estradas de Rodagem, aquele trecho de rodovia havia sido construído há mais de 30 anos. Com a conclusão das obras da BR 174 em 1998, havia a disposição de repará-lo posteriormente face à necessidade de modificações no solo, o que só agora foi possível com a liberação de recursos federais. O estado da pista estava próximo com a enorme quantidade de buracos no leito da rodovia, o que impedia a regularidade do trânsito de veículos no local, além de causar danos materiais.

Trecho já próximo à entrada de Caracaráf

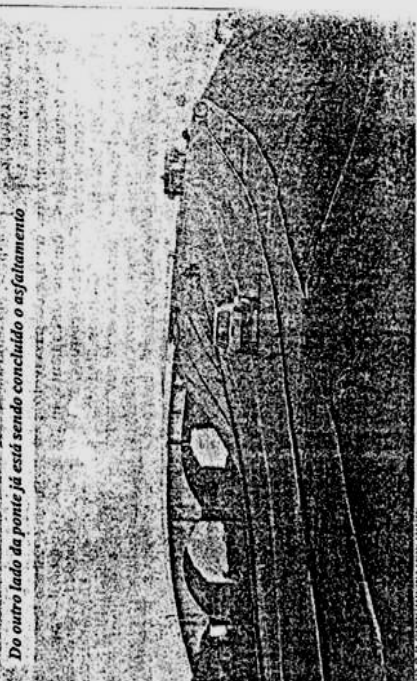
ANEXO III – Texto obtido no Acervo da Casa da Cultura
25/09/2009.

22 de abril de 2001

Recuperação da 174 começa por Caracarái

Foto: J. Pavani

Do outro lado da ponte já está sendo concluído o asfaltamento



ra, foi elevado em quase um metro, além de se construir galerias para passagem de água, por ocasião das enchentes de inverno e que, também, servirá de passagem para animais.

Com a conclusão do asfaltamento daquele trecho da BR 174, o governo do Estado consolida o conjunto de uma obra que vem somar à ponte sobre o Rio Branco, aberta ao tráfego ano passado, mas que ainda não foi inaugurada oficialmente. Nessa segunda-feira, 23, diretores e engenheiros do Departamento de Estrada de Rodagem (DER) estarão realizando uma inspeção nas obras que estão sendo concluída. Na ocasião será dada uma definição quanto ao trabalho de recuperação dos pontos críticos da rodovia federal, antes da chegada das chuvas.

Tapa-Buracos - É indispensável que o DER seja agil nos trabalhos de recuperação, pois mal começou o período de inverno e já ficando cada vez mais perigosa de se trafegar pela BR 174, que vem sendo chamada pelos caminhoneiros de Transburacqueira. O trecho pior está entre o Rio Alalá e a Vila Jundiá, no qual

Conexão de Andrade
gonzaga@tribuna-rr.com.br

Caracarái - Quase três meses depois de iniciados os trabalhos de elevação do greide da pista de acesso à ponte sobre o Rio Branco, as obras de asfaltamento do trecho de 10 quilômetros da BR 174 estão sendo concluídas. Os trabalhos foram iniciados segunda-feira, 16, a partir da cabeceira da ponte até o entroncamento da estrada que dá acesso à cidade. Os serviços ali realizados foram de fundamental importância para corrigir o greide da pista que está muito baixo e nas grandes invernações havia locais em que a água das enchentes passava sobre a estrada.

Aquele trecho da BR 174, mesmo à época da construção da rodovia, nunca passou por uma correção - o que era indispensável. Consequentemente era o mais esburacado de todos os locais daquela estrada federal. A obra de correção sempre foi transferida para posterior definição, mesmo tendo ciência da necessidade de corrigir desníveis no greide da pista que, só ago-

mesmo e a conclusão das quais últimas pontes de concreto nas proximidades da Vila Jundiá, onde o tráfego de veículo estava sendo desviado e que agora flui normalmente. A operação tapa buracos, ao que tudo indica, não vai ser tão simples e que demandam um cuidado especial.

Enquanto nada disso acontece, os motoristas que por ali trafegarem devem ter muito cuidado, apesar das poucas ou quase nenhuma placas de advertência e ficarem preparados para arcar com os danos causados involuntariamente à supensão dos seus veículos, caso se excedam

tes que venham tornar aqueles rodovias menos perigosas. Não se pode esconder a revolta de inúmeros condutores de veículos, principalmente daqueles que têm seu carro danificado. Agora isso surgem aqueles que procuram desabafar escrevendo frases hilariantes nas placas de advertência oficialização, como: "Atenção, buracos com pista".

ANEXO IV –Textos obtidos na Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima, AMBTEC. Roraima, o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico Para o Desenvolvimento / projetado por Tércio A. S. Júnior. – Roraima: Ambtec, 1993.

(3) Previsto a pavimentação até Dez/94, de 213 km (BR 174) e 142 km (BR 174)

TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERURBANO

A primeira linha regular de transporte coletivo em Roraima foi estabelecida pela empresa Solimões Turismo Ltda (Soltur), no final da década de 70, aproveitando a recém-inaugurada BR 174. (Boa Vista - Manaus). Sua sucessora, a empresa Andorinha de Transportes

Coletivos continuou com a linha por mais algum tempo, até ser absorvida pela Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda (Eucatur) que assumiu a linha em 1982. Nessa época, a estrada já apresentava enormes dificuldades de tráfego em quase todo o percurso. Muitas vezes, percorrer os mais de 700 Km do trajeto demorava dias, devido às quebras de pontes, a existência de lama e outros

RORAIMA - O Brasil do Hemisfério Norte

212



impedimentos que determinavam a interrupção de viagens, obrigando os passageiros a pernoitar na estrada. Somente nos últimos anos, as condições das estradas voltaram a permitir viagens mais rápidas e regulares. Essa empresa opera, também, desde janeiro de 1989, uma linha internacional diária entre Boa Vista e Santa Elena do Uaiem, na Venezuela, e até esse ano manteve uma linha internacional entre Boa Vista e Puerto Ordaz, na Venezuela. Durante o ano de 1991, as diversas linhas dessa empresa transportaram 142.836 pessoas, das quais 82.736 estavam saindo de Boa Vista e 60.100 chegando.

Atualmente, além da linha interestadual, a Eucatur opera linhas regulares que ligam Boa Vista a todas as localidades mais populosas do

Estado, transportando passageiros e pequenas encomendas.

TERMINAL RODOVIÁRIO DE BOA VISTA

O Terminal Rodoviário Internacional de Boa Vista ocupa 20 mil metros quadrados de instalações especialmente construídas para esse fim. Essas instalações ocupam uma área de mais de 50 mil metros de superfície, na confluência das Avenidas Guiana (início da BR 410), Brasil e Venezuela (trechos urbanos da BR 174), próximas às Avenidas que levam ao centro da cidade. O movimento diário do Terminal chega a 15 partidas e chegadas de ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais, envolvendo mais de 700 passageiros.



Balsa do rio Branco - trecho da BR 174

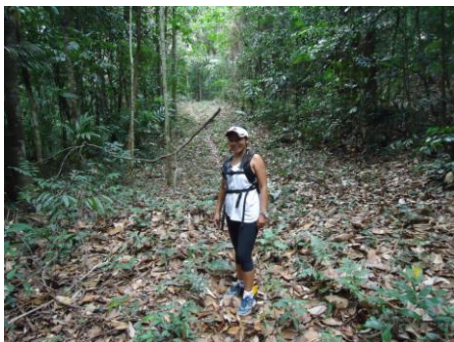
RORAIMA - O Brasil do Hemisfério Norte

213

Capítulo 5

As Iniciativas em Ecoturismo Indígena pela Comunidade Nova Esperança, em São Marcos, Município de Pacaraima, Roraima

Josinete Nara Cadete de Assis
Ismar Borges de Lima



As Iniciativas em Ecoturismo Indígena pela Comunidade Nova Esperança, em São Marcos, Município de Pacaraima, Roraima

Josinete Nara Cadete de Assis
Ismar Borges de Lima

1.0 Introdução

Roraima é um Estado da Amazônia cujo território é formado por um incrível mosaico de terras com diferentes *status* fundiários pertencentes a mais de 30 povos étnicos, entre eles: os Taurepangue, Ingarikó, Wai-Wai, Yekuana, Macuxi, Wapixana, Waimiri-Atroari, Patamona, etc. Segundo o 'Guia Roraima: Ecologia, História e Cultura' (2009), o nome do Estado é de origem indígena, "*Roro-imã*", e tem várias interpretações e significados o que denota a riqueza linguística existente na região mais setentrional do Brasil.

Na língua Macuxi, 'Roraima' significa 'Montanha Verde', e para os índios Taurepang, 'Mãe dos Ventos'. O Estado tem 14% de sua população composta de grupos indígenas totalizando aproximadamente 40.000 indivíduos, cujas reservas ocupam aproximadamente 46% da área total de Roraima, ou seja, 10 milhões de hectares.

Os lanomamis, por exemplo, ocupam uma vasta área de florestas tropicais na região noroeste do Estado, fazendo divisa com a Venezuela, com uma extensão contínua de 94.191 km² (9.667.875 ha). Já a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde se encontra o município de Uiramutã, localiza-se na região nordeste do Estado, na fronteira com a República Cooperativista da Guiana Inglesa e Venezuela, uma região de lavrados - a savana amazônica – que no Estado totaliza 44.000 km².

Assim, considerando-se esse contexto territorial singular e os grupos humanos existentes em Roraima deve-se pensar em atividades econômicas que sejam parte de um modelo de desenvolvimento econômico diferenciado, e o turismo pode contribuir para esse tipo de desenvolvimento do Estado, particularmente por ser constituído de significativo percentual de Terras Indígenas. Uma das modalidades de turismo mais citadas na literatura para ser desenvolvida em terras indígenas é o ecoturismo, pois é uma atividade enviesada pelos princípios da sustentabilidade e, além disso, o fator 'cultura' e 'comunidade local' são elementos constituintes dos princípios do ecoturismo; são elementos imprescindíveis para se obter um planejamento e gestão do ecoturismo em bases participativas, de inclusão, e com preocupações ambientais.

Esses elementos são indispensáveis para um turismo de viés étnico-ecológico; uma atividade que ganha importância e notoriedade, podendo no futuro bem próximo ser uma das principais praticadas também pelos povos indígenas em seus territórios com o respaldo e autorizações da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e amparados por políticas públicas específicas, replicando em Roraima os projetos-piloto de turismo indígena em andamento em outras partes do país, fazendo com que o Brasil trilhe o caminho das experiências bem-sucedidas do etnoturismo ecológico. Mas a atividade turística em Terras Indígenas não se limita ao ecoturismo e pode abranger o 'turismo cultural', 'turismo rural', 'turismo de aventura', 'turismo científico', e o 'geoturismo'.

Assim, este estudo foi realizado na comunidade Nova Esperança, situada há 208 km de Boa Vista, na Terra Indígena São Marcos, com cerca de 230km de extensão ao longo da BR-174, margeando a principal rodovia que liga Boa Vista, capital do Estado de Roraima, à sede do município de Pacaraima, localizada ao norte da capital, na fronteira do Brasil com a Venezuela, a qual é regularizada e foi homologada pelo Decreto nº 312 de 1991, e constitui uma área total de 654.110,30 hectares; é composta por quatro etnias distribuídas na região, Sapará, Wapixana, Macuxi e Taurepang pertencentes à família linguística Caribe (Chacon et al. 2011).

A comunidade Nova Esperança que faz parte da Terra Indígena São Marcos (ver Figura 2.0) pratica o turismo há 10 anos, desde 2003, sendo idealizada pelos próprios indígenas, considerada na região como a pioneira nessa atividade, a mesma influenciou as demais que ficam relativamente próximas – Bananal e Boca da Mata – sendo hoje, visitadas também por turistas, acadêmicos, pesquisadores e curiosos em geral. Atualmente a Comunidade tem como líder o Tuxaua (cacique, líder indígena), João Silva Wapixana.

A prática do turismo na localidade tem o apoio do Ministério do Turismo por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Nova Esperança, onde o turismo é realizado na Terra Indígena como forma de divulgação das belezas da região e tradições (Melo, 2012).

Na Comunidade há escola, assistência básica de saúde coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), e dois principais atrativos turísticos: a Trilha Ecológica do Coatá e a Cachoeira da Onça (Melo, 2012).

Desta forma, o ecoturismo pode ser um instrumento de gestão voltado para a conservação dos recursos naturais mitigando os impactos negativos nos ambientes naturais e proporcionando melhoria na qualidade de vida das comunidades indígenas.



Autor: Ismar Lima, MultiAmazon/UERR, 2014.

Figura 2.0 – Terra Indígena São Marcos, município de Pacaraima onde se localiza a Comunidade Nova Esperança.

Os principais objetivos desta pesquisa são:

Objetivo Geral:

- ✓ Realizar um levantamento atualizado para se compreender de forma mais holística a realidade indígena na Comunidade Nova Esperança em relação à atividade turística praticada em suas terras.

Objetivos Específicos:

- ✓ Fazer um levantamento do perfil social e econômico da Comunidade Nova Esperança;
- ✓ Revisão crítica da literatura com foco nos conceitos e nas definições de turismo e sua tipologia, bem como nos conceitos de território, reserva, e terras indígenas;
- ✓ Contribuição para a literatura com a revisão dos principais aspectos às leis que tratam direta e indiretamente as

questões étnicas indígenas territoriais, dos povos, de sua cultura e o turismo.

E a pergunta-pesquisa norteadora de todo o trabalho de investigação na temática proposta centra-se em entender o contexto indígena de Roraima para o turismo, mais precisamente:

Que percepção e expectativa os membros da comunidade indígena Nova Esperança possuem em relação à importância econômica e ambiental do turismo em suas terras?

Quando se discute sobre turismo em Terras Indígenas torna-se imprescindível abordar definições e conceitos amparados pela Constituição Federal de 1988, bem como debater legislação específica, particularmente, o Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, uma vez que:

O reconhecimento dos índios enquanto realidades sociais diferenciadas, na Constituição Federal, não pode estar dissociado da questão territorial dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes (Brasil, 1973).

A Constituição Federal de 1988, § 1º art. 231 define terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como sendo:

São aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários o seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil, 1988).

No inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal de 1988, é estabelecido que: “Terras, são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

Sabendo-se que a maioria dos atrativos turísticos do Estado de Roraima está situada dentro das Terras Indígenas, tal fato ocasiona grande dificuldade de acesso a esses lugares, pois para que o turismo possa ser praticado, eles precisam de uma autorização prévia.

Vale ressaltar que o turismo em terras indígenas ainda não foi regulamentado por lei pelo governo federal no âmbito da FUNAI. No entanto, é permitida a formação de cooperativas a partir do momento em que se comece a explorar turisticamente as terras, a FUNAI e a

Justiça, tendo ciência disso, devem proceder com procedimentos necessários e as medidas cabíveis.

Recente caso que se pode mencionar foi o ocorrido na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde a o Supremo Tribunal Federal (STF) e os ministros impuseram 19 restrições que terão de ser respeitadas pelos índios que habitam aquelas T.Is., uma vez que a terra pertence à União, embora seja de usufruto dos indígenas. As mais pertinentes estão citadas logo abaixo:

10 - O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes;

11 - Deve ser admitido o ingresso, o trânsito, a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela Funai;

12 - O ingresso, trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas (Gazeta do Povo, 2009).

O turismo em terra indígena é importante para atender ao interesse da comunidade visando ao desenvolvimento econômico e social, havendo sempre a preocupação com a cultura, costumes, tradições, e com o patrimônio intangível dos grupos humanos que habitam essas áreas; portanto, contribuindo para um etnodesenvolvimento; aliás, um conceito que permeará as discussões, abordagens, e análises desta pesquisa.

A atividade turística na comunidade indígena Nova Esperança ainda não gera recursos financeiros suficientes para atender às necessidades dos moradores locais, e, por ser incipiente, não está estruturada para receber visitantes ou turistas com a qualidade desejada. Porém, o turismo estando presente nessa localidade poderá gerar desenvolvimento da mesma, pois há potencial turístico naquela região.

A Comunidade Nova Esperança está situada dentro da Terra Indígena São Marcos, distante 7 km de Pacaraima, onde residem aproximadamente 40 famílias. Para saber se há interesse da comunidade na prática do turismo e as possibilidades de recebê-los visando ao desenvolvimento sustentável e ao estímulo da economia local, foram feitas entrevistas e aplicação de questionários com o intuito de saber os reais interesses da comunidade em relação à atividade turística para que futuramente haja uma implantação do turismo beneficiando tanto a comunidade como também os profissionais do turismo. A justificativa e a relevância sobre o tema

“Turismo em Áreas Indígenas” foram fundamentadas nos seguintes aspectos:

- a) A carência de estudos sobre o interesse das comunidades indígenas do Estado de Roraima em relação ao turismo;
- b) A carência de estudos sobre os atrativos turísticos em áreas indígenas.



Fonte: Josinete Assis, 2013.

Figura 3.0 - Placa de localização da Terra Indígena São Marcos.



Fonte: Josinete Assis, 2013.

Figura 4.0 - Comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos



Fonte: Josinete Assis, 2013.

Figura 5.0 – Mapa da Comunidade Nova Esperança desenhado por um morador local.

O potencial turístico que a Comunidade Nova Esperança possui é notável, tanto que atualmente já existe a prática de algumas atividades esporádicas no local. Dentre os atrativos, tem-se a trilha do Kuatá (ver Figuras 6 e 7) cujo percurso se inicia em trilha bem larga na mata, e depois de alguns quilômetros vai se estreitando; o acesso da mesma possui um grau difícil e leva a uma bela cachoeira, durante o percurso encontram-se espécies nativas da fauna e flora, um sítio arqueológico, várias espécies de pássaros.



Fonte: Josinete Assis, 2013.

Figura 6.0 – Trilha do Kuatá



Fonte: Josinete Assis, 2013.
Figura 7.0 – Trilha do Kuatá.

A paisagem local é composta de mata fechada com árvores imponentes de tronco largo, há uma em especial que é registrada como a “Toca do Curupira”, pois faz referência a um personagem folclórico, e que faz parte das narrativas e histórias contadas pelos nativos aos visitantes durante o percurso na trilha (ver Figura 8.0).



Fonte: Josinete Assis, 2013.
Figura 8.0 - Toca do Curupira.

A região da comunidade é rica em pinturas rupestres (ver mosaico de fotos na Figura 9.0), o que tem atraído pesquisadores de

várias partes do mundo, e compõe um dos apelos turístico, e isso tem possibilitado um acréscimo na renda dos moradores; é importante ressaltar que o artesanato também compõe um atrativo turístico da localidade, e fonte de renda igualmente.



Fonte: Josinete Assis, 2013.
Figura 9.0 – Pinturas Rupestres

Para que o turismo se desenvolva de forma organizada, centrado na sustentabilidade, dando ênfase aos aspectos sociais, culturais, éticos, e comunitários, estimulando o desenvolvimento local sem abandonar o fator econômico, é preciso a integração e a interação da comunidade local, sendo que esse processo deve contar com o apoio, parcerias ou cooperação por parte da iniciativa privada e do poder público.

Ressalta-se que o tripé para o fortalecimento e consolidação do turismo em Nova Esperança é a sustentabilidade econômica, social e ambiental; o elemento 'cultura' e 'saberes tradicionais' também fazem parte de um modelo etnoturismo, ou melhor, de um

modelo de etnodesenvolvimento sustentável tendo como uma de suas atividades o turismo.

A Organização Mundial do Turismo, (OMT), define o desenvolvimento sustentável, “como sendo aquele que atende as necessidades dos turistas e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro”.

Tendo em vista o desenvolvimento da comunidade, onde vários fatores são voltados para a geração de divisas, fortalecendo assim sua economia, o turismo de base local tende a ser o mais adequado para tal desenvolvimento. Segundo o Ministério do Turismo (2008), o turismo de base local é definido como:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística.

Há diversas modalidades de turismo, no entanto, o ecoturismo parece ser o mais indicado para ser praticado em áreas indígenas já que esses locais são ricos em atrativos naturais, podendo o turista estar em contato direto com a natureza. Rues (1995, p. 7) coloca que “o recurso natural é o primeiro atrativo turístico de muitos países ou regiões que vivem do turismo”.

Ecoturismo é definido como o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos a sua territorialidade (Faria, 2002).

Em relação ao envolvimento dos povos indígenas com o turismo, é necessário primeiramente desenvolver uma reflexão sobre os meios pelos quais esses povos possam vir a garantir sua existência em um cenário capitalista, utilizando-se também da atividade turística como possibilidade de revitalização cultural.

É importante ressaltar que esta modalidade de turismo em área indígena, veio como mais uma alternativa (ou atividade complementar) para que a comunidade possa ter mais uma fonte de renda, visando não só o lucro, mas também a troca de experiências.

O turismo indígena, principalmente o desenvolvido em terras indígenas, vem promovendo várias discussões e polêmicas junto a linguistas, antropólogos, geógrafos, indigenistas e indígenas. O cerne da questão reside na presença de turistas, das mais diversas culturas, dentro da terra indígena, o que pode provocar não apenas

descharacterização cultural como também perturbar o ambiente natural, o cotidiano das comunidades e promover uma mercantilização da própria cultura. Por um lado, em função destes motivos, ainda há muita resistência para a implantação dessa atividade em terra indígena, onde a relação custo/benefício não é favorável às comunidades, em que os custos ao ambiente e a cultura serão maiores que os benefícios econômicos advindos das atividades turísticas. Por outro lado, mesmo cientes dos riscos dessa atividade, há grupos que acreditam que se o ecoturismo, for bem planejado com participação da comunidade no processo de gestão, com preparação e esclarecimento da população no que se refere à conscientização sobre o turismo e riscos que poderão advir, poderá ser uma alternativa econômica para esses povos (Faria, 2002, p.74).

Por ser um tema consideravelmente novo, o turismo indígena ainda é pouco explorado, sendo relatadas apenas algumas iniciativas nesse segmento no Brasil, e praticamente sem nenhuma regulamentação em vigência ainda. O tema é polêmico e complexo, pois coloca em confronto os interesses da FUNAI em salvaguardar a cultura indígena, e os interesses das comunidades, do *trade* turístico, das Universidade, e ONGs, de promover um etnodesenvolvimento nas terras indígenas.

A principal preocupação se dá em torno das consequências do contato e do choque cultural decorrente dessa nova atividade. No entanto, há uma regulamentação já proposta e em andamento no legislativo, com prazo-limite até o final de 2015 para ser publicada e efetivada pela FUNAI.

Em 05 de junho de 2012 foi instituída pela Presidência da República, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, PNGATI, pelo decreto 7.747, que visa a garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em terras e territórios indígenas, e enfatiza duas principais ferramentas para a gestão territorial e ambiental: o etnomapeamento e o etnozoneamento.

O Artigo 4º. do PNGATI estabelece os objetivos específicos em eixos, e o Eixo 5, letra 'g', pela primeira vez na história da FUNAI e na legislação e nas políticas públicas, o etnoturismo e o ecoturismo em terras indígenas são citados e apoiados institucionalmente no país, tornando-se um marco divisor histórico para o setor, e no tema, fazendo com que a FUNAI acabe ganhando um papel ampliado em relação à questão indígena e o turismo:

Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das

comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (PNGATI, 2012).

Na Seção 5.0, outros aspectos da legislação e constitucionais acerca do turismo em terras indígenas, bem como de aspectos legais de outras atividades produtivas nessas terras são amplamente debatidas.

A respeito das demandas e complexidades a respeito do turismo indígena na contemporaneidade, Grūnewald (2004) demonstra que com a chegada do século XXI, há uma maior procura pelo “exótico”, pelo diferente e pelo “outro” nas visitas turísticas e, conforme o turismo étnico se apresenta tanto como uma valiosa alternativa econômica, quanto uma forma de revitalização cultural para as populações nativas; considerando-se esse contexto, o estudo acadêmico sobre o turismo indígena passa a possuir grande relevância e importância.

O sucesso da prática do turismo indígena depende do respeito aos princípios do planejamento turístico de base comunitária participativa, de inclusão social, e de resgate da cidadania. Esses princípios colocam como prioridade os interesses comunitários como o principal fator para o planejamento e ações a serem realizadas, ou seja, os índios devem ter o controle de todo o processo.

Com relação ao contato de visitantes com a comunidade indígena, em Nova Esperança, foi observado que este grupo já possui um contato relativamente amplo com a cultura ocidental e cosmopolita. A Terra Indígena São Marcos, assim como outras do Estado de Roraima, está bastante próxima de centros receptores do turismo, ou seja, Pacaraima e Santa Helena de Uairén, e também de Boa Vista, o portão de entrada principal no Estado. Porém, são poucos indivíduos indígenas que têm tido contato direto e prolongado com turistas.

A respeito do uso sustentável dos recursos naturais, é importante citar que existe um modo de vida tradicional e de saberes tradicionais sustentados há várias gerações por uma filosofia indígena intrinsecamente enviesada por práticas preservacionistas e conservacionistas.

Há de se observar em sociedades simples como as indígenas, a presença de um convívio harmônico do homem com o meio ambiente, o que faz com que não se comprometa os recursos naturais para as gerações futuras. Isso ocorre, principalmente, por não haver na filosofia indígena em geral a ideia do acúmulo de material e de capital, utilizando-se somente a quantidade necessária de subsistência dos recursos naturais. Como exemplo pode ser citado o fato das áreas mais preservadas estarem em terras indígenas (Ladeira & MATTA, 2004).

Cabe ressaltar que alguns critérios devem ser observados para a escolha das áreas onde o turismo irá acontecer como: condições de acesso; condições de salubridade; carências de

alternativas econômicas; possibilidade de apoio e parcerias; existência de atrativos naturais e culturais. A esses critérios acrescentam-se: projetos desenvolvidos em bases comunitárias e sustentáveis; priorização da gestão participativa dos povos indígenas em suas terras e na cidade; existência de operadora/agência receptiva prioritariamente coordenada pelas organizações indígenas; preparação da comunidade para a implantação do ecoturismo; realização de avaliação do impacto socioambiental (MMA, 1997 apud Faria, 2002).

O presente trabalho é resultado de visitas técnicas realizadas na Comunidade Novas Esperança localizada na Terra Indígena São Marcos a 7 km de Pacaraima. As visitas tiveram como motivação coletar dados e analisar como ocorre o turismo na região com a finalidade de cumprir um roteiro de atividades previstas no projeto de pesquisa.

Para realização desse trabalho adotou-se uma metodologia de orientação quali-quantitativa com abordagem direta *in loco* onde foram aplicados questionários com o intuito de saber os reais interesses da comunidade em relação a prática da atividade turística. Já a revisão da literatura foi feita por meio de leitura crítica de artigos publicados em periódicos acadêmicos, em livros, e web-sítios na internet, incluindo os do Ministério do Turismo, Funai, etc., além de pesquisa bibliográfica nas bases de dados da Scielo, Teses e Dissertações USP e UNB, bem como em sites e portais do Governo Federal. O detalhamento sobre a coleta e a análise de dados será feito na Seção sobre os 'procedimentos metodológicos' adotados.

1.0 Conceitos e Definições

2.1 Turismo

Num contexto mais amplo, percebe-se o efetivo surgimento de um dos mais recentes fenômenos de transformação socioeconômico-cultural do mundo contemporâneo: a atividade turística.

A Organização Mundial do Turismo definiu que:

Turismo se entende por todas as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao de sua moradia habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2005).

Logo, trata-se de um fenômeno que envolve o movimento de pessoas dentro de seu próprio país ou através das fronteiras nacionais. Não obstante atualmente, o conceito de turismo aqueceu os setores econômicos, pelo capital, perdendo o romance

inicial, e este fenômeno tem sido estudado socioeconomicamente, legislado, e explorado. Então agora é possível definir diferentes tipos de turismo que podem ser praticados dependendo do poder de compra, poder econômico, aos gostos, preferências, estilo de vida, e motivações várias, e em termos de tipologia temos: ecoturismo, turismo rural, geoturismo, etnoturismo, turismo científico, turismo espeleológico, enoturismo, turismo cultural, etc.

A OMT (2013) sustenta que o turismo tem um impacto sobre a economia, o ambiente natural, e o ambiente construído, a população local nos lugares visitados e os próprios visitantes. Devido a esses vários impactos, a gama e variedade de insumos necessários para se produzir os bens e serviços adquiridos pelos visitantes e atores envolvidos ou afetados pelo turismo é necessário adotar uma abordagem holística para a gestão, desenvolvimento, e supervisão do turismo. Esta abordagem é altamente recomendada, com vista à formulação e implementação de políticas de turismo nacionais e locais, bem como os acordos internacionais e outros processos no domínio do turismo.

Cabe ressaltar que de acordo com o Ministério do Turismo,

O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional. Face à sua relevância como elemento orientador do modelo de desenvolvimento turístico desejado (Brasil, 2007, p.15).

É citado também que:

As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos. Para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esses princípios são os seguintes: sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade político-institucional (BRASIL, 2007, p.15).

Nota-se que se tratando de termos econômicos o turismo, direta e indiretamente, gera um aumento da atividade econômica nos locais visitados (e fora dela), principalmente por causa da demanda por bens e serviços a serem produzidos e fornecidos.

Melo (2005) considera que o turismo possui atividades de múltiplas facetas desenvolvendo-se rapidamente, principalmente após a década de 1950, em consequência dos avanços globais dos meios de transporte e, mais recentemente, em fator do desenvolvimento das telecomunicações, “proporcionando um fluxo de informações extremamente rápido por todo o mundo” (p. 20).

Na segunda metade do século XX, houve o início de um crescimento mais acelerado devido, principalmente, a ampliação do direito de férias conquistadas pelos trabalhadores, particularmente nos países desenvolvidos (Dias, 2003 apud Melo, 2005, p. 19).

Nessa perspectiva, o turismo envolve várias dimensões – econômicas, políticas, sociais e culturais – e relações que ocorrem em territórios com identidades próprias. Logo, trata-se de um fenômeno que envolve o movimento de pessoas dentro de seu próprio país ou através das fronteiras nacionais. Não obstante, atualmente o conceito de turismo acresceu os setores econômicos, pelo capital, perdendo o romance inicial, e este fenômeno tem sido estudado socioeconomicamente, legislado e explorado. Então agora é possível definir diferentes tipos de turismo, referindo-se ao poder de compra, poder econômico, aos gostos, preferências e preocupações.

2.2 Turismo Sustentável

O conceito de turismo sustentável é derivado de um novo paradigma proposto em 1987 com o Relatório da Comissão Brundtland das Nações Unidas, intitulado 'Nosso Mundo Comum', hoje difundido e aceito universalmente como desenvolvimento sustentável. Este foi utilizado para a primeira vez em 1980, na versão da "Estratégia Mundial para a Conservação", na prova da inviabilidade do modelo de crescimento econômico vigente para nível planetário (Maldonado, 2006).

Turismo sustentável pressupõe, primeiro, uma gestão global de recursos que depende ser totalmente integrado ao meio ambiente natural, cultural e humano e outros, bem como solidariedade, respeito mútuo, e de participação de todos os interessados no processo. Tal abordagem implica um desafio de inovação cultural, tecnológico e profissional (Maldonado, 2006).

Em contrapartida, o turismo também pode vir a ser destruidor e predatório se não for devidamente controlado. Para isso, deve-se realizar um planejamento da atividade sempre aliado ao conceito de sustentabilidade.

Deste modo, faz-se necessário se estabelecer o conceito de Turismo Sustentável para uma melhor compreensão do fenômeno. A OMC-OMT o define como:

O desenvolvimento do turismo sustentável satisfaz as necessidades dos turistas atuais e as regiões de acolhimento ao mesmo tempo proteger e aumentar as oportunidades para o futuro. Prevê-se como líder de gestão de todos os recursos em tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam

ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de suporte de vida.

No entanto, a definição é suficientemente flexível para permitir uma variedade de abordagens e interpretações do conceito. Por exemplo, na bibliografia OMC-OMT anotada, dentro do "turismo sustentável" estão incluídas questões ligadas ao desenvolvimento rural, ecoturismo, impacto ambiental, patrimônio cultural e natural, desenvolvimento urbano, turismo alternativo, os povos indígenas, animais selvagens, parques naturais, etc. Não obstante, quando o turismo é praticado de maneira sustentável possui caráter transformador das comunidades, sociedades, e até de países.

O primeiro grande evento a respeito do turismo sustentável foi a Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável. Segundo Maldonado (2006), o evento foi realizado em 1995, em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, onde houve consenso de que o desenvolvimento sustentável do turismo é um fator importante para a sustentabilidade do patrimônio natural, cultural e humano (p.06).

Nessa ocasião os participantes emitiram a "Carta para o Turismo Sustentável", apelando à comunidade internacional, as comunidades governos locais, indústria, turismo e ONGs para adotar seus princípios e objetivos baseados nas recomendações da Agenda 21 (Maldonado, 2006).

A Carta enfatiza a fragilidade dos recursos naturais que sustentam o turismo e a crescente demanda por melhor qualidade ambiental. A Carta coloca ênfase também na proteção prioritária da dignidade humana, das comunidades locais, e reconhece o potencial do turismo para promover uma interação harmoniosa dos seres humanos de diferentes formações e lugares do mundo, bem como o poder de promover a paz entre os povos (Maldonado, 2006).

Dessa maneira, o desenvolvimento do turismo deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, ou seja, tem de ser ecologicamente orientado, economicamente viável e justo na perspectiva social e ética para as comunidades locais. Os planejadores e gestores tem de considerar os efeitos negativos da atividade turística sobre o patrimônio das comunidades locais, a sua tradicionais atividades dinâmicas ao propor, implementar ou desenvolver o turismo de modo que respeite os frágeis sistemas e ecossistemas buscando um equilíbrio de interesses no lugar turístico, nos destinos turísticos.

2.3 Turismo de Base Comunitária (TBC)

Segundo Lobato e Tavares (2012), no Turismo de Base Comunitária, TBC, buscam-se melhorias para as comunidades, sendo

elas as principais beneficiadas com a atividade turística, pois o que se percebe é que a atividade turística do tipo massificada tem gerado graves problemas sociais, ambientais, e econômicos, além de inserir precariamente as comunidades locais. Criam-se territórios culturalistas.

Quanto à expressão do TBC em nível mundial, Lobato e Tavares (2012) enfatizam que foi a partir de 2003, com a realização do 1º Fórum Internacional de Turismo Solidário⁴, que ocorreu na cidade de Marseille na França.

Brasil(2012) ressalta que a falta de consenso em termos conceituais resulta por um lado, da heterogeneidade das próprias experiências e, por outro, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência. O desenho da política pública para Turismo de Base comunitária foi norteador por alguns conceitos defendidos por instituições reconhecidas como pioneiras na organização da atividade turística de base comunitária.

Segundo a organização não-governamental *Worldwide Life Fund* (WWF), no âmbito conceitual relativo ao turismo responsável, o ecoturismo de Base comunitária pode ser entendido como: “o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (Brasil, 2010, p.15).

Outra instituição que trabalha com este modelo de turismo é o Projeto Bagagem, uma ONG que visa à criação de uma rede de economia solidária de turismo comunitário no Brasil. A principal estratégia é associar-se a instituições locais para apoiar a criação de roteiros turísticos que beneficiam prioritariamente as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e da participação direta da população local. Segundo a ONG:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (Projeto Bagagem, 2009 apud Brasil, 2010, p.16).

Para Irving (2009, p.5), o Turismo de Base Comunitária:

Tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de

⁴ Houve outras edições, uma no ano de 2006 na cidade Chiapas no México que foi o 2º Fórum, e outra no ano de 2008, na cidade de Bamako no Mali que foi o 3º Fórum.

vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não às imposições da globalização (Irving, 2009, p.5).

Lobato e Tavares (2012) destacam que o termo Turismo de Base Comunitária é:

Aplicado a várias atividades, operações e empreendimentos que dizem respeito a uma comunidade que recebe visitantes em vários níveis. São as visitas a um lugar onde a comunidade está envolvida na apresentação dos seus moradores e patrimônios como atrações ou oferecendo um leque de mercadorias (produtos agrícolas ou artesanato), que constitui o elemento “turístico” do conceito (p.5).

Conforme Pereira e Barreto (2012), o turismo de base comunitária surge em contraposição ao turismo de massas, trazendo em seu bojo premissas que permitirão o envolvimento da comunidade no processo do turismo, não apenas expectadores, mas como protagonistas, desde o processo de planejamento até a execução e monitoramento da atividade em seu território. Assim, o Turismo de Base comunitária “é um dos novos eixos do turismo que tem a comunidade como protagonista, sendo uma alternativa de desenvolvimento local com a perspectiva de melhoria de vida da comunidade” (Pereira e Barreto, p.4).

Lobato e Tavares (2012) esclarecem que o TBC implica não somente a “interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe investimentos e pessoas curiosas e ávidas pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social” (p.5).

Ao Resgatar experiências de Turismo de Base Comunitária no Brasil, verifica-se que datam de meados dos anos 1990, e foram organizadas independentemente de ações públicas. Com a criação do ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do País, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC (Brasil, 2010).

Foram estabelecidos alguns projetos a favor do fortalecimento desta forma específica e inovadora prática turística. Assim, inicialmente, o Ministério do Turismo atendeu em parte as

demandas em termos de projetos e experiências em TBC. Por exemplo, a associação acolhida na colônia – que já trabalhava o turismo rural na agricultura familiar, com hospedagem em propriedades rurais e visitação às atividades dos agricultores em Santa Catarina – teve projetos apoiados em 2005 e 2007 pela coordenação-Geral de segmentação, por ser um projeto relevante do segmento turismo rural.

Nos anos de 2006 e 2007, tanto representantes das iniciativas de TBC como pesquisadores do tema demandaram do poder público uma ação mais articulada, com o reconhecimento do Turismo de Base comunitária. A intensificação do diálogo entre áreas do MTur com órgãos do Governo Federal, academia e projetos resultou na decisão de apoiar o desenvolvimento do TBC por meio de um processo seletivo de projetos, com a elaboração de um edital de chamada Pública (Brasil, 2010).

Com base nas definições citadas anteriormente, a abordagem do ministério do Turismo amplia a abrangência do conceito de TBC. “De modo a contemplar a diversidade das iniciativas existentes no País e contribuir para o alcance de seus objetivos institucionais, sobretudo os traçados no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010” (Brasil, 2010, p.17).

Brasil (2010) destaca as Diretrizes de Turismo de Base comunitária inserida na política pública de turismo nacional consolidada no PNT 2007-2010:

- I. Promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda pela inclusão da atividade turística;
- II. Apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões;
- III. Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos;
- IV. Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo e;
- V. Promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos.

Brasil (2010) também enfatiza os objetivos principais das ações de fomento ao TBC:

- I. Contribuir para a geração de trabalho e renda no local;
- II. Organizar e fortalecer os atores/as comunidades locais para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos;
- III. Agregar valor aos destinos turísticos;
- IV. Diversificar a oferta turística de destinos consolidados;

- V. Incrementar o fluxo de turistas demandantes deste segmento;
- VI. Promover a interação entre comunidade e turista, de forma sustentável, com ganhos – materiais e simbólicos – para a população local, e oferecer uma experiência turística diferenciada para o visitante a partir da sua participação na vida comunitária local.

Diante do exposto, nota-se que o Turismo de Base Comunitária se apresenta como uma modalidade estratégica configura-se numa forma de integração da renda para as populações, que vivem essencialmente de atividades extrativistas e de agricultura de sustentação, podendo contribuir a reduzir os impactos sobre os recursos naturais, como instrumento de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural e de resgate da identidade cultural e como política de promoção de um modelo econômico coletivo e solidário apropriado à realidade das populações tradicionais da região.

2.4 Turismo Indígena

Certamente há várias definições na Literatura referentes ao tema 'Turismo Indígena' e, também, falta de consenso sobre um conceito único, aceito universalmente. Mas o foco desta Seção é apenas apresentar algumas classificações que podem ser utilizadas na abordagem do assunto, uma vez que existem algumas confusões que se concentram mais em um nível semântico do que teórico outras em um contexto prático, denominam-no, por exemplo, de ecoturismo, etnoturismo, etc.

Em fator dessa vulnerabilidade epistemológica a cerca do Turismo Indígena, selecionou-se nesse subcapítulo algumas abordagens sobre a diferença conceitual entre ecoturismo e turismo indígena, a fim de esclarecer essas duas caracterizações que aparentemente significam a mesma coisa, mas que na verdade são distintas.

Recorrendo a uma das referências encontradas, sobre o turismo indígena, Faria (2008 apud Jesus, 2008, p.4) define o segmento como:

O turismo indígena, como o nome sugere, é o turismo desenvolvido nos limites das terras indígenas ou fora deles com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo povo-comunidade indígena envolvida. [...] O fato de povos e comunidades indígenas desenvolverem atividades turísticas fora dos limites de suas terras não desqualifica o tipo de turismo e nem os valores culturais e sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Por ser realizado nos núcleos populacionais, meio urbano ou rural, de modo que não afete

negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, técnicos, entidades indígenas, indigenistas e ambientalistas.

Na visão de Jesus (2008), alguns elementos que são constituintes da definição do termo “turismo indígena”, relaciona-se principalmente “ao patrimônio material e imaterial, [...] já que as atividades voltadas à natureza são desencadeadores de especificidades marcantes das simbologias e territorialidade indígenas” (p.4). Para Brito (2009, p. 23) trata-se do turismo que utiliza “dentro outros fatores, dos recursos naturais, das tradições culturais e das identidades regionais para seu desenvolvimento”.

González (2008) analisa o turismo indígena como uma organização de negócios de autogestão dos recursos patrimoniais com base na comunidade por meio de práticas democráticas e de trabalho de solidariedade para distribuição de benefícios. Desse modo, a autora destaca que o Turismo Indígena é caracterizado pela promoção e fortalecimento de sua rentabilidade de serviços de ecoturismo, como instrumentos eficazes para conservação do patrimônio cultural e ambiental, que formando uma das bases para o desenvolvimento econômico da comunidade através do acesso a informação, capacitação e tecnologia apropriada em todos os momentos de incentivo à participação ativa e corresponsabilidade à sociedade.

González (2008) sustenta que o turismo indígena é resultado da conscientização de determinada etnia em trabalhar de maneira coletiva de forma local, regional, nacional e internacional. A autora destaca que desde a década oitenta vários países da América Latina (Bolívia, Brasil, Argentina, Chile, Panamá e México, entre outros) se reuniram para discutir a respeito da discriminação histórica que os indígenas foram submetidos por parte da sociedade civil, na tentativa de buscar opções para melhorar as condições materiais de vida dos mesmos. Martins (2007) conceitua turismo indígena como:

O turismo desenvolvido nas terras indígenas ou fora delas com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo grupo/comunidade indígena envolvida, mas existem povos indígenas que não querem essa atividade dentro de suas terras, mas sim divulgar suas culturas como valorização da identidade e algum ganho econômico, porém sem mercantilizá-la, fora da terra indígena (p.3).

Conforme o autor, o fato desses povos ou grupos indígenas praticarem atividades turísticas fora de suas terras não desqualifica o tipo de turismo nem os valores culturais ou sua identidade, pois a cultura e a identidade permanecem com eles. Pode ser realizado nos

núcleos populacionais de modo que não afete negativamente a cultura dos povos e comunidades envolvidas por meio de várias estratégias que deverão ser pensadas e planejadas junto com a comunidade, entidades indígenas e dentre outros (Martins & Coutinho, 2007).

Rita (2007 apud González, 2008, p. 5) relata que no México existem várias organizações indígenas e redes (não oficiais) que prestam serviços de turismo de forma responsável. De acordo com a autora o Turismo Indígena tem as seguintes particularidades:

- I. Promove a interação, o aprendizado, a apreciação da natureza e a cultura de seus anfitriões, com o compromisso de respeitar e participar de conservação dos seus recursos e da sua diversidade biológica e cultural;
- II. Minimiza impactos ambientais e culturais;
- III. Representa uma dimensão humana e cultural, destinada a promover encontros interculturais e de interesse mútuo com os visitantes;
- IV. Fornece códigos de ética para regular o comportamento dos turistas e relações com a comunidade;
- V. Visa um serviço competitivo sustentável, sem perder a sua identidade cultural;
- VI. Proporciona às comunidades prosperidade, condições melhores de vida;
- VII. Promove a atividade conjunta, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável;
- VIII. Preserva os recursos naturais e culturais, e promove o seu reconhecimento, disseminação e monitoramento em consequência da convivência intercultural harmoniosa;
- IX. Fortalece e desenvolve local, regional, nacional e internacional uma troca de experiências entre comunidades e apóia a comercialização e promoção de cada destino turístico.

Não obstante, “a atividade de turismo realizada em áreas indígenas independente de sua denominação correta, deve sem sombra de dúvida se apoiar nos preceitos do turismo sustentável” (Brito, 2009, p.26). Como segmento turístico, de fato o Turismo Indígena tem estreita relação com o ecoturismo, pois do mesmo modo “é realizado em áreas naturais, utiliza-se dos atrativos culturais e visa sustentabilidade” (Brito, 2009, p.24).

Em todo o mundo, os povos indígenas estão se envolvendo cada vez mais nas práticas turísticas, particularmente, no ecoturismo em razão de habitarem áreas com belezas cênicas e os recursos naturais, florestas por exemplo, que são matérias-primas para esse tipo de turismo. "Os povos indígenas compreendem cinco por cento da população do mundo, ocupam 20% da superfície terrestre do mundo, e mais 80% da biodiversidade do mundo em terras e territórios ancestrais" (ONU, 2002 apud Zeppel, 2006).

Zeppel (2006) avalia estudos de casos globais de projetos indígenas de ecoturismo nas ilhas do Pacífico, África, América Latina e Sudeste Asiático. O papel das ONGs ambientais e organizações

governamentais em apoio a projetos de conservação e ecoturismo Indígenas também é destaque, discute fatores-chave e restrições para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo indígena e explora as ligações crescentes entre a conservação da biodiversidade, ecoturismo e terra indígena.

Assim, analisa-se o ecoturismo indígena como um tipo especial de turismo baseado na natureza e examina os benefícios da conservação e da comunidade indígena de empresas de propriedade e operadas de ecoturismo.

Diante do exposto, nota-se que idealmente o turismo indígena deve facilitar o envolvimento e as experiências dos povos indígenas como parte integrante da experiência de viagem usando e reconhecendo o seu papel como guardiões do meio ambiente. É um setor potencialmente sustentável capaz de fornecer as populações locais com a oportunidade de gerir seu envolvimento com o mundo exterior para seu próprio benefício.

2.4.1 Etnoturismo

O etnoturismo trata-se de um tema novo sendo que suas definições ainda se confundem. “Independente da confusão dos termos, essa atividade consiste no aproveitamento da cultura de uma determinada etnia, de modo que todas as manifestações culturais de um povo passam a ser um atrativo para os visitantes” (Nogueira et. al., 2013, p.125).

Certamente o etnoturismo pode ser uma alternativa de renda para os envolvidos, além de, quando planejado e gerenciado de forma correta funcionar como um mecanismo de resgate e valorização cultural e conservação ambiental das áreas indígenas. A atividade turística é um meio importante e pode contribuir para conservação das riquezas tanto material quanto imaterial das comunidades.

A definição de etnoturismo é apresentada por Faria (2005, p.73) como “um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico (japoneses, alemães, ciganos, indígenas, etc.). O turismo indígena e o étnico podem ser um dos tipos de etnoturismo”.

O turismo étnico é inspirado na diversidade étnica dos povos com suas identidades específicas, sendo desenvolvido não exclusivamente por eles, ou seja, ainda ocorre a representação dessas identidades étnicas por outros grupos da sociedade nacional, fato que justificaria, em parte, o caráter comercial da atividade (Faria, 2012, p. 60).

As tradições locais, bem como, as histórias de vida dos moradores constituem as bases para a atividade. “A principal ideia do etnoturismo é aproveitar o potencial turístico e divulgar a importância e a necessidade de conservação do ambiente, tanto em relação ao

patrimônio natural quanto ao cultural e tradicional” (Nogueira et. al., 2013, p.125).

O turismo praticado em áreas indígenas é alvo de muitas críticas, pois a presença de visitantes com bagagens culturais diferentes podem influenciar negativamente a cultura local levando a uma possível descaracterização ou a uma indesejável aculturação excessiva, assim como, à espetacularização da mesma.

2.5 Ecoturismo

Para a OMT ecoturismo é uma personificação do turismo temático. Na sua conceituação, propõem também que não deve haver um equilíbrio entre o ambiente natural e sua relação com o elemento humano, todos acima, em termos sustentáveis. Esse conceito forneceu maior discussão, como também aporte teórico para autores com interesse no tema. Logo, existem outros conceitos a cerca da sua definição.

Segundo o Ministério do Turismo ecoturismo é,

O segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações. Este segmento é caracterizado pelo contato com os ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Assim o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidos com a conservação e a educação ambiental (BRASIL, 2006, p.24).

De acordo com a OMT o Ecoturismo têm as seguintes características:

I. Toda forma de turismo baseado na natureza em que a principal motivação dos turistas é a observação e apreciação da natureza ou das culturas tradicionais vigentes em áreas naturais.

II. Geralmente, embora não exclusivamente, voltado a pequenos grupos organizados por empresas especializadas. Os prestadores de serviços são proprietários de pequenas empresas locais.

III. Tenta minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e cultural.

IV. Contribui para a proteção de áreas naturais utilizados como ecoturismo atração.

V. Gera benefícios econômicos para as comunidades, organizações e governos anfitriões que gerenciam áreas naturais com fins de conservação,

VI. Proporciona oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais,

VII. Aumentar a conscientização sobre a conservação do patrimônio natural e cultural, tanto os habitantes locais e os turistas.

Conforme Maldonado (2006) a "Declaração de Ecoturismo de Quebec" enfatiza que o turismo é um dos setores mais importantes da economia mundial e reconhece o seu potencial contribuição para a redução da pobreza e proteção ambiental nos ecossistemas frágil e ameaçada. Notou-se que os princípios do ecoturismo assumido turismo sustentável a nível econômico, social e ambiental diferindo de que os princípios seguintes:

I. Contribui ativamente para a conservação do patrimônio natural e cultural;

II. Inclui as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento e operação, contribuindo para o seu bem estar;

III. Interpreta o patrimônio natural e cultural do destino para visitantes;

IV. Presta uma maior atenção para viajantes independentes, bem como circuitos dispostos para grupos de tamanho reduzido.

Em suma, o ecoturismo refere-se principalmente a viagens para destinos onde a motivação principal é observar e apreciar a natureza, em que os elementos cultura também pode se fazer presente, em particular, no caso do turismo indígena. Trata-se de unir conservação, comunidades, e viagens com preocupação e práticas sustentáveis.

2.6 Ecoturismo Indígena

O turismo praticado dentro de terras indígenas deve ser percebido e implementado como uma atividade econômica complementar às demais atividades de uma etnocadeia produtiva a fim de gerar benefícios adicionais para as comunidades envolvidas.

O turismo deve também servir como um instrumento de valorização cultural, pois é a diversidade cultural desses povos, são os principais atrativos para o ecoturista, desde que sejam definidas juntamente com suas entidades representativas (organizações e associações indígenas) as diretrizes, estratégias bem como o tipo de turismo que se pretende, diante do imenso potencial cultural e natural que o município apresenta (Martins & Coutinho, 2007).

A Cúpula de Québec, reconhece a diversidade cultural ligada a numerosos áreas naturais, especialmente devido à presença de comunidades indígenas, alguns dos quais têm mantido o seu *know-how*, seus costumes e práticas tradicionais, em muitos casos, têm se revelado mais sustentável que nunca. Estas áreas protegidas, com alta biodiversidade e cultura, são o lar de populações muitas vezes vivem na pobreza e sofrem de lacunas de saúde, educação, comunicações e outras infraestruturas necessárias para desfrutar de oportunidades reais de desenvolvimento (Maldonado, 2006).

Zeppel (2006) avalia estudos de casos globais de projetos indígenas de ecoturismo nas ilhas do Pacífico, África, América Latina e Sudeste Asiático. O papel das ONGs ambientais e organizações governamentais em apoio a projetos de conservação e ecoturismo Indígenas também é destaque, discute fatores-chave e restrições para o desenvolvimento sustentável do Ecoturismo Indígena e explora as ligações crescentes entre a conservação da biodiversidade, ecoturismo e terra indígena. Assim, analisa o Ecoturismo Indígena como um tipo especial de turismo baseado na natureza e examina os benefícios da conservação e da comunidade indígena de empresas de propriedade e operadas de ecoturismo.

Tendo em vista que o Brasil possui quase 1/3 das florestas tropicais remanescentes no mundo (Mata Atlântica e Amazônia), sendo reconhecidamente “um dos mais importantes repositórios da diversidade biológica mundial” (Ayres et. al., 2005), o “fenômeno do rápido crescimento do turismo vem trazendo algumas importantes reflexões para governos, mercados, pesquisadores, ambientalistas e comunidades” (Leandro & Teixeira, 2008, p.13). Num contexto mais amplo, percebe-se o efetivo surgimento de um dos mais recentes fenômenos de transformação socioeconômica-cultural do mundo contemporâneo: a atividade turística.

3.0 – Questões Etnoculturais

3.1 – Turismo Cultural

A perspectiva antropológica de cultura entende-a como modo de vida, isto é, o modo como os seres humanos pensam, dizem, fazem e fabricam. A Antropologia afirma a dignidade equivalente de todas as culturas (Pérez, 2009, p. 104). Ainda que a natureza cultural do turismo é já antiga, a ligação entre turismo e cultura é relativamente recente e muito mais o conceito de “turismo cultural”.

Num sentido mais restrito o turismo cultural seria um tipo de viagem por motivos unicamente culturais e educativos, uma definição que também apresenta os seus problemas e que não chega a ser consensual. Não pode existir turismo sem cultura, daí que possamos falar em cultura turística, pois o turismo é uma expressão cultural. Em

termos filosóficos toda a prática turística é cultural (Pérez, 2009, p. 104).

A Europa é detentora de um riquíssimo Patrimônio Cultural, sendo que este representa um dos mais antigos recursos geradores de turismo. O Turismo Cultural, segundo dados da União Europeia, é atualmente, por todo o continente um agente importante da economia, desempenhando ainda um papel fundamental na mudança social e empresarial que o Velho Continente tem vindo a viver (Richards, 2005 apud Ferreira et. al., 2012, p.111).

As modalidades e atividades turísticas, entre elas o turismo cultural evoluíram em todas as nações e regiões da Europa, ocupando o lugar deixado vago pela indústria da manufatura, sendo encorajado e financiado por instituições locais, nacionais e até internacionais. Tudo isto se tornou o reflexo da alteração econômica de uma era, onde primordialmente a produção induzia ao consumo, para uma nova era onde passa a ser a sociedade de consumo que induz à produção.

Deste modo, os destinos turísticos, de onde se destacam os destinos culturais, atraindo mais turistas vêm a sua produção estimulada e por consequência sentem-se mais seguros. Novas empresas de apoio ao serviço turístico são criadas: restauração, hotelaria, lojas, itinerários (Richards, 2005 apud Ferreira et. al., 2012, p.111).

Na Europa, o mercado do 'Turismo Cultural' é incrivelmente competitivo justamente por receber o título de 'velho continente' com uma história milenar, e, portanto, possuidor de uma coleção de edificações, lugares e destinos com valor patrimonial e cultural de interesse turístico sem precedentes. Muitas cidades e regiões da Europa continuam a desenvolver estratégias turísticas, promovendo o seu Patrimônio Cultural, bem como as suas tradições. Museus e galerias estão rapidamente a reformular-se, tendo em vista a captação de públicos cada vez mais exigentes. A verdade é que a Europa está perfeitamente consciente da ameaça do mundo globalizado que se vive atualmente (Richards, 2005 apud Ferreira et. al., 2012, p.111).

Segundo Brasil (2010) a cultura engloba todas as formas de expressão do homem: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente. A definição de cultura, nesta perspectiva abrangente, permite afirmar que o Brasil possui um patrimônio cultural diversificado e plural. Esses aspectos, da pluralidade e da diversidade cultural, representam para o turismo a oportunidade de estruturação de novos produtos turísticos, com o conseqüente aumento do fluxo de turistas; e converte o turismo em uma atividade capaz de promover e preservar a cultura brasileira.

Assim, a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de

caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades (BRASIL, 2010).

Diante da abrangência dos termos turismo e cultura, das inúmeras possibilidades de interação entre as duas áreas em benefício do desenvolvimento de ambas, o Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, realizou a releitura das atividades e suas características para, desta forma, definir e conceituar o Turismo Cultural, pressuposto para orientar a formulação de políticas públicas para o segmento. De acordo com Brasil (2006 apud Brasil, 2010, p.15):

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

O Turismo Cultural é hoje uma realidade para muitos municípios que buscam se desenvolver de forma sustentável e agregar mais valor a sua cidade. Ao valorizar as manifestações culturais, folclóricas, artesanais e a arquitetura da cidade o Turismo Cultural melhora a autoestima da população local.

Mas para se tornar realmente atrativo aos visitantes, o Turismo Cultural deve envolver a comunidade em torno deste objetivo, não só pela possibilidade do desenvolvimento da economia local com a entrada de divisas, mas principalmente visando o aproveitamento do Turismo Cultural como propulsor do espírito comunitário e da melhoria na qualidade de vida da população.

3.2 Tangibilidade e Intangibilidade Cultural

No processo de gestão ou no recebimento de respectivo povo, pois se trata de um patrimônio cultural de propriedade coletiva que estará sendo usado. Para isso, as organizações indígenas com o apoio da FUNAI devem registrar devidamente seu patrimônio cultural material e imaterial em Cartório.

Leal (2007) esclarece que a cultura deixa de ser percebida como "imóvel", pois na contemporaneidade ela viaja e transgride limites geográficos. Assim, o olhar antropológico passa a considerar

não só as culturas fixas territorialmente, mas também os fluxos culturais globais e seus agentes periféricos.

4.0 Desenvolvimento Sustentável

Segundo o Ministério do Turismo, na década de 1960, deu-se o início a,

Um novo conceito de desenvolvimento começou a se consolidar, verificando-se desde então uma maior preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento econômico do planeta. Esse desenvolvimento está diretamente relacionado ao modelo de consumo vigente, aos efeitos negativos da acumulação e do desperdício, e aos riscos da degradação do meio ambiente⁵ (Brasil, 2007, p.16).

Ouviu-se pela primeira vez o conceito de 'desenvolvimento sustentável', no ano de 1987, na *World Commission on Environment and Development* (WCED) – Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento –, presidida pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. Foi definido como: “O desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (Brasil, 2007, p.18).

A Comissão de Brundtland referiu-se à necessidade do mundo potencializar uma forma de desenvolvimento que se assente no equilíbrio entre o crescimento econômico, coesão social e na proteção e valorização do ambiente.

Após três anos que essa comissão havia sido constituída, foi publicado um documento intitulado “Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland”. Nessa ocasião a primeira ministra norueguesa Brundtland apresentou a seguinte definição para o conceito: “É a forma com as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazerem as suas próprias” (Estender & Pita, 2007, p.2).

A respeito desse documento, o Ministério do Turismo destaca que:

Nesse estudo, foram reconhecidas as limitações do uso intensivo de recursos naturais, o impacto das disparidades entre as nações ricas e pobres, e a

⁵ Sendo o tema principal de documentos importantes, como o relatório “Limites do Crescimento” do Clube de Roma (1971), a Conferência Mundial de Estocolmo (1972), o relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), a Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992) e a Conferência Mundial Rio +10, em Johannesburgo (2002).

importância de uma política global capaz de promover condições de sobrevivência ao gênero humano, que segundo o próprio relatório, estariam em sério risco. (Brasil, 2007, p.17).

Nesse contexto, Estender e Pita (2007) ressaltam que a partir de então se percebeu “que a questão a ser tratada não era somente uma questão ambiental ou econômica, mas sim, uma questão social” (p.4). Foi na década de 1990 que o tema sustentabilidade passou a ganhar mais espaço nas agendas com foco no meio ambiente no Brasil (Soares, s.d, p.299).

Segundo Estender e Pita (2007) três áreas de desenvolvimento sustentável foram destacadas no plano de sustentabilidade da Agenda 21, apresentado na ECO-92: “a dimensão econômica, social e ambiental” (p.4). A partir de então, o tema ‘desenvolvimento sustentável’ tem ganhado notoriedade nos últimos anos no Brasil, sendo tema principal da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ⁶.

Silva (2008) analisa o desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva concreta. Nesse prisma, o autor lança sua crítica aos defensores do caráter ilusório do desenvolvimento que discutem quanto à existência de “pouca, ou virtualmente nenhuma, mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial”. Assim, se avaliado o acúmulo de riqueza como critério único para o crescimento econômico de um número significativo de países que ocupam o topo da pirâmide, o desenvolvimento seria uma ilusão.

Por outro lado, Silva (2008) admite que limitar o conceito de desenvolvimento a mero crescimento econômico, normalmente medido apenas em termos de renda *per capita* ou Produto Interno Bruto (PIB), significa ignorar diversas variáveis importantes, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao acesso da população à educação e ao sistema de saúde.

4.1 Desenvolvimento Local

Na visão de Ferreira (2009), qualquer tentativa de definição positiva do conceito de desenvolvimento está condenada ao fracasso. Definir desenvolvimento como um “ato planejado de mudança” tem pouca utilidade, devido à grande abrangência da definição. Por outro lado, as tentativas de definir o conceito de forma mais estrita implicam sempre opções de caráter normativo. Resta, pois, analisar as

⁶ Conhecida também como Rio+20 foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro.

diferentes definições de desenvolvimento em busca dos valores que as normatizem.

Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (Leroy, 1997).

Já Petitinga (2005) afirma que o desenvolvimento deve ser analisado levando-se em conta os aspectos locais, aspectos esses que têm significado em um território específico. O global passa a ter sua importância associada ao local e vice e versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro e, por conta disto, muitos autores utilizam o termo “global”, a junção dos dois aspectos, para se referir ao desenvolvimento.

Martins e Bosco (2002), o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito, e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades.

Muitos autores já tentaram desconstruir o termo desenvolvimento por considerar que este implica em práticas associadas à colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização econômico-financeira e à uniformização planetária. Isto foi discutido em 2002 em um colóquio internacional organizado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), “apesar de não explicarem como substituir o conceito e a prática do desenvolvimento, sobretudo nos contextos em que as desigualdades e as carências são ainda muito flagrantes” (Milani, 2005 apud Petitinga, 2005, p.1).

Petitinga (2005, p.3) é categórico ao enfatizar que atualmente é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes.

O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Do mesmo modo, a problemática ambiental não pode ser dissociada da social, pois tais problemas são criados em virtude dos interesses do

'homem' em ver a 'natureza' apenas pela ótica utilitarista, maiormente, pelos interesses capitalistas.

Martins e Bosco (2002) entendem que o desenvolvimento, de fato, não se trata de mera questão conceitual, mas de postura e de sentimento, basicamente sustentados pela modéstia e promotores da simplicidade. Para eles, o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, sinergias, etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação.

Martins e Bosco (2002) sustentam que na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia.

Martins e Bosco (2002, p.53) concluem que:

A participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora. Negligencia-se a participação mesmo quando se empreendem todos os esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. O esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresse, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isto significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa.

Para Martins e Bosco (2002, p.53), o desenvolvimento local não constitui a única saída para a crise do desemprego, mas encerra a perspectiva do enfrentamento deste e de outros problemas socioeconômicos. Desenvolvimento local, todavia, não equivale a geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (Milani, 2005). Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente na geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações (Petitinga, 2005, p.3).

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (Petitinga, 2005, p.3).

Um processo de transformação da realidade que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar social da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada, e democrática da população, a fim de que essa possa garantir a sua sustentabilidade (Turnes, 2004, p. 9).

O termo local diz respeito à possibilidade de interação pessoal e de estabelecimento de vínculos entre os atores, contrapondo-se, portanto, ao relacionamento de massa, feito através da grande mídia e sustentado por instituições formais (leis, repartições públicas etc.).

Uma segunda importante particularidade é que o conceito de desenvolvimento local acrescenta as dimensões social, ambiental e política aos aspectos econômico e produtivo, buscando atingir a sociedade como um todo, de acordo com a noção de sustentabilidade. Sustentabilidade refere-se a quatro dimensões que se espera estejam presentes no processo de desenvolvimento (Turnes, 2004, p. 9):

a) Dimensão social – referente à existência de instituições locais (costumes, normas, práticas) facilitadoras da articulação entre os diferentes atores sociais;

b) Dimensão econômica – referente à criação de oportunidades para geração de renda necessária ao bem-estar material da população;

c) Dimensão ambiental – condições educativas e materiais que preservem o meio ambiente;

d) Dimensão político-institucional – capacidade de estimular processos de gestão social democrática que fortaleçam as instituições locais e garantam sustentabilidade política.

Turnes (2004, p. 9) identifica quatro pilares de sustentação do desenvolvimento local: a melhoria dos recursos humanos; a organização social; a gestão social; e o empreendedorismo. Ou seja, a visão de uma região com elevado nível de desenvolvimento inclui a presença de indivíduos qualificados em diferentes especialidades, a existência de um quadro institucional local variado e atuante, formas de gestão social local condizente com os princípios democráticos e desenvolvimento pessoal e um sistema de incentivos à inovação e ao empreendedorismo em diferentes níveis (pessoal, empresarial, comunitário e político).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local,

favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios. Compreendemos território como um ator inteligente que pode provocar transformações não apenas por meio de suporte dos recursos naturais e atividades econômicas.

O desenvolvimento local/endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população. Ainda nesse aspecto, é preciso pensar a quem o desenvolvimento local vai beneficiar; o assunto é tratado por diferentes áreas de estudo, e por isso apresenta concepções diferentes.

É diferente a abordagem econômica, que vê no crescimento econômico o fator mais relevante, da abordagem social, que almeja o desenvolvimento integral, social, humano. O desenvolvimento pode não atingir os interesses da população local, ou servir de instrumento de qualidade de vida para ela. O resultado depende da organização das comunidades locais e do poder dos diferentes agentes do desenvolvimento local.

4.2 Conservação e Preservação Ambiental

As questões ambientais têm sido crescentemente incorporadas à agenda científica dos mais diversos campos do conhecimento e às agendas políticas locais, nacionais, regionais e globais. Sua ascendente relevância tem origem na compreensão cada vez mais difundida de que a sustentabilidade ambiental é imprescindível para o desenvolvimento de longo prazo das sociedades.

Segundo Brasil (2011), a conservação é o método de usar um recurso natural ou o ambiente total de um ecossistema particular, para impedir a exploração, poluição, destruição ou negligência e assegurar o uso futuro desse recurso. É uma atividade que estava à frente em relação à industrialização e do uso contínuo de materiais não-renováveis, e sobre a convicção de que a nossa vida tecnológica só pode ser mantida através da conservação sustentável dos recursos.

Embora a idéia de conservação é provavelmente tão antiga quanto a espécie humana, o uso desse termo no presente contexto é relativamente recente, e 'conservação' adquiriu muitas conotações sendo que para alguns ela significa a proteção da natureza em seu estado prístino. A definição de conservação mais aceita foi a apresentada em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) como sendo, "o uso humano da biosfera para produzir o maior benefício sustentável, mantendo o potencial às aspirações das gerações futuras".

Desse modo, a conservação implica o conhecimento da ecologia, a ciência que diz respeito às relações entre a vida e o meio ambiente, e que é discutida por uma ampla variedade de disciplinas, abrangendo inclusive a conservação dos saberes tradicionais, valores, e costumes, particularmente aos grupos autóctones de uma região. Devemos analisar qualquer recurso que queremos proteger e planejar cuidadosamente como 'preservação', e no planejamento do turismo indígena, essa preocupação deve existir de modo a conduzir um tipo de desenvolvimento localizado visando a maximizar os benefícios para a comunidade. Isso se aplica também às áreas de proteção ambiental, em especial, aquelas que permitem a visitação turística e a permanência de grupos humanos residentes, tais como em uma Floresta Nacional, FLONA.

Conforme Brasil (2011), as Unidades de Conservação (UCs) são espaços com características naturais relevantes que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

As UCs asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno (Brasil, 2011). As reservas indígenas, apesar de não serem consideradas Unidades de Conservação, elas possuem um conjunto de cláusulas na legislação que busca promover a 'proteção', 'conservação' e 'preservação' ambiental nessas localidades, fazendo com que as terras indígenas ganhem um *status quo* que acaba salvaguardando o meio ambiente da lógica sistêmica de desenvolvimento capitalista de ocupação via desmatamento e impactos ambientais negativos em que se predominam os interesses econômicos e corporativos.

Ao se visualizar as terras indígenas em um mapa temático da Amazônia Legal, facilmente se nota que tais terras tornam-se 'ilhas verdes de resistência' circundadas por áreas desmatadas para a fronteira agropastoril no país; um fator de impedimento de expansão desenfreada do avassalador agronegócio no Brasil.

Portanto, as terras indígenas tem um papel crucial para a 'conservação' no país, mesmo não estando no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), essa conservação inerente contribui para se transformar no principal passivo dos grupos indígenas para as práticas ecoturísticas, entre outras que dependem diretamente do ambiente em seu estado natural.

O SNUC é composto pelo conjunto de unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo. Cada uma dessas categorias se

diferenciação quanto à forma de proteção e usos permitidos. Há unidades de proteção integral, que precisam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, e há unidades de uso sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável e, ao mesmo tempo, serem conservados. Assim, as unidades de conservação formam uma rede, na qual cada categoria contribui de uma forma específica para a conservação dos recursos naturais.

As unidades de conservação têm protegido o patrimônio ambiental do Brasil desde 1934 com a criação da Floresta Nacional de Lorena (SP). Desde então, a área abrangida por UC tem aumentado, especialmente nos últimos anos, resultando em quase 1,5 milhões de km², ou 16,6% do território continental brasileiro e 1,5% do território marinho, destinados para a conservação da biodiversidade, preservação de paisagens naturais com notável beleza cênica, uso sustentável dos recursos naturais e valorização da diversidade cultural brasileira.

Toda essa área está protegida por um total de 310 unidades federais, 503 estaduais, 81 municipais e 973 RPPN, dados consolidados até 10 de maio de 2011 (Brasil, 2011).

Segundo Brasil (2011), existem as seguintes categorias de Unidades de Conservação:

- Área de Proteção Ambiental (APA): área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações.
- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares, cujo objetivo é manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.
- Floresta Nacional (FLONA): área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, cujo principal objetivo é o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica.
- Reserva Extrativista (RESEX): área natural com o objetivo principal de proteger os meios, a vida e a cultura de populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, ao mesmo tempo, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais existentes.

- Reserva de Fauna: área com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, onde são incentivados estudos tecnicocientíficos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): área privada criada para proteger a biodiversidade a partir de iniciativa do proprietário.
- Estação Ecológica (ESEC): área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas.
- Reserva Biológica (REBIO): área destinada à preservação da diversidade biológica, onde podem ser efetuadas medidas de recuperação de ecossistemas alterados e de preservação e recuperação do equilíbrio natural, da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais.
- Parque Nacional (PARNA): área destinada à proteção dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde podem ser realizadas atividades de recreação, educação e interpretação ambiental, e desenvolvidas pesquisas científicas.
- Monumento Natural (MONAT): área que tem como objetivo básico a preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.
- Refúgio de Vida Silvestre (RVS): ambiente natural onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Permite a existência de propriedades privadas em seu interior.

5.0 Conceitos Espaciais e o Turismo Indígena: Território, Terra Indígena, Reserva Indígena, e Nação Indígena

Esta pesquisa ficaria conceitualmente incompleta se não fossem apresentadas e discutidas as definições de 'território', 'reserva', 'terras', e de 'nação indígena'. É importante salientar que 'terras devolutas' já eram tidas como objeto de garantia pela Lei 601, Lei de Terra, publicada em 1850, em que tais terras fossem reservadas para a "colonização, aldeamento de indígenas nos distrito onde existirem hordas selvagens", sendo essas assim terras que não poderiam ser apropriadas por particulares.

Para os especialistas em direito e questão agrária, a nova lei propiciou um ordenamento jurídico das propriedades no país, um novo status fundiário, funcionando para dividir dois momentos históricos entre a ordem colonial, obsoleta tendo como base as sesmarias, e a nova ordem liberal com a conversão da terra com valor comercial, salvaguardando-se, no entanto, as terras devolutas para os indígenas existentes em sua referida área geográfica.

É importante comentar também que desde a Constituição de 1988 o termo 'Reserva Indígena' foi substituído pelo termo 'Terra Indígena' com a abreviatura T.I. Atualmente, o uso do 'termo' reserva pode resultar em indagações e questionamentos, ou mesmo imediata repulsa por parte de integrantes e lideranças indígenas, em particular pelos Tuxauas, por entenderem ser pejorativa a palavra 'reserva', pois a mesma conota uma ideia de promover um 'confinamento', um isolamento deles. No Estatuto do Índio de 1973, tais "reservas" são descritas como '*habitats*', o que é algo inaceitável, e rechado pelos indígenas, indigenistas, antropólogos, e entre pelas pessoas que prezam pelo respeito a esses grupos e ao uso de termos politicamente corretos.

Conforme as leis do Brasil, 'Terras Indígenas', T.I., são áreas ocupadas por povos tradicionais em caráter permanente com sua utilização voltada para as atividades produtivas imprescindíveis à sua sobrevivência, bem-estar geral, respeitando-se seus costumes e tradições no uso da terra, e salvaguardando-se a preservação dos recursos naturais existentes nessas localidades em benefício das comunidades indígenas.

Os § 1º. e 4º do art. 231 da Constituição Federal proíbe a retirada dos índios de terras por eles tradicionalmente ocupadas, bem como garante o usufruto exclusivo delas, pois tais terras indígenas "são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos [dos índios] sobre elas, imprescritíveis".

A preocupação ambiental e ecológica pelo governo brasileiro em relação à manutenção dos recursos naturais em terras indígenas para se garantir a própria sobrevivência dos indígenas, e acaba conferindo a elas certo *status quo* de área de conservação.

Já em relação ao conceito de 'território', este é muito amplo e tem várias interpretações na literatura da antropologia, sociologia, no jurídico, e na legislação, etc., dependendo da área da ciência que o conceitua, intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos e normativos é prática corriqueira, e, *per se*, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe explicitar em que sentido o termo 'território' é usado, se 'conceitual' ou 'normativo' ou em ambos casos.

A Geografia dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo (Haesbaert, 2004, p. 37).

A palavra território, de acordo com Costa (1997 apud Souza & Pedon, 2007, p.128) deriva do Latim *'territorium'* que é derivado de terra e que nos tratados de agrimensura apareceu com o significado de 'pedaço de terra apropriada'.

Na interpretação de Santos (1994), 'território' foi a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Com a globalização, passa-se da noção de território "estatizado", nacional, para a noção de território "transnacional", mundial, global.

O território nacional é o espaço de todos, abrigo de todos. Já o território "transnacional" é o de interesse das empresas, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante que chegam a cada lugar com objetos e normas estabelecidos para servi-los.

Souza (2000) vê 'território' como um espaço definido e delimitado pelas relações de poder, uma definição que possibilita o início da compreensão do território como uma área de influência e sob o domínio de um grupo. Na compreensão de Sack (1986), o conceito de território refere-se à uma área dominada por um grupo humano e, por meio desse domínio tenta-se formas de controle sobre o comportamento dos demais pertencentes a uma determinada área geográfica.

Seguindo esse raciocínio, Valverde (2004, p.122) explica que a produção do espaço estaria então voltada para estabelecer um equilíbrio normalmente não muito bem definido entre o 'bem-estar público' e os 'direitos privados', mas que está por princípio vinculado a idéias de equivalência e isonomia. O território seria apenas a área na qual esse conjunto de regras universais estaria sob vigor e o espaço público seria a grande arena da política e de todas as relações sociais, significando a essência e o sucesso do '**nomoespaço**'.

Já o '**genoespaço**' estaria fundamentado na crença de que todos os indivíduos de um grupo (usa-se também a palavra comunidade) têm interesses iguais, uma vez que são culturalmente originários de uma combinação única, comum entre eles e o território. A única diferenciação possível é entre cada um dos grupos, desconsiderando qualquer outro nível de análise.

O território expressaria muito mais do que a relação formal de pertencimento e de legalidade presente na definição do nomoespaço, sendo, antes de tudo, o “solo no qual floresceu” tal relação. O inegável teor ecológico é proposital, pois revela uma ligação mais passional com o terreno e procura “naturalizar” o intrincado processo social de formação da coletividade.

Nessa concepção, toma-se por lei a tradição e os costumes presentes nesses grupos e que são encontrados nessa extensão de área (e apenas nela). Portanto, as leis são bastante informais e dependem da continuidade.

Para Martins (2007, p.3) os povos indígenas, a primeira condição para a sobrevivência física e cultural é a demarcação de suas terras. Segundo Faria (2007) a associação dialética entre cultura e território resulta na territorialidade, a qual cria uma identidade específica para cada lugar.

Little (2002, p. 2) define territorialidade como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”

No Estado de São Paulo, a Reserva Legal foi criada em 1934, no 1º Código Florestal, para servir como reserva de madeira para a propriedade. A gleba era aberta (desmatada) e era deixada uma parte dela (25%) reservada com mata para fonte de madeira para a própria propriedade. Como as matas eram abundantes, não se imaginava que os rios e córregos ficariam sem proteção. Ainda não se tinha total conhecimento dos serviços ambientais prestados pela floresta com relação à preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Na visão de Pacheco (s.d), o Código Florestal de 1965 foi editado objetivando a proteção de nossas reservas florestais, na redação original determinada pela Lei 4.771, de 15.09.1965, que estabeleceu as áreas de preservação permanente e determinou a instituição de uma reserva em parte do solo de imóvel rural para fins de conservação de cobertura florestal.

Atualmente, no entanto, sabe-se de todas estas funções. Sabe-se inclusive da importância dos recursos naturais para o próprio sistema produtivo. Se não há água, se o solo não é bem conservado, a produção encarece. Uma propriedade rural degradada não consegue produzir o que se espera e representa a desvalorização do patrimônio de seu proprietário. O que se precisa aprender agora é como manejar esta Reserva, que por si só já é valiosa para o produtor rural e pode gerar uma fonte de renda alternativa para o agricultor. Assim, será bom para o proprietário rural e para a sociedade (São Paulo, 2011, p.6).

Pacheco (s.d, p.7), anunciada como ação para conter o desmatamento na Amazônia, a referida Medida Provisória aumentou de 50% para 80% a área de Reserva Legal em propriedade rural em região de florestas na Amazônia Legal. Além disso, proibiu a expansão da conversão de áreas arbóreas em agrícolas nas propriedades rurais que possuíssem áreas já desmatadas, abandonadas ou subutilizadas. Também, a utilização das áreas com cobertura florestal nativa, na região Norte e parte da região Centro-Oeste, passou a ser permitida somente na forma de manejo sustentável.

6.0 Aspectos Legais do Turismo em Terras Indígenas

A regularização fundiária é um passo crucial em muitas comunidades indígenas da América Latina, pois tal reivindicação busca proteger as terras tradicionais, estilos de vida, e culturas. O reconhecimento legal de seus reinos físicos fornece um ponto de partida para avanços futuros, como maior poder de barganha, o aumento da autonomia social ou política, e uma participação mais significativa na definição da agenda de desenvolvimento para suas comunidades.

Na última década na América Latina, os tempos mudaram mais uma vez. Muitos países revisaram suas leis e políticas que regem terras indígenas e os direitos aos recursos naturais (Crain, 2011).

O uso humano não-planejado dos recursos naturais, nesse caso dos ecossistemas de floresta tropical, é um desafio maior que deve ser considerado na formulação da política ambiental no Brasil. Instrumentos econômicos atuam nos custos de produção e do consumo dos agentes econômicos que estão direta e indiretamente associados aos objetivos da política ambiental, e contemplam uma grande diversidade de ferramentas de política que requerem condições especiais de aplicação (Ayres et al., 2005).

O turismo indígena requer antes que se tenha clareza tocante às várias situações fundiárias. O início da jurisprudência teve início com um Alvará Régio de 1 de Abril de 1680, que reconhecia o direito congênito dos indígenas, isto é, quando existia um título de domínio cuja posse não precisa ser legitimada, bastando reconhecer o direito originário (Yázigi, 2007).

Em nossos tempos, a Constituição da República Federativa do Brasil retomou o mesmo princípio, ao formular em seu Artigo 231 (p. 127), que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e fazer respeitar todos os seus bens”. Mendes (2002, apud Yázigi, 2007, p.04).

Dessa maneira, a Constituição afasta de vez a necessidade de desapropriação, destinação de terras reservadas quando em presença e no domínio de territórios indígenas tradicionais. Trata-se, isso sim, do reconhecimento da posse indígena como direito originário, congênito, e imprescritível. A legislação brasileira, segundo Yázigi (2007), reconhece três modalidades de terras indígenas conforme parágrafo primeiro do mesmo artigo 231 (p.127) da Constituição Federal:

a) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições;

b) Terra Indígena Dominial: aquela resultante de um ato de compra individual ou coletivo, conforme Código Civil, e;

c) Terra Indígena Reservada: aquela destinada à posse indígena, “mas que não se confunde com a terra tradicional. Geralmente as reservas indígenas servem para solucionar problemas decorrentes da perda irreversível da terra tradicional [...]”;

O turismo indígena só pode existir em sintonia com o mundo não-indígena por duas razões fundamentais: **1)** são não-indígenas que se interessam por seus domínios; **2)** toda infraestrutura de acesso depende de redes nacionais e internacionais. Além disso, há sinais evidentes de que, não sabendo ainda como se organizar, os indígenas deverão procurar parcerias, como universidades e tour operadores. Pelo fato de atrações turísticas incluírem possíveis serviços de hospedagem, alimentação, divulgação, venda de produtos, intérpretes etc., e é previsível que os trâmites incluam também empresas locais, regionais, e internacionais.

O índio brasileiro se faz presente nas mídias do exterior desde longa data. Como sua abertura ao turismo internacional deverá passar, inevitavelmente, por operadores globalizados, com o risco de serem explorados sugere muita precaução (Yázigi, 2007).

O reconhecimento de terras indígenas tradicionais depende de um processo de tramitação com as seguintes etapas: **a)** identificação e delimitação, calcadas em análises antropológicas, históricas, ambientais, cartográficas e fundiárias, sob responsabilidade da FUNAI; **b)** declaração, baseada na análise dos estudos feitos e aprovados por Portaria do Ministério da Justiça – servindo à fase posterior; **c)** demarcação, consistente de definições topográficas nos limites reconhecidos, marcação geodésica, abertura de picadas e demais sinalizações conforme portaria do Ministério da Justiça. Essa tarefa é executada por empresas licitadas pela FUNAI; **d)** homologação, feita com base em mapas e memorial definitivos da

terra, encaminhados pelo Ministério da Justiça à Presidência da República que o chancela; e e) registro, após publicação no Diário Oficial em nome da União. Essa última etapa é realizada nos cartórios das comarcas a que pertencem as terras, da mesma forma que no Serviço do Patrimônio da União.

O turismo indígena é desenvolvido em poucas comunidades indígenas brasileiras que passam a explorar o turismo mais uma renda alternativa, ou melhor, 'complementar'. Apesar de o turismo em áreas indígenas ser oficialmente proibido, nos últimos anos tornou-se frequente por parte de agências de turismo a solicitação de entrada de turistas, junto a FUNAI, em terras indígenas, principalmente no Estado do Amazonas.

Embora haja impedimentos institucionais, existe de forma clandestina um tipo de turismo que por sua vez inclui em seu roteiro algumas comunidades indígenas ou atrativos em terras Indígenas (Cavalcante, 2012, p.2). Vale lembrar que a Constituição Federal, em seu artigo 231, garante o seu direito à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam, com direito à demarcação e proteção, assim como o direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes nessas terras.

A WWF (2002) afirma que muitas vezes as próprias populações tradicionais são a garantia de que as áreas continuarão sendo conservadas. Além disso, a própria existência dessas populações culturalmente vinculadas à região também representa o próprio valor histórico e cultural que merece ser preservado e respeitado pelo poder público, inclusive em função do que estabelecem os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

No âmbito do Ano Internacional do Ecoturismo (2002), e sob os auspícios do Programa Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (Pnuma) e do Mundo Turismo (OMT), mais de mil participantes de 132 países pertencentes ao setor público, privado, e não-governamental participaram da Cúpula Mundial Ecoturismo, realizada em Quebec (Canadá), entre 19 e 22 de Maio 2002 patrocinado pela Tourisme Québec e da Comissão Canadense de Turismo. A Cúpula de Quebec foi composta de 18 reuniões preparatórias em 2001 e 2002, nas quais mais de 3.000 representantes do governo, ONGs, instituições acadêmicas, consultores, organizações intergovernamentais e as comunidades indígenas e locais (QUEBEC, 2002).

A Declaração de Quebec é um documento que leva em conta o processo de preparação e os debates realizados durante a Cúpula. É o resultado de um diálogo multilateral, embora não é um documento negociado. Seu principal objetivo é preparar um programa preliminar e uma série de recomendações para o

desenvolvimento do ecoturismo na contexto do desenvolvimento sustentável.

Os governos nacionais, regionais e locais E. A comunidades locais e indígenas Além de todas as referências a comunidades indígenas em parágrafos precedentes da presente Declaração, (particularmente nos parágrafos 5^o, 8 e 9, na página 2, em parágrafos 1 e 2 na página 3, em A B 2 e 17 21 e 27, C 35, D 45), os participantes foram para as próprias comunidades indígenas as seguintes recomendações: 46. para definir e implementar, como parte da visão de desenvolvimento de um comunidade, que pode incluir ecoturismo, uma estratégia para melhorar os benefícios grupos comunitários de desenvolvimento do ecoturismo e entre eles incluem o desenvolvimento de capital humano, de acesso físico, econômico e social, e melhorar a informações técnicas; 47. fortalecer, nutrir e promover a capacidade da comunidade para manter e utilizando técnicas tradicionais, especialmente os ofícios caseiros, o produção agrícola, construção tradicional e arquitetura da paisagem no que os recursos naturais são utilizados de forma sustentável (Quebec, 2002).

6.1 Empreendedorismo Indígena no Turismo

Apesar de ser um tema polêmico, particularmente em razão das críticas de alguns antropólogos que entendem que os indígenas têm um estilo de vida e visão de mundo diferenciado em relação ao mundo ocidentalizado; ou seja, os indígenas não têm a mesma percepção capitalista do que outros povos. Considerando-se essas premissas, os estudiosos e indigenistas mais ortodoxos advogam que 'empreendedorismo indígena' tem conotações de uma imposição cultural aos não-indígenas, ao externo introduzido a eles, portanto, neocolonialista.

Entre os mais radicais, há um completo rechaço sobre qualquer abordagem ou tentativa de implantar formas de empreendedorismo no 'mundo particular dos índios', e isso foi percebido, por exemplo, durante o I Simpósio Internacional em Turismo Indígena, realizado em maio de 2013, no Instituto de Estudos Socioambientais, IESA, na Universidade Federal de Goiás, UFG. Para eles, o que se deve discutir é a forma de se materializar ações que traduzam políticas públicas destinadas à promoção de um etnodesenvolvimento; um tipo de desenvolvimento que incluía a cultura, visão. e costumes dos indígenas. No entanto, não se desprezando esses posicionamentos nem a literatura na área, o empreendedorismo é aqui discutido, pois em Nova Esperança, no município de Pacaraima, Roraima, é algo já incorporado como uma ferramenta para o desenvolvimento local.

O termo 'empreendedor' se origina da palavra *entrepreneur*, que é francesa, literalmente traduzida, significa: aquele que está entre ou intermediário (Hisrich, 1986). A definição de empreendedor evoluiu com o passar do tempo, devido às mudanças ocorridas na área econômica mundial tornando-se mais complexa. Desde seu início na idade média, o indivíduo que participava ou administrava grandes projetos de produção era chamado de empreendedor, porém esta pessoa utilizava os recursos fornecidos geralmente pelo governo do país (Bispo et al. 2007).

O empreendedor da idade média era o clérigo – a pessoa encarregada de obras arquitetônicas como castelos e fortificações, prédios públicos, abadias e catedrais. No século XVII agrega-se mais uma característica ao empreendedor, o do risco. Neste período o empreendedor era a pessoa que assumia um contrato com o governo, para fornecimento de um produto ou serviço (Bispo et al. 2007).

No século XXVIII, veio a diferenciação entre o investidor de capital e o empreendedor. Uma das causas dessa evolução foi a industrialização, onde muitas coisas estavam sendo inventadas, como por exemplo, Eli Whitney com a invenção do descaroçador de algodão e Thomas Edison com a eletricidade. Os dois empreenderam com seus estudos, porém para colocar em prática, necessitavam de capital, o capital era financiado pelos investidores (Bispo et al. 2007).

Portanto empreendedor era a pessoa que precisava de capital e o fornecedor do capital eram os investidores de risco. Um investidor de risco é um administrador, profissional do dinheiro que faz investimentos de riscos com o objetivo de obter altas taxas de retorno sobre o investimento. Em meados do século XX, associam o empreendedor como inovador. Nesse período também que o conceito de inovação é integrado à característica do empreendedor (BISPO et al. 2007)..

O surgimento dos primeiros empreendedores no Brasil; foi devido a uma abertura maior da economia na década de 90. Porém esses novos empreendedores não detinham de conhecimentos suficientes para administrar seus negócios. Foi a partir desse surgimento do pequeno empreendedor que o SEBRAE começou a dar um suporte técnico para esses novos empreendimentos (Bispo et al. 2007).

Para Valenciano e Barboza (2005), o empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e de processos que, em conjunto, levam à transformação de idéias em oportunidades, e a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso. Assim, a ênfase ao empreendedorismo surge muito mais como consequência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, e não é apenas um

modismo. O mercado competitivo também faz com que os novos empresários adotem novas medidas.

Por isso o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas, e gerando riqueza para a sociedade (Valenciano & Barbosa, 2005).

Assim, o empreendedor aceita assumir riscos calculados e a possibilidade de fracassar. Trata-se de alguém capaz de desenvolver uma visão, mas não se limita a isso. O empreendedor tem um “papel ampliado”, pois deve saber persuadir terceiros, sócios, colaboradores, investidores, e convencê-los de que sua visão poderá levar todos a uma situação econômica e financeiramente vantajosa no futuro. Um dos principais atributos do empreendedor é identificar oportunidades, agarrá-las, e buscar os recursos para transformá-las em um negócio lucrativo.

Segundo Martins (2007, p.4), o turismo praticado dentro de terras indígenas surge como alternativa econômica viável com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas, mas também como um instrumento de valorização cultural, pois é a diversidade cultural desses povos, são os principais atrativos para o ecoturista, desde que sejam definidas juntamente com suas entidades representativas (organizações e associações indígenas) as diretrizes, estratégias bem como o tipo de turismo que se pretende, diante do imenso potencial cultural e natural que o município apresenta.

Portanto, o ‘turismo indígena’ pode ser considerada como uma modalidade de empreendedorismo, pois cria um negócio para capitalizar sobre ela, que utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive, e, logicamente, há riscos a serem assumidos.

No entanto, talvez o caminho do empreendedorismo indígena esteja ligado a ações de mobilização coletiva, comunitária; nesse sentido, deve-se pensar em um ‘cooperativismo’ e ‘associativismo indígena’. São dois caminhos que diferem largamente do sentido capitalista estrito de ‘empreendedorismo’.

6.2 Cooperativismo e Associativismo Indígena

A população indígena no Brasil é estimada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em cerca de 470 mil pessoas, o equivalente a pouco mais do que 0,2% da população total do país. Cerca de 60% desta população vive hoje na região designada como

Amazônia Legal. Já o censo demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificou 734.127 pessoas se autoidentificando como "indígena", elevando esse percentual para 0,4% da população do país.

Essa população representa uma diversidade linguística que ultrapassa o número de 180 línguas, classificadas em 35 famílias linguísticas. Estima-se existir no Brasil um total de 220 povos indígenas, vários deles submetidos à jurisdição de mais de um Estado-nação, como é o caso dos Guarani (Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai), Ianomâmi (Brasil e Venezuela), Tukano (Brasil e Colômbia) e Tikuna (Brasil, Colômbia e Peru). Os indígenas estão presentes em todos os Estados da Federação e seus territórios, 'terras indígenas' no linguajar jurídico do estado brasileiro, e somam aproximadamente 110,6 milhões de hectares – o equivalente a aproximadamente 13% do território nacional e a 21% da Amazônia brasileira. E esta diversidade toda fez surgir também formas associativas indígenas para a própria organização e mobilização das comunidades em questões de interesse deles.

Segundo Albuquerque (2009), a retórica destas associações enfatiza questões contemporâneas relacionadas à política oficial do estado. A principal delas é o discurso da proteção e preservação das tradições indígenas como retórica da ampliação da democracia e visibilidade da atuação do estado. Entretanto, a democracia na visão liberalista é um procedimento para manutenção e representação de sistemas políticos.

A função essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao possibilitar a agregação de interesses e sua expressão na esfera pública, assim como permitiria a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e convívio democráticos (Ganança, 2006, p. 05).

Segundo Souza (2003), no final da década de 80 a proliferação de organizações indígenas nos moldes, implementadas por diversas agências (oficiais ou não) de "assistência" comunitária, no intuito de promover o acesso a recursos para o "desenvolvimento" dos grupos indígenas.

Com a crise instaurada na FUNAI no período de redemocratização e um novo perfil do movimento indígena, principalmente a partir da Constituição de 1988, dá-se um declínio da assistência oficial que leva ao surgimento de associações indígenas nas aldeias, predominantemente entendidas como organizações não tradicionais, que servem para captar recursos externos (Souza, 2003).

Em virtude do direito à livre determinação, os povos indígenas têm poderes de decidir livremente sobre sua condição política, e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural (Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos

Indígenas, Art. 3). Assim como têm o direito a conservar e fortalecer suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo seu direito de participar plenamente, se assim o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado (Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 5).

De acordo com Lüchmann (2011), diferentes perspectivas teóricas ressaltam benefícios democráticos das práticas associativas como: a defesa dos grupos mais vulneráveis e excluídos; o caráter pedagógico no sentido da promoção de processos de educação política; a promoção de relações de confiança; cooperação e espírito público; as denúncias de relações de poder; ou ainda, a participação na elaboração e controle de políticas públicas. Assim, a década de 1990 trouxe novas características às práticas associativas do país. Uma importante parte dos estudos e das pesquisas passa a incorporar uma perspectiva teórica sobre a importância das organizações da sociedade civil para a democracia.

Nesse contexto, Lüchmann (2011) destaca que entender as configurações do campo associativo requer que se olhe para além das associações ao mesmo tempo em que se identifiquem os recursos, os atores, as propostas e as dinâmicas das práticas associativas em suas diferentes relações e articulações, se quisermos avançar nos estudos acerca dos potenciais democráticos das associações.

É importante destacar que o cooperativismo avança de maneira forte e organizado, gerando emprego e distribuindo renda de forma mais justa em todo território brasileiro. Por exemplo, no município de Santa Luzia do Pará, nordeste do estado, a 180 km da capital, Belém, a realidade não é diferente. Ali, o Sistema OCB/Sescoop-PA ajudou a constituir a Cooperindamazon (Cooperativa Indígena da Amazônia), tornando-se a primeira cooperativa indígena do Brasil, formada por 20 índios da etnia Tembé, composta por oito tribos diferentes⁷.

As aldeias indígenas ainda enfrentam diversos problemas decorrentes de invasões em seus territórios, além das ameaças que ferem profundamente suas dignidades. Através de diversas informações sobre a população indígena, percebe-se a necessidade dos indígenas se constituírem em associações e cooperativas. Com a cooperativa, esses povos têm o fortalecimento e proteção contra a violência exercida por posseiros e expectativas de melhorias na cadeia produtiva e no mercado em caso de escoamento e comercialização de

⁷Conteúdo disponível no website 'Cooperativismo', disponível em: <http://www.cooperativismo.org.br/cooperativismo/noticias/noticia.asp?id=18989>.

produtos. O empreendedorismo indígena tem seu espaço reservado no calendário de eventos anuais de Roraima com a realização da Feira de Empreendedores Indígenas de Roraima, a FEIR, organizada pela Federação Indígena do Brasil, onde são expostos e negociados artesanato, condimentos, essências, artefatos indígenas diversos, ornamentos, indumentárias, utensílios para a casa, etc. A FEIR propicia uma significativa interação entre algumas comunidades indígenas colocando sua produção local em destaque e estreitando os contatos, as inter-relações, e as possibilidades em empreendedorismo. A Comunidade Nova Esperança participa da FEIR, e as atividades ecoturísticas fazem parte de um conjunto de produtos que eles têm para mostrar e oferecer (ver Fig. 9.1).



Fonte: Josinete Assis, 2013.

Figura 9.1 – Poster sobre a 2ª. Feira de Empreendedores Indígenas de Roraima, FEIR, afixado na Comunidade Nova Esperança e fotografado durante pesquisa de campo.

7.0 Metodologia

7.1 Delineamento da Pesquisa: Sujeitos e Amostragem da Pesquisa

O objetivo deste estudo consistiu em analisar o turismo da maneira que é praticado na Comunidade Nova Esperança, localizada na Terra Indígena São Marcos a 7 km de Pacaraima, e as possibilidades do etnoturismo agir como um fator de desenvolvimento na comunidade, tendo como aliado a prática do turismo de base local, valorizando assim a cultura desse povo.

Para a abordagem centrada em como a Comunidade Nova Esperança, localizada na Terra Indígena São Marcos, percebe e gerencia as práticas ecoturísticas locais, utilizou-se uma metodologia de orientação 'quali-quantitativa' com base em 'estudo de caso' com aplicação de questionários e a realização de entrevistas, o que resultou na produção de conteúdo descritivo e, também, estatístico para análise.

Conforme Yin (2001), esse tipo de procedimento metodológico consiste em uma estratégia de pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. A preferência por este tipo de pesquisa e método deve-se ao fato de serem os mais adequados ao problema de pesquisa que envolve estudos organizacionais e gerenciais, possibilitando uma análise aprofundada, levando-se em conta o contexto local e regional.

A coleta de dados para este estudo foi feita principalmente com a aplicação de questionários aos habitantes da Comunidade Nova Esperança no mês de março de 2013 na tentativa de conhecer por meio da opinião dos mesmos, o modo como o turismo é praticado na comunidade. Como parte da 'população amostral', participaram 26 respondentes, representando cerca de 20% do total ali residente, sendo 15 do sexo feminino, e 11 do sexo masculino. Destes, quatro com idade entre 15 e 20 anos, cinco com idades entre 21 a 30 anos, seis com idades entre 31 a 40 anos, quatro com idades entre 41 e 50 anos e, sete com idade acima de 50 anos.

Tabela 1.0: Quantidade de entrevistados

Entrevistados	Idade
4	15 - 20
5	21 - 30
6	31 - 40
4	41 - 50
7	Acima de 50

As informações recebidas no dia da coleta de dados foi que a comunidade possui 40 (quarenta) famílias, e que algumas não estavam presentes no dia, pois havia a realização de um festejo neste mesmo dia em outra comunidade.

Após autorização do líder indígena foi possível dar início às pesquisas. Objetivando abranger a maior participação dos residentes, o questionário foi respondido por pelo menos 1 (um) morador a partir de 15 (quinze) anos em cada residência, exceto quando não havia alguém que pudesse responder por barreiras com o idioma português, analfabetismo, crianças, pessoas muito idosas e com problemas de visão, timidez de alguns, ou quando não havia ninguém em casa. Além dos questionários, conversas informais e algumas entrevistas foram realizadas para uma coleta complementar de dados.

No decorrer da pesquisa, observou-se que a Comunidade Nova Esperança possui uma escola, igreja, centro de artesanato e posto de saúde, além de possuir uma grande necessidade em vários aspectos, sendo elas: a falta de energia elétrica para algumas famílias, água encanada, e melhorias no posto de saúde, e outras demandas de saneamento e infraestruturais básicas.

Ao considerar o grau de contato entre a Comunidade Indígena Nova Esperança e os visitantes, observou-se que eles estão consideravelmente adaptados ao contato com os demais povos e com o cotidiano urbano, levando-se em conta que estão a apenas 7 Km de Pacaraima e a 20 Km de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, cidades com intenso trânsito de pessoas e comércio local. Além disso, a Comunidade esporadicamente recebe visitas de pesquisadores em suas terras, além de visitantes que vão para conhecer e desfrutar dos atrativos naturais e culturais que a Comunidade dispõe como: a trilha do Kuatá e a Cachoeira Makunaima.

Fato importante a ser relatado é que alguns moradores possuem curso de condutor local, e também que há um projeto para a construção de um restaurante e uma pousada em Nova Esperança, o que é muito importante para expansão e sucesso em relação ao desenvolvimento do turismo local, e isso denota as iniciativas deles para o empreendedorismo indígena.

De acordo com as informações dados pelo Senhor João que é o atual Tuxaua, a principal fonte de renda dos residentes da Comunidade Nova Esperança é a agricultura, além de outras práticas que compõem a renda das famílias, como a venda dos artesanatos que são fabricados sob encomenda. Como parte da cadeia produtiva, as pessoas se reúnem na Casa do Artesanato que fica na localidade para fabricá-los, e o Tuxaua fica responsável pela destinação dos produtos, o que denota igualmente um cooperativismo nos moldes indígenas.

7.3 Instrumentos de Coleta de Dados

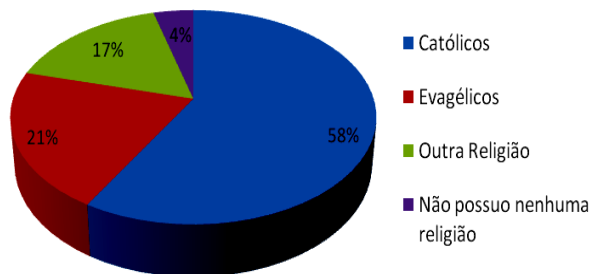
A condução do estudo de caso foi realizada através de revisão bibliográfica da literatura nacional, por meio de pesquisa em livros e via Internet através de materiais disponibilizados na base de dados do *Scientific Eletronic Library Online* – Scielo, FUNAI, Ministério do Planejamento; do Banco de Teses e Dissertações da USP; do Google Acadêmico e por meio da aplicação de um questionário de pesquisas “in loco” na Comunidade Nova Esperança.

A fim de se encontrar referências relativas às proposições deste estudo visando a obter informações e dados de sustentação do tema, a revisão da literatura foi feita considerando-se um recorte temporal das publicações nos últimos 12 anos (2000-2012). O trabalho foi realizado em seis meses de pesquisa, em busca de publicações que correspondiam à proposta temática e do assunto-problema da pesquisa.

7.4 Coleta e Análise dos Dados

A análise foi feita com base nos pressupostos teóricos, seguindo o modelo padrão combinados, ou seja, os padrões de base empírica comparado com os padrões previstos, ou seja, comparar as evidências com os componentes do modelo proposto. Os resultados foram tabulados com percentuais apresentados em gráficos de modo a facilitar sua compreensão, bem como o cruzamento de informações no momento de se fazer uma análise crítica do tema. Para esta pesquisa, os resultados que tiveram um percentual homogêneo, ou integral, ou seja 100% ou 0%, eles foram representados graficamente mantendo-se uma consistência na apresentação dos dados. Essa explicação é dada para que o leitor compreenda os elementos inerentes no processo de tabulação e de amostragem. Dessa maneira foram obtidos os seguintes Gráficos com os seus respectivos resultados em percentual, como apresentados a seguir.

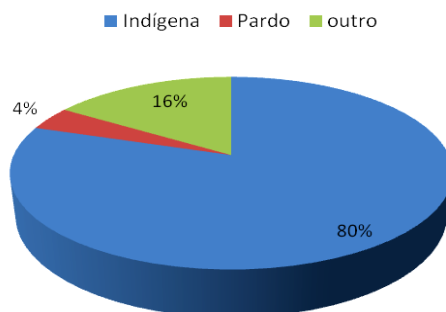
Gráfico 1.0 - Preferência Religiosa dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.



Com vista no percentual amostrado, 58% dos respondentes são católicos, 21% são evangélicos, 17% pertencem a outras religiões e apenas 4% dizem não possui religião. Observou-se que a religião é algo característico na comunidade, pois, é muito difícil encontrar alguém que não tenha noção do que vem a ser esse termo, seja realmente praticante ou não, em contrapartida, existem aqueles que não hesitam em afirmar que não possuem religião, contudo acreditam em Deus.

Destaca-se nos dados apresentados que 80% dos respondentes se autodeclararam indígenas, 4% consideram-se pardos e 16% declararam pertencerem a outras raças, porém não souberam definir suas específicas etnias.

Gráfico 2.0 - Autoconsiderações dos moradores da Comunidade Nova Esperança no quesito cor/raça.



Podemos corroborar esses dados com o da análise da distribuição espacial dos autodeclarados indígenas revelada pelo Censo Demográfico 2010⁸, no qual foi observado que na Região Norte e no ambiente amazônico há supremacia ao longo dos Censos, “com 37,4% dos auto-declarados” (IBGE, 2012, p.9).

Esses dados relacionam-se com a afirmação de Luciano (2006) sobre a questão do reconhecimento da cidadania indígena brasileira. Segundo o autor a valorização das culturas indígenas, possibilitou essa nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil.

O IBGE utilizou o método de autoidentificação para chegar às suas estatísticas e prognósticos. Entretanto, Luciano (2006, p. 28) ressalta que existem povos indígenas brasileiros que estão fora desses dados, inclusive os do IBGE, e que são denominados “índios isolados”,

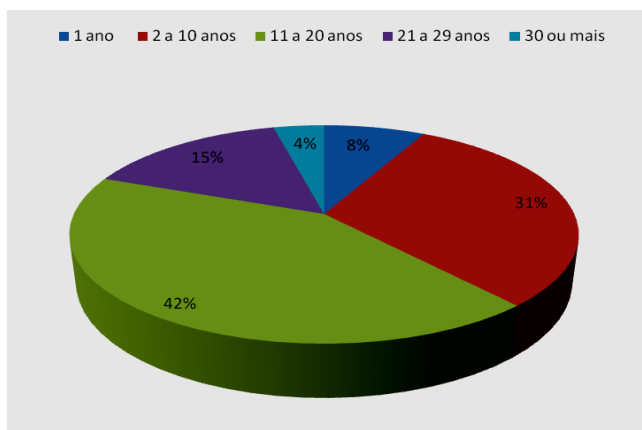
⁸ A primeira divulgação dos resultados definitivos no que se refere ao indígena proveniente do quesito cor ou raça.

ou índios ainda em vias de reafirmação étnica após anos de dominação e repressão cultural.

Brandão, Barbieri e Silva (2012) certificaram que as famílias que residem na Comunidade Nova Esperança são formadas por três etnias: Taurepang, Wapixana e Macuxi. Os Macuxi representam 50% da população, seguido dos Wapixana 40% e dos Taurepang, 10%. Segundo os autores, esses povos possuem maior permanência na comunidade.

No entanto, os autores afirmam que os traços culturais, referentes à língua, a construção de suas habitações, bem como seus hábitos alimentares, sofreram intensas mudanças. Brandão, Barbieri e Silva (2012) explicam que apesar da comunidade Nova Esperança localiza-se em Terras Indígenas (Terra Indígena São Marcos), “desde sua demarcação, sempre teve a presença de não índios dentro da reserva” (p.22).

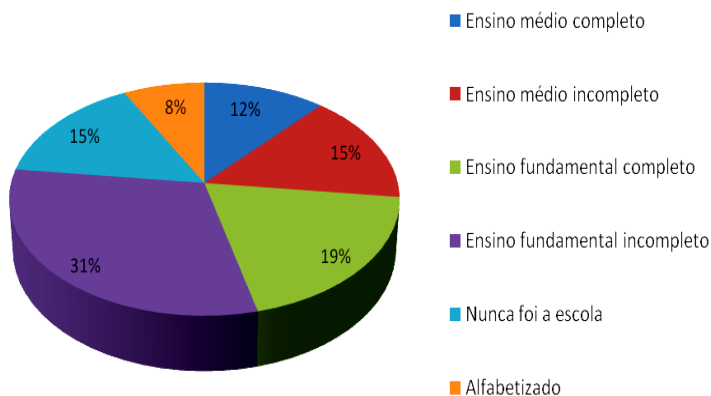
Gráfico 3.0 - Tempo de residência do respondente na Comunidade Nova Esperança



Conforme apresentado no **Gráfico 3.0** podemos observar que 4% dos respondentes residem há 30 anos na comunidade; 8% residem há apenas 1 ano, e 31% residem entre 2 e 10 anos; 42% residem entre 11 e 20; e 15% residem entre 21 e 29 anos.

Conforme representado no **Gráfico 4.0**, 19% dos respondentes possuem o Ensino Fundamental; 31% não concluíram o Ensino Fundamental; apenas 12% possuem o Ensino Médio Completo; 15% não conseguiram completar o Ensino Médio; 8 % somente foram alfabetizados, e 15% nunca foram à escola.

Gráfico 4.0 - Nível de Escolaridade dos Moradores da Comunidade Nova Esperança



Com base nesses dados, e pelo que foi observado *in loco*, pode-se afirmar que há um alto índice de evasão escolar, provavelmente porque o sistema educacional não atende às demandas específicas desses povos indígenas. É um fato preocupante tendo em vista que diante das necessidades do mundo moderno, haja vista a necessidade de subsídios teóricos e práticos educacionais.

Afinal, índios letrados e com curso superior podem contribuir de forma mais eficaz para a sua própria comunidade em áreas e assuntos de domínio deles que venham a requisitar a interlocução e, ou, intervenções pontuais, diga-se, por exemplo, no caso de um indígena formado em Direito para tratar de questões jurídicas, legais, processuais, etc. Bem como um enfermeiro e ou um médico, membro da própria comunidade, que possa atuar na Saúde, e por entender sobremodo a cultura de seu povo, pode conciliar métodos e técnicas tradicionais de fitoterápicos, homeopáticos, etc. com a medicina convencional.

Nesse sentido, a Universidade Estadual de Roraima, UERR, e o Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima, UFRR, entre outras instituições de ensino e aperfeiçoamento têm dado a contribuição delas ao levar para as comunidades cursos para a formação acadêmico-profissional.

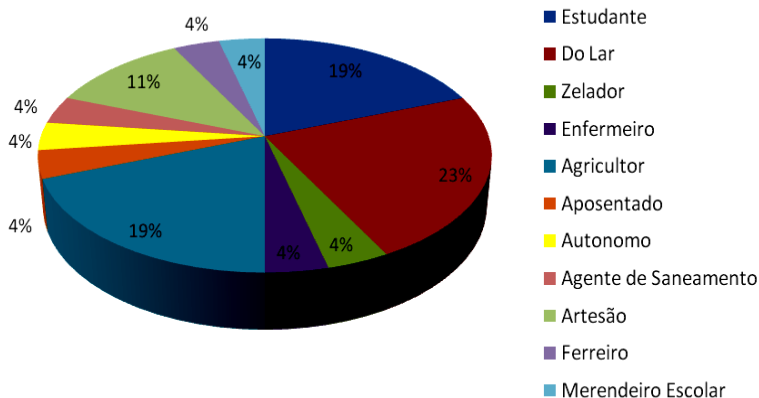
No caso do Insikiran, os cursos são realizados em Boa Vista, capital, e atualmente há algumas graduações em curso, entre elas: o curso superior em gestão territorial. No primeiro semestre de 2013, a reitoria da UERR pensou em iniciar cursos de graduação nas comunidades da Raposa Serra do Sol, em Caracaranã, cerca de 20 Km de Normandia, replicando ali cursos que já em andamento nas comunidades indígenas do Contão e Surumun. Mas por questões

orçamentárias, de logística, de gestão, de recursos humanos, e por falta de uma manifestação de interesse dos líderes indígenas de Caracaranã, o projeto foi adiado. Uma das suposições para a falta de manifestação dos líderes recai no fato de que alguns deles podem talvez ter considerado os cursos superiores nas próprias comunidades como 'invasivos' e 'indesejáveis' para o contexto e cultural deles.

Esse ponto de vista vai de encontro com as análises de Luciano (2006) ao defender que os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno. Logo, é indispensável à criação de um sistema inteiramente voltado à Educação Escolar Indígena, com nível estrutural que favoreçam no seu fortalecimento intelectual.

Com base nesses pressupostos, o Relatório Técnico do Uso da Terra e Gestão de Roraima destaca que o Estado tem que proporcionar proteção integral sem a anulação de suas raízes "aos grupos indígenas de cultura integralmente preservada e acompanhar atentamente os seus mecanismos naturais de sobrevivência, ainda atrelados a um universo mental e ideológico muito particular associado às suas raízes na terra" (IBGE, 2009, p.34).

Gráfico 5.0 - Profissão dos moradores da Comunidade de Nova Esperança.



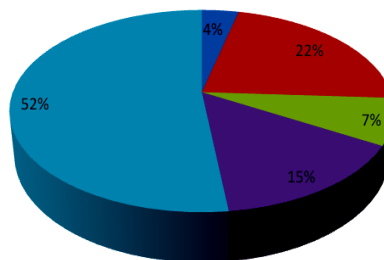
O **Gráfico 5.0** apresenta as profissões dos respondentes. Pode-se observar que a profissão 'Do Lar' possui o maior percentual, com 23%; seguida da profissão de 'Agricultor' e 'Estudante' apresentando um percentual de 19% cada; 11% corresponderam ser artesãos; e o restante, 4% distribuem-se em profissões como Zelador, Enfermeiro, Autônomo, Agente de Saneamento e Merendeiro Escolar, Ferreiro e Aposentado. Considerando a forma de subsistência da

população indígena, o Relatório Técnico do uso da Terra e Gestão de Roraima, explica que o, comércio, serviços e turismo configuram-se nos meios mais eficazes para obtenção de renda nas comunidades indígenas de Roraima, sendo bem mais vantajosos que a agricultura e pecuária, principalmente em uma economia fechada e compartilhada (IBGE, 2009).

Nota-se que a agricultura não corresponde mais como a atividade principal dentro da comunidade. Quanto a essa questão, Brandão, Barbieri e Silva (2012) relatam que após a homologação da Terra Indígena São Marcos e a saída dos não-índios do local, a Comunidade Nova Esperança foi instalada numa área onde agricultores fizeram grandes desmatamentos para a prática extensiva da pecuária, deixando para a comunidade uma grande “área sem mata nativa, os leitos de igarapés com alto grau de ações antrópicas e poucas caças também” (p.22).

Gráfico 6.0 - Percentual Demográfico dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.

■ Um morador ■ Dois moradores ■ Três moradores
 ■ Quatro moradores ■ Acima de cinco moradores



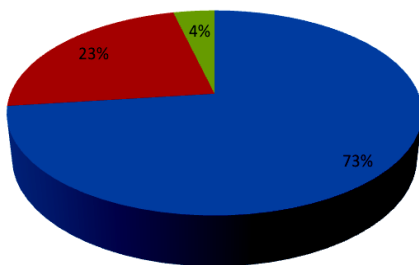
Observa-se no **Gráfico 6.0**, que em 4% das residências dos respondentes há apenas um morador; em 7% das residências há três moradores; e em 15% das residências há quatro moradores; e 52% das residências habitam cinco ou mais moradores. Frente a esses dados levantados, compete destacar que se tratando do cenário indígena, considerando suas dificuldades, o percentual demográfico apresentado mostra um número estimável de habitantes por residência.

O Censo demográfico Indígena do IBGE (2010) apresentou que a população indígena representa 11,62% do total de habitantes do Estado de Roraima, totalizando 52.473 habitantes. Bethonico (2012) sustenta que esse crescimento é o resultado da conquista dos direitos e dos processos sociais de autoafirmação. Não obstante, a autora ressalta que o crescimento populacional nas áreas menores gerou

problemas relacionados à sobrevivência do grupo, principalmente no que se refere à importância da sustentabilidade cultural, ambiental e econômica, não apenas em Roraima, como nas demais Estados do Brasil, tornando-se assim um dos desafios para a gestão dos territórios.

Gráfico 7.0 - Contribuição dos Moradores da Comunidade Nova Esperança na Renda Familiar.

■ Uma pessoa ■ Duas Pessoas ■ Não quis responder



Conforme representado no **Gráfico 7.0**, em 73% das residências há apenas uma pessoa exercendo atividade remunerada, e apenas 6,3% das famílias possuem dois contribuintes no sustento da casa.

Notou-se que o problema com a falta de renda dá-se na comunidade em razão do progresso e das comodidades por ele produzidas, bem como em razão de políticas assistencialistas do governo, fazendo com que desfrutem de casas com luz elétrica, filhos matriculados nas escolas, automóveis, etc., abrindo assim mão de suas culturas ficando os meios tradicionais de subsistência insuficientes para suprir essa nova maneira de viver. Um processo que tem levado à “perca de suas origens”. No entanto, não é aceita a posição e visão obsoleta de alguns estudiosos de que os grupos indígenas devam ficar alijados do progresso em favor da manutenção da cultura.

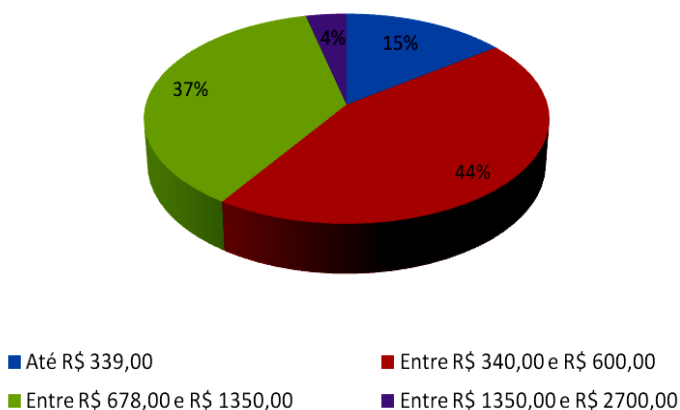
Com base na literatura, nas vivências e experiências do contato com os indígenas, pode-se afirmar com segurança que as comunidades indígenas devem adquirir um grau de conforto, bem-estar coletivo, e formação educacional tal como outros grupos humanos de modo que possam alcançar por eles próprios níveis aceitáveis de desenvolvimento humano, etc., tudo isso se respeitando a cultura deles e tratando de preservá-la.

Por outro lado, segundo relatório do IBGE (2009) o Estado brasileiro tem que garantir que permaneçam realmente isolados da

sociedade os índios que se mantêm íntegros em sua cultura de origem e mantêm-se naturalmente de forma sustentável, com o mínimo de contato possível.

Talvez esse tipo de posicionamento institucional tenha sido um dos fatores para que os indígenas viesse a ter a sua própria autonomia. Na interpretação de Luciano (2006), essa nova autoidentidade indígena soa como uma forma estratégica de reforço na busca dos direitos e dos interesses deles.

Gráfico 8.0 - Renda Familiar Total dos Moradores da Comunidade Nova Esperança.



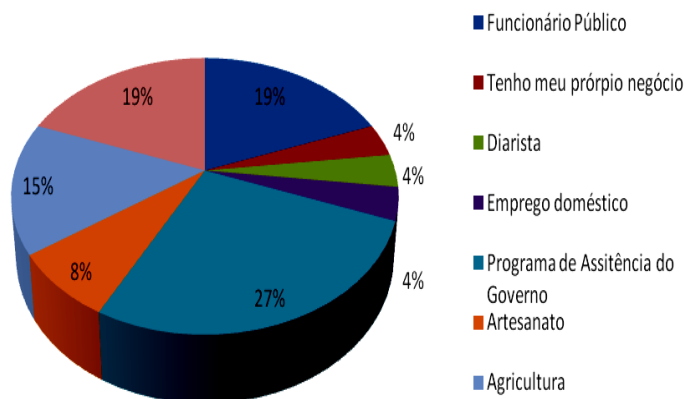
No **Gráfico 8.0**, a renda familiar bruta dos respondentes é apresentada. Trata-se da soma todos os rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família. Ao observar no gráfico pode-se considerar está como sendo muito baixa, pois apenas 4% possuem rendas entre R\$ 1.350,00 e R\$ 2.700,00; 37% possuem renda entre R\$ 340,00 a R\$ 678,00 reais; 44% possuem renda total estimada entre R\$ 340,00 e R\$ 678,00 reais; e 15% possuem renda até R\$ 339,00 reais. Ou seja, 59% dos residentes que responderam ao questionário afirmam que a renda familiar é de até um salário mínimo, que no segundo semestre de 2013 era de R\$ 678,00, o que é bem baixo ou insuficiente para cobrir gastos de uma família com até quatro pessoas, por exemplo.

Conforme os parâmetros utilizados por Souza (2009) para se avaliar o nível de pobreza e renda da população indígena residente no perímetro urbano de Boa vista, ele considera como estando na linha de pobreza, a pessoa que percebe de meio salário mínimo, e como estando na linha de indigência, a pessoa que recebe o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Assim sendo, pode-se inferir que os habitantes

da Comunidade Nova Esperança encontram-se numa situação de pobreza, com alta possibilidade de extrema pobreza.

Bethonico (2012) explica que os baixos salários e permanência de famílias indígenas na linha da pobreza (quase remuneração) tem uma explicação histórica regional, pois naquele município predominava um regime de escravidão ou semiescravidão nas fazendas. Autora explica que alguns índios realizavam as tarefas de um vaqueiro sem remuneração. Considerando-se esse aspecto histórico, Cirino (2007 apud Bethonico, 2012, p.4) sustenta que, “essas relações trabalhistas perpetuaram ao longo das décadas e ainda em 2001 várias mulheres indígenas trabalhavam como empregadas domésticas nas fazendas sem nenhuma forma de remuneração”.

Gráfico 9.0 - Origem da Renda Familiar



Como demonstrado no **Gráfico 9.0**, 3% dos moradores entrevistados ocupam-se de serviços domésticos como donas de casas; 3% prestam serviços de diaristas; 3% têm seu próprio negócio; 16% são funcionários públicos; 13% sobrevivem da aposentadoria; 16% da agricultura; 7% fazem serviços de artesanato; enquanto que 39% se sustentam por meio de Programas de Assistência do Governo: o Bolsa Família e o Vale Solidário estão entre os mais citados.

Por meio dos dados apresentados, nota-se que a prática do turismo na região até o presente momento não beneficiou todos os moradores, ficando centralizado em apenas algumas pessoas e famílias da comunidade. Precisa-se criar mecanismo para fortalecer o ecoturismo, bem como criar instrumentos que contribuam para uma distribuição mais equitativa dos recursos obtidos com a atividade turística em prol de projetos e obras comunitárias, por exemplo. Isso evidencia que o ecoturismo é uma atividade ancilar às demais, ou seja,

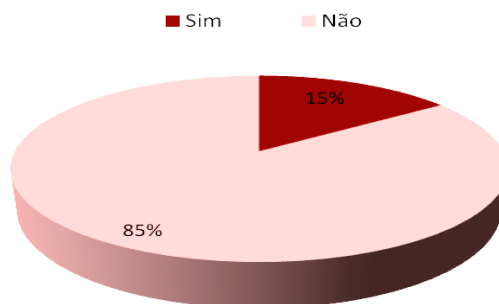
deve ser pensado e desenvolvido com uma função 'complementar' em termos de geração e fonte de renda.

Essa realidade não é um caso isolado, nem de uma realidade díspar das demais populações indígenas do restante do país. Madueño e Formenti publicaram uma matéria no jornal *O Estadão* (2010) assegurando que a subsistência da população indígena brasileira está diretamente ligada ao governo que se constitui sua principal fonte de renda. Foi divulgado em '*O Estadão*' que mais de 60% dos domicílios indígenas são atendidos por programas assistenciais. Além de provedor de recursos, o Estado é também o principal empregador.

Nos Relatórios do Primeiro Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, o maior levantamento sobre a situação dos índios já realizado no País, foi citado que os benefícios sociais representam fonte de renda em 63,9% domicílios. Ou seja, um elevado nível de dependência dos subsídios oferecidos pelo governo.

O trabalho remunerado aparece em segundo lugar, presente em 62%. A venda de produtos cultivados contribui com 36,8% da renda das famílias. Além disso, índios com mais de 70 anos têm direito à aposentadoria como trabalhador rural, benefício que abrange 19,7% das famílias (*O Estadão*, 2010), portanto, os aposentados têm um papel significativo na circulação de dinheiro localmente. O estudo revela que 69,3% da população afirmam sentir falta de alimentos ao longo do ano, enquanto 59,2% consideraram que há comida de sobra (*O Estadão*, 2010).

Gráfico 10: Relação Interpessoal dos moradores da Comunidade Nova Esperança



O **Gráfico 10** apresenta o relacionamento interpessoal dos moradores da Comunidade Nova Esperança. Verifica-se que 15% dos moradores já se sentiram excluídos das atividades realizadas na comunidade, enquanto que 85% afirmam nunca terem sido excluídos.

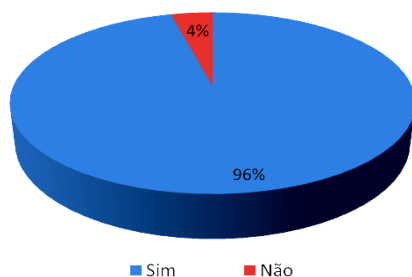
Calastres (2003) explica que nas sociedades indígenas não há possibilidades de um indivíduo mandar no outro, pois o poder (o líder indígena) não constrange, não coage; o representante serve somente para rememorar a organização social; cumpre sua função de um líder sem exercer poder sobre os demais membros da comunidade.

Para Matos (2007) esse fator de socialização entre os indígenas é consequência da Constituição de 1988 e da redemocratização do Estado, onde ocorreram mudanças no contexto político das relações interétnicas no Brasil. Nesse contexto, os indígenas “passaram por transformações ligadas à institucionalização de suas ações, passando a assumir (...) o papel de atores sociais/sujeitos das relações entre a sociedade civil e o Estado, posicionando-se como interlocutores” (p.22).

Nesse aspecto, Matos (2007) cita que tais mudanças no cenário político afetou diretamente a política indigenista (estatal e não estatal), ao promover a participação indígena em ações coletivas planejadas e executadas por meio de projetos, com apoio de entidades civis (nacionais e estrangeiras) e de órgãos governamentais (brasileiros ou estrangeiros, por meio de acordos governamentais).

Cavalcante (2012) elucida que tais condições mencionadas só tornaram-se efetivas por meio de diálogos interculturais, através da constituição de grupos locais autóctones de comunicação e de argumentação.

Gráfico 11 - A Aceitação do Turismo na Comunidade Nova Esperança



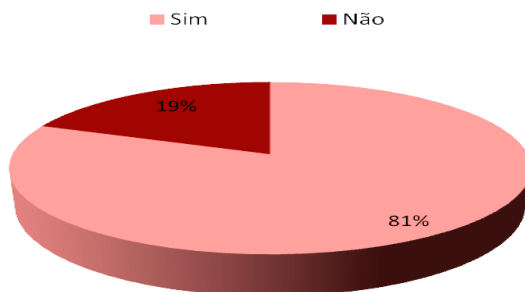
Percebe-se que na Comunidade Nova Esperança que o Turismo Indígena é a modalidade turística que prevalece (Jesus, 2008), bem como o ecoturismo. O **Gráfico 11** mostra que 4% dos moradores entrevistados não concordam com a prática do turismo na Comunidade. Em contrapartida, 96% são favoráveis a tal atividade.

A participação da população em geral contribuiria no desenvolvimento do turismo em Nova Esperança, uma vez que é reconhecido como uma atividade importante pela maioria dos

respondentes. Entretanto, notou-se que o processo é centralizado e comandado por alguns membros locais e pelas instituições pertinentes, e com isso poucos moradores sabem definir concretamente os benefícios e/ou malefícios que a prática do turismo causa à comunidade. Esse fato revela que a tomada de decisões e o desenvolvimento do (eco)turismo devem acontecer de forma mais democrática e inclusiva.

Além disso, foi observada a ausência da participação entre os setores público e privado junto aos moradores. Alguns indígenas de Nova Esperança não são favoráveis à prática do turismo em razão dos possíveis efeitos negativos causados pelo mesmo, entre eles: a mudança na rotina e no cotidiano dos moradores.

Gráfico 12 - Planejamento Preventivo das Autoridades na Comunidade Nova Esperança com Relação aos Possíveis Impactos da Prática do Turismo na Localidade.



O **Gráfico 12** mostra que 19% dos moradores afirmam que não houve um planejamento preventivo das autoridades indígenas, municipais e estaduais na Comunidade Nova Esperança com relação aos possíveis impactos da prática do turismo na localidade. Já 81% afirmam que houve reuniões prévias com a população da comunidade onde foram esclarecidos sobre os impactos que poderiam ocorrer na localidade.

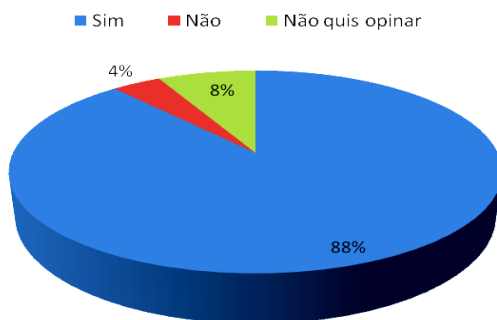
Cavalcante (2012) chama a atenção para um bom planejamento participativo junto à comunidade indígena antes da implementação do turismo. Tal atitude pode configurar-se numa oportunidade para esclarecimento de dúvidas.

Brandão; Barbieri e Silva (2012) afirmam que em 2000 as lideranças indígenas da Comunidade Nova Esperança se reuniram para elaborar um planejamento de curto, médio e longo prazo para a Comunidade. Assim, foi criada a ONG PRONESP – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança.

Ao realizar, por meio da ONG, um diagnóstico da comunidade, verificou-se vários aspectos positivos como a boa

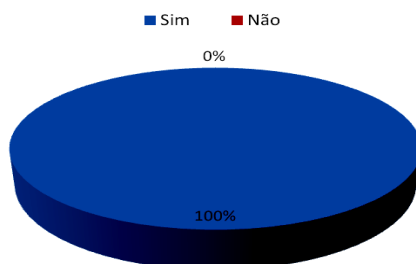
localização, o fato de a comunidade não apresentar vícios de paternalismo, potencial para o ecoturismo, lagos perenes que poderiam ser adaptados para a criação de peixes, dentre outros.

Gráfico 13 - Atividades e Festejos realizados na Comunidade Nova Esperança



Conforme observado no gráfico acima, 88% dos entrevistados responderam que a Comunidade promove atividades sociais que beneficiam seus moradores, enquanto que 4% afirmaram não haver, e 8% não quiseram responder. Dentre os que responderam que há atividades sociais na Comunidade, ressaltaram que as principais são os festejos em comemoração ao aniversário da Comunidade Nova Esperança, e a Festa do Dia do Fogo, comemorada no dia 13 de agosto. Segundo Cavalcante (2012) as diversas atividades sociais realizadas na Comunidade são devido ao imenso potencial natural e cultural que o município apresenta.

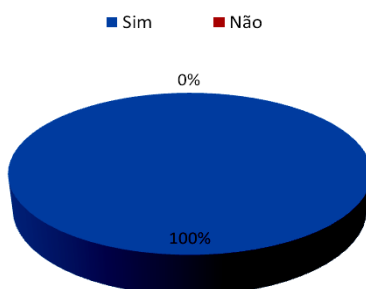
Gráfico 14 - Opinião dos moradores com relação aos benefícios do turismo para a Comunidade Nova Esperança.



Observa-se que 100% dos moradores consideram que o turismo na Comunidade pode ser uma alternativa viável, que possibilitará na geração de renda.⁹

Para Cavalcante (2012) o turismo praticado dentro de terras indígenas nasce como alternativa econômica viável com possibilidade de gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas. Surge também como instrumento de valorização cultural, pois é a diversidade cultural desses povos, o principal atrativo para o turista.

Gráfico 15 - Porcentagem dos Moradores com expectativa na Implementação do Turismo na Comunidade Nova Esperança.



Observou-se que 100% dos moradores acreditam que o turismo pode gerar desenvolvimento local, e a promoção de melhoria na qualidade de vida dos habitantes da Comunidade.

No entendimento de Cavalcante (2012) o turismo desenvolvido de forma sustentável nas TIRSS, principalmente após a demarcação indígena ou etnoturismo bem planejado pelos seus atores sociais, terão bons resultados endógenos, junto a seus recursos naturais e culturais. Desse modo, as práticas do turismo desenvolvidas nas comunidades indígenas e nas terras indígenas ensejam possibilidades de desenvolvimento local.

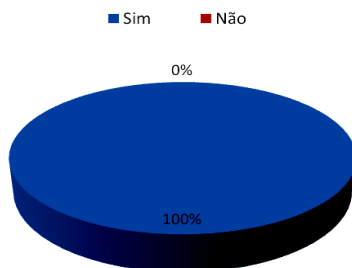
Faria (2008) relata que o Ministério do Meio Ambiente vem promovendo ações para criação de uma política de desenvolvimento voltada aos povos indígenas, sendo implementadas principalmente no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia. A autora também enfatiza que o Governo Federal criou o PDPI em 1999 vinculado ao PDA. Para a mesma o PDPI configura-se num “aliado para a implementação de projetos com novas tecnologias sociais e economias

⁹ Como já informado, para esta pesquisa os resultados que tiveram percentual de 100% ou de 0% apesar de que indicam ser desnecessário, foram ainda assim representados graficamente seguindo o princípio da consistência na tabulação e apresentação da amostragem.

em terras indígenas, com base no etnodesenvolvimento no qual o ecoturismo pode ser uma alternativa” (p.61).

Fortunato e Silva (2011) acreditam que esta atividade pode contribuir com o desenvolvimento local pautado nos saberes tradicionais indígenas.

Gráfico 16 - Porcentagem dos Moradores que acreditam na lucratividade Com o Turismo na Comunidade Nova Esperança.



Conforme explicitado no **Gráfico 16**, todos os moradores respondentes acreditam que o turismo na Comunidade possibilitará a geração de emprego, bem como o aumento da renda familiar.

Banucci Júnior e Urquiza (2012) realizaram pesquisa sobre a prática do turismo indígena no Estado do Mato grosso. Os resultados demonstram que, a atividade turística tem logrado êxito e trazido benefícios aos povos indígenas. Articulados em redes próprias ou comunitárias mais amplas, muitos grupos têm conseguido planejar e gerir projetos de visitação autônomos, voltados aos seus interesses e que respeitam suas culturas e organização social.

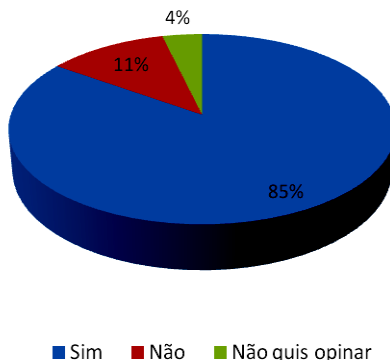
Na análise de Muqbil (2009) referente ao contexto mundial do Turismo Indígena, a pesquisadora certificou-se que o mesmo vêm desempenhando um papel cada vez mais importante para o desenvolvimento e comercialização de produtos turísticos e viagens.

No contexto mercadológico, como fator de lucratividade, Jesus (2012) ao pesquisar o segmento ‘turismo indígena’, focado na comunidade indígena Kadiwéu, no Mato Grosso do Sul, concluiu o maior estímulo para o fomento dessa atividade é o econômico, uma vez que o dinheiro advindo dos turistas gera novos recursos que circulam na economia local, várias vezes, transformando-se em “efeito multiplicador”, beneficiando a variedade de segmentos de mercado.

Outro ponto analisado por Jesus (2012) é que ao empreender o turismo em comunidades indígenas, toma-se a máxima do desenvolvimento local, interligando os recursos existentes sem desconsiderar as variáveis que recaem sobre eles, a fim de manter e evitar a extinção. Assim, a localidade com potencial turístico, como

constatado no caso Kadiwéu, deve apresentar condições que demandem efetivamente critérios para sua idealização, sem, no entanto, descaracterizar os anseios e as necessidades da comunidade.

Gráfico 17 - Percepção dos moradores quanto ao preparo das pessoas da Comunidade para lidar com o turismo na região.

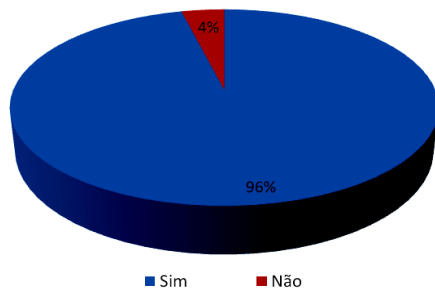


Conforme exposto no **Gráfico 17**, 85% dos moradores acreditam que as pessoas na comunidade estão capacitadas a receberem os turistas; 11% acham que as pessoas da Comunidade ainda não estão capacitadas para lidar com os turistas, e 4% não quiseram opinar.

Segundo Brandão, Barbieri e Silva (2012) a Comunidade Nova Esperança decidiu investir no turismo, e no primeiro trimestre de 2001 participou de uma oficina de sensibilização realizada por consultor do PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente, que capacitou os moradores selecionados, realizou oficinas de artesanato, educação ambiental, gestão de resíduos e da água.

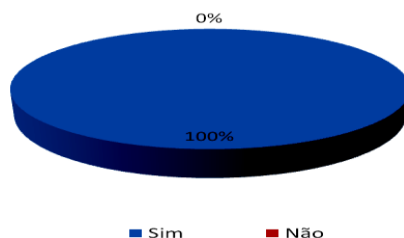
Daí por diante a comunidade, ao longo dos últimos dez anos, vem trabalhando no turismo. Atualmente, os moradores trabalham para melhorar a infraestrutura na comunidade, como a ampliação de restaurante, construção de pousada, melhorias no transporte, e expansão das lojas de artesanatos. Segundo os autores, os principais produtos turísticos da comunidade são as inúmeras trilhas ecológicas existentes, e a principal delas é a Trilha do Coatá que leva até um sítio arqueológico.

Gráfico 18 - Porcentagem dos moradores da Comunidade Nova Esperança com Interesse em se qualificar para a prática do turismo na região.



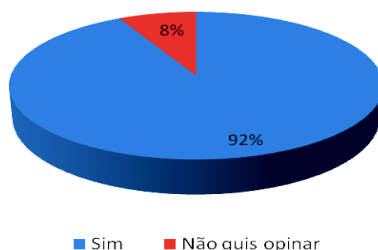
Nota-se que 96% dos moradores sentem interesse em se capacitar para trabalharem com o turismo na Comunidade. Enquanto que 4% não possuem interesse.

Gráfico 19 - Motivação dos Moradores para participação no Turismo da Comunidade Nova Esperança



Observa-se no **Gráfico 19** que 100% dos moradores possuem interesse em participar do turismo na Comunidade Nova Esperança. Alguns destes já possuem curso de condutor local.

Gráfico 20 - Percepção do Morador com relação aos benefícios da prática do turismo ao meio ambiente

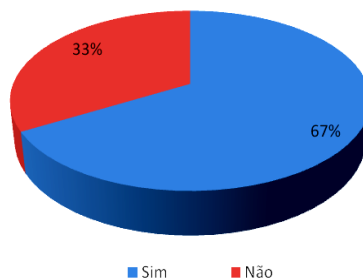


Conforme apresentado no **Gráfico 20**, para 92% dos moradores afirmam que o turismo ajuda na preservação do meio ambiente da região, e 8% acreditam que o turismo causa danos ao meio ambiente da Comunidade. Segundo Brandão, Barbieri e Silva (2012), o excesso de visitas provoca o desgaste das trilhas, e, muitas vezes dificulta a visualização de alguns animais silvestres que eram vistos com frequência e facilidade. A presença humana em um ambiente natural, mesmo que planejada e com um código de posturas de respeito à natureza, provoca sons, ruídos, e o próprio cheiro das pessoas acaba por afugentar os animais.

No entendimento de Alves e Silva (2012), o desenvolvimento do turismo sustentável, definido como a atividade que satisfaz os viajantes e as regiões receptoras respeitando e protegendo o meio ambiente, pode trazer benefícios para atenuar a degradação ambiental e aumentar a oportunidade de as gerações futuras desfrutarem das riquezas naturais que existe atualmente. Segundo os autores, no escopo do turismo sustentável, o ecoturismo, no Ano Internacional da Biodiversidade, ganhou destaque.

Por meio de atividades educativas realizadas dentro de unidades de conservação, como trilhas interpretativas, observações de espécies, e até mesmo esportes radicais, o ecoturismo contribui para a preservação da biodiversidade do bioma em que é praticado, conscientiza os turistas a respeitarem o meio ambiente e, ainda, estimula empresas da indústria turística a se adaptarem para se tornar ecoeficientes e satisfazer este público.

Gráfico 21 - Percepção dos Moradores com relação à prática atual do Turismo na Comunidade



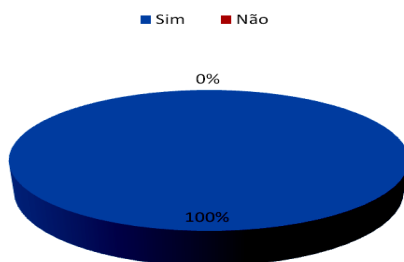
Conforme apresentado no **Gráfico 21**, 67% dos moradores afirmam que a maneira como realizam o turismo na comunidade trouxe melhoria à qualidade de vida dos seus habitantes, e 33% responderam que não houve melhorias à qualidade de vida. Para Jesus (2012), a atividade turística pode ser considerada como essencial à vida moderna, surgindo como mecanismo eficaz para o desenvolvimento

socioeconômico e cultural de uma localidade, ao atestar a inserção de benefícios coletivos, quando planejada adequadamente.

Diante dessa assertiva, o autor afirma que no planejamento voltado para o turismo indígena deve-se buscar uma adequação das motivações do fluxo turístico e do núcleo receptor. Por isso, deve-se procurar atender às expectativas do primeiro, sem desmerecer os direitos do segundo, no que concerne ao equilíbrio ecológico, social e cultural, considerando que a atividade turística transcende a esfera econômica.

Brandão, Barbieri e Silva (2012) em pesquisas realizadas na Comunidade Nova Esperança, identificaram com os moradores locais benefícios sociais, econômicos e ambientais com o turismo, entre elas: **i) benefícios sociais econômicos ambientais sociais:** a criação de uma estrutura organizacional para a gestão do turismo; aumentou a alto estima da comunidade; propiciou a valorização da cultura indígena; possibilitou autonomia para a comunidade; -melhoria na qualidade de vida. **ii) benefícios econômicos:** geração de renda para a comunidade; criação de novos postos de trabalho; parcerias entre a comunidade e agências de viagem; capacitação e emprego para os jovens. **iii) benefícios Ambientais:** conscientização quanto a importância da conservação do ambiente; manutenção periódica das trilhas a fim de evitar impactos como erosão e compactação do solo; destinação adequada aos resíduos sólidos; cuidados com a gestão da água.

Pelo Gráfico 22 fica confirmada a presença de uma liderança indígena na Comunidade Nova Esperança com um resultado de 100% como consensual para a existência de um líder comunitário.



9.0 Considerações Finais

Conclui-se que para tornarem concretas as oportunidades do trabalho com o turismo na Comunidade Nova Esperança, são necessários investimentos e o apoio dos governos federal, estadual e municipal, e das instituições variadas na formação e capacitação de recursos humanos para o fortalecimento da atividade turística local, e isso inclui capacitação em administração e contabilidade para que possam desempenhar bem as iniciativas deles no empreendedorismo, além de treinamento como guias de ecoturismo e em criação e

formatação de trilhas interpretativas, etc. Outras capacitações dizem respeito à compreensão e domínio de técnica e processos da atividade turística em geral, entre elas, serviços e qualidade na hospedagem, na alimentação, na hospitalidade, etc.

Outro ponto observado é a limitação da capacidade local, em termos de estrutura física para a acomodação e pernoite dos turistas. A hospedagem de turistas e visitantes na própria Comunidade requer planejamento e níveis de cautela de modo que não afetem a vida social e rotina dos nativos, nem pode ocorrer de forma muito amadora, rústica, pois é necessária uma estrutura física, por exemplo, quartos, chalés, e, ou, pousada, que garantam um conforto mínimo aos visitantes. Atualmente, a Comunidade não dispõe deste tipo de estrutura, e caso venham a ser construídas, devem seguir o princípio de respeito à cultura e tradição indígena local, e se aplicável, isso inclui respeitar as formas arquitetônicas autóctones. Ou seja, espera-se uma acomodação ou pousada dentro do conceito e tradições indígenas.

É importante destacar que o desenvolvimento do turismo na Comunidade, torna-se evidenciado através da capacitação dos membros envolvidos, e por meio de políticas públicas que estimulem o setor, incentivem as práticas ecoturísticas indígenas. Na década de 90, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, Proecotur, do Ministério do Meio Ambiente, como parte de políticas públicas de incentivo ao turismo na Amazônia, resultou em vantagens e benefícios naquela localidade uma vez que inseriu os membros interessados nesse segmento.

Dessa maneira, acredita-se que o turismo étnico - quando bem planejado - pode proporcionar à comunidade benefícios socioeconômicos e culturais. Em relação à cultura, o turismo pode fazer com que os membros se interessem em resgatar e manter elementos da própria cultura e tradição para mostrá-las aos visitantes. Outro benefício é a própria visibilidade da Comunidade em questão, e o fato de se ter pessoas de fora interessadas neles, visitando a Comunidade e o meio ambiente que a cerca, isso eleva a autoestima.

Quanto aos possíveis impactos ambientais e socioculturais, a comunidade juntamente com os seus líderes e autoridades competentes, devem se unir a fim de traçar um turismo de base participativa, com estratégias de proteção para que os direitos fundamentais dos indígenas fiquem assegurados. Sugere-se que estratégias de proteção ambiental devem ser implantadas pelos moradores da comunidade. Tais iniciativas devem ser realizadas para melhorar a conscientização sobre a importância de se preservar o meio ambiente e a cultura local, sensibilizando a própria comunidade e os visitantes sobre as vantagens de se zelar e salvaguardar de impactos os lugares que visitam.

Assim, os guias turísticos podem de forma direta realizar esse trabalho. Com a confiança dos ecoturistas e com conhecimento profundo do ambiente, eles podem discutir ativamente questões de conservação. A proposta é que o (eco)turismo em Terras Indígenas tenha um viés educativo-contemplativo, e proativo. Dentro desse conceito, o visitante ganha um papel mais ativo em sua visita dando uma contribuição mais palpável para a Comunidade que o recebe, seja no zelo com a natureza, seja com iniciativas e ações que venham a melhorar a qualidade de vida local. O ecoturismo de base comunitário deve ter um diferencial no sentido de gerar oportunidades econômicas viáveis, reduzindo os problemas associados à pobreza e ao desemprego.

Não obstante, o desenvolvimento deste tipo de turismo pode possibilitar aos visitantes uma relação estreita com os nativos, gerando um respeito recíproco. Vindo a ser uma oportunidade para os povos indígenas revitalizarem seus costumes e reconhecer o seu valor, não só em termos da sua riqueza cultural, mas também ambientais.

REFERÊNCIA

- ALBUQUERQUE, M. A. S. **Os Pankararu e o Associativismo Indígena na Cidade de São Paulo**. Rev. Tellus, ano 9, n. 16, p. 229-235, jan./jun. Campo Grande – MS, 2009.
- AYRES, J. M. et al. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém, PA : Sociedade Civil Mamirauá, 226p. 2005.
- BETHONICO, M. B. M. **Indígenas e a gestão territorial**: desafios para o ensino superior. In: XII Colóquio Internacional da Geocrítica. Bogotá, maio 2012.
- BISPO, C. S. **Empreendedorismo e Inovação**. 2007.
- BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J C; SILVA, L C J. **Turismo sustentável em comunidades indígenas da Amazônia**. 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973**.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade**. Brasília, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRITO, T. M. **Turismo e povos indígenas**. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. III, n 4, ano 2009.
- CAVALCANTE, J S. **Turismo na fronteira: desenvolvimento local nas terras indígenas**. 2012.
- CHACON, T. et al. **Potencial da geodiversidade da rota 174 – trecho da Reserva Indígena São Marcos – Roraima**. 2011.

- Guia Turístico Roraima. 1ª ed. São Paulo: Editare, 2009.
- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO. **Definição de ecoturismo OMT**. 2013. Disponível em:< <http://sdt.unwto.org/es/content/ecoturismo-y-areas-protegidas>>. Acesso em: 03.03.2013.
- ESTENDER, A. C; PITTA, T T M. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. 2007.
- FARIA, I F. **Ecoturismo**: ilusões e contradições. Rev. De Geografia da Universidade do Amazonas, Manaus, nº 2, v. 2, jan/dez 2000.
- _____. **Ecoturismo: Etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas**. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. In Revista de Turismo y Patrimônio Cultural – PASOS. Vol. 3 nº 1 págs. 63-77. 2005.
- _____. **Ecoturismo indígena**: território, sustentabilidade, multiculturalismo, princípios para a autonomia. Tese (Doutorado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- _____. *Ecoturismo Indígena*: Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo. São Paulo: Annablume 2012.
- FERREIRA, L. **Impactos do turismo nos destinos turísticos**. Percursos & Ideias Revista Científica do ISCET , pp. 105 - 114. 2009.
- GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática e participativa. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- GONZÁLEZ, M. M. **Etnoturismo o turismo indígena**. Rev. Teoría y Praxis p. 123-136, 2007.
- GRÜNEWALD, R. A. **Turismo, cultura e identidade étnica**. In: 24 a reunião brasileira de antropologia, 2004, Recife. Resumos. Recife: ABA/UFPE, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima**. Rio de Janeiro, 2009.
- JESUS, D. L. **A transformação da reserva indígena de Dourados – MS em território turístico: valorização sócio-econômica e cultural**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2008.
- LEANDRO, E. L.; TEIXEIRA, M. A. D. **Turismo na etnia Parintintin**: uma análise comparatória das expectativas, compreensões e potencialidades das Terras Indígenas Ipixuna e Nove De Janeiro, Humaitá, Amazonas, Brasil. Rev. Saber Científico, Porto Velho, 1 (2): 112 - 133, jul./dez.,2008.
- LEAL, R. E. S. **O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico Caderno Virtual de Turismo**. Redalyc Sistema de Información Científica. Rio de Janeiro, vol. 7, núm. 3, pp. 17-25, 2007.
- LITTLE, P. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: A. C. S. Lima e M. Barroso Hoffman (org.), **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.
- LOBATO, A S; TAVARES, M G C. **Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento sócio-espacial**: análise do projeto viagem encontrando marajó na vila do Pesqueiro-Source/PA, Brasil. 2012.

LÜCHMANN, L. H. H. **Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo.** Rev. Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.4, p.44-51, dez. 2011.

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MALDONADO, C. **Turismo y comunidades indígenas: Impactos, pautas para autoevaluación y códigos de conducta.** OIT Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo 2006.

MELO, E. S. O. **Turismo Sustentável em Áreas Indígenas: uma alternativa para a aldeia guarani araponga no município de Paraty/RJ.** Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Turismo Indígena: reserva de são marcos em rr mostra belezas naturais da região.** Portal Amazônia, abr. 2012.

MUQBIL, I. **Turismo indígena: mucho más que otro mercado más.** ITB Berlín, 2009.

NOGUEIRA, E. M.; Silva, G.P.; Costa-Neto, C.P.L.; Falcão, M.T.; Rodrigues, R.M. **Etnoturismo e etnoecologia: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas.** **Anais** do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.121-140.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO OMT. **Entender el turismo: Glosario Básico.** Disponível em:< <http://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico>> Acesso em: 10 jan. 2012.

PEREIRA, P. V. V; BARRETO, E O. **Turismo de Base Comunitária: uma experiência de desenvolvimento local através do Projeto Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá/PA.** 2012.

PÉREZ, X. P. **Turismo Cultural: uma visão antropológica.** El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.

PETITINGA, C. S. **Desenvolvimento local.** Mais Definições em Trânsito, 2005.

PORTAL DO CIDADÃO-POVOS INDÍGENA. **As Terras Indígenas.** Disponível em:< http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o_que> Acesso em: 10 jan. 2012.

QUEBEC (Cidade). **DECLARACIÓN DE QUEBEC SOBRE EL ECOTURISMO.** 2002. Disponível em:< <http://www.rimisp.org/boletines/INTERCAMBIOS47Febrero.pdf>> Acesso: 12 jan. 2013. Acesso em: 12.05.2013.

SANTOS, M. O. retorno do território. In. SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SOUZA, M. J. L. O. Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, V. R. F. P. **Desenvolvimento e associativismo indígena no nordeste brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural.** Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SOUZA, A. H. C. **População indígena de Boa Vista/RR: uma análise socioeconômica**. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

TERRA, A. **Evolução histórica da categoria geográfica território e a sua atual multiplicidade interpretativa**. Rev. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

VALENCIANO, S. L. H.; BARBOZA, R. J. **Conceitos de empreendedorismo**. Rev. Científica Eletrônica de Administração – ISSN: 1676-6822, ano V, n 9 – Dez. 2005.

VALVERDE, R. R. H. F. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade**. Rev.GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004.

VEJA AS 19 RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELO STF AOS ÍNDIOS DA RAPOSA VIDEA, B. P. **Turismo indígena: los origenes, desafios y oportunidades en Bolivia. el caso de la empresa mapajo**. Bolivia: Programa Regional De Apoyo A Los Pueblos Indigenas Amazonicos (Praia), 2007.

WWF. **Subsídios políticos e legais ao desenvolvimento do turismo responsável: o turismo e as leis federais de ordenamento do território e de proteção do meio ambiente e da cultura**. Versão PDF para Internet Capítulo 2. 2002.

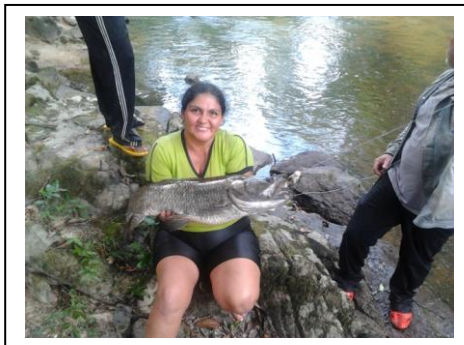
YAZIGI, E. **Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. V. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007.

ZEPPEL, H. **Indígena Ecoturismo: conservação da natureza, turismo e direitos territoriais indígenas**. Anais da Nova Zelândia Turismo & Hospitality Research Dunedin, Nova Zelândia, dez. 2006.

Capítulo 6

Pesca Esportiva como uma Atividade de Potencial Turístico no município de Caracarái, no Baixo Rio Branco, Roraima, Amazônia Setentrional

Eliane Inácio da Silva
Ismar Borges de Lima



Pesca Esportiva como uma Atividade de Potencial Turístico no município de Caracarái, no Baixo Rio Branco, Roraima, Amazônia Setentrional.

**Eliane Inácio da Silva
Ismar Borges de Lima**

1.0 Introdução

O turismo não é técnica nem ciência com autonomia e independência, pois faz uso permanente de princípios, recursos e fundamentações de ciências e técnicas dos mais variados ramos da atividade humana (Andrade, 2004). Turismo é o setor da economia com grande potencial para os próximos anos, com a tendência de crescimento desse setor, destaca-se a pesca esportiva, pois é um seguimento turístico que proporciona grandes emoções ao turista, e um contato direto com a natureza, e propicia uma aproximação direta e plena entre 'indivíduo' e 'natureza', um fato que remonta aos primórdios da existência humana, mas, hoje em dia uma ocorrência menos freqüente em virtude do avanço do 'urbano' sobre o 'rural' e o 'natural'.

Além da sua importância como atividade econômica complementar para vilas de pescadores e para os pescadores profissionais, em particular, durante o defeso e o período de cheias dos rios, quando a pesca de grande volume fica mais difícil. Além disso, deve-se acrescentar ainda a relevância ecológica da **pesca esportiva** devido ao seu baixo impacto nas espécies pescadas no sistema de 'pesque-e-solte', e por ser praticada por grupos reduzidos em trechos de florestas e de rios, isso facilita o controle de pressões sobre a capacidade de carga e dos prováveis impactos que a atividade poderia vir a acarretar nas regiões ou localidades onde é praticada.

A pesca esportiva tem como adeptos justamente por aquelas pessoas que têm como motivações para o lazer e recreação as viagens e atividades que fogem ao tradicional 'praia', 'mar' e 'sol'. Os praticantes da pesca esportiva buscam praticar um '*hobby*' que os leve a experiências e vivências únicas nas áreas ribeirinhas da Amazônia.

Essa busca pela natureza, essa evasão do urbano e do estresse das cidades, é resultado em parte pela modernidade; a globalização trouxe a modernização, e com ela o dinamismo e o frenesi das cidades, rotinas estafantes, mas tudo isso não tirou das pessoas da simplicidade de observar a natureza e fazer coisas simples como simplesmente pescar em um rio qualquer para distrair ou competir com outras pessoas em uma pesca esportiva.

Destaca Bartholo (2009), que "a densidade de olhares, podendo vivenciar o presente sentido de a proximidade como

elemento comunidade e visitante, e a possibilidade de apontar políticas de aculturação para alavancar o turismo”, pudesse evidenciar a diversidade existente, propostas de fundamental importância em relação a uma resposta positiva, embora não se possa definir uma política pública federal com o turismo de base comunitária.

Conforme Santos Júnior (2006), há uma preocupação com a floresta secundária destruída, restando poucos remanescentes primitivos e elementos étnicos únicos: os indígenas, e o turismo inadequado e sem ser feito em bases sustentáveis pode adicionar negativamente com impactos no solo, no ecossistema, etc.

1.1 Contextualizando Roraima no Turismo de Pesca Esportiva: Um Breve Relato Histórico

Segundo Silva e Silva (2005, p. 13), o Estado de Roraima foi criado com a constituição de 1988, sendo que desde 1943 detinha o *status* de Território Federal, e antes dessa data fazia parte do Estado do Amazonas, sendo que todo o espaço de Roraima correspondia aos municípios de Moura e Barcelos.

Roraima abriga em seu território extensas áreas de floresta tropical e as belas savanas amazônicas, conhecidas regionalmente como lavrados. Possui, ainda, rios em abundância, com cachoeiras, corredeiras e praias apropriadas ao ecoturismo. O Estado tem a maior parte de seu território acima da linha do Equador.

O Estado selecionou duas regiões para receber os investimentos do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - Proecotur: o nordeste do estado, onde está o Parque Nacional do Monte Roraima e os lavrados roraimenses; e a área de Caracaraí, cidade localizada às margens do rio Branco, o principal do estado. O Parque Nacional do Monte Roraima está no ponto mais setentrional do país, a Serra do Caburaí, próxima à tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana (Boas, 2008, p. 37).

O parque ostenta formações geológicas de rara beleza, envolvidas por florestas, e acolhe nascentes de rios importantes da região, como o Cotingo, que exibe várias quedas d'água ao longo de seu curso. Nas rochas do parque é possível ver também registros de povos pré-históricos que habitaram a região. Segundo o Guia Roraima (2010), o Monte Roraima é um dos pontos mais elevados do país, com 2.875 metros de altitude. Próximos ao parque estão o município de Uiramutã e a Serra do Sol, outro ponto culminante, com 2.400 metros de altitude.

Ao sul do Parque Nacional está a Serra do Tepequém, encravada no lavrado roraimense, no município de Amajari. Trata-se de uma formação vulcânica, em cujo topo há uma cratera onde funcionou o primeiro garimpo de diamantes do estado. O antigo caminho usado pelos garimpeiros para subir seus 1.400 metros de altitude funciona hoje como uma trilha para apreciadores de *trekking*.

Estando situada em uma região de nascentes, a Serra do Tepequém tem ainda as cachoeiras do Paiva e do Funil como atrativos adicionais (Guia Roraima, 2010).

Para a compreensão do desenvolvimento do turismo em Roraima, assim como a pesca esportiva ou turismo de pesca. Requer uma análise entendendo a importância da pesca para o Estado, que vai além de uma simples atividade econômica e compreende os aspectos sociais e culturais da região.

Nesse sentido é importante perceber que desde o início da humanidade, a pesca vem sendo praticada como uma atividade de subsistência do homem e em Roraima assim como em toda a Amazônia não é diferente.

O instinto de sobrevivência fez com que o ser humano buscasse na natureza alimentos saudáveis e fartos, e por meio da pesca também encontrou o que necessitava. Métodos e técnicas foram desenvolvidos com o intuito de entender cada vez mais o comportamento dos peixes e facilitar sua captura. Com o passar dos anos, o ser humano foi modificando o seu modo de vida e a sua relação com o meio ambiente.

Com essas mudanças, a pesca assumiu valores diferentes e passou a representar, além de um meio de subsistência, uma importante alternativa de lazer. Daí a ser considerado um esporte e um segmento econômico, foi só uma questão de tempo.

Conforme a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima a pesca é atualmente uma das principais atividades econômicas do Estado, geradora de empregos e renda.

Além de ser uma importante atividade de subsistência para as comunidades tradicionais existentes na região. Além de sua notada relevância para a sustentação da população, a pesca predatória é também uma grande fonte de inspiração da cultura local, que diariamente se renova no vai e vem das embarcações, acompanhando o ritmo dos ciclos naturais do ensinamento passado de geração em geração (SEPLAN, 2001, p. 08).

Entre os setores que fomentam a economia de Roraima destacam-se a agropecuária, o setor madeireiro, a pesca, funcionalismo público, e nos últimos anos o crescente aumento do setor turístico (Fecomercio, 2003, p. 01).

Pode-se dizer que o turismo de pesca em Roraima se desenvolve a partir da visita de brasileiros e estrangeiros que vem em busca da prática da pesca esportiva terminam por fazer outros tipos de passeios, como navegar pelos rios e igarapés, onde se pode avistar a variada fauna da região, sobretudo de pássaros.

Nos roteiros ecológicos voltados para o turismo sustentável no Estado, os visitantes experimentam o contato direto com a natureza. Os passeios em canoa motorizada oferecem ao visitante a oportunidade de adentrar na floresta, com possibilidades de observação de diversas espécies animais e vegetais típicos desse ecossistema. O turismo em Roraima possibilita uma relação direta com os ribeirinhos do Baixo Rio Branco podendo conhecer sua cultura expressada na agricultura, o extrativismo, na caça e na pesca. Assim, é possível através do turismo visitar comunidades para observar o cotidiano dessas populações.

Ressalta-se que o portão de entrada do pólo de Roraima para toda atividade econômica é a capital Boa Vista que conta com aeroporto internacional. Roraima é percorrido de norte a sul pela rodovia BR-174, que, partindo de Manaus (AM) passa pela Capital e chega até a fronteira com a Venezuela, onde se conecta com outra estrada que vai até o Caribe venezuelano. Entre Manaus e Boa Vista, são 785 quilômetros de estradas.

No Estado percebe-se visivelmente a prática formal do turismo principalmente nas regiões da Serra do Tepequém e Monte Roraima. Com relação à prática do turismo de pesca, o mesmo ocorre no Estado há pouco tempo sendo aplicado muito das vezes pelo setor privado, com destaque para a região do Baixo Rio Branco que recebe mensalmente dezenas de turistas estrangeiros (SEPLAN, 2001).

Porém, mesmo Roraima dispondo de um grande acervo para essa atividade, que pode vir a ser uma das novas medidas de desenvolvimento para o Estado, percebe-se que o turismo não beneficia diretamente a comunidade local.

1.2 Caracarái no Contexto da Pesca Esportiva

O município de Caracarái, no Estado de Roraima, rico em biodiversidade, apresenta características favoráveis e um grande potencial para a atividade que nos momentos de folga podem optar por viagens para contemplar o meio ambiente natural, a flora e a fauna no Brasil e no mundo, no segmento da pesca esportiva pode ser praticada nos lagos e igarapés do Rio Branco, principal bacia hidrográfica do Estado.

1.3 Objetivos e Perguntas-Pesquisa

1.3.1 Diante dos questionamentos e abordagens aqui propostas, a pesquisa tem como objetivo

- ✓ Apresentar o perfil dos grupos envolvidos com a pesca esportiva;
- ✓ Apresentar o perfil das comunidades de pescadores do Baixo Rio Branco;

- ✓ Apresentar o contexto e a percepção dos residentes do Baixo Rio Branco, bem como dos empresários atuantes no município de Caracarái sobre a pesca esportiva e suas potencialidades para o turismo e o desenvolvimento local;
- ✓ Identificar qual a viabilidade de a pesca esportiva se tornar uma atividade econômica alternativa para os pescadores profissionais ter uma renda durante o período do defeso, também conhecido como piracema, que é o período da desova dos peixes.

1.3.2 Perguntas-Pesquisa Principais

As perguntas-pesquisa tem por finalidade serem norteadoras desta investigação, servindo de guia e de orientação para a manutenção do foco e das abordagens aqui propostas, são elas:

- i. Qual é o perfil, contexto e a percepção dos grupos envolvidos com as atividades de pesca e turismo no município de Caracarái?
- ii. Como a pesca esportiva pode vir a ocorrer em contraposição à pesca profissional, que possui grande impacto nas espécies, portanto, pode ser considerada predatória, e assim amenizar os impactos negativos no meio ambiente?

1.4 Justificativa

Para alcançar os objetivos propostos, faz-se necessário informar, sensibilizar, e introduzir os empresários de pesca, os pescadores locais e respectivas comunidades, ao desenvolvimento de um novo conceito de atividade turística, nos rios amazônicos, centrados na 'pesca esportiva' de baixo impacto ambiental e com a soltura do peixe fígado; um segmento que sirva de alternativa à pesca profissional, predatória em particular, durante o período do defeso.

O que se almeja para o município é um tipo de desenvolvimento e gestão de um turismo de pesca esportiva como opção de lazer, inclusive promovendo-se, por exemplo, a 'pesca competitiva' como estratégia para driblar a sazonalidade turística na baixa temporada, tendo em vista que se pode pescar em qualquer período do ano.

O que se propõe é que este tipo de atividade seja de base participativa, sensibilizando os pescadores profissionais locais a se engajarem neste tipo de pesca, servindo como guias e dando orientações aos turistas. A pesca esportiva possui, portanto, um papel ampliado de relevância socioambiental e educativo uma vez que também propicia a conscientização dos ribeirinhos ao por em evidencia a importância de se preservar as espécies aquáticas tão essenciais para a segurança alimentar das comunidades.

1.6 A Pesquisa Dividida em Quatro Capítulos

O primeiro capítulo refere-se à introdução e apresentação deste trabalho. O segundo capítulo aborda os aportes teóricos que fundamentam pesquisa apresentando as bases conceituais do turismo de pesca e suas classificações, no Brasil, no Estado de Roraima e no município de Caracaraí, na região do Baixo Rio Branco, demonstrando a potencialidade turística da pesca esportiva.

O terceiro capítulo descreve a metodologia da pesquisa que se caracteriza, segundo Gil (2002, p. 42), como descritiva, pois a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, e apresentado através dos métodos qualitativos e quantitativos os resultado da pesquisa expresso em gráficos. Utilizou-se como ferramentas questionários, entrevista e visita *in loco* para obtenção das informações coletadas junto aos pescadores profissionais e empresários locais do ramo da pesca esportiva em Caracaraí, e na secretaria de meio ambiente e turismo do município do município.

O quarto capítulo apresenta os resultados e discussões da pesquisa realizada na sede do município com os pescadores e empresários envolvidos com o turismo de pesca esportiva, averiguando-se o potencial desse segmento turístico para o município de Caracaraí.

Devido às diversas espécies de peixes, o fácil acesso ao principal rio e aos demais existentes no município, a atividade é promissora e passível de prática em longo prazo, no tanto, o planejamento e o desenvolvimento do turismo de pesca esportiva precisam ser feitos de forma participativa, pescadores e empresários.

2.0 Fundamentação Teórica

2.1 Breve Análise da História do Turismo: Bases Conceituais.

O turismo na história surgiu a partir do século XIX com desenvolvimento da atividade mercadológica no setor devido às conseqüências da Segunda Guerra Mundial que foram determinantes para a produtividade empresarial, ao poder de compra das populações, pois havia o clima de restauração de paz no mundo (Ruschmann, 1997, p. 13).

Conforme Dencker (2004), a definição de Turismo entre os estudiosos é de difícil consenso para análise de seu sistema sendo investigado por várias áreas como a psicologia, antropologia, sociologia, economia, administração, geografia, direito, ecologia entre outros, desse modo o fenômeno do turismo revela-se ser multidisciplinar.

De acordo com a definição da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, OMT, o conceito mais apropriado para a atividade pode ser compreendida da seguinte maneira, "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em

lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros” (Brasil, 2008, p. 03).

Segundo Beni (2003, p.13), o turismo está diretamente ligado ao processo de globalização que ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial onde as ciências humanas e sociais redefiniram conceitos ao novo modo de pensar das sociedades que precisavam defender suas barreiras de mercado, sua cultura, para poder estreitar suas relações além das barreiras territoriais.

De acordo com Scorsato (2006, p.84), o turismo é uma atividade que exige o melhor e sempre um bem-receber, em qualquer local em que o turista esteja espera que seja em uma pousada, em um restaurante, no transporte, na casa de amigos ou parentes, nessas situações as cidades que querem desenvolver o turismo tem que aceitar, com o objetivo de se entreter, passar momentos felizes, buscar encontrar algo prazeroso na viagem, seja por meio da boa prestação de serviços, seja pelo inevitável encontro com o outro, seja para conhecer a natureza ou simplesmente as novidades do lugar.

Segundo Brasil (2008), toda forma de turismo pode propiciar um aumento em nível municipal de seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural, se for conduzido com um planejamento de novos espaços adequado, mostrando seus costumes e às características biológicas, físicas, econômicas e sociais da localidade em que o turismo precisa conquistar dando respostas às novas tendências como o turismo de pesca esportiva como a principal atração.

Nesse sentido, a vocação turística do Brasil torna-se inegável, pois o país é um celeiro rico em cultura, fruto de uma miscigenação em termos culturais, oriunda da nossa rica colonização, resultando numa diversidade de raças e costumes que atraem pessoas do mundo todo. Na pesca esportiva não é diferente, pois os turistas podem obter conhecimento cultural ao se relacionar com os anfitriões do lugar onde são recebidos. O Brasil é reconhecido pela sua hospitalidade, um elemento que se mostra uma vantagem relativa, o que faz com que o turismo no país tenha grandes possibilidades de expansão.

O turismo caracteriza-se, desde a metade do século passado, como uma das principais atividades econômicas do mundo. Os impactos positivos da atividade turística em relação à economia já são mais do que conhecidas pelos estudiosos e profissionais da área tendem a minimizar, ocorre características negativas, acontece quando o turismo é desenvolvido de forma desordenada e sem planejamento, toda a comunidade é penalizada por certa segmentação que é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de mostrar oferta, sem ter o cuidado com a demanda.

Alguns elementos devem ser considerados para a ordenação e o planejamento do turismo, particularmente, o contexto e as particularidades de certas regiões, inclusive suas características favoráveis para o turismo de pesca esportiva, entre elas:

- ✓ A partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo conforme (Brasil, 2006, p. 13) cuja identidade pode ser conferida pela existência.
- ✓ Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé);
- ✓ Aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais);
- ✓ Determinados serviços e infraestruturas (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer).

Segundo Andrade (2004, p. 44-45), 'excursionista' é para se designar quem viaja e permanece em uma localidade receptiva, que não seja sua residência fixa ou habitual. Já 'visitante' refere-se ao turismo interno efetuado em transporte terrestre ou aéreo. Essa é a distinção feita por Andrade nas definições entre 'excursionista' e 'visitante'.

Já o termo 'turista' pode ser definido como o visitante temporário que permanece pelo menos vinte e quatro horas no país de destino (visitado), sendo o turista podendo ficar até um ano no local desejado, cuja finalidade da viagem pode ser classificada de acordo com as seguintes categorias e motivações: lazer, férias, saúde, estudo, religião, esporte, negócios, família, missões e conferências.

Excursionistas são visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas no destino visitado, incluindo viajantes de cruzeiros marítimos, (Beni, 1997, p.35).

Na visão de Andrade (2004) e Beni (1997), tanto o turista quanto o excursionista e visitantes são pessoas que fazem percursos de pouca duração quanto ao deslocamento para outros locais independente qual for o motivo sendo com permanência entre vinte e quatro horas ou mais. Na história do turismo, não se pode deixar de citar a figura de Thomas Cook, considerado o pai do turismo de excursão, pois foi ele que realizou as primeiras viagens em grupos na Inglaterra em 1841.

2.2 Turismo e suas Classificações

De acordo com Brasil (2001, p.23), os segmentos e classificações turísticas podem ser determinados a partir dos elementos de identidade, oferta e também por certas características. Abaixo algumas definições para turismo sustentável e turismo de pesca, as duas principais preocupações e objeto de investigação deste estudo, sendo que 'sustentabilidade' é o "pano de fundo" em termos de preocupação ambiental em relação à pesca esportiva:

- I. **Turismo sustentável** – Segundo BRASIL (2001), mais do que um tipo, é um jeito de planejar a atividade

turística, proporcionando a revitalização local, o resgate da autoestima, geração de empregos para a população. Tudo isso organizado para favorecer a preservação ambiental e das demais estruturas da região (o Patrimônio Cultural, a organização de eventos etc.). A participação da comunidade facilita a identificação de oportunidades de trabalho e qualificação profissional (Brasil, 2001);

- II. **Turismo de pesca** - Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora. As atividades turísticas que se efetivam em função da prática da pesca amadora: operação e agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, recepção, recreação e entretenimento, eventos e atividades complementares.

As definições de Beni (1997) para os diversos seguimentos de turismo também foram consideradas pelo autor como parte da revisão da literatura sobre tipologia em turismo, entre as principais definições, discorreu-se sobre as que se seguem abaixo, pois possuem vínculos diretos e indiretos com a pesca esportiva:

- i. **Turismo de saúde** – viagens que visam a melhorar a saúde do visitante através de um programa médico ou atrativo natural da região;
- ii. **Turismo rural** – associa atividades naturais culturais típicas do meio rural, como andar a cavalo, pesca etc. ocorre em sítios e fazendas;
- iii. **Turismo de negócios** – viagens para reuniões de negócios. Geralmente são viagens rápidas e que requerem serviços especializados (secretarias, office-boys, tradutores etc.);
- iv. **Turismo de terceira idade** – oferece passeios e programas especiais para idosos;
- v. **Turismo de incentivos** – viagens de lazer oferecidas como prêmios aos funcionários de uma empresa;
- vi. **Turismo de eventos** – turistas atraídos por um evento de qualquer espécie: profissional (congresso), cultural (festas, exposições) etc. é um segmento dos mais rentáveis em turismo, gerando um grande número de empregos diretos e indiretos para a população;
- vii. **Turismo cultural** – motivados pela cultura de um lugar como festas religiosas, construções históricas etc.;
- viii. **Ecoturismo** – motivado por atrativos naturais, como praias e cachoeiras. Exige uma infraestrutura específica, de guias especializados e orientações ao turista, para garantir a preservação ambiental.

Na seção a seguir, serão discutidos os principais aspectos sobre o turismo de pesca e da pesca esportiva no Brasil tendo como base um relato histórico e as principais leis que normatizam e regulamentam essa atividade no país, e essa leitura se faz necessária como parte da revisão da literatura a fim de se entender o arcabouço legal que permeia a pesca esportiva, portanto, fundamental à problematização do tema.

2.3 – Turismo de Pesca: Pesca Esportiva no Brasil

A construção do marco conceitual de Turismo de Pesca fundamenta-se em dois aspectos principais: os movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos, em razão da presença de espécimes singulares de peixes; e o perfil do turista de pesca, em função de sua motivação caracterizada pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável, de acordo com as peculiaridades das duas atividades – pesca e turismo – e com as legislações que as regem.

No Brasil, o primeiro documento direcionado à pesca foi o Decreto n.º 447, de 19 de maio de 1846 (revogado), com permissão de regulamentar a pesca, a embarcações catalogadas e aos pescadores devidamente matriculados. Pondo a pesca esportiva como e suas modalidades (BRASIL, 2008, p. 32).

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967, conceituou e regulamentou a atividade de pesca, classificando-a de acordo com sua finalidade – “Pesca é todo ato tendente a capturar ou extrair elementos, animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida”, podendo a pesca efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos:

- i. **Pesca comercial** - atos de comércio na forma da legislação em vigor.
- ii. **Pesca desportiva** - praticada com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho permitidos por autoridade competente e que não seja como atividade comercial.
- iii. **Pesca científica** - exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim.
- iv. **Pesca amadora** - O licenciamento é a forma de controlar a exploração dos recursos pesqueiros e implementação de planos e gestão para fiscalizar garantir os estoques.

Deste modo se entende que a pesca esportiva regulamentada através de decretos é uma atividade do quais turistas, poder público e meio privado possa exercer desde que se faça de maneira correta com técnicas de sustentabilidade possa promover o bem estar das populações e dos biomas.

A implantação do Ministério da Pesca em 2003 sob a lei de nº 10.683. Rege a efetivação de políticas para o fomento da atividade de pesca e aquicultura. Para a Amazônia foi criado o projeto Amazônia Aquicultura e Pesca- Plano de Desenvolvimento Sustentável a fim de estimular a criação de peixes em cativeiros para a conservação das espécies nativas preservando-as. O foco também se restringe em proteger a floresta das extrações de madeira e pecuária extensiva já que este é o meio de trabalho e renda de muitos residentes no lugar.

A licença é obrigatória para a utilização de molinete/carretilha ou pesca embarcada e pode ser solicitada em diferentes postos de atendimento como: Gerência Executiva e Escritórios Regionais do IBAMA, bancos, lotéricas, lojas de pesca, entre outros, em todas as Unidades da Federação.

A licença deve ser apresentada acompanhada do respectivo comprovante de pagamento e do documento de identidade do pescador. Licenciando-se, o pescador está garantindo a prática legal da atividade válida em todo o território nacional. As normas estaduais, mesmo assim, devem ser respeitadas (Brasil, 2008, p. 23,).

Agripa e Krischke (2006) frisam que vários aspectos institucionais das políticas de sustentabilidade, considerando-se as origens sociais dos grupos, das comunidades, e da luta deles para a melhoria da qualidade de vida e para a garantia de uma fonte alimentar mais estável, represente elementos essenciais a serem trabalhados na busca por uma sustentabilidade.

No entanto, as práticas e visões de orientação sustentável dependem também do fortalecimento das políticas ambientais, uma mudança de paradigma que se fortaleceu após a realização do Encontro Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, em que cinco principais documentos foram aprovados tendo dezenas de países signatários dos mesmos visando a acatar os novos desafios socioambientais a serem enfrentados pelos chefes de estado e pela humanidade como um todo.

A disposição cultural de governos, mercado e setores da sociedade civil, na análise de suas origens e conseqüências práticas de implementação que parece haver uma perspectiva inversa de consenso, qual seja a de que os países ricos sejam os líderes na busca pelas respostas - ações, estratégias, inovação e tecnologia - que tornem a idealização da sustentabilidade algo realizável, viável e efetivo na redução dos impactos negativos causados pelo homem em escala global.

Assim, diante da luta de defesa pelo meio ambiente, em 2005, o Tratado de Kioto foi assinado, com um compromisso por parte dos países industrializados e daqueles em via de desenvolvimento para a redução da emissão de gases poluentes, um tema polêmico devido às resistências dos Estados Unidos de diminuir seus índices de emissão de poluentes sob o pretexto de que isso afetaria a economia do país.

Nota-se, portanto, que em quase todos os setores cresce a preocupação com os recursos naturais, sua preservação e conservação, em razão do aumento da conscientização ambiental e das ações de vários governos para resolver o problema, particularmente após a ECO-92, e, guiando-se pelas recomendações da Agenda 21. E com essa tendência mundial, a pesca esportiva não poderia ficar de fora devido à necessidade de se ter práticas mais sustentáveis para as comunidades e grupos residentes em áreas de inestimável valor ambiental.

Em diversos países, praticantes de pesca esportiva são considerados aliados dos ambientalistas, porque têm interesse na preservação das espécies mais cobiçadas e ajudam a fiscalizar os chamados 'paraísos ecológicos'. No Brasil, pescadores e ecologistas estão caminhando para campos opostos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), atualmente papel que cabe também ao ICMBio em unidades de conservação no país, quer transformar algumas áreas do litoral atualmente considerada de relevante interesse ecológico em parques nacionais.

Traduzindo em outras palavras, mais do que limitar a pesca comercial em lugares que hoje podem ser visitados livremente, pretende-se converter essas regiões em áreas fechadas, às quais só operadores credenciados poderão levar visitantes, proibindo qualquer tipo de pesca em quase toda a sua extensão.

Na legislação brasileira a pesca é regulamentada basicamente pelo Decreto-Lei nº 221, de 28/2/67 e posteriores alterações. No Estado de São Paulo, o Decreto nº 31.663, de 05/7/90, criou o Conselho Estadual da Pesca- CONPESC, com atribuição entre outras de implantar o Plano Estadual da Pesca, observando as políticas agrícolas e ambientes (Zimmermann, 2007, p. 33).

Existem aspectos que são específicos do Turismo de Pesca, como barcos-hotéis, restaurantes flutuantes, condutores/guias de pesca, embarcações em geral, equipamentos turísticos que demandam de pessoas especializadas e uma estrutura que possa vir a acolher o visitante em seus propósitos de viagem. Esse tipo de estrutura montada para a pesca esportiva faz movimentar a economia com geração de empregos e de renda para os residentes locais.

O 'turismo de pesca' vem se destacando como opção de desenvolvimento para determinadas regiões, especialmente pela capacidade de promover a conservação dos recursos naturais nos destinos turísticos. Para tanto, a integração do setor deve ocorrer orquestrando-se ações com os mais variados atores:

O planejamento e a operacionalização desse segmento devem ocorrer de forma integrada – gestores públicos de turismo, órgãos oficiais de meio ambiente, comunidades locais, prestadores de serviços turísticos e vários outros parceiros (Ministério do Turismo, 2008, p.39).

De acordo com Zimermann (2007), a pesca esportiva pode se tornar enorme fonte de renda para o Estado por meio de impostos, ressaltando que: a pesca esportiva incentiva o desenvolvimento dos chamados “pesqueiros”, ou seja, locais especialmente projetados para a prática da pesca esportiva, onde milhares de pessoas podem passar horas de lazer trazendo assim novas formas econômicas. Deve ainda ser aproveitada também como uma das atividades de suporte ao desenvolvimento sustentável, pois está diretamente ligado à necessidade de preservação dos rios, lagos, açudes e represas, das espécies de peixes, inclusive para a sua própria continuidade.

Por estes motivos deve-se dar atenção e se desenvolver esta importantíssima fonte de prazer e de renda, aperfeiçoando-a principalmente na modalidade pesque e solte Zimermann (2007, p. 36).

Como o próprio nome diz, o ‘pesque e solte’ é o ato de pescar, capturar o peixe, admirá-lo, fotografá-lo e devolvê-lo à água em perfeitas condições de sobrevivência. É fundamental entender que na pesca esportiva o maior atrativo do turista pescador é o peixe, de preferência em quantidade e de bom tamanho. E a pesca esportiva de fisgar e soltar novamente o peixe na água tem um viés ecológico, apesar de que esse procedimento acaba ferindo o peixe em diferentes graus e lesões.

Mas a atitude de devolver o peixe com vida à água, independentemente de estar dentro ou não das medidas estabelecidas pela legislação, deve ser praticada por todas as pessoas que dependem da manutenção da pesca esportiva, como garantia de lazer ou emprego (PNDPA - Programa Nacional Desenvolvimento da Pesca Amadora, 2010).

A esportiva é uma modalidade de pesca amadora, a portaria nº 4 de 10 de março de 2009 do IBAMA – que estabelece normas gerais para exercício da pesca amadora em todo território - no artigo 2º.:

- I - Pesca Amadora – aquela praticada por brasileiros ou estrangeiros com a finalidade de lazer , turismo e desporto , sem finalidade comercial;
- II - Pesca Esportiva – modalidade de pesca por brasileiros em que é obrigatória a prática do pesque e solte, sendo verdadeiro o direito à cota de transporte de pescadores, prevista na legislação.

Este decreto- lei é praticamente revogada com o surgimento da lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 , que estabelece o novo marco para a pesca e aquicultura brasileira ao dispor sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca . Dessa forma, atualiza e moderniza os princípios que discutem a pesca e a aquicultura inclusive a pesca amadora .

E na seção I. Definido no artigo 8º classifica pesca como sendo ‘comercial’ e ‘não comercial’:

Comercial:

Artesanal: quando praticada diretamente por pescadores profissionais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com menos de produção próprios ou mediante contrato de parceria , desembarco, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

Indústria: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parcela por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno , médio ou grande porte , com finalidade comercial.

Não Comercial:

Científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com finalidade de pesquisa científica;

Amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legalização específica , tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

De subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e com a utilização de petrechos previstos em legislação específica.

A proposta deve contemplar os objetivos da atividade turística de promover o desenvolvimento para beneficiar as comunidades receptoras, incentivar a conservação do ambiente e atender às expectativas do turista pescador. Segundo dados da EMBRATUR (2005), a pesca e o turismo são duas vocações do Brasil que podem ser potencializadas mediante aos seguintes fatores:

Se trabalhadas conjuntamente, haja vista a dimensão territorial, extensão costeira e hídrica e a diversidade de ictiofauna do país. Embora existam relatos da atividade de pesca com finalidade de lazer no Brasil desde meados do século XX, somente a partir de 1998 passou a ser trabalhado oficialmente como um segmento turístico, com o incentivo do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDPA, executado pelo Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (p. 25).

2.5 Turismo de Pesca: Potencialidade Turística da Pesca Esportiva no Município de Caracaraí

Conforme Freitas (1997, p. 88), o município de Caracaraí foi criado pela Lei Federal nº 2.495, de 27 de Maio de 1955, com território desmembrado dos municípios de Boa Vista e Catrimani. Ocupa a maior área do Estado de Roraima com área de 47.623,6 Km², com participação em relação ao Estado de 21,15%, apresenta uma população 18.384 habitantes e densidade demográfica (hab./Km²) de 0,38 IBGE, (2010), sendo que 10.910 pessoas residem na sede. Seu

Índice de Desenvolvimento Humano municipal, IDHm, é de 0,702 sendo considerado de nível médio pela escala do PNUD (2000, p. 3). O município de Caracaraí limita-se ao Norte com Iracema, Cantá e Bonfim, ao Sul com Rorainópolis, São João da Baliza e São Luis do Anauá, a Leste com Caroebe e República da Guiana e ao Oeste com o estado do Amazonas.

Segundo informações do Relatório com Informações Socioeconômicas de Caracaraí de 2010, elaborado pela SEPLAN-RR, o distrito-sede de Caracaraí, desde sua fundação tem a vocação portuária do Estado e se destaca por ser o maior pólo pesqueiro de Roraima. Outrora simples campo destinado ao embarque de bovinos, teve suas primeiras residências em 1900, sendo seus habitantes empregados ou vaqueiros do referido cidadão. Caracaraí, nome dado pelos indígenas a um pequeno gavião, comum na região, que deu origem ao nome do Município, apresenta características favoráveis ao desenvolvimento do turismo e diversas modalidades.



Fonte: IBAMA, 2007.

Figura 1.0- Vista Parcial da Sede do Município de Caracaraí.
Ao centro o prédio da Prefeitura e da Câmara.

As Corredeiras do Bem-Querer, localizada na margem direita do rio branco, no município de Caracaraí, é um dos principais pontos turísticos do da região; um equipamento turístico que dispõe de uma infraestrutura razoável e estrutura edificada que tem condições de receber o visitante atendendo-o nas necessidades básicas de alimentação, hospedagem, trilhas, passeios guiados, e banhos no rio, etc.

O local possui área de camping e restaurante, apresenta uma beleza exuberante; e as corredeiras atraem os adeptos de canoagem, caiaque e da pesca esportiva; há grande potencial turístico. Contudo, o local encontra-se ameaçado com os planos do governo estadual e federal de construir uma hidrelétrica cujo lago a ser formado inundará e fará desaparecer as Corredeiras do Bem Querer. Os ambientalistas estão lutando contra a construção dessa barragem, sendo que o projeto já foi aprovado.

Bem próximo à sede de Caracaraí encontra-se o Complexo Ecoturístico Ilha do Jaru, distante a 10 minutos de barco pequeno, mas que lamentavelmente se encontra atualmente desativada; o local possuía uma das infraestruturas mais completas do turismo de natureza em Roraima, de chalés, áreas de camping, restaurantes, quadra poliesportiva, trilhas ecológicas e passeios de barco pela área que é de uma beleza natural (Inventário de Caracaraí, 2009, p. 05). Parte dessa estrutura encontra-se abandonada no local que ainda é visitado por alguns residentes do município para banhos e pesca.

Tudo indica que a Secretaria do Meio Ambiente e Turismo de Caracaraí na gestão atual, de 2013 – 2016 não ter interesse em revitalizar e promover a Ilha, em particular, a estrutura e equipamentos já existentes, optando por possivelmente repassar a área para a Marinha, conforme informado pelo Secretário da Pasta.



Fonte: Inventário de Caracaraí, 2009.

Figura 2.0 - Imagem aérea da ilha do Jarú e as Corredeiras do Bem-Querer



Fonte: Inventário de Caracarái, 2009.

Figura 3.0- Área do Sítio e Corredeiras do Bem-Querer.

O município com suas belezas naturais e riquezas históricas e culturais tem um grande potencial turístico a ser desenvolvido, conta com uma grande riqueza cultural devido à miscigenação de raças e povos. Além disso, Caracarái é privilegiada com fauna e flora exuberantes, corredeiras, rios, igarapés, praias e ilhas que revelam belos atrativos turísticos naturais bastante admirados nacional e internacionalmente, e ainda belos Parques Nacionais e Estações Ecológicas.

Nesse contexto o título “o paraíso da pesca esportiva” cai como luva para o município de Caracarái, tendo em vista que nos últimos anos o município é uma das áreas mais procuradas por pescadores esportivos. Conta com hotéis de selva, situados no Baixo Rio Branco, disponibilizando inúmeras atividades a seus usuários como passeios, pescas, além da agradável e exuberante natureza, com a participação de pessoas das agrovilas ribeirinha como Sacai, Terra Preta, Lago Grande, Caicubí, Cachoeirinha, e Panacarica, que direta ou indiretamente estão envolvidas nessa atividade turística da pesca esportiva. Além dessas que são as principais áreas de coleta de dados para esta pesquisa, na Figura 6.0 são apresentadas outras Vilas e Comunidades do Baixo Rio Branco onde a pesca esportiva é praticada por empresários do ramo ou tem potencial para ser praticada.



Figura 4.0 – Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco. Na Foto a pesquisadora Eliane Inácio mostra o tamanho do pescado.

Visando ao desenvolvimento do turismo da pesca esportiva no município e a necessidade de proteção ambiental, foi criada e aprovada a Lei 0378/02 de 17 de novembro de 2002, cujos Artigos 1º e 2º versam e regulamentam a prática da pesca esportiva.

Art. 1º - Fica instituída a Licença de Pesca Esportiva da Área de Proteção Ambiental Xeriuini, de porte obrigatório para visitantes que tenham como fim a prática da pesca esportiva no interior de seus limites.

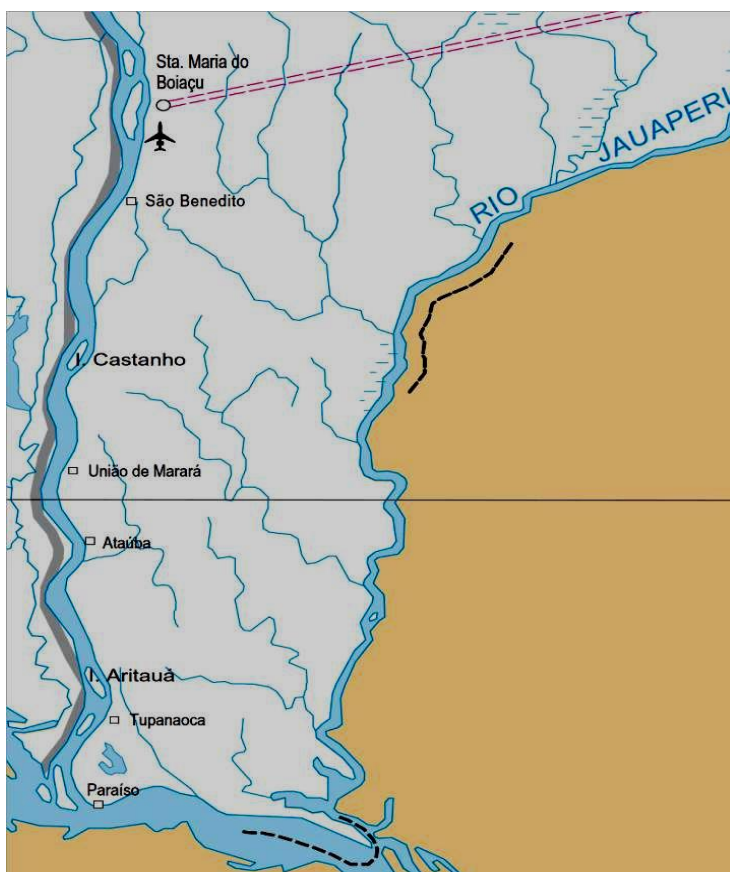
- ✓ A Licença de Pesca Esportiva terá a validade de seis meses a contar da data de sua emissão, devendo conter campos destinados à identificação do portador, e será validada mediante a apresentação de documento de identidade;
- ✓ O valor da Licença de Pesca Esportiva será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), recolhidos a crédito de conta específica do Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental - FUNDAM;
- ✓ São isentos do pagamento da Licença de Pesca Esportiva os menores de 14 anos e os maiores de 65 anos de idade que comprovarem essa condição.

Art. 2º - A receita oriunda da emissão de Licenças de Pesca Esportiva da Área de Proteção Ambiental Xeriuini destinar-se-á exclusivamente à organização, custeio e manutenção das atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental do município de Caracaraí-RR.

3.0 Procedimentos Metodológicos

3.1 Baixo Rio Branco: Local da Pesquisa e Coleta de Dados

Localizada no médio e baixo rio Branco, Caracaraí é a cidade porto do Estado de Roraima com grande acesso fluvial que permitiu que o município se desenvolvesse entre as décadas de 1960 a 1980. Atualmente o acesso mais viável e fácil se dá pela BR 174, e o Rio Branco que era então a principal via de acesso ao Estado do Amazonas, passa a ser visto pelo turismo local como a “menina dos olhos” para a atividade turística de pesca esportiva, no intuito de gerar renda para a sede do município e para as vilas ribeirinhas do Baixo Rio Branco, entre elas: Santa Maria do Boiaçu, São Benedito, União de Marará, Ataúba, Tupanaoca, e Paraíso.



Fonte: Encart Consultoria e Projetos, 2001.

Figura 5.0 – Mapa da região do Baixo Rio Branco, no município de Caracaraí, e algumas de suas respectivas comunidades onde a pesca esportiva é praticada ou tem potencial para ser desenvolvida.



Caracará é chamada de 'Cidade Porto' por ter sido o principal porto fluvial de embarque e desembarque de gado do Estado antes da pavimentação da BR-174 em novembro 1998. Atualmente, o transporte de produtos é feito, maiormente, por via aérea e terrestre, sendo que o porto tem sido usado para atender às demandas de embarque da Petrobrás e dos vários barcos de pequeno e médio porte de pescadores e de residentes do município.

Em relação aos recursos hidrográficos e o estoque pesqueiro, os rios, Branco, Anauá, Xeriuini, Jufari, Água Boa, Anauá, e Barauana apresentam grandes quantidades e espécies de peixe, sem contar com a beleza exuberante, todos com suas particularidades. Além desses, há outros rios de relevância para a pesca esportiva geralmente promovida e administrada por empresários do ramo; entre esses rios citamos: Macucuau, Lagos Homero, Massauí, e Tapera (Ver Fig.5).








A perspectiva para o turismo de pesca esportiva é feita a partir do pressuposto de que o município de Caracará apresenta um rio rico em diversidade de espécies de peixes, tais como: tucunaré, pirarara, piraiíba, filhote, entre outros.

O Quadro 1.0 apresenta as espécies de maior relevância na Bacia Amazônica, bem como os seus tamanhos mínimos para captura e transporte de acordo com as normas do IBAMA (Portarias IBAMA, números 08/96 e 01/01) e ICMBio. Além dos rios já citados aqui e que são as áreas principais onde estão localizadas as comunidades participantes da pesquisa, no Quadro 2.0 são apresentados detalhes dos aspectos de outros rios do Baixo Rio Branco em que a pesca esportiva vem sendo praticada.

Quadro 1.0 – Espécies de Peixes Encontradas na Bacia Amazônica e entre outras Bacias e os Tamanhos Mínimos de Captura e Transporte segundo Portarias do IBAMA

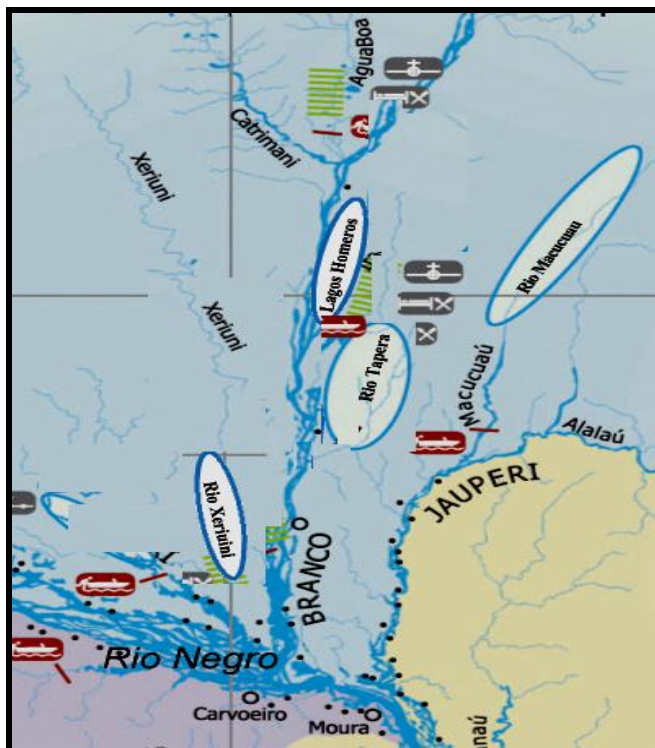
TIPOS DE PEIXE			Tamanho mínimo de pesca e Transporte em 'cm'
NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	IMAGEM	
Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>		44 cm
Aruanã	<i>Osteoglossum ferreirai</i>		40 cm

Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima

Cachara, Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>		80 cm
Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>		80 cm
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>		25 cm
Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>		90 cm
Piraíba, Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>		90 cm
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>		55 cm
Tucunaré	<i>Cichla ssp.</i>		25 cm
<p>Fonte: Adaptado do IBAMA e IPAAM, com fotos editadas de fontes diversas online. Autor: Ismar Lima, 2013.</p>			

Quadro 2.0 – Detalhes Hidrográficos, Espécies de Peixes, e Épocas do Ano Propícias à Pesca no Baixo Rio Branco, Caracará, Roraima.

Rio / Lago	Características Principais	Período de Pesca
Xeriuini	Um rio com águas ligeiramente escuras, e conhecido por ter um grande número de peixes chamados de ' <i>salaria pavo</i> ' (<i>peacock</i> , em inglês) com até 10 quilos.	Normalmente entre novembro e janeiro.
Tapera	Um rio também com águas turvas com excelente áreas para pesca onde se pode obter resultados satisfatórios mesmo fazendo uso apenas de técnicas convencionais. Pode-se fisgar até 100 peixes em condições favoráveis.	Entre janeiro e fevereiro.
Massaui	É um rio que deságua no Rio Negro por meio de canal, e, tecnicamente falando é um afluente do Negro. O rio sofre influências das cheias do Rio Branco, bem como pelas estiagens nos lavrados (savanas amazônicas). Bom estoque de peixes que podem chegar até 9 quilos cada.	Entre novembro e janeiro.
Macucuau	O rio Macucuau deságua no Jaupiri, sendo ambos afluentes do Rio negro, se visto pelo lado técnico do sistema hidrográfico regional. O rio ocupa uma área inter-fluvial em compartilhamento com afluentes do Rio Branco, o que influencia o ciclo das águas e dos estoques de peixes. É um rio bonito com praias de areias brancas.	A melhor época para pesca é entre novembro e fevereiro.
Lagos Homeros	É formado por um complexo de lagos de águas ligeiramente turvas que deságuam no Rio Branco. Os Lagos Homeros possuem um considerável estoque de ' <i>salaria pavo</i> ' (<i>peacocks</i>) que chegam a pesar 10 quilos.	A pesca é recomendada usualmente entre dezembro e março.
Fonte: Acuteangling.com, online. Créditos: Paul Reiss. Tradução própria (Ismar Lima, 2013).		



Fonte: Acuteangling.com, online. Créditos para Paul Reiss.

Figura 6.0 – Rios de Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco, Roraima.

3.2 Métodos

O processo de investigação se baseado em DENCKER, (2001, p. 41 e 52), Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo mostra a definição da montagem dos passos iniciais até chegar a montagem de um projeto pronto.

- ✓ Formulação do problema a investigação;
- ✓ Revisão das investigações e da literatura anterior;
- ✓ Fontes primárias;
- ✓ Fontes secundárias;
- ✓ Definições de conceitos, variáveis e hipóteses no entorno sistêmico do turismo;
- ✓ Seleção do processo de investigação;
- ✓ Planejamento da pesquisa;
- ✓ Conceitos;
- ✓ Importância do planejamento;
- ✓ Formulação de um projeto.

Um projeto de pesquisa qualitativo-quantitativa, com a adoção de técnicas e procedimentos de investigação em temas do turismo (Dencker, 2001).

3.3 Participantes

A pesquisa se caracteriza como qualitativa quantitativa de caráter descritiva segundo Gil (2002, p. 42) como descritiva, pois a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Utilizou-se da revisão bibliográfica, com o intuito de analisar o processo de evolução do turismo e suas modalidades com a finalidade de conhecer a realidade local e a potencialidade que possa vir a ter, e eleger os elementos que deveriam compor o plano perfil dos pescadores e empresários que desenvolvem a pesca esportiva na sede de Caracaraí, por ser o ponto de partida para o local desejado.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados e realização da pesquisa se deram através de visita *in loco*, artigo entrevistas e questionários aplicados nas associações de pescadores e nos sindicatos.

3.4 Procedimentos

Para obtenção de mais informações foram feitas visitas *in loco* nas comunidades ribeirinhas do baixo rio Branco que já trabalham com atividade de pesca esportiva e observação. Como de que forma é desenvolvido o turismo de pesca esportiva no local, e qual o grau de potencialidade que se pode obter com essa pratica da pesca esportiva nos rios do baixo rio Branco, que direta ou indiretamente são envolvidas no turismo de pesca esportiva, destacam-se as vilas Terra Preta, Lago Grande, Cachoeirinha, Caicubi, Sacai e Panacarica, essas agrovilas apresentam as mesmas características, o acesso que via fluvial, na alimentação é basicamente do que produzem e da caça e da pesca.

Primeira comunidade é Sacai, na margem direita do rio branco vila localizada em uma ilha, tem 54 (cinquenta e quatro) famílias, onde o acesso é fluvial. O abastecimento de água é diretamente do rio, através de bomba d'água individualmente, e poucas pessoas trabalham no ramo turístico na pesca esportiva, a comunidade alimenta-se basicamente do que produz.

Terra Preta localiza-se à margem do rio Amajaú, residem 37(trinta e sete) famílias, meios de locomoção, canoa, voadeira ou pequenos barcos de madeira motorizados, transportes individuais e de subsistência, tendo a base alimentar do que produz na agricultura da caça e pesca, e da extração de sementes que é vendido para Manaus AM. A principal vertente do setor é a área encontrada no turismo de pesca esportiva, o Zoneamento da micro-bacia do xeriuini, onde duas áreas de pesca ocupada por empresas do setor.

Lago Grande tem 08 (oito) famílias, uma área total aproximada de 8.829,99 m², esta agrovila é integrada a unidade de Conservação Municipal, APA xeriuini, criada pelo decreto 025/1999, de 8/12/1999, localizada, N: Agrovila de Terra Preta, S: Drenagem do Xeriuini L: rio xeriuini, W: terras estaduais, foz rio branco que dar acesso as principais cidades e mercado da região, Manaus, Barcelos e Caracaraí, afluente branquinho, atividade produtiva agricultura e atividade de extrativismo – frutos florestais e pescado tanto para o auto consumo, quanto ao mercado em expansão, alimentada pelo PIM e pelo turismo, as operadoras de turismo.

Caicubi é a maior comunidade constituída de 81 (oitenta e uma) famílias, tendo as mesmas características das demais comunidades, e esta localizada no rio amajaú. Também na APA do Xeriuini.

Vila Cachoeirinha localizada à margem do Rio Amajaú, sua população é total de 46(quarenta e seis) famílias, área total aproximada é de 161.818,69 m², integrada a Unidade de Conservação Municipal da APA Xeriuini, criada pelo decreto, 025/1999 de 8 de dezembro de 1999, por meio de comunicação radiofônica operada pelo governo estadual, e energia elétrica produzida por motor, atividades, agricultura, pecuária, extrativismo e pesca comercial, o turismo natural, em virtude a pesca fotográfica que vem crescendo gradativamente na região.

O Decreto nº 25, de 08 de dezembro de 1999 estabeleceu a área de proteção ambiental, conforme exposto a seguir:

Art 2º- Área de Proteção Ambiental Xeriuini, fica localizada no município de Caracaraí, com perímetro de setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa metros, encerrando uma área aproximada de um milhão, seiscentos, e setenta e um mil seiscentos e noventa e quatro hectares, em que mostra todos os pontos. Assim todas as comunidades estão nessa área da APA. Nesse perímetro trabalham Quatro empresas atuam com o turismo de pesca esportiva como mostra no mapa.

A pesquisa torna-se importante para que os pescadores, empresários, comunidade, e estudiosos interessados na temática possam conhecer e compreender a importância do turismo de pesca no município de Caracaraí. Dessa forma, a pesquisa busca oferecer um subsídio para a esfera administrativa do parque na elaboração de novas políticas públicas para o desenvolvimento do turismo de pesca esportiva na sede do município de Caracaraí, principalmente por que é o portão de entrada e o ponto de partida, para todas as localidades de difícil acesso para as vilas ribeirinhas do baixo rio branco

4.0 Resultados e Discussões

Esta Seção do Capítulo dedica-se a apresentar os resultados dos questionários e dos entrevistados em relação à prática e o potencial da pesca esportiva no município de Caracaraí. É importante ressaltar que a Seção é constituída de duas partes. A primeira diz respeito aos questionários aplicados a 100 respondentes, todos moradores ribeirinhos em vilas ou agrovilas no Baixo Rio Branco que praticam de alguma forma a pesca na região. A segunda parte da coleta diz respeito às entrevistas realizadas com 6 (seis) empresários do ramo no município. As respostas dos questionários com os ribeirinhos foram tabuladas e analisadas nas Tabelas de 1 a 12. Já os resultados e percentuais das entrevistas encontram-se nas Tabelas de 13 a 31.

PARTE I – TABULAÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS RIBEIRINHOS

4.1 Pesca Esportiva como Potencial Turístico em Caracaraí na Visão e Percepção dos Pescadores Profissionais sobre a Pesca Esportiva.

Para melhor compreensão dos resultados a respeito do potencial e desenvolvimento da pesca esportiva como geração de renda para o município de Caracaraí, traçou-se primeiramente um perfil socioeconômico dos pescadores profissionais da pesca no município. Os resultados sobre gênero, escolaridade, idade e renda familiar mensal dos respondentes do questionário são apresentados na Tabela 1.0.

Tabela 1.0 – Dados e porcentagem de indicações do perfil socioeconômico dos pescadores profissionais da pesca predatória no município. Dados pessoais (gênero, escolaridade, faixa etária, renda familiar)

Dados Pessoais Pescadores		(f)	(%)
Gênero	Homem	70	70
	Mulher	30	30
	Total	100	100
Escolaridade	Alfabetizado	26	26
	Não Alfabetizado	16	16
	Ensino Médio	20	20
	Ensino Fundamental	25	25
	Ensino Superior	-	-
	Nunca Frequentou	13	13

Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima

	Total	100	100
Faixa etária (idade)			
	18 – 20	04	4
	21 – 30	24	24
	31 – 40	34	34
	Mais de 40	38	38
	Total	100	100
Renda Familiar			
	Menos de 01 salário	06	6
	Um salário	35	35
	De 01 a 02 salários	34	34
	Mais de 03 salários	25	25
	Total	100	100

De acordo com os resultados, 70% dos pescadores entrevistados são do sexo masculino, e 30% do sexo feminino. Quanto ao nível de escolaridade dos pescadores, observa-se que 26% são alfabetizados ou analfabetos funcionais, 16% não são alfabetizados, sendo que 25% têm o ensino fundamental, e 20% possuem ensino médio, e 13% nunca frequentaram a escola, e pesquisa revela que não há nenhum ribeirinho abordado com nível superior. A faixa etária dos pescadores varia ente 18 a mais de 40 anos, com uma renda familiar mensal baixa onde 6% ganham menos de um salário mínimo, 35% um salário mínimo, 34% de um a dois salários, e 25% ganham mais de 3 (três) salários por mês.

Foi-se questionado o período de tempo em que a pessoa tinha atuando na pesca profissional no município de Caracaraí. Nota-se que 3% trabalham há menos de um ano, e que 30% atuam como pescadores profissionais compreendendo um período de 01 a 05 anos; 25% trabalham neste tipo de atividade entre 5 a 10 anos; e 42% já exercem a profissão há mais de 10 anos. Os detalhes estão na Tabela 2.0 a seguir:

Tabela 2.0 – Dados e porcentagem de indicações de período de tempo que tem como o pescador profissional no município de Caracaraí.

Há quanto tempo atua como pescador profissional ?	(f)	(%)
Menos de 01 ano	3	3
De 01 a 05 anos	30	30
De 05 a 10 anos	25	25
Mais de 10 anos	42	42
Total	100	100

Visando a obter um registro sobre alguma iniciativa em relação ao turismo de pesca entre os pescadores da pesca profissional para a

geração de renda local nos períodos de defeso, foi perguntado se o pescador alguma vez já fez ou foi convidado a participar de uma pesca esportiva. Obtendo os seguintes resultados, 42% disseram que 'Sim', justificando que foi interessante, mas não optariam pela atividade, e 58% responderam que 'Não'. Segundo **Tabela 3.0** abaixo:

Tabela 3.0 - Dados e porcentagem de indicações se o pescador alguma vez já fez ou foi convidado a participar de uma pesca esportiva.

Já participou de uma pesca esportiva	(f)	(%)
Sim	42	42
Não	58	58
Total	100	100

A pesquisa questionou se o pescador se considera bem informado sobre a atividade turística de pesca esportiva? Os resultados apontam que apenas 10% sabem do que se trata a pesca esportiva, mas 'muito pouco', e 90% não se sentem bem informados de como funciona a pesca esportiva. Refira-se à Tabela 4.0 para os percentuais:

Tabela 4.0 - Dados e porcentagem de indicações se o pescador se considera bem informado sobre a atividade turística de pesca.

Você se considera bem informado sobre a atividade turística de pesca esportiva?	(f)	(%)
Sim	38	38
Não	62	62
Total	100	100

O município tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva? De acordo com os pescadores 97% afirmam que 'Sim', por causa variedades de peixes e pela potencialidade que o rio branco tem devido seu vários afluentes e 3% responderam 'Não', pois não sabem bem do que se trata de verdade. Como exposto pela Tabela 5.0 abaixo:

Tabela 5.0 - Dados e porcentagem de indicações se o município tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva.

O município tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva?	(f)	(%)
Sim	97	97
Não	03	3
Total	100	100

Qual a localidade no município de Caracaraí que apresenta o maior potencial para o turismo de pesca esportiva? Conforme os

pescadores, o maior potencial para a 'pesca esportiva' centra-se em alguns lugares específicos, entre eles a sede do município, bem como as Vilas de Sacaí Terra Preta, Lago Grande, Caicubí, Cachoeirinha e Panacarica. Com base nesse depoimento, foi perguntado aos pescadores se o turismo de pesca esportiva pode vir a ser uma alternativa para a sazonalidade da pesca profissional impactante no período de defeso.

Os resultados mostram que 78% dos pescadores afirmam que os pescadores são otimistas nesse sentido, respondendo 'Sim', pois pode gerar renda no período de defeso; já 22% acham que 'Não', pois o custo é muito alto; e, além disso, muitas famílias não teriam este capital para investir, e não há fomentos especiais ou carteira de créditos dos bancos por parte do governo para a atividade. De acordo com Tabela 6.0.

Tabela 6.0 - Dados e porcentagem de indicações se o turismo de pesca esportiva pode ser uma alternativa para a sazonalidade da pesca profissional no período de defeso.

O turismo de pesca esportiva pode ser uma alternativa para a sazonalidade da pesca profissional no período do defeso?	(f)	(%)
Sim	78	78
Não	22	22
Total	100	100

A pesquisa questionou se existe interesse por parte dos pescadores profissionais em realizar o turismo de pesca esportiva em Caracarái? Obtendo os seguintes resultados 59% responderam que 'Sim', pois é uma forma de gerar renda, mas 41% afirmaram que 'Não' porque os interesses dos pescadores estão voltados para pesca profissional, como pode ser averiguado na Tabela 7.0.

Tabela 7.0 - Dados e porcentagem de indicações se existe interesse por parte dos pescadores profissionais da pesca profissional, em realizar o turismo de pesca esportiva em Caracarái.

Existe interesse por parte dos pescadores profissionais, em realizar o turismo de pesca esportiva em Caracarái?	(f)	(%)
Sim	59	59
Não	41	41
Total	100	100

A pesquisa preocupou-se em saber dos pescadores profissionais a opinião deles sobre qos pontos positivos que o turismo de pesca poderia trazer para as comunidades no município Caracaraí? 62% responderam que geraria mais empregos diretos e indiretos porque eles poderiam contratar pessoas para trabalhar no setor, e 38% mencionaram a geração de renda extra (Tabela 8.0).

Tabela 8.0 - Dados e porcentagem sobre os pontos positivos que o turismo de pesca poderia trazer as comunidades no município de Caracaraí.

	(f)	(%)
Gerar de emprego	62	62
Gerar renda extra	38	38
Total	100	100

Quando os pescadores profissionais foram perguntados sobre quais os pontos negativos que o turismo de pesca esportiva poderia causar para as comunidades no município de Caracaraí, 44% disseram que a pesca é negativa porque eles só pescam nas áreas onde têm muitas espécies de peixes e a pesca esportiva impõe limites a eles, restringindo as áreas de atuação, especialmente aquelas de proteção ambiental.

Ou seja, os pecadores têm receio de perder renda, pois haveria uma redução no volume de peixe pescado. Mas, esse resultado é fruto de falta de informação e esclarecimentos sobre os recursos que circulam no meio empresarial da pesca esportiva cujos pacotes podem ser realmente lucrativos. Já 56% não apontaram nenhum ponto negativo para a atividade no município justamente por não terem uma noção precisa do que se refere e como funciona a pesca esportiva, segundo demonstra a Tabela 9.0.

Tabela 9.0 - Dados e porcentagem de indicações sobre quais os pontos negativos que o turismo de pesca esportiva pode causar a comunidade de Caracaraí.

	(f)	(%)
A pesca esportiva acontece em área de preservação	44	44
Não apontaram pontos negativos	56	56
Total	100	100

Diante dos resultados, a pesquisa buscou saber se o poder público já procurou alguma vez a Associação dos Pescadores para tratar sobre o turismo de pesca esportiva, e 19% dos respondentes afirmaram que 'Sim', inclusive por órgãos federais e do setor privado, entre eles: o IBAMA, SEBRAE, FEMACT, sendo que os empresários

locais já procuraram também a Associação, e 81% responderam que 'Nunca' foram procurados para falar sobre o assunto, conforme mostra a Tabela 10. Isso demonstra que algumas Vilas foram objeto de interesse institucional público e do setor privado para a prática da pesca esportiva/pesca artesanal.

Tabela 10 - Dados e porcentagem de indicações se o poder público já procurou alguma vez a Associação para tratar do assunto turismo de pesca esportiva.

	(f)	(%)
Sim	19	19
Não	81	81
Total	100	100

A pesquisa ainda indagou se o turismo de pesca esportiva tem a preocupação de respeitar as leis ambientais. De acordo com os entrevistados, 82% dos pescadores afirmam que 'Sim', porque os turistas têm muito cuidado com os peixes capturados e não jogam lixo no rio nem nas estradas, e 18% responderam que 'Não' (ver Tabela 11). Apesar de os pescadores das Vilas não terem tanta intimidade com a pesca esportiva, a resposta deles se baseia em experiências e convivências com os turistas que visitam aquelas localidades e demonstram zelo e postura ecológica em relação ao meio ambiente. É essa a impressão que os residentes têm dos turistas e isso se refletiu nos resultados da pergunta.

Tabela 11 - Dados e porcentagem sobre se o turismo de pesca esportiva tem ou não uma preocupação ecológica, um viés ambiental em respeito às leis que buscam assegurar a preservação e a conservação.

	(f)	(%)
Sim	82	82
Não	18	18
Total	100	100

Os pescadores foram ainda questionados se a atividade de turismo de pesca esportiva contribui ou beneficia economicamente a comunidade local.

65% responderam que 'Sim', pois os turistas deixam dinheiro no município e geram empregos contratando pessoas para trabalharem no ramo. Porém, 35% responderam que 'Não', pois não percebem nenhum benefício relacionado com a atividade no município, segundo informações disponíveis na Tabela 12.

Tabela 12 - Dados e porcentagem de indicações se a atividade de turismo de pesca esportiva contribui ou beneficia economicamente a comunidade local.

	(f)	(%)
Sim	65	65
Não	35	35
Total	100	100

Por fim, percebendo que o município de fato tem um potencial turístico para pesca esportiva e pode ser implementado como fonte de renda para os pescadores profissionais nos períodos do defeso, a pesquisa procurou saber quais as principais espécies de peixe explorado na pesca esportiva. Conforme os pescadores, as espécies mais exploradas são o tucunaré, piraíba, filhote e pirarara, destacando que o tucunaré é o mais procurado pelos turista. Para mais detalhes, refira-se ao Quadro 1.0 com as características das principais espécies de interesse para a pesca esportiva em Roraima.



Figura 7.0 – Ribeirinhos do Baixo Rio Branco, Caracarái, Roraima.



Figura 8.0 – Pesca dos Ribeirinhos e Visitantes no Baixo Rio Branco.

PARTE II - PERCEÇÃO E OPINIÃO DOS EMPRESÁRIOS DO RAMO DA PESCA ESPORTIVA SOBRE A ATIVIDADE E AS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ

Esta segunda parte da coleta de dados é centrada nas respostas de entrevistas feitas com os empresários atuantes no ramo da pesca esportiva e os resultados foram apresentados nas Tabelas de 13 a 31 a seguir. Foram ao todo seis empresários entrevistados, e as respostas deles servem para contrastar com as respostas dos pescadores e dos ribeirinhos.

4.1.2 - A Visão e Percepção dos Empresários Locais sobre o Potencial da Pesca Esportiva para o Turismo Especializado no Baixo Rio Branco, em Caracaraí.

Tabela 13: Dados e porcentagem de indicações se o município tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva

	(f)	(%)
O município tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva?		
Sim	06	100
Não	-	-
Total	06	100

A pesquisa indagou se o município de Caracaraí tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva, obtendo os

seguintes resultados onde todos os entrevistados responderam que sim somando assim um percentual de 100%.

Tabela 14: Dados e porcentagem sobre qual localidade no município de Caracará apresenta maior potencial para o turismo de pesca esportiva

	(f)	(%)
Baixo Rio Branco	02	33,36
Rio Anauá	01	16,66
Água Boa	01	16,66
Rio Xeruiní	01	16,66
Rio Jufarí	01	16,66
Total	06	100

Quando questionados sobre qual a localidade no município de Caracará apresenta maior potencial para o turismo de pesca esportiva, percebe-se que o Baixo Rio Branco aparece com 33,36% como a localidade com maior potencial turístico; seguido do Rio Anauá com 16,66%; Água Boa com 16,66%; Rio Xeriuini com 16,66%; e o Rio Jufarí com também 16,66%.

Tabela 15: O turismo de pesca esportiva pode vir a se tornar uma alternativa para a sazonalidade da pesca profissional durante o período de defeso/piracema?

	(f)	(%)
Sim	02	33,34
Não	04	66,66
Total	06	100

Com relação ao fato de o turismo de pesca esportiva tornar-se uma alternativa para a sazonalidade da pesca profissional durante o período de defeso, observou-se que 33,34% dizem que 'Sim', pois é um meio de o pescador profissional obter uma renda extra, e 66,66% responderam 'Não'.

Tabela 16: Você acredita que o Turismo propicia geração de renda para o município de Caracará e para suas comunidades?

	(f)	(%)
Confirmam a geração de emprego e renda	04	66,66
Não sabem	02	33,34
Total	06	100

Quando os empresários foram indagados sobre qual a contribuição em arrecadação que o turismo possibilita ao município ou à comunidade, muitos têm receio em responder, principalmente empresários do setor, mas conforme os dados tabulados percebe-se que 66,66% afirmaram que a arrecadação gira em torno de R\$ 300.000,00 mil reais por temporada, e esse montante gera empregos nas localidades e movimentando o comércio local, além de serem arrecadados impostos pela prefeitura Municipal e Estado. Já 33,34% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder.

Tabela 17: O turismo de pesca esportiva é bem visto pelo pescador profissional no município de Caracaraí?

		(f)	(%)
-Bem Aceito/Bem Visto	Sim	02	33,34
-Não muito Aceito/Mal Visto	Não	04	66,66
Total		06	100

Com relação se o turismo de pesca esportiva é bem visto pelo pescador profissional da pesca predatória no município de Caracaraí, a Tabela 17 demonstra que entre os entrevistados há divergências, pois 33,34% afirmam que 'Sim', e 66,66% mostram-se reticentes em relação à pesca esportiva, pois o ato de pescar e devolver o peixe ferido para a água preocupa, pois o mesmo pode vir a morrer horas depois.

Tabela 18: Existe interesse dos pescadores profissionais em realizar o turismo de pesca esportiva em Caracaraí?

	(f)	(%)
Sim	03	50
Não	03	50
Nunca Pensou no Assunto	-	-
Total	06	100

A pesquisa questionou se existe interesse dos pescadores profissionais em realizar o turismo de pesca esportiva em Caracaraí. Os resultados mostram que os ribeirinhos ficam divididos em sua opinião. 50% afirmam que 'Sim', mas trabalhariam como piloto de lancha somente. E 50% responderam 'Não', pois na visão deles a pesca esportiva é pode ser problemática, pois eles acreditam que o peixe não sobreviveria após a soltura.

Tabela 19: Quais os pontos positivos que o Turismo de pesca esportiva pode trazer a comunidade de Caracaráí?

	(f)	(%)
Gerar empregos	03	50,00
Desenvolver o comércio local	02	33,33
Deixar divisas	01	16,67
Total	06	100

Com relação aos pontos positivos que o 'turismo de pesca esportiva' poderia trazer à comunidade de Caracaráí, a pesquisa mostra que 50% afirmam que geraria muitos empregos diretos e indiretos; e 33,33% afirmam que traria desenvolvimento local; e 16,67% afirmam que deixaria recursos financeiros através da arrecadação de impostos, além de movimentar o comércio local.

Tabela 20: Quais os pontos negativos que o turismo de pesca esportiva pode causar a comunidade de Caracaráí?

	(f)	(%)
Impacto ambiental	01	16,67
Perda de cultura	04	66,66
Não causa nenhum dano	01	16,67
Total	06	100

Em relação aos pontos negativos que o 'turismo de pesca esportiva' poderia causar à comunidade de Caracaráí, a pesquisa apresenta os seguintes resultados: 16,67% afirmam que geraria impactos no meio ambiente; 66,66% afirmam que não traria nada de negativo; e 16,67% restantes afirmam que a presença dos turistas poderia levar à perdas, ou interferências, na cultura do povo local.

Tabela 21: Em termos de satisfação do visitante, Caracaráí supera a expectativa do turista que pratica o Turismo de pesca esportiva?

	(f)	(%)
Sim	06	100
Não	-	-
Total	06	100

Quando questionados sobre a expectativa do turista que pratica o turismo de pesca esportiva em Caracaráí, ou seja, se a expectativa deles é atendida plenamente, os empresários do setor responderam por unanimidade que 'Sim', somando assim o percentual de 100%.

Tabela 22: O manejo pelo pescador de pesca esportiva é correto na hora do manuseio com o pescado?

	(f)	(%)
Sim	04	66,66
Não	01	16,67
Total	06	100

De acordo com os empresários, 66,66% afirmam que o manejo pelo pescador de pesca esportiva é correto na hora do manuseio com o pescado; todavia 16,67% dizem que nunca pensaram sobre o assunto.

Tabela 23: Dados e porcentagem de indicações se a pesca esportiva ameniza os impactos predatórios registrados no município de Caracaraí.

A pesca esportiva ameniza os impactos predatórios ocorrente no município de Caracaraí?	(f)	(%)
Sim	05	83,33
Não	01	16,67
Total	06	100

Conforme os resultados dos questionários, 83,33% dos entrevistados dizem que a pesca esportiva ameniza os impactos predatórios existentes no município de Caracaraí, por outro lado, 16,67% dizem que 'Não'.

Tabela 24: Dados e porcentagem de indicações sobre se os empresários já foram procurados pelo poder público para tratar do assunto turismo de pesca esportiva.

	(f)	(%)
Sim	-	-
Não	06	100
Total	06	100

Segundo os empresários, eles jamais foram procurados pelo poder público para tratar de 'turismo de pesca esportiva', as respostas nesse sentido totalizam 100%. Os mesmos deixaram evidente de que o poder público parece não demonstrar real interesse pelo desenvolvimento do turismo de pesca no município apesar de seu imenso potencial.

Tabela 25: Os praticantes do Turismo de pesca esportiva, tanto o empresário do ramo quanto o visitante, buscam respeitar as leis ambientais?

	(f)	(%)
Sim	06	100
Não	-	-
Total	06	100

Com relação à abordagem sobre o 'turismo de pesca esportiva' e a preocupação dos grupos envolvidos na atividade de respeitar as leis ambientais, os empresários afirmaram por unanimidade que 'Sim', que estão de acordo com as leis e que planejam respeitá-las, somando assim 100% das respostas.

Tabela 26: Quais as principais espécies de peixe exploradas no Turismo de pesca esportiva.

	(f)	(%)
Tucunaré	03	50,00
Filhote	02	33,33
Pirarara	01	16,67
Outros	-	-
Total	06	100

Conforme a **Tabela 26**, as principais espécies de peixes exploradas na pesca esportiva são: em primeiro lugar, o tucunaré com 50% de indicações; seguido do filhote com 33,33%; e, por último, a pirarara com 16,67% (ver Quadro 1.0 para mais detalhes).

Tabela 27: Os empresários no ramo do Turismo de pesca esportiva favorecem o contato mais amplo do visitante com as comunidades locais a fim de que conheça o estilo de vida e os valores dos ribeirinhos?

	(f)	(%)
Sim	06	100
Não	-	-
Total	06	100

Quanto ao fato de a atividade de Turismo de pesca esportiva possibilitar ao turista admirar outros valores locais, os empresários são unânimes em afirmar que 'Sim' somando 100% dos entrevistados.

Tabela 28: O município dispõe de locais que vendem equipamentos profissionais para a prática da pesca esportiva como atividade turística?

	(f)	(%)
Sim	-	-

Não	06	100
Total	06	100

De acordo com os empresários, o município de Caracaraí - em particular no Baixo Rio Branco - não dispõe de locais que vendem equipamentos de nível mais profissional para esse tipo de atividade turística somando assim 100% dos entrevistados.

Tabela 29: Dados e porcentagem de indicações se a comunidade está inserida nesse tipo de atividade turística de pesca esportiva.

	(f)	(%)
Sim	05	83,33
Não	01	16,67
Total	06	100

Com relação se a comunidade está inserida nesse tipo de atividade turística de pesca esportiva, conforme mostra a Tabela 29 acima, 83,33% estão inseridoa na atividade, e somente 16,67% ainda não usufruem dos benefícios da pesca esportiva.

Tabela 30: As empresas ligadas ao turismo de pesca esportiva da região utilizam a mão-de-obra local no desenvolvimento dessa atividade?

	(f)	(%)
Sim	06	100
Não	-	-
Total	06	100

Quando questionados se as empresas ligadas ao turismo de pesca esportiva da região utilizam a mão-de-obra local no desenvolvimento dessa atividade, os empresários são unânimes em afirmar em 100% que 'Sim', pois os moradores da cidade conhecem muito bem a região.

Tabela 31: O Turismo de pesca esportiva busca o desenvolvimento local dentro de uma perspectiva socioambiental?

	(f)	(%)
Sim	06	100
Não	-	-
Total	06	100

Finalizando a entrevista com os empresários, foi indagado se o turismo de pesca esportiva busca o desenvolvimento local no contexto socioambiental e o resultado foi de 100% de respostas afirmativas, pois o turismo de viés ecológica, incluindo o de pesca esportiva, sempre busca o desenvolvimento local e a preservação do meio ambiente.

5.0 Considerações Finais

Uma das grandes contribuições desta pesquisa sobre a pesca esportiva no Baixo Rio Branco em Caracaraí foi oferecer um 'panorama atualizado' do contexto e da percepção dos grupos envolvidos na atividade, em particular, os ribeirinhos e os empresários. A pesquisa demonstra que esses grupos possuem grande expectativa com relação ao potencial econômico, e também preservacionistas, da pesca esportiva para a região.

Diante dos dados apresentados, percebe-se que o perfil dos profissionais da pesca em Caracaraí é formado por 70% de homens e 30% por mulheres que têm nível educacional mais elevado o ensino médio entre os ribeirinhos. A faixa etária dos pescadores ribeirinhos varia ente 18 e 40 anos acima, com uma renda familiar mensal baixa que vai de menos de um salário mínimo até mais de 3 (três) salários por mês.

De acordo com a pesquisa alguns pescadores ribeirinhos e empresários confirmam que foram convidados a participar a entrar no ramo da pesca esportiva, mas não optariam pela atividade apesar de ela ser interessante. O pescador ribeirinho não se considera bem informado sobre a atividade turística de pesca.

Cabe ressaltar que mesmo os pescadores desconhecendo a prática do turismo de pesca esportiva, tanto pescadores quanto empresários, eles afirmam que o município tem potencial para o desenvolvimento da atividade de pesca esportiva por causa das variedades de peixes e pela potencialidade que o Rio Branco apresenta uma fonte de renda para os pescadores profissionais, para o turismo, a pesca esportiva, desde a observação de pássaros até a focagem de jacarés. Apesar dessa indicação de um potencial para a pesca, soa paradoxal o fato de eles demonstrarem pouco interesse em engajar no Turismo de Pesca Esportiva. Talvez seja a falta de informação e esclarecimentos, em especial, junto aos ribeirinhos sobre as vantagens dessa atividade. Na opinião dos respondentes, as localidades no município de Caracaraí que apresentam maior potencial para o turismo de pesca esportiva é a sede do município, e toda a região do Baixo Rio Branco, englobando as Vilas de Terra Preta, Lago grande e vila de Cachoeirinha.

Com base nos depoimentos, pode-se concluir que o turismo de pesca esportiva pode ser uma alternativa para a sazonalidade da pesca profissional (considerada predatória pelos pescadores), no

período de defeso (tempo reservado para a desova dos peixes), pois se apresenta como uma saída para a geração de renda para os pescadores, considerando-se o fato antiecológico de que cada pescador profissional retira toneladas de peixe diretamente do rio, vendendo por um preço inferior, que não chega nem a cobrir os gastos operacionais investidos neste tipo de pescaria de quantidade.

Conforme mencionado anteriormente, a pesca esportiva se mostra como uma alternativa de grandes possibilidades de sucesso para a geração de renda aos pescadores no período de defeso, mas salientam a preocupação deles com o ciclo reprodutivo das espécies e mesmo os impactos nos peixes pescados pelo sistema do 'pesque-e-solte' que pode causar ferimentos levando o peixe à morte quando devolvido ao rio. Todavia, apesar de todo esse potencial, apenas uma minoria somente dos pescadores já foi procurados pelo poder público como o IBAMA, SEBRAE, Femact, Associações, e por empresários para discutirem formas de inserção e de atuação dos pescadores ribeirinhos no ramo do turismo de pesca esportiva.



Figura 9.0 – A Prática da Pesca Esportiva: Pesque-e-Solte.



Figura 10.0 – Pesca Esportiva no Baixo Rio Branco.

Cabe frisar de acordo com os depoimentos dos empresários que 83% dos pescadores e das comunidades podem ser diretamente beneficiados com a pesca esportiva, mas na realidade a atividade ainda não é bastante desenvolvida; e, segundo os participantes da pesquisa há indícios de que o poder público não investe diretamente no setor turístico demonstrando descaso com uma atividade econômica promissora para as comunidades e para o município.

O Turismo de pesca esportiva no município de Caracarái pode contribuir e beneficiar economicamente as comunidades locais, pois os turistas deixam dinheiro no município e geram emprego contratando pessoas para trabalharem na logística e na parte operacional da atividade e da viagem. Porém, atualmente as comunidades locais ainda não perceberam tais benefícios, talvez por ser a atividade ainda realizada em pequena escala, e os lucros ficarem concentrados apenas nas mãos de alguns empresários e de algumas famílias de pescadores ribeirinhos. Ou seja, não houve uma equidade na distribuição coletiva dos benefícios da pesca esportiva; eles existem mas não foram diluídos nas comunidades em termos materiais; portanto, ficando invisíveis aos olhos da maioria.

Percebe-se que o município de fato tem um potencial turístico para pesca esportiva e pode ser implementado como fonte de renda para os pescadores profissionais nos períodos do defeso, e a pesquisa procurou saber quais as espécies de peixe mais bem 'cotadas' na pesca esportiva. Conforme os pescadores, as espécies mais exploradas são o tucunaré, piraíba, filhote e a pirarara, destacando-se que o tucunaré é o mais procurado pelos turistas (ver Quadro 1.0 para mais detalhes).

Por fim, a pesquisa leva à conclusão que a atividade da pesca esportiva tem um potencial econômico a ser explorado ao passo que

pode contribuir de várias formas para diminuir o impacto predatório ao ser pensada e planejada com um viés sustentável, havendo conscientização e educação ambiental junto aos grupos de empresários, aos pescadores comunitários, aos pescadores profissionais, e junto ao turista em geral. O objetivo é que haja uma postura, mobilização e um compromisso deles com a preservação das espécies, dos recursos hídricos, e à promoção do bem-estar dos ribeirinhos e de seu meio ambiente.

Portanto, a pesca esportiva pode servir como um dos meios para se aumentar a conscientização ambiental, nos mais diferentes níveis, além de proporcionar experiências e vivências únicas e imperativas ao visitante e, também, aos grupos que com eles vão trabalhar. Há várias vantagens iminentes com a consolidação da pesca esportiva em Caracarái, como já salientado, uma fonte de arrecadação alternativa durante o período do defeso, e, por suas características, a pesca esportiva garante uma relativa sustentabilidade dos recursos naturais. Mas esses fatores não isentam que medidas ostensivas, entre elas a fiscalização, não sejam tomadas por parte das autoridades responsáveis. É uma atividade que deve ser inserida e desenvolvida acompanhada de campanhas de conscientização socioambiental, com qualificação dos recursos humanos com cursos técnicos e, ou, treinamentos, em especial, naqueles ligados à prática turística, bem como no manejo do pescado, da soltura, etc., além de pesquisas em zoneamento das áreas de pesca, dos cardumes, etc.

A pesquisa revela que falta interesse e incentivos governamentais para a prática da pesca esportiva em Caracarái, principalmente pela inexistência de programas de financiamentos públicos e de inexistência de linhas de créditos com juros amortizados pelos bancos para que as comunidades ribeirinhas de pescadores possam se tornar empreendedores e gestores de seus próprios negócios em áreas comunitárias, e, ou, trabalhar em associação com os grupos já atuantes, mas com a garantia de uma geração de renda condizente e justa para a mão de obra local a ser utilizada, seja como guia seja como integrantes da equipe de pesca esportiva, etc.

A pesquisa revela ainda a inexistência de uma atuação mais marcante e permanente por parte das instituições públicas no sentido de promover campanhas e atuar *in situ* junto às comunidades por meio de cursos de capacitação, orientação técnica, conscientização e educação ambiental.

Para se ter êxito com a pesca esportiva e para a promoção da conservação e preservação do meio ambiente paralelamente a uma melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos do Baixo Rio Branco, tais aspectos não podem ser negligenciados pelo poder público, e as parcerias com os grupos de empresários também devem ser incentivadas de modo que as comunidades sejam não competidoras, mas aliadas e protagonistas do seu próprio desenvolvimento socioeconômico.



Figura 11.0 – Aspectos das Casas de Madeira nas Comunidades de Pescadores do Baixo Rio Branco, Caracaraí.

6.0 Limitação da Pesquisa

Houve várias dificuldades encontradas começando com as consultas e questionários, com o envolvimento dos pescadores locais na sede de Caracaraí, e no Baixo Rio Branco, devido as distâncias, a duração da coleta, foi de 20 dias, sendo, cinco dias foi na sede, no baixo rio branco devido à distancia, a viagem durou 15 dias.

- ✓ Desinformação dos próprios pescadores profissionais sobre o que seja a pesca esportiva e suas vantagens como atividade econômica alternativa e para a sazonalidade do turismo na região;
- ✓ Falta de informações e dados sobre as comunidades, sobre a temática e sobre a atividade de pesca na Secretaria de Meio ambiente e Turismo, SEMMAT, do município de Caracaraí, Roraima;
- ✓ Falta de informação e dados específicos e gerais no IBAMA e no Instituto Chico Mendes, ICMBio;
- ✓ Dificuldades em localizar os empresários do setor turístico e, ou, donos de empreendimentos e serviços em pesca esportiva, bem como a falta de disponibilidade dos mesmos para responder aos questionários;
- ✓ A grande distância entre Caracaraí e as comunidades do Baixo Rio Branco, e a falta de recursos para a realização de viagens em maior número para a coleta de dados e para as visitas *in situ*;

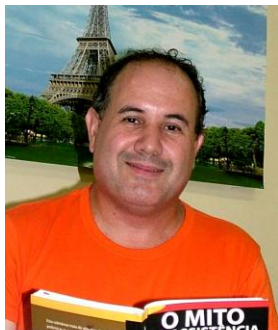
- ✓ Dificuldades para se alugar barco para realizar as viagens para o Baixo Rio Branco.

REFERÊNCIA

- ANDRADE, José Vicente de, Turismo Fundamentação e Dimensões, São Paulo 2004.
- AGRIPA, F. A.; KRISCHKE P. J. ASPECTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SUSTENTABILIDADE NO BRASIL, Florianópolis, 2006.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BENI, Mario Carlos, Análise estrutural do Turismo ED. SENAC, São Paulo 1997.
- _____. Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.
- BOAS, José Henrique Vilas. Breve análise da recente dinâmica territorial no estado de Roraima. Nov. 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Meu negócio é Turismo. Ministério do Turismo/Fundação Roberto Marinho. Lígia de Carvalho (org). Brasília, 2001.
- _____. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo. Marcos conceituais. Brasília, 2006.
- _____. Ministério do Turismo. Turismo de pesca: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- CARACARÁI. Caracarái-RR-Informações. Disponível em: www.ferias.tur.br/informacoes/caracarai-rr. Acesso em 20. 08 2011.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998. Brasília, 2008.
- DENCKER, Ada de Freitas Mneti. Método de Técnicas de Pesquisa em Turismo: 5ª edição. Ed. Futura – São Paulo, 2001.
- EMBRATUR. Oficina Nacional de Turismo de Pesca. Relatório de Oficina Brasília: 2005.
- FECOMERCIO. Roraima: Economia e Mercado. Dados econômicos e sociais 2003. Boa Vista, 2003.
- FREITAS, Aimberê. Geografia e História de Roraima. 1ª Ed. Editora Grafima. Manaus-AM, 1997.
- GUIA RORAIMA: Ecologia, História e Cultura. Empresa das Artes. Editare Editora Ltda., 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. NEA-RR, Ciclo de Palestras: A Educação Ambiental na visão do IBAMA. Realizada em maio de 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros. Meio Ambiente. 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 07/10/2012.
- INVENTÁRIO DE CARACARÁI. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Caracarái: SEMMA/DITUR. Caracarái/RR, 2009.
- JATOBÁ, S. U. S. CIDADE, L. C. F. VARGAS, G. M., Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado, Brasília, 2009.

- KOURY C. G. et al. - XVII Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Participação e Envolvimento Comunitário na Pesca Esportiva na RDS do Uatumã, - Ed. IDESAM, Manaus, 2011.
- MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA. Amazonia Aquicultura e Pesca. Brasília, 2011.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo de Pesca: Orientações Básicas, Brasília, 2008.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNUD. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: abr de 2010.
- REVISTA TURISMO. Ética, turismo e mercado de trabalho, 2005. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/etica.html>>. Acesso em 02 setembro 2012.
- RORAIMA. SEPLAN /DEMA Leis, Decretos e Códigos de Proteção ao Meio Ambiente do Estado de Roraima. 2. Ed. atual. Boa Vista, 2002.
- SANTOS JUNIOR, A. P. dos; Ribeiro, J. D'Arc. Análise dos impactos ambientais do turismo em uma área protegida na Amazônia. Caderno virtual de turismo, vol. 6, n. 01, 2006.
- SCORSATO, Simone Maria. Hospitalidade: o desafio das populações de pescadores que se transformam em fornecedores de serviços turísticos. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, 2006.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA - SEPLAN. Perfil. Boa Vista, 2001.
- SILVA, Sylvio Bandeira, SILVA, Barbara Christine Nentwig. Roraima: problemas de desenvolvimento sustentável em uma região de fronteira. Rio de Janeiro, 2005.
- TEIXEIRA, Tiago José Grandi, Turismo de Pesca, um Viés Para a Educação Ambiental no Município de Rosana- SP, Ed. Primavera. São Paulo, 2007.
- ZIMMERMAN, B. L., RODRIGUES, M. T. Frogs, Snakes, and Lizards of The INPA. WWF Reserves Near Manaus, Braslia, 1990.
-

SOBRE OS AUTORES E O COAUTOR/ORGANIZADOR



Ismar Borges de Lima, doutor em Geografia e Turismo pela *University of Waikato*, Nova Zelândia, mestre em Relações Internacionais pela *International University of Japan*, IUJ. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Roraima, UERR, e coordenador-geral do Laboratório Multidisciplinar de Pesquisas na Amazônia Setentrional, MultiAmazon. Autor do livro *'The Micro Geopolitics of Ecotourism'*, e de vários artigos na área.

Email: ismarlima@yahoo.com.br
ismarborgeslima@gmail.com



Maria Medianeira Nogueira, turismóloga, professora pelo SENAC-Roraima em Caracará e Iracema, ministrando cursos técnicos em Turismo e Eventos, e atualmente cursa pós-graduação em Gestão em Educação Ambiental pela Uniasselve, além de ser pesquisadora-colaboradora em Projetos do Laboratório Multidisciplinar de Pesquisas Acadêmicas na Amazônia Setentrional, MultiAmazon/UERR.

Email: manchotur@gmail.com



Ornilda Santiago da Silva, turismóloga, funcionária da Prefeitura de Caracará, onde também já ocupou cargo de gestão do Complexo Turístico Beira-Rio. Atualmente faz pós-graduação em gestão pública, e tem dado sequência em sua carreira acadêmico-profissional.

Email: ornilda_jhu@hotmail.com



Josinete Nara Cadete de Assis, turismóloga, e atualmente tem feito cursos complementares em áreas de interesse. Recentemente prestou serviços no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Josinete tem dado sequência à carreira acadêmico-profissional dela buscando oportunidades por meio de concurso público.

Email: jncadete@yahoo.com.br



Renato Silva Lima, turismólogo, atualmente cursa Especialização em Educação do Campo e Metodologias do Ensino, ministrado pela Universidade Estadual de Roraima, UERR. Renato é funcionário da Prefeitura de Caracarái ocupando cargo de gestão do Complexo Turístico Beira-Rio, atividades que concilia com a administração de sua agência de turismo local.

Email: renato.limas@hotmail.com



Nilceia Canavarro Souza, turismóloga, funcionária pública da Prefeitura de Caracarái, e atualmente faz pós-graduação frequentando o Curso de Gestão em Educação Ambiental pela Uniasselve, Roraima. Recentemente concluiu o Curso de Técnico Ambiental realizado pelo Centro de Especialização Técnica de Roraima.

Email: nillceya_canavarro@hotmail.com



Eliane Inácio da Silva, turismóloga, Conselheira do Conselho Tutelar em Caracarái, e tem dado sequência em sua carreira acadêmico-profissional com a realização de cursos complementares.

Email: elianeinacio3@hotmail.com

Uma Obra com apoio da Coordenação do
Laboratório de Pesquisas na Amazônia Setentrional,
MULTIAMAZON

www.multiamazon.weebly.com

- Universidade Estadual de Roraima, UERR

www.uerr.edu.br



Sede da Universidade Estadual de Roraima, UERR,
em Caracará, RR



Abordagens Turísticas na Amazônia

Compêndio de Monografias sobre o Turismo em Roraima

O livro, 'Abordagens Turísticas na Amazônia: Compêndio Monográfico sobre o Turismo em Roraima', reúne Estudos de Caso sobre planejamento e gestão do turismo que fizeram parte do trabalho monográfico de seis acadêmicos do Curso de Turismo da Universidade Estadual de Roraima, UERR, em 2013. A iniciativa da elaboração do livro teve como motivação principal a divulgação de questões turísticas roraimenses, ao passo que a obra buscou valorizar o trabalho acadêmico e as pesquisas já realizados, servindo de incentivo para que os pesquisadores e estudantes continuem a produção intelectual na área. O livro tem foco em aspectos turísticos de grande relevância em nível regional dando sua contribuição para a literatura, e é fruto dos esforços e empenho de um grupo de estudantes que debutaram em processos metodológicos, de revisão pormenorizada da literatura, no domínio de ferramentas de coleta e de análise de dados, e das regras de citação bibliográfica. Nesse processo, muitas contribuições e abordagens originais foram dadas o que denota uma vocação desses acadêmicos para a pesquisa. Apesar de receber o nome de 'Compêndio Monográfico', o livro não é uma coletânea de monografias na íntegra. Os Capítulos são versões modificadas em que há atualizações, complementações, revisões, inserção de novas abordagens, acréscimos de diagramas, imagens, tabelas, etc. Os Capítulos têm a coautoria do Prof. Dr. Ismar Borges de Lima que também deu suas contrapartidas para a obra, tanto em termos de organização, arte-gráfica, de revisão quanto com a inserção de conteúdo pertinente. É uma obra cuja versão é orgânica, ou seja, no caso de inconsistências essas serão consideradas pelo organizador na atualização e nas correções para a próxima edição, aprimorando o livro. Entre os temas abordados na obra estão: o ecoturismo indígena na Comunidade Nova Esperança, o turismo religioso em Caracarái e Mucajaí, o turismo de pesca esportiva no Baixo Rio Branco, bem como o planejamento urbano turístico em Caracarái e na Vila de Vista Alegre.

ISBN 978-85-912426-4-1



9 788591 242641 >